



Leonardo Costa da Silva de Oliveira Amorim

Alteridade e migração:

**O rosto do migrante à luz da filosofia de Emmanuel Lévinas e do
magistério do Papa Francisco**

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Teologia pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Maria Clara Lucchetti Bingemer

Rio de Janeiro
Abril de 2023



LEONARDO COSTA DA SILVA DE OLIVEIRA AMORIM

Alteridade e migração:

O rosto do migrante à luz da filosofia de Emmanuel Lévinas e do magistério do Papa Francisco

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Maria Clara Lucchetti Bingemer

Orientadora

Departamento de Teologia - PUC-Rio

Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Departamento de Teologia - PUC-Rio

Francilaide de Queiroz Ronsi

Departamento de Teologia - PUC-Rio

Jimmy Sudário Cabral

Universidade Federal de Juiz de Fora

Marco Strona

Universidad Rafael Londívar

Rio de Janeiro, 12 abril de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da Universidade, do autor e da orientadora.

Leonardo Costa da Silva de Oliveira Amorim

Graduou-se em Teologia pelo Instituto Metodista Bennett em 2006. Graduado em Psicologia pela UNESA em 2016. Pós-graduado em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UERJ em 2008. Mestre em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio em 2009.

Ficha Catalográfica

Amorim, Leonardo Costa da Silva de Oliveira

Alteridade e migração: o rosto do migrante à luz da filosofia de Emmanuel Lévinas e do magistério do Papa Francisco / Leonardo Costa da Silva de Oliveira Amorim; orientadora: Maria Clara Lucchetti Bingemer. – 2022.

210 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Alteridade. 3. Rosto. 4. Emmanuel Lévinas. 5. Papa Francisco. 6. Crise migratória. I. Bingemer, Maria Clara Lucchetti, 1949-. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

A Pedrinho e Luquinhas, meus maiores amores.

Agradecimentos

Ao cuidado amoroso de Deus, Pai e Amigo.

Aos meus dois preciosos filhos, pelo desafio, amor e alegria que me proporcionam.

À presença afetiva dos amigos e familiares que me marcaram com amorosidade.

Ao querido amigo Pedro Vieira Veiga, pela sólida e interessada amizade.

Aos colegas de pesquisa Diógenes Gonçalves e Victor Siqueira Santos pela providencial ajuda e orientação para desenvolvimento deste trabalho.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Às famílias Bezerra e Ribeiro, que me alentaram de diversas e inesperadas formas durante todos esses anos de pesquisa.

Aos meus colegas da PUC - Rio, pela ajuda providencial sempre.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a Maria Clara Lucchetti Bingemer que me acompanha desde o mestrado com orientação dedicada e precisa.

Ao Departamento de Teologia da PUC - Rio, pela oportunidade valiosa concedida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*É sempre bom lembrar
Guardar de cor, que o ar vazio
De um rosto sombrio está cheio de dor.
Chico Buarque, Copo Vazio*

Resumo

Amorim, Leonardo Costa; Bingemer, Maria Clara Lucchetti. **Alteridade e migração: o rosto do migrante à luz da filosofia de Emmanuel Lévinas e do magistério do Papa Francisco**. Rio de Janeiro, 2022. 210p. Tese de Doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O rosto do migrante nos fala, eloquentemente, a respeito da incrível desigualdade existente na sociedade humana e seus respectivos desdobramentos. Por outro lado, a maneira como notamos, percebemos e acolhemos esse rosto também fala, eloquentemente, a respeito de nós mesmos: o com que lidamos com a demanda, fragilidade e vulnerabilidade do órfão, da viúva e do forasteiro; daquele que está nu e faminto. Em outras palavras, pessoas pobres e desassistidas, caminhanes, migrantes, imigrantes, refugiados, expatriados, apátridas, requerentes de asilo, todos deslocados à força. O exuberante e crescente fluxo migratório contemporâneo é formado por pessoas refugiadas da bestialidade das guerras e de governos despóticos, oriundas de territórios em conflito em busca de paz e segurança e, pelos assim chamados, “imigrantes econômicos”, que se refugiam em busca de melhores perspectivas de vida. Enquanto a disparidade de renda entre países pobres e ricos se mantiver como abissal e o processo de crescimento global se mantiver absolutamente desigual, o detonador migratório continuará fomentando os efeitos danosos do desequilíbrio da migração internacional com proporções épicas. Como consequência, a chegada de uma massa de imigrantes sem teto, privados de direitos humanos e não amparados adequadamente pela lei local, agudiza ainda mais os movimentos de caráter xenofóbico, racistas e nacionalistas. As incessantes ondas de novos imigrantes são percebidas com mal estar e temor provocando animosidade e hostilidade em relação à boa parte das comunidades e países que os recebem. O século XXI, marcado pelas novas eras da informação, da comunicação e da tecnologia; marcado pelos efeitos assimétricos de uma globalização perversa que promove o acesso não equitativo aos meios produtivos e financeiros; marcado pela formação e expansão de novos governos totalitários e pela configuração de uma nova ordem geopolítica multipolar; marcado pela persistência da pobreza e a perpetuação de desigualdades estruturais elementares, exarceba um fenômeno antigo, mas que se

manifesta agora em proporções alarmantes: a crise dos refugiados e dos imigrantes pobres. Por tal razão utilizamos a perspectiva da filosofia de base ética do filósofo Emmanuel Lévinas. Suas categorias como “rostos humanos”, “visitação do rosto”, “rostos como revelação”, rostos do estrangeiro, da viúva e do órfão como transcendência”, “cultura como rostos de outrem”, “perspectiva inter-humana”, “alteridade” e “próximo” nos ajudam a lançar luz sobre a situação dos refugiados e imigrantes pobres da atualidade. De igual forma, também nos pareceu fundamental utilizar a perspectiva adotada por Papa Francisco durante todo o seu magistério. Desde o início de seu pontificado o Sumo Pontífice chamou a atenção para os novos desafios relativos ao drama dos refugiados e imigrantes da atualidade. Nos alertou de que a humanidade está em crise e que precisamos dar uma resposta efetiva às atuais mazelas humanas através de uma postura solidária e rejeitando as traiçoeiras tentações da separação e do individualismo. O Pontífice insiste na necessidade de se favorecer uma “cultura do encontro” que nos permita, de fato, cuidar e proteger o que Deus criou com dignidade, responsabilidade e amor fraterno.

Palavras-chave

Alteridade; migração; imigração; refugiados; crise migratória; rostos; teologia; Emmanuel Lévinas, Papa Francisco.

Abstract

Amorim, Leonardo Costa; Bingemer, Maria Clara Lucchetti (Advisor).
Otherness and migration: the face of the migrant in light of the philosophy of Emmanuel Lévinas and the magisterium of Pope Francis.
Rio de Janeiro, 2022. 210p. Doctoral Dissertation – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The migrant's face speaks eloquently about the incredible inequality that exists in human society and of its consequences. On the other hand, the way we notice, perceive and welcome this face also speaks eloquently about ourselves: the way we deal with the needs, the fragility and the vulnerability of the orphan, the widow and the outsider, of him who is naked and hungry. In other words, poor and underserved people, vagabonds, migrants, immigrants, refugees, expatriates, stateless persons, asylum seekers, all forcibly displaced. The already massive and still growing contemporary migratory flow consists of people who seek refuge from the bestiality of wars and despotic governments, coming from conflicted territories in search of peace and security, as well as by the so-called "economic immigrants", who search for better lives. As long as the income disparity between rich and poor countries remains abysmal and the process of global growth stays absolutely uneven, the migration trigger will continue to fuel the harmful effects of imbalanced international migration in epic proportions. As consequence, the arrival of a mass of homeless immigrants, deprived of human rights and not adequately supported by local law, further exacerbates xenophobic, racist and nationalist movements. The incessant waves of new immigrants are thus perceived with unease and fear, provoking animosity and hostility towards a considerable part of the communities and countries that receive them. The 21st century, marked by new eras of information, communication and technology, marked by the asymmetric effects of a perverse globalization that promotes inequitable access to productive and financial means, marked by the formation and expansion of new totalitarian governments and the configuration of a new multipolar geopolitical order, marked by the persistence of poverty and the perpetuation of elementary structural inequalities exacerbates an old phenomenon, but which is now manifesting itself in alarming proportions: the crisis of refugees and poor immigrants. For this reason we use the perspective of the philosophy of ethical foundation of the philosopher Emmanuel Lévinas. Its categories as "human face",

“visitation of the face”, “face as revelation”, “face of the foreigner, the widow and the orphan as transcendence”, “culture as the face of another”, “inter-human perspective”, “otherness” and “proximity” help us shed light on the situation of refugees and poor immigrants today. Likewise, it also seemed fundamental to us to use the perspective adopted by Pope Francis throughout his teachings. Since the beginning of his pontificate, the Supreme Pontiff has drawn attention to the new challenges related to the drama of the refugees and immigrants of today. He warned us that humanity is experiencing a crisis and that we need to give an effective response to current human ills through a solidary posture and by rejecting the treacherous temptations of separation and individualism. The Pontiff insists on the need to promote a “culture of the encounter” that allows us, in fact, to care for and to protect what God created with dignity, responsibility and fraternal love.

Keywords

Otherness; migration; immigration; refugees; migratory crisis; face; theology; Emmanuel Lévinas; Pope Francis.

Sumário

1 Introdução	13
2 O Fenômeno migratório na pós-modernidade	29
2.1_ Globalização	29
2.1.1 Globalização: um processo assimétrico	29
2.1.2 Globalização e o fenômeno migratório	31
2.1.3 Globalização: interpenetração cultural	37
2.2 Fluxo migratório na pós-modernidade	40
2.2.1_Fluxo migratório na pós-modernidade: em busca da terra prometida	40
2.2.2_Fluxo migratório contemporâneo: aporofobia	41
2.2.3_Fluxo migratório contemporâneo: vítimas da sociedade do intercambio	47
2.3 Crise migratória na pós-modernidade	52
2.3.1 O fenômeno migratório entre fronteiras	52
2.3.2 Crise migratória	56
2.3.2.1 Crise migratória e crise comunitária	61
2.3.2.2 Crise migratória: absorção de minorias	70
2.3.2.3 Crise migratória: a experiência pós-fronteiras	75
3 A estrangeiridade segundo a filosofia de Emmanuel Lévinas	82
3.1 Vida e história de Emmanuel Lévinas	82
3.1.2 Itinerário de Emmanuel Lévinas nos anos que precederam a guerra	84
3.1.3 Itinerário de Emmanuel Lévinas durante a Segunda Guerra	86
3.1.4 Itinerário de Emmanuel Lévinas no período pós-guerra	87
3.2 O rosto humano	89
3.2.1 A visitação do rosto	90
3.2.2_O rosto é o ente	91
3.2.3 O rosto como revelação	92
3.2.4 O rosto do estrangeiro, da viúva e do órfão como transcendência	102
3.3. A existência de outrem	107
3.3.1 Outrem como transcendência	107
3.3.2 A morte de outrem como convocação	110
3.3.3 Morrer por outrem	112
3.4. O sofrimento e a dor humana	114
3.5 A perspectiva inter-humana	116
3.6 Cultura como rosto de outrem	120
4 Papa Francisco e o percurso da Igreja diante do drama dos refugiados e imigrantes	125
4.1 A Igreja e o drama dos refugiados	125
4.1.1_A Igreja e o drama dos refugiados e imigrantes ao longo da história	125
4.1.2_A Igreja e o drama dos refugiados e imigrantes baseados na caridade de Cristo	130
4.1.3 A Igreja e o drama dos refugiados e imigrantes: o anúncio da Boa Nova	133
4.2 Igreja e crise migratória	135
4.2.1 Crise migratória na pós-modernidade	136
4.2.2 Novos desafios do fluxo migratório na pós-modernidade	139
4.2.3 Contribuições de Bento XVI em relação ao drama dos refugiados e imigrantes na atualidade	146
4.3 Papa Francisco e o drama dos refugiados e imigrantes na atualidade	149
4.3.1 Os quatro verbos sugeridos por Papa Francisco diante drama dos refugiados e imigrantes na atualidade	154

4.3.2 Os seis pares de verbos complementates sugeridos por Papa Francisco diante do drama dos refugiados e imigrantes na atualidade	160
4.3.3 <i>Fratelli Tutti</i> , valiosa contribuição diante do drama dos refugiados e imigrantes na atualidade	163
4.3.3.1 Contexto do mundo pós-moderno: valores de mercado x valores fraternos	163
4.3.3.2 Sejam os um nós: abertura aos diferentes	165
4.3.3.3 Agudizações advindas da Pandemia	167
4.3.3.4 A fragilidade dos imigrantes	169
4.3.3.5 Cooperação internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos	170
5 Conclusão	174
6 Bibliografia	193

1

Introdução

Neste trabalho nos propusemos olhar de maneira próxima e detida a situação dos migrantes e imigrantes,¹ refugiados, expatriados, apátridas e requerentes de asilo; todos, pessoas deslocadas à força. Nosso objetivo será explorarmos esse contexto, tanto no que se refere à história que envolve o movimento de trânsito e fluxo migratório, bem como a crise migratória atual, que apresentou números alarmantes a partir do ano de 2015, manteve-se crescente – embora em escala menor durante o período pandêmico – e teve um outro momento intenso mais recentemente em função dos desdobramentos oriundos do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Embora observemos a magnitude do fluxo migratório contemporâneo, a migração em massa não é um fenômeno recente; ao contrário, tem acompanhado a era moderna desde os seus primórdios. O progresso econômico desigual, massas de pessoas sem terra e espaço rejeitadas, conflitos e dissensões causadas por transformações sociopolíticas e subsequentes lutas por poder, além das consequências de profunda desestabilização do Oriente Médio e África são fatores preponderantes e recorrentes.

Desde 2015 temos vivido tempos de grandes e crescentes migrações globais; o período de maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de uma grave crise migratória em escala global envolvendo inúmeros países de diferentes regiões; tais quais o Oriente Médio e o continente africano; a Europa, que recebe muitos desses imigrantes; bem como inúmeros países que compõem a América Latina.

¹ A definição de imigrantes proposta pelas Nações Unidas inclui, fundamentalmente, três elementos: a travessia de uma fronteira nacional; a mudança de país, quando tal país é diferente daquele em que o sujeito nasceu ou viveu habitualmente no período anterior à transferência; e uma permanência prolongada em um novo país, fixada convencionalmente por pelo menos um ano. Salienta Strona que tais observações não levam em conta as migrações internas no mesmo país, nem são válidas para viagens com duração inferior a um ano. STRONA, M., *Il Dio Pellegrino*, p. 15.

Nos últimos anos tem ocorrido um enorme salto no contingente de refugiados e pessoas em busca de asilo, acrescidos atualmente ao volume total de imigrantes que já batiam às portas da Europa. No final de 2020, como resultado de perseguição, conflitos, violência, violações de direitos humanos e eventos que perturbam seriamente a ordem pública, tivemos 82,4 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo.

Esse salto foi causado pelo número crescente de Estados em decadência ou de territórios sem Estado e sem lei, palcos de intermináveis guerras tribais, sectarismos, assassinatos em massa e banditismo generalizado. O fluxo de refugiados, impulsionado por regimes de violência arbitrária, totalitarismos e ditatorialismos, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados imigrantes econômico em busca de oportunidades.

Para analisarmos a magnitude e complexidade de tal fenômeno, precisaremos examinar os motivadores do mesmo, de um ponto de vista histórico e contemporâneo. Nós o faremos no segundo capítulo desta tese. Aprofundaremos a reflexão a respeito dos elementos presentes na pós-modernidade que exercem influência direta e indireta nas camadas mais pobres da população mundial e, consequentemente, nas pessoas deslocadas à força.

Mencionaremos alguns desafios que compõem o século XXI, marcado brutalmente pelas eras da informação, da comunicação, da tecnologia e da globalização, trazendo novos desafios para a economia mundial; marcado pelas consequências de novos governos totalitários, o desequilíbrio econômico entre as populações, a configuração de uma nova ordem geopolítica multipolar e a crise dos refugiados políticos e dos imigrantes pobres. Todos desafios tipicamente pós-modernos.

Um deles receberá especial destaque: a globalização. Uma realidade que, desde a segunda metade do século passado, vem crescendo substancialmente e parece não ter limites. Dá-se assim, uma integração cada vez maior entre todos os povos no que se refere a costumes, tradições, crenças, práticas, valores, projetos de vida e evoluções tecnológicas. Demonstraremos, entretanto, como a mesma por outro lado engendra um processo assimétrico, com consequências cruéis para as populações menos favorecidas, agudizando ainda mais sua fragilidade e vulnerabilidade. O atual mundo globalizado estimula e facilita o contato entre

diversas culturas e povos e, conseqüentemente, ideologias e tradições diversas; contudo, não traz consigo nenhuma dinâmica reguladora que venha a orientar as relações estabelecidas por esse intercâmbio de ideias, costumes e cultura. Não há nenhuma garantia de que as relações ali estabelecidas sejam bilaterais, equalizadas, simétricas, justas ou seguras. Trata-se de um “território” sem lei.

Na realidade, o processo de globalização, longe de funcionar como um movimento de cooperação igualitária entre seus membros ou em um equilibrado compartilhamento de recursos diversos acentua a disparidade entre seus agentes e conduz à exacerbação das desigualdades, tanto de um ponto de vista individual como coletivo.

Por razões óbvias, a dinâmica de funcionamento da globalização é altamente influenciada pelo neoliberalismo; fazendo assim com que a interação entre as diversidades possua uma lógica de disputa competitiva, pautada, naturalmente, pelos valores do sistema de mercado vigente. Tais elementos fazem com que a chegada do outro; pobre, migrante, imigrante, estrangeiro, seja comumente interpretada como a nova presença de mais um concorrente a entrar na disputa de mercado. Atualmente, não há espaço para o acolhimento da alteridade, do diferente, mesmo que este chegue até nós nu ou faminto.

Entende-se a alteridade como algo que pode vir a contaminar a sociedade que o recebe. Por ser diferente, por vir de fora, por ter outra origem e aparência, a alteridade dos imigrantes representa uma possibilidade de ameaça; o que faz com que os instintos étnicos dos nativos gerem um movimento de defesa e de autofechamento em si mesmos.

Compreendido como alguém que representa um risco e sem aprovação e acolhida de boa parte da população local, o imigrante penetra em outra sociedade e é apresentado muitas vezes de modo não pedagógico a outros referenciais e valores. Enfrenta, assim, o desafio de tentar manter e cultivar os próprios valores dentro da nova cultura e território e, concomitantemente, se adaptar ao novo contexto social.

Essa é a experiência que marca a história de refugiados e de imigrantes; com desdobramentos que podem ser dramáticos. Referências elementares que fundamentam à vida de uma pessoa ou comunidade e o reconhecimento da própria identidade correm o risco de se desestruturarem, desintegrando seu mundo simbólico e referencial. Seria o risco do que o sociólogo americano Peter Berger

denominou como *anomia*, ou seja, tornar-se sem mundo, perder aqueles referenciais identitários que dão sentido à experiência cotidiana.²

Por tais razões, obviamente, o ato migratório representa um espaço de mudança, de reformulação do próprio *nomos* em contato com uma nova construção social que se apresenta ao ser humano como objetiva. Assim, a imigração representa um espaço de reformulação identitária. O fato do imigrante ser oriundo de uma outra construção social, calcada em outro *nomos*, realmente representa um desafio complexo no encontro entre estrangeiro e nativo.

Exporemos também um outro elemento complicador para os refugiados e imigrantes que buscam asilo e acolhida em território estrangeiro: o fato de serem pessoas pobres. A rejeição e a aversão aos pobres ocorrem porque representam aqueles indivíduos que “atrapalham” os demais. As pessoas consideradas incapazes de contribuir para o desenvolvimento econômico da nação não são bem-vindas. Evidentemente, as manifestações xenofóbicas de países ocidentais ricos são sustentadas por fundamentos dessa natureza. O mal estar provocado pelos imigrantes e refugiados não é somente em função da etnia e raça a que pertencem mas também pelo fato de serem pobres. Trata-se do que a filósofa Adela Cortina chamou de *aporofobia*; rejeição, preconceito e aversão ao pobre.³

Estes são acusados de ameaçar as possibilidades de trabalho e emprego dos moradores locais, aumentarem as despesas dos gastos públicos e serem possuidores de valores, costumes e tradições culturais suspeitas. Em suma, estrangeiros nessas condições perturbam o bem-estar da sociedade que os recebe, o que ajuda a explicar o crescente sucesso da xenofobia, do racismo e numerosa variedade de nacionalismos; além do êxito eleitoral recente de inúmeros partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas.

Outra marca importante do processo de globalização é o fato de tornar cada vez mais imprecisa a ideia a respeito da soberania dos Estados. Por consequência, inúmeros países têm sido negligentes em relação a seus deveres elementares de Estado-nação, se tornando permissivo e ausente no que se refere à proteção de seus cidadãos e promoção da dignidade humana em seu território. Muitos desses

² BERGER, P., O dossel sagrado, p. 35.

³ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 7.

países estão se pautando, primordialmente, por referências do mercado em detrimento de referências que priorizem a condição humana.

Ao longo do segundo capítulo salientaremos ainda alguns outros elementos que configuram a globalização. Demonstraremos que a gênese da globalização é oriunda da produção de um seletíssimo grupo de atores globais que atuam em benefício próprio. Grupo este que não pode ser definido por nenhuma localidade fixa, que procura não estabelecer vínculos e se distancia de qualquer experiência comunitária fraterna e duradoura.

Demonstraremos que a globalização, acompanhando o fluxo, ritmo e valores da pós-modernidade, é promotora da ideia de uma cultura da felicidade subjetiva, do lazer e da busca irrestrita por prazeres, enquanto as implicações formais de renúncia, solidariedade e qualquer perspectiva comunitária estão se despotencializando vertiginosamente.

Observamos a mercantilização da vida e uma superestimação do progresso, onde as relações econômicas estão influenciando enormemente as relações humanas; onde os valores da eficácia, da rentabilidade e a perspectiva utilitarista tem se expandido e se traduzido em atitudes de competitividade e individualismo consumista.

A globalização, embora seja muitas vezes interpretada ou promovida como fábula de uma globalização inclusiva e acolhedora que, por sua vez, alimenta a esperança de muitas pessoas de conquistar uma vida digna nos países mais prósperos, possui em si mesma um *modus operandi* perverso, pautada pela tirania do dinheiro e da informação.

Atualmente, estamos observando um fracasso da experiência comunitária em escala global, o que potencializa ainda mais a vulnerabilidade das massas de pessoas em trânsito migratório, bem como sua inserção e adaptação em novo território.

Atualmente, o sentido da experiência comunitária está se desintegrando. Isso é facilmente observável em diversos contextos como, por exemplo, no enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança e de família. Vivemos em uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, os compreende como um uso eufêmico deprecia-os e banaliza-os; depreciando o ideal da abnegação mediante o estímulo à satisfação imediata e uma perspectiva individualista e materialista.

A sociedade atual tornou inútil todos os valores relativos a qualquer ideia de sacrifício. As democracias abdicaram do contrapeso do dever, se organizando segundo referências de uma ética tênue e minimalista, sem obrigações, nem sanções. Trata-se de sociedades que repelem quaisquer elementos oriundos de uma tradição que possua como fundamento referenciais de qualquer ordem moral.

A cultura globalizada pós-moderna possui como base as normas do bem-estar e, assim, metamorfoseia a iniciativa moral em entretenimento e informação comercial. Atua como promotora dos direitos subjetivos, fazendo cair em desuso o sentido fundamental do dever e qualquer perspectiva comunitária.

Estamos diante de uma sociedade que tende a enfraquecer qualquer incentivo à perspectiva comunitária e diluir toda ideia de compromisso perante a coletividade global, na qual o próprio senso de renúncia pessoal é considerado ultrapassado e opressor, e onde a busca dos prazeres, dos lazeres e dos direitos à conquistas subjetivas é estimulada e valorizada ininterruptamente.

No capítulo terceiro utilizaremos alguns fundamentos oriundos da filosofia de Emmanuel Lévinas para iluminar a questão dos refugiados, migrantes, imigrantes, apátridas; pessoas deslocadas à força. Todos esses, estrangeiros, oriundos de terras distantes, de outro território, outra cultura, outro estilo de vida, outros valores, outros referenciais, mas sobretudo, pessoas estranhas. Estranhas porque não as conhecemos, estranhas porque possuem uma imagem, uma aparência, uma identidade, uma língua, uma cultura, uma cosmovisão em que não nos identificamos e não reconhecemos. Estranhas porque nos olham diferente, porque esperam de nós algo distinto do que estamos acostumados, porque se inserem em uma comunidade ou população como pessoas singulares que não conhecem o código de conduta de nosso grupo social; estranhas porque não sabem ser como nós.

Obviamente, pessoas estranhas segundo o referencial ao qual estamos acostumados. Estranhas segundo o nosso padrão, nosso estilo de vida, segundo nossa maneira de viver e conceber a vida. Estanhos esses, no entanto, que fazem com que o filósofo Emmanuel Lévinas não tenha dúvidas em concebê-los como “meu próximo!”⁴ Este que chega até mim sem me conhecer é de minha responsabilidade. Ainda que eu estranhe o estranho, não posso me posicionar

⁴ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32.

estranhamente. Não posso me posicionar como se o seu rosto não me dissesse nada, pois o diz eloquentemente. “O rosto fala”, pronuncia Lévinas.⁵ E não posso dizer que não o li, ainda que eu não queira ler ou ouvir o que me fala através de sua expressão.

O rosto que me fala, para além do meu querer e do querer do portador do rosto, para além do meu desejo ou vontade, para além da minha consciência; me convoca, me conclama e exige de mim uma resposta: “eis-me aqui”. Este “eis-me aqui” é o fundamento da resposta ao outro que chega a mim, que me visita, que vem ao meu encontro. É a resposta que respondo à sua presença. É o sim diante do estranho estrangeiro, Outrem, o outro, o totalmente outro, que não conheço mas que recebo. Independentemente de como este outro chega até mim, o recebo, devo recebê-lo pois é meu dever. Sobretudo ao órfão, à viúva, ao estrangeiro, ao forasteiro, ao nu e ao faminto; devo recebê-los até as últimas consequências.

Tal filosofia, amparada sobremaneira por importantes fundamentos éticos, talvez uma filosofia da ética do encontro, é o que fez com que optássemos por Lévinas para nos orientar na dinâmica relativa ao encontro entre nativo e estrangeiro imigrante, entre a população que o recebe e este que chega como forasteiro. Como se fosse alguém pequenino, sem pátria, sem lugar, sem casa, sem linguagem, com frio e fome, chegando à grande, luxuosa e pomposa residência de um rico proprietário. Emmanuel Lévinas nos iluminará nesse complexo encontro através de importantes conceitos de sua filosofia ética. Começaremos com o rosto.

O rosto, na filosofia levinasiana, refere-se a um modo de expressar a alteridade de outrem em seu mistério. Por meio do rosto se revela aquele que é outrem e transcendente, para além de sua aparência. O rosto fala e nos convida a uma relação única, sem paralelo e irrepetível.

Segundo Lévinas, o rosto de qualquer pessoa se impõe a mim de modo pacífico e irrecusável. Obviamente, o rosto do pobre, do estrangeiro, do imigrante e do refugiado o fazem de modo ainda mais irresistível. Para o filósofo, o rosto se impõe a nós sem que possamos permanecer surdos a seu apelo, ou esquecê-lo; sem que possamos cessar de ser responsáveis por sua miséria.

⁵ LÉVINAS, E., *Ética e Infinito*, p. 78.

O rosto, embora venha ao nosso encontro a partir de uma esfera absolutamente estranha, a partir de um outro absoluto, é portador de um discurso que nos convoca pela sua própria aparição. No discurso aberto pelo rosto não podemos nos furtar ao silêncio. Assim, perante a fome dos homens, a responsabilidade encarnada no rosto nos conclama de maneira irrecusável.

No rosto, apresenta-se o ente por excelência. No rosto, Outrem exprime sua eminência, sua dimensão de altura e de divindade de onde descende. A dimensão do divino abre-se a partir do rosto humano: a relação com o Transcendente consiste, então, em uma relação social. É aí que o Transcendente, o infinitamente Outro, nos solicita e nos convoca. A proximidade de Outrem, a proximidade do próximo é um momento da revelação de uma presença absoluta que se exprime. Sua epifania, por meio da miséria no rosto do estrangeiro, da viúva e do órfão, nos solicita.

Veremos que referências bíblicas são comuns no texto de Emmanuel Lévinas: alimentar aqueles que têm fome, vestir os que estão nus, matar a sede dos que têm sede, abrigar os que não têm abrigo se fazem presentes de modo recorrente. Versos bíblicos que indicam que a revelação de Deus se manifesta na relação com o outro.

A relação com o Transcendente, que se abre a partir do rosto humano, é uma relação social. Deus eleva-se à sua suprema e última presença como correlativo da justiça feita aos homens; um Deus acessível na justiça e na dimensão ética. Por isso, para Emmanuel Lévinas, a ética deve ser compreendida como uma ótica espiritual.

Para o filósofo, não pode haver nenhum “conhecimento” de Deus separado da relação com outros homens. Outrem representa então o próprio lugar da verdade metafísica e indispensável à minha relação com Deus. Evidentemente, Outrem não é encarnação de Deus, mas, precisamente pelo seu rosto, a manifestação de Deus se revela.

A nudez do rosto revela o vestígio de Deus. Esta nudez é a mais nua possível, nudez da indigência, da pobreza, da ausência que constitui a proximidade de Deus, seu vestígio. O rosto vem enigmaticamente a partir do Infinito e de seu passado imemorial. Dá-se aí a aliança inquebrantável entre a pobreza do rosto e o Infinito, onde o próximo é imposto à minha responsabilidade

antes de qualquer possibilidade voluntária de engajamento de minha parte. Tal aliança entre Deus e o pobre inscreve-se na nossa experiência de fraternidade.

Ao seguirmos o Altíssimo nada pode superar a aproximação ao próximo; nada pode superar o interesse, o cuidado e o acolhimento à viúva, ao órfão, ao estrangeiro e ao pobre. Ao nos dirigirmos aos proletários, a todos os miseráveis, a todos os perseguidos da terra, na responsabilidade pelo outro homem dá-se o encontro com o Altíssimo. Em Outrem, há a presença real de Deus. Na relação com Outrem, em seu rosto, escuta-se e entende-se a Palavra de Deus.

O totalmente outro, o estranho, o estrangeiro, vem a nós e se apresenta por meio de um rosto. Por isso escolhemos Emmanuel Lévinas para nos ajudar a compreender a situação de miserabilidade do estrangeiro pobre que parte de sua terra em busca de abrigo e proteção. O seu rosto nos convoca à nossas obrigações. O ser que nele se apresenta vem de uma dimensão de altura, dimensão de transcendência onde pode apresentar-se como estrangeiro, sem se opor a mim, como obstáculo ou inimigo. Outrem, que me domina em sua transcendência é também o estrangeiro, a viúva e o órfão, em relação aos quais possuo obrigações inegociáveis.

Para Lévinas, Outrem nos afeta em sua miséria material. A materialidade de sua vida, sua condição de vida, sua subsistência me dizem respeito. O comer e o beber do estrangeiro me dizem respeito. Atualmente, devemos compreender o perseguido e o proletário tal qual compreendemos os estrangeiros, as viúvas e os órfãos mencionados pelo texto da Sagrada Escritura. Todos são portadores de uma nudez exibicionista e uma presença convocadora.

As imagens relativas ao órfão, à viúva e ao estrangeiro representam figuras que expressam o fundamento da Ética da Alteridade de Emmanuel Lévinas, ética calcada sobre ideais fraternos, inclusivos, de hospitalidade e integração; acolhendo o rosto do outro enquanto estranho e estrangeiro e recebendo-o como próximo, amigo e irmão.

Nossa responsabilidade para com o outro deve ser de tal ordem que devemos chegar às últimas consequências. Trata-se de uma responsabilidade ilimitada pautada no amor incondicional ao próximo, ainda que isso implique o enfrentamento da morte. Um amor sem concupiscência, tão irredutível como a morte.

A mortalidade de Outrem me convoca, me suplica, me reclama; são de minha responsabilidade. A morte do outro homem é relativa a mim mesmo e relativa à humanidade. Minha não resposta a essa morte me tornaria então cúmplice dessa morte evitável de um estranho ou estrangeiro que é, na verdade, meu próximo.

Este modo de me exigir, de me questionar e de fazer apelo a mim, à minha responsabilidade pela morte de Outrem, representa o impossível abandono de Outrem à sua solidão na proibição deste abandono dirigido a mim. Uma impossibilidade pelo outro homem, a impossibilidade de abandoná-lo sozinho ao mistério da morte. Tratar-se-ia da gravidade do amor ao próximo, do amor sem concupiscência, do humano amor de poder morrer pelo outro.

No quarto capítulo, exporemos o percurso da Igreja diante do drama dos refugiados e imigrantes. O faremos examinando alguns importantes períodos e episódios da Igreja em relação ao desafio da problemática migratória ao longo da história e, posteriormente, nos dedicaremos ao mesmo tema na contemporaneidade. Rememoraremos a atuação dos últimos três Sumo Pontífices no que se refere ao desafio do fluxo migratório crescente; no entanto, nos deteremos, prioritariamente, ao Papa Francisco. O Santo Papa, desde o início de seu pontificado, deu extrema relevância ao tema e demonstrou atuação sólida e efetiva chamando a atenção da comunidade internacional para a dramaticidade e risco dos deslocamentos em massa. O fez em inúmeras oportunidades através de pronunciamentos, mensagens, celebrações, missas, discursos, tanto em eventos que celebravam o *Dia mundial do Migrante e Refugiado*, bem como em eventos não voltados para o tema; além de fazê-lo através de documentos e encíclicas.

A Igreja, sinal e instrumento de comunhão com Deus e de unidade entre todas as pessoas, sente-se intimamente envolvida na evolução da sociedade cuja mobilidade tornou-se uma característica desestabilizadora, e é chamada a proclamar o Evangelho de amor e de paz, inclusive, nas situações de deslocamento forçado.

Ao longo da história, a Igreja demonstrou seu interesse, cuidado e pastoreio a respeito da situação dos imigrantes, refugiados, apátridas e pessoas deslocadas à força em inúmeros períodos. Ela o fez, como instituição, através de diversos documentos, bem como através do pronunciamento de seus pontífices. Entre eles, o Papa Pio XII, no final da década de 40, início da próxima década, manifestando-

se em relação aos refugiados palestinos na sua Carta Encíclica *Redemptoris Nostri* e, posteriormente, a Constituição Apostólica *Exsul família, carta magna* da pastoral dos migrantes e refugiados.

Em 1963, o Papa João XXIII deu forte ênfase à situação dos refugiados através da Carta Encíclica *Pacem in Terris*. O Concílio Ecuménico Vaticano II, e as sucessivas *intervenções do Magistério* também se manifestaram quanto aos desafios do fenómeno migratório por meio de inúmeras respostas pastorais.

Em 1970, o Papa Paulo VI instituiu a *Comissão Pontifícia para a Assistência Espiritual dos Migrantes e Itinerantes*, que se tornou o *Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes* em 1988, com a promulgação da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*. Em 1971, o mesmo Papa instituiu o Pontifício Conselho *Cor Unum*, estimulando os fiéis a uma ação mais efetiva no que se refere aos povos e pessoas que estão na indigência. Em 1978, a Igreja, sinal e instrumento de comunhão com Deus e de unidade entre todas as pessoas, percebe a questão relativa ao deslocamento de pessoas e elabora através Pontifícia Comissão Para a Pastoral das Migrações e do Turismo, a *Carta Circular às Conferências Episcopais Igreja e povo em mobilidade*.

Nas últimas quatro décadas também tivemos importantes contribuições dos últimos três Sumo Pontífices. O Papa João Paulo II o fez em diversas ocasiões. Em 1981, através de seu *Discurso durante a visita ao Campo de Refugiados de Morong*, ressaltando o compromisso da Igreja em relação aos refugiados; em 1986, através de seu discurso na cerimónia de entrega do prémio internacional da paz João XXIII ao *Catholic Office for Emergency Relief and Refugees*, ressaltando a situação das pessoas deslocadas à força; em 1991, em *Discurso aos participantes no III Congresso Mundial sobre a Pastoral dos Migrantes e dos Refugiados*, chamou a atenção para as várias dimensões que caracterizam a missão da Igreja em relação aos imigrantes e refugiados; em 1995, em *Mensagem para o Dia Mundial das Migrações*, lembrou que a condição de irregularidade legal não consentia reduções sobre a dignidade do imigrante; em 2001, em Assembleia da Comissão Católica Internacional para as Migrações, convida a todos a defenderem a dignidade de cada migrante, pessoas deslocadas à força e dos refugiados; no mesmo ano é publicada a Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, rememorando-nos que devemos ver a Cristo no rosto dos famintos, pobres, caminantes e forasteiros; em 2003, em *Angelus*, João Paulo II continuava a

alertar sobre a fragilidade e drama dos refugiados convocando a comunidade internacional a uma ação mais efetiva e duradoura.

Na década de noventa e início do século XXI tivemos a elaboração de importantes documentos também. Entre eles, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, em colaboração com o Pontifício Conselho *Cor Unum*, que publicou um documento intitulado: *Os refugiados: um desafio à solidariedade*; a publicação da Instrução *Erga migrantes caritas Christi*, chamando a atenção para as causas das migrações; além de uma outra expressão importante da Igreja, onde a Santa Sé lançou um apelo à responsabilidade global em relação aos refugiados baseados na Conferência ministerial de 140 Estados signatários da Convenção de 1951 sobre a condição dos Refugiados.

O Sumo Pontífice Bento XVI também deu valiosa contribuição em relação ao drama dos refugiados e pessoas deslocadas à força. O Pontífice definiu o Pontifício Conselho *Cor Unum* como a agência da Santa Sé responsável pela orientação e coordenação entre as organizações e as atividades caritativas promovidas pela Igreja Católica através da instrução *Erga Migrantes Caritas Christi*, 2004, afirmou que todos da família humana são guardiões e possuem obrigações para com seus irmãos de outras culturas, etnias e regiões.

Em 2005, por ocasião da celebração do *Dia Mundial do Refugiado*, promovido pela Organização das Nações Unidas, deu forte ênfase à situação calamitosa que passavam as pessoas em migrações forçadas; em *Angelus*, em 2005 e 2006, convocou a comunidade cristã à prática de gestos concretos de apoio aos imigrantes e refugiados; ainda em 2005, manifestou-se a respeito do mesmo tema em sua Carta Encíclica *Deus Caritas Est*; em 2007, em *Audiência geral*, expressou a necessidade de tais pessoas terem seu direito de asilo e o reconhecimento dos seus direitos garantidos; e no mesmo ano, em Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*, ressaltou que não poderíamos permanecer silenciosos diante de tantas imagens inquietantes dos campos de refugiados.

Ainda no mesmo ano, em *Carta à chanceler da República Federal da Alemanha*, acerca do *Encontro do G-8*, requereu a participação efetiva da Comunidade internacional através de compromissos de ação eficaz e duradoura; em 2008, em *Discurso à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas*, alertou que deveriam ser criados mecanismos de alerta rápido que permitissem respostas políticas adequadas à situação das pessoas deslocadas à força; e em sua

Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 2009, enfatiza o fato de que todo imigrante é nosso irmão e irmã, e que seus direitos fundamentais inalienáveis precisam ser respeitados em qualquer situação.

O Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, foi muito atuante no que se refere à questão do fluxo migratório da atualidade. No capítulo quarto, após expormos alguns períodos e episódios demonstrando a atuação da Igreja diante do desafio do fluxo migratório em diferentes épocas, e após apresentarmos a atuação dos Sumo Pontífices João Paulo II e Bento XVI, nos deteremos, primordialmente, ao Papa Francisco.

O Pontífice, já em 2013, através de sua Mensagem Pascal e Bênção *Urbi et Orbi*, correlacionou a situação dos refugiados e imigrantes à Ressurreição, convocando a todos, como pessoas ou países, a uma atitude solidária diante de uma massa de pessoas refugiadas; em Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios, por ocasião do acidente que se deu na cidade de Lampedusa, na Itália, nos convidou a um exame de consciência incitando-nos a refletir sobre nosso egoísmo e indiferença em relação à precariedade de tantos povos e nações. Ainda em 2013, através da *Oração à Sagrada Família, Angelus*, o Sumo Pontífice salienta a situação das famílias dos refugiados em trânsito, em estado de completa precariedade e risco. No mesmo ano, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, através da diretriz pastoral intitulada como *Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, também* chamava a atenção para o mesmo tema.

Em 2015, em seu Discurso no Encontro com as autoridades e o corpo diplomático, em Sarajevo-Bósnia, ressaltou que devemos valorizar aquilo que nos une e olhar as diferenças como possibilidades de crescimento no respeito por todos, imigrantes ou nativos; em 2016, em Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé, convoca a comunidade internacional chamando a atenção para a complexidade de tamanho desafio relativo à intensificação do trânsito migratório.

Para lidar com a questão da crise migratória contemporânea, Papa Francisco destacou a necessidade de praticarmos, efetivamente, quatro verbos fundamentais. Menciona tais verbos, precisamente, em dois momentos: através do *Fórum Internacional sobre Migrações*, em 2017, e em sua mensagem para o *Dia Mundial*

do Migrante e Refugiado, em 2018. Seriam eles: Acolher, proteger, promover e integrar.

Em *Celebração da Santa Missa* para os participantes do Encontro *Livres do Medo*, em 2019, Papa Francisco ressaltou que as pessoas deslocadas à força nos proporcionam a oportunidade de encontrar o Senhor nas pessoas de vestes rasgadas, descalças, com rostos desfigurados, incapazes de falar a nossa língua.

No mesmo ano, através da Exortação Apostólica pós-sinodal *Christus Vivit*, relembra-nos que as histórias dos imigrantes são histórias também de encontro entre pessoas e culturas e que, assim, representam uma oportunidade de enriquecimento e desenvolvimento humano integral para todos.

Nos primeiros dias do ano de 2020, Papa Francisco, em *Discurso dirigido aos membros do Corpo Diplomático*, acreditado junto da *Santa Sé*, menciona entre os desafios do mundo contemporâneo o drama dos deslocados, a situação daqueles que passaram pelo trânsito migratório e se encontram em alguma nação como estrangeiros.

Para além dos quatro verbos supracitados, posteriormente, o Papa Francisco sugerirá ainda uma complementação aos mesmos. Seriam novas diretrizes e um novo posicionamento a serem coadunados com as recomendações relativas aos quatro verbos. Em Mensagem para o *106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado*, em 2020, o Sumo Pontífice sugere a tomada de ações muito concretas, interligadas numa relação de causa-efeito, através de seis pares de verbos a serem aplicados em relação à complexidade da crise migratória atual. Seriam estas as expressões de Francisco relativas à tais verbos:

- “É preciso conhecer para compreender”.
- “É necessário aproximar-se para servir”.
- “Para reconciliar-se é preciso escutar”.
- “Para crescer é necessário partilhar”.
- “É preciso coenvolver para promover”.
- “É necessário colaborar para construir”.

Papa Francisco se pronunciou de maneira extensa em mais um documento: a Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, 2020. Tal Encíclica representa valiosíssima contribuição no que se refere à problemática do fluxo migratório da atualidade.

Suas palavras nos convidam a ultrapassar as barreiras da geografia e do espaço e nos sugere a vivência concreta de uma fraternidade aberta que reconheça, valorize, acolha e receba todas as pessoas verdadeiramente em amor, independentemente de sua origem ou cultura.

Ao longo da história da Igreja, os Sumos Pontífices falaram em nome das pessoas obrigadas a fugir dos seus países, não somente por ocasião do *Dia Mundial dos Refugiados* promovido pelas Nações Unidas, mas também, e, sobretudo, através das mensagens anuais para a celebração católica do *Dia Mundial do Migrante e do Refugiado*, além de outras inúmeras oportunidades onde se fez necessário chamar a atenção para o drama e vulnerabilidade das pessoas em trânsito migratório.

Ao longo do quarto capítulo, demonstraremos que o compromisso da Igreja a favor dos migrantes, imigrantes e dos refugiados pode ser atribuído ao amor e à compaixão de Jesus. Respondendo ao mandamento divino e atendendo às suas necessidades espirituais e pastorais, a Igreja não somente promove a dignidade humana de cada pessoa humana, mas também proclama o Evangelho de amor e de paz em situações de deslocamento forçado.

Todos os refugiados, imigrantes, as pessoas em movimento e as populações locais devem ser compreendidos como uma única família, irmãos e irmãs em Cristo. A solidariedade e a caridade humana, assim, não devem excluir qualquer pessoa, cultura ou povo, na medida em que, diante da Igreja ninguém deve ser considerado estrangeiro porque, pelo Espírito de Pentecostes (Ap 7,9), ela abraça todas as nações, raças, povos e línguas (Ap 7, 9).

A revelação de Deus em Cristo e na Igreja atribui um papel central ao significado da dignidade do indivíduo, que inclui os refugiados, as pessoas deslocadas à força, vítimas do tráfico humano, necessitados de abrigo e proteção; todos, pessoas criadas à imagem de Deus (Gn 1, 26-27).

Demonstraremos também que a Igreja considera a imigração um campo missionário em que deve ser testemunhada a Boa Nova. O chamamento da Igreja consiste em dar testemunho e proclamar em tais circunstâncias o significado do amor de Deus em Jesus Cristo por cada pessoa, em permanecer fiel à sua vocação no seu ministério e em interpretar os sinais dos tempos.

Assim, os refugiados e as outras pessoas que foram afastadas à força das suas terras sempre nos desafiam a reconhecer Cristo no estrangeiro e no

necessitado, e também acolhê-lo, ou seja, a comprometer-se na realização de um autêntico desenvolvimento humano integral, inspirado nos valores da caridade e da verdade cristã.

2

O Fenômeno migratório na pós-modernidade

2.1

Globalização

2.1.1

Globalização: um processo assimétrico

O século XXI, marcado pelas novas eras da informação, da comunicação, da tecnologia, traz consigo novos desafios que devem ser enfrentados pela economia mundial. Dentre eles o fenômeno de uma globalização assimétrica, o desafio de novíssimas tecnologias, a financeirização da economia, a formação e expansão de governos totalitários, o acesso não equitativo aos meios produtivos e financeiros, a configuração de uma nova ordem geopolítica multipolar, a crise dos refugiados políticos e dos imigrantes⁶ pobres, a persistência da pobreza e a perpetuação de desigualdades estruturais elementares. Todos, desafios tipicamente pós-modernos.

Temas como justiça social e a consolidação de direitos, a implementação de políticas públicas de inclusão, a garantia das necessidades humanas básicas e o acesso igualitário a uma sociedade justa e solidária precisam ser conciliados com as evoluções tecnológicas⁷ e os avanços da ciência.⁸ Como recomenda o Papa

⁶ Ao longo da pesquisa utilizamos os termos “imigrantes”, “migrantes” e, ocasionalmente “emigrantes”; visto que, ainda que se refiram ao ato de migrar de uma região à outra, dependendo do contexto, implica em um tipo de movimento forçado e seus desdobramentos correspondentes. Em algumas ocasiões, optamos por utilizar somente o termo “imigrante” visando priorizar o sentido de deslocamento e movimento; independentemente de tratar-se de um movimento de imigração ou emigração. Tal termo corresponde à mobilidade espacial da população. Migrar significa trocar de país, de Estado ou Região ou até de domicílio. Esse processo ocorre desde o início da história da humanidade. O ato de migrar faz do indivíduo um emigrante - pessoa que deixa (sai) um lugar de origem com destino a outro lugar - ou imigrante - o indivíduo que chega (entra) em um determinado lugar para nele viver. A migração consiste na movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos. FERREIRA, A. B. H. Emigrante. Online sem página.

⁷ No parágrafo 105 da encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco nos lembra de que o homem moderno não foi educado para exercer seu poder de maneira consequente e responsável, visto que, o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento integral do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, e à consciência. Na LS 105, os adverte ainda o Pontífice: O problema é que não dispomos ainda da cultura necessária para enfrentar essa crise e há necessidade de construir lideranças que tracem caminhos, procurando dar respostas às necessidades das gerações atuais, todos incluídos, sem prejudicar gerações futuras. Torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecnoeconômico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e justiça, LS 53.

⁸ LS 53, 105.

Francisco em sua encíclica *Laudato Si'*, “aqueles que são detentores do conhecimento tecnológico e, sobretudo, o poder econômico sobre os bens tecnológicos, possuem um domínio brutal sobre o conjunto do gênero humano. Esses detentores são, temerariamente, uma pequena parte da humanidade.”⁹

Além disso, há ainda os desafios das fronteiras, virtuais e físicas. No mundo contemporâneo, o longínquo está cada vez mais próximo. As fronteiras são violadas de inúmeras maneiras: redes cibernéticas se atravessam sem a devida fiscalização técnica, acordos de livre comércio estabelecidos de modo autônomo e não institucionalizado e o fluxo incessante de imigrantes internacionais que tentam alcançar territórios fronteiriços de diversos modos.

É verdade que o mundo globalizado favorece o contato entre diversas culturas, pessoas, povos, crenças, ideologias e tradições; entretanto, não traz consigo, por meio de sua diversidade irrestrita, nenhuma instância reguladora ou minimamente orientadora das relações ali estabelecidas. Ainda que a globalização favoreça os contatos pessoais ou comunitários, não determina as modalidades interativas e não garante, minimamente, interações simétricas ou justas. O encontro com a alteridade não se dá, necessariamente, de forma dialógica e harmoniosa.¹⁰

Evidentemente, os valores competitivos da sociedade contemporânea agudizam ainda mais a situação de fragilidade de todos aqueles que buscam por oportunidades em territórios além de suas fronteiras nacionais. Em nossa sociedade atual, estamos assistindo a uma mercantilização da vida e uma superestimação do progresso¹¹: as relações econômicas estão influenciando poderosamente as relações humanas; os valores da eficácia, a rentabilidade e o utilitarismo têm se expandido e se traduzido em atitudes de competitividade e individualismo consumista. A economia e sua poderosa influência têm impregnado âmbitos humanos totalmente alheios à economia como, por exemplo, as relações interpessoais.¹² Como prenuncia o teólogo e sociólogo espanhol José

⁹ O Sumo Pontífice nos adverte de que nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma, e nada nos garante que o utilizará bem, LS 104.

¹⁰ LLOSA, M. V., *A civilização do espetáculo*, p. 118.

¹¹ Segundo a filósofa Hannah Arendt o progresso tem sido superestimado e, com isso, gerado – em inúmeros países pobres – condições de trabalho excepcionalmente desumanas de exploração. Condições essas, compatíveis, segundo a filósofa, com a exploração que reinava nos primeiros estágios do capitalismo. ARENDT, H., *A condição humana*, p. 145.

¹² MARDONES, J. M., *Nueva Espiritualidad*, p. 8.

Maria Mardones: “*Ninguém arbitra um jogo que não se guia por nenhuma regra, exceto a do benefício máximo.*”¹³

A cegueira moral da concorrência de mercado, a liberdade sem limites dada ao capital e às finanças à custa de todas as outras liberdades e o descaso com todas as considerações, fora as econômicas, são características de nosso tempo. A desigualdade está mais uma vez alcançando uma escala que o mundo de ontem, confiante em sua capacidade de se auto-regular e se auto-corrigir, parecia ter deixado para trás. Dentro do que envolve o processo de globalização, os países têm abandonado cada vez mais seus deveres tradicionais de Estado-nação, deixando de salvaguardar o direito universal a uma vida decente e digna, adotando, em vez disso, a promoção do mercado como garantia primordial de uma chance universal para o auto enriquecimento e, assim, aprofundando ainda mais o sofrimento dos novos pobres.¹⁴

Sendo o atual modelo de globalização empurrado pelo neoliberalismo, a interação entre diversidades frequentemente segue a lógica da competição e concorrência, referenciados pelos valores típicos do mercado. Esse é um dos motivos que faz com que a chegada do outro, não raramente, seja interpretada como ameaça à própria identidade; além de, obviamente, representar a possibilidade de uma nova concorrência oriunda de um território estrangeiro.¹⁵

Evidentemente, a globalização é uma realidade intrínseca ao mundo atual. Desde a segunda metade do século passado, esse processo vem crescendo ininterruptamente, e a tendência para o futuro parecem ser sua continuidade. Observa-se, desse modo, uma integração cada vez maior entre todos os povos, em matérias que vão desde costumes locais até as mais avançadas tecnologias.

2.1.2 Globalização e o fenômeno migratório

Em função do fenômeno da globalização e da interconexão entre os povos e culturas, e os fenômenos relativos à propagação e compartilhamento de costumes, valores, tradições, ideais, ideologias de fundamentação política, religiosa e

¹³ MARDONES, J. M., Nueva Espiritualidad, p. 9.

¹⁴ BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p.112.

¹⁵ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Direcciones estratégicas del ACNUR, 2017-2021.

filosófica, além de dados e informações de caráter científico e tecnológico, o Direito Internacional está, obviamente, incluído nessa dinâmica.

À medida que crescem as relações internacionais, surgem questões que não se restringem à esfera jurídica de um só país, provocando conflitos entre os diferentes ordenamentos nacionais. Desse modo, o processo de globalização tem tornado ainda mais imprecisa e fluida a ideia relativa à soberania dos Estados, num cenário em que o Direito Internacional assume o protagonismo.

Diante disso, evidentemente, como sublinha Papa Francisco através da Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, se faz necessário um ordenamento jurídico, político e económico mundial que incremente e guie a colaboração internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos.¹⁶ Por sua vez, os Estados não podem propor soluções de modo particular, não conciliado com a demanda mundial, visto que as consequências das mesmas gerariam um impacto sobre toda a comunidade internacional. Portanto, no que se refere à problemática do fluxo migratório contemporâneo, é imprescindível a elaboração de um trabalho comum, a elaboração de uma legislação global para as migrações.¹⁷

As relações entre os Estados podem envolver conflitos normativos, não sendo imediata a decisão sobre qual norma deve ser aplicada nos inúmeros casos. Em adição, surgem fontes jurídicas não estatais, como as companhias de comércio, federações desportivas e os organismos de Direito Internacional, cada um com seu próprio sistema de leis, que pode conflitar ou mesmo se sobrepor às leis de Estado.¹⁸

A globalização, longe de se constituir como um movimento de cooperação igualitária entre os cidadãos ou na justa partilha dos recursos mundiais, muito ao contrário, em função de alguns mecanismos que possui intrinsecamente, agudiza a disparidade entre forças de seus agentes e conduz, comumente, à acentuação das desigualdades entre pessoas e nações.¹⁹ Segundo a percepção do geógrafo brasileiro Milton Santos, a gênese da globalização é oriunda da produção de um

¹⁶ FT 138.

¹⁷ FRANCISCO, PP., Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé de 11 de janeiro de 2016.

¹⁸ CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 3.

¹⁹ CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 4.

grupo seletivo de atores globais²⁰ em benefício próprio, consequência de uma “tirania do dinheiro e da informação”.²¹ Para Santos, tratar-se-ia da chamada “globalização como perversidade”.²²

Em tal processo, desenvolve-se o estímulo entre os poucos e seletos atores globais por meio de um modo *cool* de viver; uma espécie de sintoma aplicado à secessão dos bem sucedidos. O *cool*, que outrora já foi símbolo de uma renovação moral, se converteu em uma visão de mundo dos *importantes*, que se funda nos impactantes poderes do mercado de consumo.²³

O modo *cool* de viver é oriundo de um processo intenso e avassalador. Como ressalta o filósofo francês Gilles Lipovetsky, em poucas décadas passamos de uma civilização do dever a uma cultura da felicidade subjetiva; do lazer e da busca desenfreada por prazeres, sejam eles quais forem. O modo *cool* é o que o filósofo chama de cultura do *self-love*, referindo-se aos impulsos contemporâneos que nos comandam, em vez do antigo sistema de autoconvocação e seguimento de determinados costumes, outrora norteadores.²⁴

De fato, as implicações formais de renúncia e austeridade foram globalmente remodeladas no sentido de normas que satisfaçam as apetências particulares e anseios de realização íntima. Evidentemente, é inegável que no período do Iluminismo a felicidade conseguiu impor-se como um ideal social; contudo, quer na hierarquia dos valores, quer nas normas sociais de ordem concreta, esteve sempre em segundo plano, sujeita a uma escala de valores de ordem mais elevada, que preceituava em primeiro lugar a abnegação de si próprio. Essa regulamentação do incipiente momento democrático perdeu seu valor. A época atual derrubou a hierarquia moralista das finalidades, e uma vez que o prazer em boa medida se tornou um conceito independente de regras morais, a noção de felicidade subjetiva passou a irrigar em profundidade a cultura cotidiana.²⁵

²⁰ O que é chamado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos de um *grupo seletivo de atores globais* é denominado por Bauman como *nova elite global*. BAUMAN, Z., Comunidade.

²¹ SANTOS, M., Por uma outra globalização do pensamento do pensamento único à consciência universal, p. 2.

²² SANTOS, M., Por uma outra globalização do pensamento do pensamento único à consciência universal, p. 4.

²³ BAUMAN, Z., Comunidade, 50.

²⁴ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. 28.

²⁵ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. 28.

O *cool*, por exemplo, parece estar usurpando o lugar da ética do trabalho e da perspectiva solidária e comunitária, e se instalando como forma mental dominante do capitalismo de consumo avançado. A expressão *cool*, nesse sentido, significa “*fuga ao sentimento, fuga da confusão verdadeira da intimidade*” e prioridade do consumo. Do ponto de vista vivencial seria “*viver com as expectativas rebaixadas e dirigir-se às compras*”.²⁶ Como ressalta José Maria Mardones, um fenômeno exuberante típico oriundo do que denomina como “uniformização funcional e consumista da cultura da civilização comercial única.”²⁷

Este modo de viver tem como prioridade a manutenção da ausência de compromissos, pois os mesmos carregam consigo o potencial de impedirem a liberdade de movimento numa comunidade com sua “confusa intimidade”. Os compromissos e a perspectiva comunitária, assim, são substituídos por encontros passageiros.²⁸

Os bem-sucedidos em secessão dos dias de hoje, ainda que possam viver em grupos, não constituem uma comunidade. As comunidades cercadas que fazem parte visam manter a distância da “*confusa intimidade*” da vida comum da cidade e objetivam manter-se à distância e viver livres de intrusos.

Uma outra característica importante do novo mundo habitado é a configuração de um outro tipo de classe; uma nova elite. Trata-se da *nova elite global*, que não pode ser definida por nenhuma localidade, mas, ao contrário, pela extraterritorialidade. Assim, uma das coisas que caracteriza, primordialmente, a *nova elite global* é seu estilo de vida. Um estilo que tem por costume *celebrar* irrelevância do lugar, uma condição totalmente fora do alcance das pessoas comuns, dos nativos.²⁹ Acima de tudo, a bolha em que a *elite cosmopolita global* ou *nova elite global* dos negócios e da indústria cultural passa a maior parte de sua vida é em uma zona livre dos enlaces e compromissos que caracterizariam uma comunidade. Nas palavras de Bauman, tratar-se-ia de uma “*secessão dos bens sucedidos através de uma fuga da comunidade*”.³⁰

²⁶ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 50.

²⁷ Mardones também utiliza os termos “cultura global da civilização comercial única” ou “sociedade de informação global”. MARDONES, J. M., Nueva Espiritualidad, p. 11.

²⁸ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 51.

²⁹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 53-54.

³⁰ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 55.

A *nova elite global* ou, dito de outra forma, o *novo cosmopolitismo dos bens sucedidos* prescinde de uma comunidade. Se por um lado há pouco que possam ganhar através da rede comunitária, por outro, há muito a perder caso se submetam a ela. Trata-se de uma nova e marcante configuração do humano com o humano. Como se refere o jornalista e escritor italiano Ezio Mauro, em obra conjunta (*Babel*) com Zygmunt Bauman: “*Estou falando de uma nova solidão, uma nova incomunicabilidade*”.³¹

O traço da comunidade que leva a todos os que não simpatizam com ela a fugirem de suas implicações são conteúdos ligados a ideia de obrigação fraterna, ou seja, de partilhar vantagens entre seus membros.³²

No mundo fluido, líquido e informe da *nova elite global* dos negócios e da indústria cultural, não há lugar para a reflexão sobre realidades obstinadas e duras como a pobreza. Não há lugar para o compartilhamento do bem-estar conjuntamente conseguido,³³ para uma possível responsabilidade dos ricos que possa oferecer alguma esperança aos pobres.³⁴

O novo mundo da *nova elite global* é movido pelo mecanismo operado pela chamada “globalização perversa”, força motriz que avulta uma crise sem precedentes da história recente, onde destaca-se a oposição entre a “globalização como perversidade”, traduzida nas precárias condições dos países exportadores de imigrantes, e a “globalização como fábula”.³⁵

A fábula de uma globalização inclusiva e acolhedora é verificada na esperança de muitas pessoas de conquistar uma vida digna nos países desenvolvidos, considerados como protagonistas do desenvolvimento socioeconômico e do respeito aos direitos humanos. Evidentemente, essa fábula raramente se reproduz na prática, visto que os imigrantes, além de sofrerem frequente preconceito e hostilidade das populações e governos locais, tendem a se recluser em guetos e ocupar posições sociais subalternas.³⁶

³¹ BAUMAN, Z; MAURO, E., *Babel*, p. 18.

³² BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 56.

³³ Bauman menciona uma forma comum contemporânea de se ter a sensação de uma vivência comunitária. Aquela permitida através da adoração de um ídolo comum, uma figura pública adorável. BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 65-66.

³⁴ Ainda neste capítulo Bauman salienta as novas configurações das novas comunidades estéticas, em oposição às comunidades éticas. BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 62-63; 66-68.

³⁵ CORRÊA, R., *De lugar nenhum*, p. 25.

³⁶ CORRÊA, R., *De lugar nenhum*, p. 26.

Decorre dessa realidade a necessidade de serem apresentadas alternativas, de modo a resguardar a dignidade de tais refugiados. Como ressalta Papa Francisco é indispensável uma atuação substancial que vise atender, efetivamente, aos pobres, aos miseráveis, aos necessitados e aos marginalizados, a quem Deus ordenou socorrer como um dever exigido a todos os homens e de modo particular aos mais abastados.³⁷ Dessa forma, se faz necessário compreender o papel do Direito e do Estado no mundo atual, para que seja possível definir quais instituições são responsáveis por essas pessoas.

Admitindo-se que a globalização seja um fenômeno que ocorre de forma desigual e produz injustiças, percebe-se a complexidade de sua lógica. Segundo Santos, com o auxílio de mecanismos jurídicos disponíveis, é necessário e possível alcançar o que chamou de outra *globalização*, por meio de um projeto de mundo solidário, coerente com o princípio da dignidade humana, previsto pela maioria dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais vigentes na atualidade.³⁸

O que se reconhece como Direito Internacional dos Direitos Humanos visa a defesa dos direitos humanos com base em preceitos que devem ser válidos em qualquer parte do mundo, em detrimento de práticas locais que sejam lesivas a tais direitos. Nesse sentido, estatui a *Carta das Nações Unidas* em seu preâmbulo que:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. (...) Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.³⁹

³⁷ FT 285.

³⁸ SANTOS, M., Por uma outra globalização do pensamento do pensamento único à consciência universal, p. 4.

³⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta (Preâmbulo).

É evidente a preocupação de seus assinantes em evitar a ocorrência de novas tragédias, análogas às que se desenrolaram durante as duas grandes guerras, tal qual a crise migratória vigente. Igualmente relevante no documento, é o compromisso com a constituição das relações entre os povos baseadas na ética, isto é, no reconhecimento de princípios universais que não se restringem à cultura de apenas um povo ou nação.⁴⁰ O art. 103 da Carta define que “*no caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta*”.⁴¹

Com esse artigo, pretendia-se determinar que os compromissos assumidos na assinatura da Carta sobrepor-se-iam a qualquer outro acordo do qual os países membros fossem ou viesse a ser signatários. A superioridade hierárquica das Nações Unidas, em relação às demais organizações internacionais que pudessem surgir, justifica-se pela pretensão da Organização de ter alcance mundial, em vez de vincular um número limitado de países. Os preceitos tutelados pela ONU, devido ao seu conteúdo ético, buscam se sobrepor a quaisquer outras ordens jurídicas, sejam elas nacionais ou internacionais, de modo a efetivar a garantia de direitos e objetivos tidos como universais.⁴²

2.1.3

Globalização: interpenetração cultural

Em geral, o aparecer de novos paradigmas interpretativos em relação à tradição local gera conflitos que, com frequência, são removidos pela separação, exclusão ou eliminação do diferente; às vezes, interpretados como uma doença de impossível convivência. Tratar-se-ia de conceber a alteridade como um vírus que contamina o corpo e que deve ser eliminado.

O medo da alteridade, sobretudo da alteridade dos imigrantes, representa uma possibilidade de ameaça. De acordo com Bauman, a proximidade de

⁴⁰ Outro ponto central é a valorização dos tratados e demais fontes de Direito Internacional dos quais os países-membros sejam signatários. Tal ponto sinalizava a tendência, naquele momento histórico, de crescimento das relações internacionais. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Artigo 259.

⁴¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Artigo 103.

⁴² CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 260.

estranhos étnicos dispara os instintos étnicos dos nativos, e as estratégias que se seguem a esses instintos têm por objetivo a separação e o isolamento desses “alienígenas”, o que por sua vez reverbera no impulso ao auto estranhamento e autofechamento do grupo isolado à força.⁴³

Neste contexto se insere o percurso dos imigrantes. Vivendo longe da própria sociedade e em contato com novos referenciais indenitários, eles experimentam o desafio da manutenção de sua cultura, religião e tradição, e ao mesmo tempo a necessidade de incorporação ao novo contexto social. De forma análoga, as sociedades de acolhida são desafiadas pela presença de imigrantes, que trazem consigo crenças e valores externos, distintos dos já presentes monopólios tradicionais.

Em ambos os casos, a complexidade está no encontro dialético entre a própria cultura, religião e identidade, e a cultura e tradição de um outro povo ou país.⁴⁴ Os estrangeiros, por um lado, lidam com o desafio de se abrirem minimamente à nova cultura que experimentam e, por outro, de conservarem a própria identidade cultural e religiosa, permanecendo fiéis ao próprio passado, aos próprios valores e à própria tradição.

De fato, a situação das pessoas deslocadas à força é extremamente crítica e delicada em função de inúmeros aspectos; e infelizmente não parece que se encerrará em breve. Os grandes deslocamentos migratórios, embora sejam um fenômeno sempre presente na história da humanidade e comumente agudizado em períodos de guerra e pós-guerra, se intensificaram enormemente a partir de meados da última década.⁴⁵ Segundo dados da ACNUR - *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*,⁴⁶ apesar das restrições de movimento

⁴³ As construções de majestosos muros, o envio pomposo de exércitos nas fronteiras ou a utilização de sofisticadas tecnologias para flagrar os imigrantes irregulares desmascaram a fragilidade de um contexto sócio-cultural incapaz de lidar com a presença da alteridade. BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 94.

⁴⁴ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 39.

⁴⁵ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 92.

⁴⁶ *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados* (ACNUR) foi criado em 1950, durante o rescaldo da Segunda Guerra Mundial, para ajudar milhões de europeus que fugiram ou perderam suas casas. Atualmente, mais de 70 anos depois, a ACNUR ainda está trabalhando duro, protegendo e ajudando refugiados em todo o mundo. De um ponto de vista histórico a organização teve papel de fundamental importância em algumas circunstâncias. Em 1954, o ACNUR ganhou o Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho inovador na Europa. Em 1956, durante a Revolução Húngara, 200.000 fugiram para a vizinha Áustria. Reconhecendo os húngaros como refugiados “prima facie”, o ACNUR liderou esforços para reassentá-los. Essa revolta e suas consequências moldaram a forma como as organizações humanitárias lidariam com crises de refugiados no

relacionadas à COVID-19 e dos apelos da comunidade internacional para um cessar-fogo que facilitaria a resposta ao COVID-19, o deslocamento continuou a ocorrer de forma crescente. Como resultado, atualmente, mais de um por cento da população mundial – ou 1 em cada 95 pessoas – está agora deslocada à força. Em 2010 esse número era de 1 em 159 pessoas.⁴⁷

No decorrer da história humana, embora tenhamos alcançado tamanhas evoluções tecnológicas, foram protagonizadas incontáveis situações catastróficas que geraram dor e sofrimento ao próprio ser humano. Ainda assim, no entanto, a civilização contemporânea, construída a partir dos ideais modernos, é responsável por cenários desoladores, que sinalizam a derrocada de um modelo racional. Como nos alerta o jurista brasileiro Fábio Konder Comparato, através de sua obra intitulada *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*, é absolutamente indispensável que estejamos atentos aos perigos relativos ao desenvolvimento técnico-científico sem um correspondente progresso ético e o papel eminente da ética como fator de preservação da vida na face da terra.⁴⁸

No final do século XIX e início do século XX, a civilização construída sob as bases do iluminismo-europeu, foi responsável, dentre outros fatos, pelas duas grandes guerras mundiais, pelo extermínio de judeus, pelas bombas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki, pela fome e miséria que ainda dizimam povos dos países

futuro. Durante a década de 1960, a descolonização da África produziu a primeira das inúmeras crises de refugiados daquele continente. Também ajudaram a desenraizar as pessoas na Ásia e na América Latina nas duas décadas seguintes. Em 1981, receberam um segundo Prêmio Nobel da Paz pelo que havia se tornado assistência mundial aos refugiados. O início do século XXI viu o ACNUR ajudar com grandes crises de refugiados na África, Oriente Médio e Ásia. Também, através de sua experiência, ajudaram muitos deslocados internamente por conflitos e expandiram seu papel na ajuda de pessoas apátridas. Em algumas partes do mundo, como a África e a América Latina, a Convenção de Refugiados de 1951 e forçada por outros instrumentos legais regionais. O ACNUR tem hoje mais de 17.878 pessoas trabalhando em 132 países. O orçamento da organização, que em seu primeiro ano foi de US\$ 300 mil, atualmente ultrapassa a casa de US\$ 9 bilhões. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). História do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

⁴⁷ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR.

⁴⁸ Comparato resgata o exemplo retirado do mito da criação do homem, contado por Protágoras no diálogo de Platão do mesmo nome (320 c e ss), onde Zeus, compadecendo-se da situação de conflito intenso em que se encontravam os homens, ocupados em se destruírem uns aos outros em dissensões e guerras contínuas, temeu pela sobrevivência deles. Zeus decidiu então enviar Hermes como seu mensageiro pessoal, recomendando-lhe que atribuisse aos seres humanos os sentimentos de justiça e respeito pelos outros, sem os quais não há sociedade que subsista. COMPARATO, F. K., *Ética*, p. 35-36.

mais pobres.⁴⁹ Segundo Emmanuel Lévinas, o autor com o qual dialogamos no capítulo segundo desta tese, “trata-se do fim do mundo do qual os arsenais nucleares revelam o aspecto popular e angustiante”.⁵⁰

2.2

Fluxo migratório na pós-modernidade

2.2.1 Fluxo migratório na pós-modernidade: em busca da terra prometida

Desde 2015, temos vivido tempos de grandes e crescentes migrações globais,⁵¹ o período de maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial.⁵² Trata-se de uma grave crise migratória em escala global envolvendo inúmeros países de diferentes regiões; tais quais o Oriente Médio e o continente africano; a Europa, que recebe muitos desses imigrantes; bem como inúmeros países que compõe a América Latina. O progresso econômico desigual, massas de pessoas sem terra e rejeitadas, conflitos e dissensões oriundos de transformações sociopolíticas e lutas por poder e, mais especificamente, as consequências de profunda desestabilização do Oriente Médio são fatores preponderantes.⁵³

Nos últimos anos tem ocorrido um enorme salto no contingente de refugiados e pessoas em busca de asilo, acrescidos atualmente ao volume total de imigrantes que já batiam às portas da Europa. No final de 2020, como resultado de perseguição, conflitos, violência, violações de direitos humanos e eventos que perturbam seriamente a ordem pública, tivemos 82,4 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo. Como ressalta o *Relatório Emblemático de*

⁴⁹ Conforme destaca Joel Birman, a palavra civilização é relativamente nova no vocabulário do Ocidente, constituindo-se no Renascimento e que se disseminou na Europa desde os primórdios do século XVII, que forjaram os primeiros jogos de linguagem para o seu uso. No século XVIII, o discurso antropológico, no contexto do Iluminismo, enunciou algumas novas regras para esses jogos de linguagem, opondo então categorias de civilização e barbárie. Essas foram então incorporadas nos discursos filosófico, político e social no século XIX, e constituíram o solo epistemológico para a formulação do paradigma evolucionista da antropologia. BIRMAN, J., Arquivos do mal-estar e da resistência, p. 93.

⁵⁰ LÉVINAS, E., Deus que vem a ideia, p. 78.

⁵¹ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR.

⁵² BAUMAN, Z., Comunidade, p. 92.

⁵³ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Direcciones estratégicas del ACNUR, 2017-2021; BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 39.

Tendências Globais da ACNUR, com o número de pessoas subindo para mais de 82 milhões, a questão não é mais se o deslocamento forçado ultrapassará 100 milhões de pessoas, mas sim quando.⁵⁴

Esse salto foi causado pelo número crescente de Estados em decadência ou de territórios sem Estado e sem lei, palcos de intermináveis guerras tribais, sectarismos, assassinatos em massa e banditismo generalizado. O fluxo de refugiados, impulsionado por regimes de violência arbitrária, totalitarismos e ditatorialismos, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados imigrantes econômico em busca de oportunidades. Durante 2020, as crises everais – algumas novas, algumas de longa data e alguns recapeamentos após anos – forçaram 11,2 milhões de pessoas a fugirem, contra 11,0 milhões em 2019. Este número inclui pessoas deslocadas pela primeira vez, bem como pessoas deslocadas repetidamente, dentro e fora das fronteiras dos países.⁵⁵

Em nosso mundo atual, cada vez mais desregulado e multifacetado, a penetração de *estranhos estrangeiros*⁵⁶ deixa a população inquieta e assustada perante os recém chegados sem teto, o que provoca alto nível de animosidade em relação a eles, estimula a violência e o abuso de sua condição visivelmente empobrecida, trágica e vulnerável. Assim, experienciam a miséria, a humilhação e ignomínia, numa sociedade pronta para rejeitá-los e negarem seu valor essencial como pessoa.⁵⁷

2.2.2 Fluxo migratório contemporâneo: aporofobia

Há ainda, no entanto, outro elemento complicador para os refugiados e imigrantes que buscam asilo e acolhida para além de suas fronteiras de origem. Trata-se do que a filósofa Adela Cortina⁵⁸ intitula como *aporofobia*, isto é, a

⁵⁴ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). *Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR*.

⁵⁵ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). *Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR*.

⁵⁶ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 39.

⁵⁷ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 39.

⁵⁸ Cortina propõe uma reflexão sobre a pobreza e os fenômenos sociais relacionados à ideia de rejeição, aversão e desprezo pelos pobres. Tal é apontada pela autora a partir das fronteiras conceituais entre xenofobia e *aporofobia*, indicando, inicialmente, o apreço xenofílico aos milhões de turistas estrangeiros que aportam, anualmente, aos países da Europa, oriundos de países e regiões de diversidade étnica, racial, linguística e religiosa e, por outro lado, a postura e atitudes

aversão e rejeição aos pobres. Segundo Cortina, o fenômeno da *aporofobia* constitui um dos maiores desafios para a democracia e para o desenvolvimento de sociedades justas. A rejeição e a aversão aos pobres ocorre porque representam aqueles indivíduos que “atrapalham” os demais. Nesta categoria estão incluídos os imigrantes, os pobres, os indefesos, todos figuras incômodas porque incapazes de contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Os fluxos migratórios e os movimentos de xenofobia dos países ocidentais se sustentam por meio desses argumentos, demonstrando que o sentimento de rejeição não é direcionado apenas à raça e etnia, mas especificamente ao “*perigo em potencial*” que esses indivíduos pobres representam para o bem-estar social.⁵⁹

Nesse sentido, a filósofa Adela Cortina propõe uma reflexão sobre a pobreza e os fenômenos sociais relacionados à ela.⁶⁰ Salienta as fronteiras conceituais entre *xenofobia* e *aporofobia* e, por outro lado, ao mesmo tempo, a constatação do surpreendente apreço xenofílico aos milhões de turistas estrangeiros⁶¹ que aportam anualmente nos países da Europa. Estes, oriundos de países e regiões de diversidade étnica, racial, linguística e religiosa, fortalecem a indústria econômica do turismo em cada país do continente. A estes turistas, com condições plenas de movimentar a economia, a Europa se rende com possibilidades variadas de lazer e cultura na intenção de seduzi-los. No entanto, esta hospitalidade se converte em

xenofóbicas em relação aos estrangeiros pobres que buscam asilo e refúgio em países mais abastados. CORTINA, A., *Aporofobia, el rechazo al pobre*, p. 7.

⁵⁹ Cortina compreende que a pobreza é caracterizada, em essência, pela falta de liberdade. A pessoa pobre é a pessoa que: padece falta de libertad, imposibilidad de llevar adelante los planes de vida que tiene razones para valorar, carencia de las capacidades básicas necesarias para tomar las riendas de su vida. Lo cual tiene para quien la sufre consecuencias tan indeseables como no poder ser agente de su vida, sino sólo un sujeto paciente de la lotería natural o social que le toque en suerte, y no poder perseguir la felicidad por el camino que desearía elegir. CORTINA, A., *Aporofobia, el rechazo al pobre*, p. 89.

⁶⁰ Nos lembra a autora que, historicamente falando, somente no final do século XVIII que se desenvolve a noção de que a pobreza involuntária possui causas sociais e que os pobres teriam o direito de ter oportunidade de levar uma vida boa, sendo dever da sociedade a proporcionar. Tratava-se de reconhecer que a pobreza é evitável. Até alguns séculos atrás, a situação da humanidade era de pobreza, o fenômeno da geração de riqueza indefinida é recente e se produziu a partir da combinação de fatores, “como as novas tecnologias industriais, a energia do carbono, as forças do mercado, a mobilidade social, a urbanização, a mudança nas formas de estrutura famílias e nas divisões de trabalho”. CORTINA, A., *Aporofobia, el rechazo al pobre*, p. 91.

⁶¹ Como aponta Maurizio Ambrosini, definimos apenas uma parte dos estrangeiros como imigrantes. Trata-se de estrangeiros provenientes de países que classificamos como pobres (não aqueles originários de países desenvolvidos), estrangeiros sujeitos a controle estatal, titulares de um direito de residência restrito e subordinado às regras e interesse do país anfitrião. AMBROSINI, M., *Sociologia delle migrazioni*, p. 17.

ódio quando se trata do acolhimento aos refugiados da guerra, da miséria e da fome, ou seja, sujeitos pobres e indesejados.⁶²

Por isso, sustenta a autora, não se pode falar de xenofobia nesse contexto, pois ocorre o fenômeno oposto: o fenômeno de *xenofilia*;⁶³ uma hospitalidade, um cuidado e uma amizade para com esses estrangeiros. Entretanto, infelizmente, não se verifica a mesma hospitalidade e boas-vindas com outros tipos de estrangeiros. Desde anos anteriores a 2016 a União Europeia tem sido, e ainda é, o destino de pessoas que, arriscando suas vidas e por vezes perdendo-as, saem de seus países à procura de melhores condições de vida. A questão é que esses indivíduos não são turistas dispostos a investir dinheiro, pois trata-se de refugiados políticos e imigrantes pobres. São outro tipo de estrangeiros:

Seu êxodo vem de longe no espaço e no tempo. Não traz ao nosso país os atrativos do sol, das praias, das belezas naturais e artísticas, muito menos a nossa proverbial hospitalidade, que com eles deixou de ser. A guerra, a fome e a miséria os arrancam de suas casas, e os lançam nas mãos de máfias exploradoras, embarcam em barcos e procuram por todos os meios chegar até a costa. Milhares deles morrem no mar e, para os que chegam, a tortura continua em terras inóspitas, populações adversas, locais de internamento em péssimas condições e sob risco de serem devolvidos também em péssimas condições.⁶⁴

A crise de refugiados na Europa se agrava na medida em que começa a Guerra na Síria,⁶⁵ mas já teve início juntamente com os primeiros conflitos bélicos do século XX.⁶⁶ A questão, para a referida autora, é que os protagonistas dessa crise são pessoas desesperadas que arriscam suas próprias vidas porque continuar no país em que estão já não é mais uma opção: “*sus historias no son ficticias*, sino contundentemente realidades”.⁶⁷

Enquanto isso, os meios de comunicação narram diariamente esse cenário, mas adotam um discurso conformista de que essa crise é irremediável. Entretanto, ela tem solução. É nessa discrepância de posições que se torna impossível não

⁶² CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 91.

⁶³ Termo que se traduz em um sentimento de amor e amizade pelo estrangeiro.

⁶⁴ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 5.

⁶⁵ No ano de 2015, período de ápice da crise migratória, a agência de refugiados da ONU indicava que o maior grupo de requerentes no continente era formado por sírios, com 122.800 requisições de asilo, ou 20% do número total de candidatos. Eritreus, que refugiados de guerra estavam em segundo lugar. CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

⁶⁶ Salientamos que para além da Europa, há um fenômeno incrivelmente semelhante também têm gerado desdobramentos parecidos nos Estados Unidos.

⁶⁷ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 5.

comparar o acolhimento dos turistas estrangeiros com a rejeição dos refugiados estrangeiros. Para os refugiados, “*se les cierran las puertas, se levantan alambradas y murallas, se impide el traspaso de las fronteras*”.⁶⁸

Por essas razões, não pode ser dito que os refugiados políticos despertam um sentimento de xenofilia, pois não há nenhuma atitude de amor e amizade perante elas. Da mesma maneira, defende Cortina, não se trata de xenofobia, pois a razão da rejeição e aversão não é que se trata de pessoas estrangeiras, de outra raça ou etnia, mas que são indivíduos pobres. O que desperta a rejeição é que esses refugiados estão vindo para “complicar a vida” da população local. “Y es que es el pobre el que molesta, el sin recursos, el desamparado, el que parece que no puede aportar nada positivo al PIB del país al que llega o en el que vive desde antiguo, el que, aparentemente al menos, no traerá más que complicaciones”.⁶⁹

Esses refugiados políticos, por serem pobres, despertam preocupações de ordem econômica, social e política. Do ponto de vista da mídia e da população local, esses indivíduos tirarão empregos dos cidadãos, aumentarão os gastos públicos e portam valores e culturas suspeitas. Em síntese, essas pessoas ameaçam o bem-estar da sociedade que, apesar de ter desigualdades, estão em melhores condições do que os países dos quais fogem devido à guerra e as péssimas condições de vida.

Trata-se de amostras reais de *aporofobia*, isto é, da rejeição, aversão, medo e desprezo pelo pobre, desamparado que, aparentemente, não pode devolver nada bom em troca. Cortina não duvida, nem por um momento, que exista a xenofobia, o racismo, assim como a misoginia, a islamofobia e a homofobia perante populações e indivíduos estrangeiros. Ao analisar esse cenário, percebe-se que a rejeição ao pobre está presente nas mais diversas áreas da sociedade e, infelizmente, encontra-se extremamente enraizada na cultura e nas demais formas de fobia social.

A aporofobia é o desprezo pelo pobre, a rejeição aos que não são capazes de devolver nada em troca para a sociedade ou que aparentam ser incapazes disso. De acordo com a referida autora, é por isso que o pobre é excluído “de un mundo construido sobre el contrato político, económico o social, de ese mundo del dar y

⁶⁸ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 5.

⁶⁹ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 6.

el recibir, en el que sólo pueden entrar los que parecen tener algo interesante que devolver como retorno”.⁷⁰

Adela Cortina analisa que o estabelecimento do Estado de Direito surge da necessidade da proteção de acordo com os deveres e responsabilidades de cada indivíduo. É a partir disso que são construídas instituições com o compromisso de ajudar os vulneráveis. Entretanto, como nos diz a autora, “os pobres parecem quebrar esse jogo de dar e receber, porque a mentalidade calculista percebe que eles não trarão nada além de problemas em troca. Assim, a tendência de excluí-los prospera.”⁷¹

Cortina chama a atenção para o fato de existir um abismo entre os sonhos das sociedades, as declarações e a realidade. Trata-se de um mundo contraditório⁷² na política, na economia, na ciência e nas organizações sociais. Isto é, as sociedades com democracias liberais do século XXI se sustentam em alguns ideais centrais, cuja essência representa o sonho da sociedade. No âmbito político, é desejada uma democracia baseada nos valores de liberdade e igualdade, bem configurada, assim como deseja-se uma democracia mundial capaz de distribuir justamente os bens. Na economia, busca-se uma economia ética, com a meta de criar riqueza com equidade, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades. Do mesmo modo, objetiva-se fomentar a cidadania econômica, tendo os cidadãos como protagonistas das decisões sobre a produção.⁷³

No que diz respeito à sociedade civil, a ambição é de uma sociedade moralmente pluralista, disposta e comprometida com os assuntos do bem-comum, respeitando todas as bagagens culturais, mas sempre compartilhando dos mesmos princípios de justiça. Da mesma maneira, a cidadania social cosmopolita é um sonho, em que todas pessoas convivam, sem exclusão. Além disso, “*el cuidado de la naturaleza completaria el diseño de un mundo que resulta utópico, sin duda, pero es el que, al menos en las declaraciones, aceptarían las sociedades con democracia liberal*”.⁷⁴

⁷⁰ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 6.

⁷¹ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 7.

⁷² Contraditório, como observa também Bauman, porque as nações têm negligenciado sua função elementar de proteção e promoção da vida humana e feito a opção prioritária pela livre concorrência do mercado, independentemente dos desdobramentos e consequências que afetarão em cheio aos menos favorecidos e frágeis. BAUMAN, B., A sociedade individualizada, p.112.

⁷³ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 40.

⁷⁴ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 41.

Entretanto, a realidade não condiz com essas declarações. E é nesse sentido que Cortina adota os três níveis de desenvolvimento da consciência moral para explicar esse abismo:

Em primeiro, as pessoas consideram apenas o que as favorece individualmente; em segundo, consideram exatamente o que coincide com as normas de sua comunidade (momento do comunitarismo); e no terceiro nível, aquele de maior maturidade moral, as pessoas refletem sobre o que é justo e o que é injusto em relação à humanidade. É o momento do universalismo.⁷⁵

Segundo Cortina, o que ocorre nas sociedades atuais é um afastamento entre o nível de consciência moral das instituições e suas declarações para o nível das pessoas e da sociedade. Enquanto o Estado e as instituições são legitimados pela defesa dos direitos humanos, situando-se no nível ético universalista, os indivíduos que trabalham nas instituições e os cidadãos se encontram entre o primeiro e o segundo nível de consciência moral. Conforme a autora, podemos dizer

que há nessas sociedades uma consciência moral social, uma ética cívica, que dá sentido às instituições políticas, econômicas ou acadêmicas, e é universalista, enquanto os julgamentos e ações pessoais são egoístas ou comunitários e buscam favorecer indivíduos ou grupos.⁷⁶

Historicamente as sociedades ocidentais passaram por grandes progressos no que tange à consciência moral, considerando a abolição da escravidão, a luta contra a misoginia, o racismo, a homofobia e, atualmente, contra a xenofobia. E no que diz respeito às declarações, as sociedades buscam, cada vez mais, uma maior maturidade moral sobre o justo e sobre a humanidade. Entretanto, essa é a moral pensada e a moral escrita em constituições, tratados e códigos, como a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 (ONU). No entanto, “en todos ellos, erradicar el hambre, acabar con la pobreza extrema y la desigualdad injusta en sus diversas formas es un objetivo declarado, que forma parte de la moral pensada, escrita, declarada”.⁷⁷

E isso contribui para o chocante contraste que existe entre as declarações

⁷⁵ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 42.

⁷⁶ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 42.

⁷⁷ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 43.

e a moral vivida pelas instituições e pelos indivíduos, isto é, pela moral adotada no dia-a-dia. Segundo Zygmunt Bauman trata-se de um processo de falência no que tange ao tema “ética”. Na verdade, como sublinha, estamos passando por um enorme retrocesso:

Estamos de volta à estaca zero. Depois de cerca de um século de feliz coabitação marital da ética com a razão racional-instrumental, o segundo parceiro optou por deixar o matrimônio e a ética permaneceu sozinha para cuidar do lar antes compartilhado. E quando está sozinha, a ética é vulnerável e não acha fácil manter sua posição.⁷⁸

Assim, por um lado, observamos o enaltecimento da busca do sonho de um mundo melhor possível e necessário para combater todas formas de injustiças e, por outro, uma elaborada edificação de impedimentos para a construção dessa democracia inclusiva e dessa sonhada sociedade justa.⁷⁹

Esse abismo entre o dito e o que é feito pode ser chamado de debilidade moral. Debilidade esta que se mostra no fato do indivíduo chegar a um juízo moral, mas no momento que lhe é demandada a ação, procede de maneira oposta ou diferente de tal juízo. Obviamente, essa debilidade moral e essa fragilidade ética e não empática se manifestam não apenas no indivíduo, mas também como expressão da sociedade que faz parte. Como bem nos lembra Bauman, a qualidade humana da sociedade deve ser medida pela qualidade de vida de seus membros mais fracos. E desde que a essência de toda a moralidade é a responsabilidade que as pessoas assumem pela humanidade dos outros, essa é também a medida do padrão ético de uma sociedade.⁸⁰

2.2.3

Fluxo migratório contemporâneo: vítimas da sociedade do intercâmbio

Outro aspecto interessante salientado por Cortina é relativo à seletividade humana; uma conveniente seletividade grupal. Para a autora, os seres humanos praticam uma simpatia seletiva com seu grupo e sua família, com aqueles que consideram seus semelhantes; não tendo a mesma compaixão com os membros

⁷⁸ BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p. 104.

⁷⁹ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 43.

⁸⁰ BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p. 105.

externos.⁸¹

Como fundamenta a autora, o ser humano desenvolve uma racionalidade empenhada na cooperação em prol do máximo benefício, sendo o indivíduo um maximizador de sua ganância. Por isso, adota-se uma racionalidade de reciprocidade, do indivíduo capaz de dar e receber, de cooperar, movido racionalmente, mas também pelas emoções e sentimentos.

E acontece que, ao verificar que o jogo de dar e receber é benéfico para o grupo e para os indivíduos que o compõem, esse jogo foi se cristalizando em regras de reciprocidade indireta que formam o esqueleto sobre o qual se baseiam as sociedades contratualistas em que vivemos, regidas pelo Princípio da Troca. Qualquer ação espera um retorno, a reciprocidade é a base da cooperação; mas esse retorno nem sempre tem que vir do beneficiário, mas pode vir de outros.⁸²

Trata-se de um princípio adaptativo que não leva à busca pelo bem da maior quantidade de pessoas, mas sim de um pacto de ajuda mútua, em que os menos avantajados não fazem parte. Assim, não é surpreendente que a sociedade evite e rejeite as pessoas que podem ser perturbadoras e que não ofereçam benefícios, ocasionando graves exclusões sociais. Além disso, “A sociedade de troca contratualista e cooperativa exclui o radicalmente estrangeiro e estranho que não entra no jogo da troca, porque não parece que ele possa oferecer qualquer benefício em troca. Esse é o pobre em todas as esferas da vida social.”⁸³

Para Cortina, o pobre é aquele que está fora da possibilidade de devolver algo em um mundo baseado em dar e receber. Por isso, parece perder a capacidade adaptativa biológica e social, porque são os bens situados que podem ajudar na sobrevivência social e a prosperar. Esses “sem poderes” podem ser os pobres, os deficientes mentais, os assim denominados pela autora: *indivíduos descartáveis*.⁸⁴

Interessante rememorar que o tema da descartabilidade humana e seus desdobramentos também são realçados pelo Papa Francisco. O fez, por exemplo, em 2013, em *Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado*, lembrando-nos que o dever da solidariedade consiste exatamente no contrário, ou

⁸¹ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 52.

⁸² CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 53.

⁸³ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 54.

⁸⁴ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 54.

seja, em contrastar e a se contrapor à cultura do descartável e em prestar mais atenção aos frágeis, aos pobres e aos vulneráveis.⁸⁵

São estes que, em cada esfera da sociedade, são aqueles que não podem devolver os bens e investimentos que na sociedade são trocados, “que podem ser favores, empregos, lugares, dinheiro, votos, apoio para ganhar eleições, honras e regalias que satisfaçam a vaidade.”⁸⁶ Como se pronuncia Cortina,

Este é o terreno fértil, biológico e social, da aporofobia, da aversão aos *áporoi*, daqueles que nada têm a oferecer em troca. E não apenas se estiverem longe, mas ainda mais se estiverem próximos e puderem causar problemas, se pertencerem à própria família e forem tratados como uma vergonha de se esconder.⁸⁷

Na sociedade de intercâmbio, os pobres são aqueles que parecem não poder oferecer nada em troca. Nas sociedades baseadas no jogo da troca e do intercâmbio, o jogo da reciprocidade consiste em dar com o poder de receber, seja da pessoa a quem se dá algo, seja receber algo de outra pessoa autorizada a troca. Essa é a base das sociedades contratualistas que, por mais que estimulem a troca entre eles, buscam sempre fazê-la procurando “equivalências”. Assim, naturalmente, excluem os pobres porque estão submetidos ao princípio da troca, segundo o qual “a quien más tiene más se le dará, y a quien tiene poco hasta lo poco que tiene se le quitará”.⁸⁸

Vejamos como se dá a lógica de funcionamento da sociedade contratualista em relação à demanda das trocas equivalentes e um intercâmbio conveniente:

No mundo das trocas, os pobres provocam um sentimento de rejeição porque só colocam problemas para quem realmente quer ajudar a prosperar, suscitam desprezo quando vistos por uma posição de superioridade, medo quando geram insegurança e, na melhor das hipóteses, impaciência para se livrar deles, impaciência do coração.⁸⁹

A referida autora acredita que a racionalidade que marca a *aporofobia* e que a permita persistir é a ideia da riqueza e da grandeza que, economicamente falando, são contempladas, na sociedade, com respeito e admiração, enquanto o

⁸⁵ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2014.

⁸⁶ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 54.

⁸⁷ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 54.

⁸⁸ Alusão ao texto bíblico de Mateus 25,29. CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 86.

⁸⁹ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 86.

menosprezo é direcionado à pobreza e à fraqueza. Essa tendência, no ponto de vista de Cortina, deve ser reconduzida no sentido de respeito à dignidade das pessoas. Por isso, se faz indispensável construir instituições e organizações ligadas à economia que caminhem nesse sentido de igualdade e dignidade.

Como nos alerta Papa Francisco, “precisamos fazer crescer a consciência de que, hoje, ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém”.⁹⁰ A pobreza, a degradação, os sofrimentos de um lugar da terra são um silencioso terreno fértil de problemas que, finalmente, afetarão todo o planeta.⁹¹ Assim, precisamos de um ordenamento jurídico, político e económico mundial que incremente e guie a colaboração internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos.⁹²

Obviamente, é essencial a criação de instituições e organizações que reforcem o reconhecimento dos que não têm poder. Para Cortina,

É necessário ir além disso, rumo ao reconhecimento recíproco da dignidade e à compaixão, que rompe barreiras e se estende universalmente. Isso não vem como tal inscrito nos genes, instalados no cérebro, mas nós devemos criar condições que tornem a experiência humanizadora por excelência.⁹³

Como nos diz a autora, os pobres não são invisíveis, eles são invisibilizados. A rejeição, incorporada evolutivamente pelo cérebro, necessita ser superada. A compaixão não deve existir somente no jogo de troca e de receber, mas no reconhecimento de que o outro é um igual, sendo um vínculo que existe antes de qualquer contrato social. Para que ocorra essa transformação em direção ao ideais igualitários é necessário contar com a educação familiar e escolar, com os meios de comunicação e com o conjunto da vida pública. E, acima de tudo, é preciso construir instituições e organizações que caminhem nessa direção, pois não ajudarão a construir justiça se forem baseadas em ideais não correspondentes.⁹⁴ Se trata, portanto,

de criar instituições políticas, educacionais e culturais, como as que procuram promover uma neurodemocracia face aos crimes e ao discurso de ódio aos pobres. Mas com a política, a educação e a cultura não bastam, visto que, o peso das

⁹⁰ FT 138; SCa 67.

⁹¹ FT 137.

⁹² FT 138.

⁹³ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 55.

⁹⁴ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 87.

instituições econômicas e da vida econômica como um todo é extraordinário e tem uma influência decisiva na configuração da forma de pensar e agir.⁹⁵

Cortina, apoiada na *Teoria da Justiça* do filósofo americano John Rawls⁹⁶ indica que a sociedade possui a obrigação de garantir aos seus cidadãos o mínimo de materiais, a proteção de direitos e liberdades inquestionáveis, as bases sociais da autoestima, a igualdade de oportunidade e uma organização social que será justa⁹⁷ quando nenhuma outra puder proteger melhor o direito dos menos favorecidos. Na teoria rawlsiana esses são os chamados bens primários, que consistem em bens que toda pessoa deve ter para levar adiante qualquer plano de vida que queira. Nesta lógica, “uma sociedade será justa se a distribuição de encargos e benefícios nela for tal que nenhuma outra sociedade seja mais benéfica para os menos favorecidos.”⁹⁸

Tratar-se-ia de uma sociedade equilibrada, portadora de uma ética dialogada, com sentido de responsabilidade, orientada no sentido da busca de uma medida justa entre eficácia e equidade, lucros e dividendos dos assalariados, respeito ao indivíduo e ao bem-estar coletivo, presente e futuro, liberdade e solidariedade. É exatamente o que defende também o filósofo francês Gilles Lipovetsky. É o que chama de ética inteligente e meticulosa, indispensável e urgente para o tempo presente, promotora da justiça social eficaz e respeitosa em relação à condição humana.⁹⁹

⁹⁵ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 87.

⁹⁶ John Rawls dedicou toda a sua vida a pensar na justiça, na equidade e na desigualdade. O fez, partindo de sua experiência na cidade onde cresceu (Baltimore), com uma grande segregação racial, como também no exército dos Estados Unidos. Para Rawls, a justiça é a primeira virtude das instituições sociais. A solução para uma sociedade promissora é um contrato social justo entre o Estado e os indivíduos. Este contrato social, para ser justo, precisa que as necessidades de todos os indivíduos envolvidos sejam tratadas igualmente. SILVEIRA, D. C., Teoria da justiça de John Rawls, p. 169-190.

⁹⁷ Para o filósofo, as instituições sociais precisam assegurar que serão justas: ser acessíveis a todos e redistribuir onde for necessário; única forma possível de se produzir uma sociedade promissora. Na visão de Rawls, para que haja justiça, ela precisa ser considerada justa de acordo com alguns princípios de igualdade. Na sua teoria da justiça como equidade o filósofo apresenta dois princípios de justiça fundamentais: a liberdade e a igualdade. No primeiro princípio – o da liberdade – todas as pessoas têm as mesmas demandas para liberdades básicas. O segundo – o da igualdade – as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável (princípio da diferença), e vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (princípio da igualdade de oportunidades). SILVEIRA, D. C., Teoria da justiça de John Rawls, p. 169-190.

⁹⁸ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 97.

⁹⁹ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos, p. xxxiv, xxxv, xxxvi.

Desde os anos setenta do século XX, vários autores tentam responder a tais questões, e alguns coincidem em entender que para considerar e respeitar todos indivíduos é necessário atingir a igualdade social, seja através dos chamados bens primários da teoria rawlsiana, seja na satisfação das necessidades básicas, seja através de certos recursos, seja na proteção dos direitos humanos ou no empoderamento de capacidades básicas. “Em todos estos casos se entiende que erradicar la pobreza y reducir desigualdades es una meta ineludible del mundo económico para los siglos XX y XXI, en los que nos há cabido en suerte vivir.”¹⁰⁰

2.3 Crise migratória na pós-modernidade

2.3.1

O fenômeno migratório entre fronteiras

A crise migratória provoca um conflito entre direitos reconhecidos internacionalmente, tais como os direitos à vida, à liberdade, e à soberania, que consiste nessa questão, em averiguar até que ponto chega à autonomia de cada país para decidir quem pode entrar em seu território, e quem não pode.

Visto que buscam países desenvolvidos, a Europa, sobretudo, é o destino mais procurado entre os imigrantes. Segundo o pesquisador do observatório interdisciplinar de políticas públicas e professor de economia José Renato de Campos de Araújo, os processos migratórios se devem, majoritariamente, ao crescimento de conflitos internos em países africanos e do Oriente Médio.¹⁰¹

Para milhares de imigrantes e refugiados que chegaram à Europa pelo Mar Mediterrâneo, arriscar a vida em embarcações sem nenhuma infraestrutura não é pior do que as circunstâncias que eles vivem em seus países.¹⁰² Vítimas de guerras civis, terrorismo, perseguições e miséria, eles buscam no continente uma chance de vida mais digna, mas nem sempre chegam à terra firme.¹⁰³

Como ressalta o relatório intitulado *Direcciones estratégicas 2017-2021*, do Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), esse

¹⁰⁰ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 97.

¹⁰¹ CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

¹⁰² Evidentemente, tal situação também ocorre, de modo muito semelhante nos Estados Unidos da América, em relação ao enorme número de imigrantes que adentram suas fronteiras, sobretudo oriundos da América Latina.

¹⁰³ CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

aumento no fluxo migratório se deve, principalmente, ao crescente número de conflitos internos em países da África e do Oriente Médio. Como justifica:

A Europa é o foco de imigrantes, principalmente africanos, desde pelo menos a década de 1960, por causa da riqueza do continente. Também, sobretudo, pelo fato de existir um grande número de compatriotas em tais territórios; o que, teoricamente, facilitaria a adaptação.¹⁰⁴

Para atravessar o Mediterrâneo, os imigrantes se arriscam em embarcações superlotados sem o mínimo de segurança. Aliciados por traficantes de pessoas, os passageiros acabam desembolsando quantias significativas das poucas reservas que possuem. Trata-se de um negócio altamente lucrativo onde uma única embarcação pode chegar a render US\$ 1 milhão.¹⁰⁵

Apesar dos altos valores pagos, entretanto, os imigrantes não possuem qualquer garantia de que terão seus pedidos de refúgio aceitos. Muitos, inclusive, não permanecem no destino final e são mandados de volta aos seus respectivos países de origem.

No ano de 2015, período de ápice da crise migratória, a agência de refugiados da ONU indicava que o destino preferido era a Alemanha, que no ano recebeu 202.700 requisições, ou 32% do total. A Suécia veio logo em seguida com 81.200, ou 13% do número total de pedidos de asilo. Seguem ainda Itália, com 64.600, ou 10% do total, França, 62.800, ou 10% das requisições, e a Hungria, 42.800, ou 7% dos pedidos de asilo. No caso da África, países como Senegal, Mali, Guiné e Gâmbia, concentram os maiores índices de imigrantes ilegais rumo a Europa. A maioria deles eram homens solteiros na faixa dos 20 anos.¹⁰⁶

Comumente, antes de chegarem aos países onde tentam buscar refúgio, muitos imigrantes passam por alguns países vizinhos, como Turquia e Líbano, por exemplo, em busca de proteção. No entanto, como muitos desses estados vivem em uma crise estrutural e econômica – inclusive pela chegada cada vez maior de

¹⁰⁴ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR), Direcciones estratégicas del ACNUR, 2017-2021.

¹⁰⁵ CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

¹⁰⁶ CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

refugiados sem o devido apoio internacional – a única opção, às vezes, acaba sendo seguir viagem.¹⁰⁷

Um bom exemplo desse percurso migratório fragmentado em escalas deu-se em relação à Grécia. Muitos dos milhares de imigrantes que chegavam à Grécia todos os dias, principalmente a partir da vizinha Turquia, tinham como objetivo atingir a Macedônia, onde pegariam um trem superlotado para a Sérvia. Lá, eles tentariam alcançar a União Europeia novamente.¹⁰⁸

Uma das rotas mais utilizadas por aqueles que conseguem chegar à Europa é a dos Balcãs Ocidentais (a fronteira terrestre húngara com a Sérvia), onde em 2015, por exemplo, o número de imigrantes detidos ultrapassou os 10 mil, de janeiro a abril. No período entre 1º de Janeiro e 31 de maio de 2015, mais de 50 mil imigrantes foram pegos nessa rota, o que representa um aumento de 880% em relação ao mesmo período do ano de 2014. Em 2015, mais de 2500 imigrantes morreram afogados ao tentarem essa mesma travessia.¹⁰⁹

De todo o contingente que cruzou o Mar Mediterrâneo em direção à Europa durante os primeiros seis meses de 2015, um terço era formado por homens, mulheres e crianças da Síria, cujos cidadãos têm sido quase universalmente reconhecidos como refugiados ou elegíveis a outras formas de proteção internacional. Os outros dois terços eram majoritariamente originários de países como Afeganistão e Eritreia.¹¹⁰ No caso da África, países como Senegal, Mali, Guiné e Gâmbia concentraram os maiores índices de imigrantes ilegais rumo à Europa. A maioria deles eram homens solteiros na faixa dos 20 anos.¹¹¹

Mais recentemente, os países da União Europeia registraram 580.800 novos pedidos de asilo, o que representa menos de metade do “pico” histórico de 2015 (1,26 milhão).¹¹² Os sírios, responsáveis por 80.900 pedidos de asilo,

¹⁰⁷ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR), Direcciones estratégicas del ACNUR, 2017-2021.

¹⁰⁸ CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

¹⁰⁹ CAMPOS, A., Entenda a crise migratória na Europa.

¹¹⁰ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR), Direcciones estratégicas del ACNUR, 2017-2021.

¹¹¹ ESTADO DE MINAS INTERNACIONAL. A migração na Europa em números.

¹¹² Em relação a asilos concedidos, as demandas estão longe de alcançar uma resposta positiva. Em 2018, os países da UE concederam proteção a cerca de 333.000 requerentes de asilo, segundo a Eurostat.¹¹² Esse número representa 40% menos que em 2017, quando as decisões positivas já havia caído em 25% em relação a 2016. Os principais beneficiários em 2018 foram os sírios (29% do total), à frente dos afegãos (16%) e dos iraquianos (7%). E os países que mais concederam

permaneceram entre os que mais apresentaram pedidos de asilo, de acordo com a Eurostat.¹¹³ Os afegãos, representam 41.000 do número total, e iraquianos consistem em 39.600 pedidos, aparecendo em segundo e terceiro lugares, respectivamente, à frente de paquistaneses, iranianos, nigerianos e turcos.¹¹⁴ Na França, os principais requerentes em 2018 foram os afegãos, à frente dos albaneses e georgianos.¹¹⁵

Há ainda um outro complicador para os que partem em êxodo migratório. A União Europeia, como medida protetiva, aumentou consideravelmente a lista de países considerados não seguros; o que reduziu drasticamente as chances de pessoas oriundas desses países terem seus pedidos de asilo acatados. O objetivo maior da referida lista é acelerar os procedimentos, tanto os que garantirão o asilo quanto os que resultarão em deportação.¹¹⁶

Ainda assim, alguns países europeus buscaram focar seu auxílio às pessoas que fogem dos países em guerra, como a Síria, Iraque e Afeganistão.¹¹⁷ De certo modo, é compreensível que os países europeus priorizem os imigrantes que precisam de abrigo mais imediatamente. Por outro lado, no entanto, tal visão acarreta um certo prejuízo para as pessoas cujos países de origem não apresentam, no momento respectivo, conflitos armados, mas convivem com outros problemas também de extrema gravidade e urgência. Evidentemente, sob a ótica do cosmopolitismo ético, elas também possuem o direito de procurar um lugar que lhes ofereça condições mais dignas.¹¹⁸

asilo, incluindo o de “refugiado”, foram a Alemanha (139.600), a Itália (47.900) e a França (41.400). ESTADO DE MINAS INTERNACIONAL. A migração na Europa em números.

¹¹³ GABINETE DE ESTATÍSTICAS DA UNIÃO EUROPEIA (EUROSTAT). Immigration law enforcement in the EU - figures for 2020 - Produit Actualité Eurostat.

¹¹⁴ Em relação às “taxas de reconhecimento”, isto é, respostas positivas aos pedidos de asilo, variam muito de acordo com a nacionalidade. Uma grande maioria de sírios (88%) e eritreus (83%) obtiveram status de proteção em primeira instância em 2018. Isto é mais do que os afegãos (46%) e iraquianos (42%) e muito mais, por exemplo, que malienses (27%), senegaleses (20%) ou albaneses (5%). ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Direcciones estratégicas del ACNUR, 2017-2021.

¹¹⁵ Após o recorde de 2015, o número de pedidos de asilo na UE permaneceu em um nível semelhante em 2016 (quase 1,2 milhão), antes de começar a cair a partir de 2017. ESTADO DE MINAS INTERNACIONAL. A migração na Europa em números.

¹¹⁶ CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 262.

¹¹⁷ Alemanha celebra 25 anos da reunificação e Merkel cita refugiados. G1 - GLOBO.COM. G1.globo.com. 03/11/2015. Jornal Nacional; Nos 25 anos da reunificação alemã, Merkel pede solução para refugiados. Folha de S. Paulo, 03/10/2015, Seção Mundo, Portal UOL.

¹¹⁸ A população europeia, jamais aceitou de forma unânime, a entrada de imigrantes em seus países. A questão, naturalmente, se intensifica quando se trata dos refugiados e imigrantes ilegais em geral. CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 263.

A união de países em blocos econômicos, característica da atual lógica da globalização, enfrenta o risco de ser alterada pela questão migratória. Nesse sentido, existe a possibilidade da União Europeia¹¹⁹ ser irreversivelmente afetada caso não demonstre capacidade de elaborar uma solução para o problema, que consiste na maior crise de refugiados da Europa, desde a Segunda Guerra Mundial.¹²⁰

Alguns países, como a Hungria, por exemplo, passaram a se recusar a oferecer asilo aos imigrantes. O governo húngaro ordenou a construção de uma cerca ao longo de sua fronteira-Sul, desviando o fluxo migratório para a Croácia e a Eslovênia. Evidentemente, atitudes desse tipo desfavorecem ainda mais inúmeros grupos de pessoas já desfavorecidas. Por tal motivo, é indubitável que a solução para o problema não virá de medidas unilaterais e descoordenadas, mas sim da preocupação entre as nações e da solidariedade para com aqueles que precisam de auxílio.¹²¹

Devido à grandeza do problema, apenas o diálogo entre todos os países envolvidos, amparado pelas normas jurídicas e pelos órgãos internacionais de que as nações dispõem, poderá desenvolver uma proposta que apresente um processo de resolução cabível. Obviamente, é mister que lhes sejam garantidos os direitos dos quais todos os cidadãos do mundo são titulares, segundo os parâmetros éticos consagrados pelo Direito Internacional.¹²²

2.3.2 Crise migratória

O contexto da globalização tem evidenciado as desigualdades existentes no mundo. Uma delas é o alarmante fluxo migratório composto, primordialmente, por refugiados de guerras.¹²³ Tais indivíduos abandonam seus lares e gastam boa

¹¹⁹ Segundo reportagem publicada no nytimes.com, Andrew Higgins menciona um plano da Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia, de realocar 40.000 refugiados da Grécia e Itália para outros países europeus, o que reforça a ideia de se buscar uma solução conjunta. Todavia, em cinco meses após o anúncio no plano, somente 87 pessoas foram movidas. HIGGINS, A., Líderes europeus buscam novamente uma resposta unificada à crise dos imigrantes.

¹²⁰ CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 265.

¹²¹ CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 266.

¹²² CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 266.

¹²³ Os imigrantes, originários principalmente de países da África e do Oriente Médio são, em sua maioria, refugiados, expulsos dos locais que habitavam, em razão de conflitos armados desses territórios. Tendo como destino majoritário a Europa ocidental, os refugiados deixam seus lares e

parte de seus recursos ao se lançarem em travessias perigosas e ilegais, arriscando suas vidas em nome de melhores condições de vida nos países tidos como mais desenvolvidos, ou, ao menos, não assolados por conflitos armados.

Embora observemos a magnitude do fluxo migratório contemporâneo, a migração em massa não é um fenômeno recente. Tem acompanhado a era moderna desde os seus primórdios. O progresso econômico desigual, massas de pessoas sem terra e espaço rejeitadas, conflitos e dissensões causadas por transformações sociopolíticas e subsequentes lutas por poder, além das consequências de profunda desestabilização do Oriente Médio e África são fatores preponderantes.¹²⁴

O fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária, forçados a abandonar suas terras e propriedades, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados “imigrantes econômicos” em busca de oportunidades. A esse respeito pronuncia Bauman:

O primeiro fato é que a disparidade de renda entre países pobres e ricos é grotescamente ampla e o processo de crescimento global vai fazer com que assim permaneça por muitas décadas. O segundo é que a migração não vai reduzir de modo significativo essa disparidade, porque os mecanismos de feedback são muito fracos. O terceiro é que com a continuidade da imigração, as diásporas continuarão a se expandir por algumas décadas. Assim, a disparidade de renda vai persistir, enquanto o detonador da migração vai aumentar. No futuro previsível, a migração internacional não atingirá um equilíbrio: temos observado o início de um desequilíbrio de proporções épicas.¹²⁵

Para o sociólogo polonês, refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência sem perspectivas têm batido à porta de muitas pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, no entanto, esses sempre foram e continuam sendo estranhos. Evidentemente, estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes”, e assim, imprevisíveis.¹²⁶

se arriscam em travessias perigosas e ilegais em busca de melhores condições. CORRÊA, R., De lugar nenhum, p. 256.

¹²⁴ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 9.

¹²⁵ Para que tenhamos uma ideia, embora se refira ao início do século presente, entre 1960 e 2000, decolou de 20 milhões para mais de 60 milhões a migração de pessoas dos países pobres para os ricos. Esse aumento somente se acelerou a cada década. Posterior. BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 12,13.

¹²⁶ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p.13,14.

Sobre os chamados “estranhos”, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e adivinhar suas intenções. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma significativa causa de ansiedade. Como salienta Cortina, tratando-se de indivíduos estranhos, existe um medo, um temor ao estranho, uma rejeição ao diferente.¹²⁷ Dessa forma, áreas urbanas densamente povoadas geram inevitavelmente impulsos de “mixofobia” (o medo provocado pelo volume irrefreável do desconhecido, inconveniente, desconcertante e incontrolável).¹²⁸

Como podemos verificar em edição do *The Guardian*, através da reportagem de Alberto Nardelli, de dezembro de 2015, à época, quase 40% da população citavam a imigração como tema de maior preocupação para a União Europeia; mais do que qualquer outro tema suscitado.¹²⁹ Em 2014, entretanto, menos de 25 % das pessoas entrevistadas disseram a mesma coisa. Um em cada dois cidadãos britânicos, por exemplo, mencionou a imigração entre os problemas mais importantes que a população enfrenta.¹³⁰

Para Zygmunt Bauman, a chegada de uma massa de imigrantes sem teto, privados de direitos humanos, não apenas na prática, mas também pela letra da lei, ajuda a explicar a coincidência da recente imigração em massa com o crescente sucesso da xenofobia, do racismo e da incrível variedade de nacionalismos, e o sucesso eleitoral espantoso de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas.¹³¹

As sucessivas ondas de novos imigrantes são percebidas com mal estar e temor; tratando-os como “*precursores de más notícias*”, como uma espécie de colapso da ordem.¹³² Como menciona Jonathan Rutherford,¹³³ eles transportariam a má notícia de um canto distante do mundo para as portas de muitas casas.¹³⁴

¹²⁷ CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 52.

¹²⁸ BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 14.

¹²⁹ Como relata Alberto Nardelli, em edição do Guardian de 11 de dezembro de 2015, quase 40% da população citam a imigração como tema de maior preocupação para a União Europeia. THE GUARDIAN, For 200 years. Global Development.

¹³⁰ THE GUARDIAN, For 200 years. Global Development.

¹³¹ BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 18.

¹³² BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 20.

¹³³ Jonathan Andrew Rutherford, é um acadêmico que anteriormente era professor de Estudos Culturais na Universidade de Middlesex. Na política britânica, Rutherford está associado à escola de pensamento Blue Labour, dentro do Partido Trabalhista Britânico, e tem sido descrito como um de seus principais pensadores.

¹³⁴ RUTHERFORD, J., After identity, p. 60.

Dessa forma, tornam conscientes aqueles que não queriam conhecer sua situação de fragilidade e desamparo. Estes lembram o que muitos preferiam não saber: forças globais distantes, ocasionalmente mencionadas, mas em geral despercebidas, intangíveis, obscuras, misteriosas e difíceis de imaginar, poderosas o suficiente para interferir também em nossas vidas, enquanto desconsideram e ignoram nossas próprias preferências.¹³⁵

Para Bauman, esses nômades, não por escolha, mas por veredito de um destino cruel, nos lembram de um modo exasperante e aterrador a incalculável vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de nosso bem-estar arduamente conquistado. Lembra ainda que é um hábito humano comum culpar e punir os mensageiros pelo conteúdo odioso da mensagem de que são portadores.¹³⁶

“A humanidade está em crise”, observa Bauman.¹³⁷ Como alternativa possível, nos adverte que a única forma de escapar dos atuais desconfortos e sofrimentos futuros seria a solidariedade dos seres humanos e rejeitar as traiçoeiras tentações da separação.¹³⁸

Interessante observar como as palavras do sociólogo polonês vão ao encontro de manifestações importantes do Papa Francisco. O Pontífice insiste na necessidade de favorecer em todos os sentidos a “cultura do encontro”, multiplicando as oportunidades de intercâmbio cultural, documentando e difundindo as boas práticas de integração e desenvolvendo programas tendentes a preparar as comunidades locais para os processos de integração.¹³⁹ Ressalta assim, a absoluta indispensabilidade da promoção da “cultura do encontro” para que tenhamos um mundo mais solidário, justo e fraterno; a necessidade de

¹³⁵ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 21.

¹³⁶ Mensagens relativas às enigmáticas, inescrutáveis e assustadoras forças globais que suspeitamos serem responsáveis pelo perturbador e humilhante sentido da incerteza existencial que devasta nossa confiança e solapa nossas ambições, nossos sonhos e planos de vida. BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 21.

¹³⁷ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 24.

¹³⁸ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 24.

¹³⁹ O Pontífice sublinha o caso especial dos estrangeiros forçados a deixar o país de imigração por causa de crises humanitárias: “Estas pessoas necessitam que lhes seja assegurada uma assistência adequada para o repatriamento e programas de reintegração laboral na sua pátria”. FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

transformarmos uma atitude de defesa, medo e desinteresse para uma atitude fundamentada na “cultura do encontro”.¹⁴⁰

Também para o sociólogo, o primeiro obstáculo no caminho para abandonar a alienação mútua é a recusa ao diálogo, o silêncio nascido da auto alienação, da insensibilidade, da desatenção, do desprezo e da indiferença que os reforça. Ao invés da díade ente amor e ódio, também Bauman sugere pensar a dialética do estabelecimento de fronteiras.¹⁴¹

Bauman compreende o Papa Francisco como uma eminente figura de nosso tempo no que se refere à uma postura solidária diante das mazelas humanas contemporâneas. Segundo o sociólogo, Francisco nos serve de alerta acerca dos perigos de seguir o gesto de Pôncio Pilatos, lavando as mãos diante das consequências de aflições e tribulações atuais, das quais somos todos, simultaneamente, em algum grau, vítimas e responsáveis.¹⁴²

Dentro de sua obra *Estranhos à nossa porta*, rememora, algumas vezes, palavras inspiradoras do Pontífice. Sobre o vício ou pecado da indiferença, o Papa Francisco se pronunciou da seguinte maneira, em 8 de julho de 2013, durante sua visita à Lampedusa, quando e onde começaram o atual “pânico moral” e a consequente questão ética:

Quantos de nós, incluindo eu mesmo, perdemos nosso rumo; não prestamos mais atenção ao mundo em que vivemos; não nos importamos, não protegemos o que Deus criou para todos, e acabamos nos tornando incapazes até de cuidarmos uns dos outros. E quando a humanidade como um todo perde seu rumo, isso resulta em tragédias como a que temos testemunhado. Hoje, ninguém no mundo se sente responsável. Perdemos o senso de responsabilidade para com nossos irmãos e irmãs. A cultura do conforto, que os faz pensar apenas em nós mesmos, nos torna insensíveis aos gritos de outras pessoas e nos leva até a globalização da indiferença.¹⁴³

Peçamos ao Senhor a graça de chorar sobre nossa indiferença, chorar sobre a crueldade do mundo, de nossos próprios corações e dos de todos aqueles que, no

¹⁴⁰ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2014 de 5 de agosto de 2013; FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017; FT 30; FRANCISCO, PP., Discurso ao mundo acadêmico e cultural em Cagliari, Itália 22 de setembro de 2013, p. 8.

¹⁴¹ BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 24.

¹⁴² BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 25.

¹⁴³ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013. In: BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*, p. 26.

anonimato, tomam decisões sociais e econômicas que abrem as portas à situações trágicas como esta”.¹⁴⁴

Como enfatiza Zygmunt Bauman, o Papa Francisco nos convida à construção de uma humanidade mais solidária, fraterna e inclusiva onde os diferentes não precisam ser alijados, mas, ao contrário, valorizados em sua diferença. Para o sociólogo, Francisco nos estimula, encoraja e convoca a “remover a parte de Herodes que se oculta em nossos corações”.¹⁴⁵

2.3.2.1 Crise migratória e crise comunitária

Atualmente, observamos um fracasso da experiência comunitária em escala global, o que agudiza ainda mais a fragilidade de massas de pessoas em trânsito migratório. Interessante observar as metáforas utilizadas por Bauman em sua obra intitulada *Comunidade*, para referir-se a conteúdos elementares relativos à ideia de comunidade:

Comunidade é um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante. Seria como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, uma lareira diante da qual esquentamos as mãos em um dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo pode estar à espreita a qualquer momento.¹⁴⁶

Acima, o autor menciona tudo o que as pessoas em deslocamento migratório não conseguem acessar. Como nos lembra, dentro da vivência comunitária “podemos relaxar, pois não há perigos ocultos em cantos escuros; estamos seguros e nunca somos estranhos entre nós”.¹⁴⁷ Com tal experiência, podemos contar com a boa vontade da comunidade; e diante de momentos difíceis e necessidade sérias, não nos pedirão fiança antes de decidirem se nos ajudarão e não perguntarão quando e como retribuiremos, mas sim do que precisamos.¹⁴⁸

Os refugiados saem de seus lares, de suas casas, de suas aldeias; abandonam suas famílias, seus costumes, suas tradições e sua cultura porque não conseguem

¹⁴⁴ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013. In: BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 26.

¹⁴⁵ BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 26.

¹⁴⁶ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 7.

¹⁴⁷ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 7.

¹⁴⁸ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 7.

mais desfrutar de suas experiências comunitárias e vivenciar os símbolos culturais afetivos que lhes foram passados através de gerações. O caos e a extrema vulnerabilidade de seus territórios nativos não lhes permitem a preservação mínima do que possuem de íntimo cultural.¹⁴⁹

A palavra “comunidade” sugere algo relativo às sensações de acolhimento, aconchego e segurança. Para os refugiados, e para todos nós, que vivemos em tempos de competitividade exacerbada, aceleração do ritmo cotidiano e disputas individuais por espaço, soa como música aos ouvidos. Para Zygmunt Bauman, o que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes; é tudo aquilo com que sonham aqueles que buscam asilo territorial.¹⁵⁰

Podemos dizer, no entanto, que “comunidade”¹⁵¹ é o tipo de mundo que não está ao alcance da maioria das pessoas na pós-modernidade. A própria realidade o denuncia. Nossa realidade é em si mesma, majoritariamente não comunitária ou, às vezes, hostil à comunidade.¹⁵²

Para o sociólogo polonês, foi-se a maioria dos pontos firmes e solidamente marcados de orientação que sugeriam uma situação social mais duradoura, segura e confiável. Foi-se a possibilidade de se tecer uma “comunidade bem tecida” ou paulatinamente tecida.¹⁵³

Atualmente, nenhum agregado de seres humanos é sentido como comunidade. Segundo Bauman, é essa experiência que falta hoje em dia, e é sua ausência que é referida como “*decadência*”, “*desaparecimento*” ou “*eclipse da comunidade*”; ou seja, enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança e de família.¹⁵⁴

¹⁴⁹ BERGER, P., O dossel sagrado, p. 35.

¹⁵⁰ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 8,9.

¹⁵¹ A mesma nos oferece, entretanto, vantagens e desvantagens. Vantagens no que se refere à proteção, abrigo, amparo e identificação; e desvantagens no que se refere à autonomia e liberdade. Obviamente há um preço a ser pago pelo privilégio de viver em comunidade. A segurança e a liberdade são dois valores desejados e preciosos que podem ser equilibrados ou não, mas nunca perfeitamente ajustados. Liberdade sem segurança, tanto quanto segurança sem liberdade, são insatisfatórias, mas não o suficiente para desistirmos da luta de conquistá-las. E assim, provavelmente, a tensão entre segurança e liberdade, e portanto, entre a comunidade e a individualidade, jamais será resolvida. BAUMAN, Z., Comunidade, p. 8,9.

¹⁵² BAUMAN, Z., Comunidade, p. 8,9.

¹⁵³ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 47,48.

¹⁵⁴ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 48.

Segundo o filósofo francês Gilles Lipovetsky, o enfraquecimento da ideia de comunidade e da experiência comunitária é fruto de um longo processo. Como ressalta,

Pela primeira vez, estamos na presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aparições imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, e em função disso – como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbólicos do dever, mas sim pelo bem estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos – deixamos de reconhecer a necessidade de uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós.¹⁵⁵

Lipovetsky rememora-nos que as democracias abdicaram do contrapeso do dever, organizando-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, sem obrigações, nem sanções. O encadeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas, sociedades que repelem quaisquer elementos oriundos de uma tradição que possua como fundamento referenciais de qualquer ordem moral.¹⁵⁶

Nossa cultura, segundo o filósofo, impõe de modo inexorável as normas do bem estar e metamorfoseia a iniciativa moral em entretenimento e informação comercial. Assim, a cultura globalizada contemporânea age como uma grande promotora dos direitos subjetivos; fazendo cair em desuso o sentido fundamental do dever e qualquer perspectiva comunitária.¹⁵⁷

Por isso, Lipovetsky a denomina sociedade pós-moralista, pois a compreende como repudiadora da retórica do dever rígido, integral e estrito, e paralelamente consagra os direitos individuais à autonomia, à felicidade etc.¹⁵⁸

Em suas palavras:

¹⁵⁵ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxix. Como ressalta Maria Clara Bingemer, “com a modernidade, deu-se a passagem para a situação social na qual a religião já não ocupa o centro do cenário, sendo substituída pela política e pela economia; ela não dita mais os comportamentos, que se regem muito mais pelos novos ditames da psicanálise e pelos meios de comunicação de massa ou pelas novas tecnologias, como a internet. A religião é, por assim dizer, “empurrada” para a periferia, deixando de desempenhar o papel principal e passando a um lugar secundário. BINGEMER, M. C. L., O mistério e o mundo, p. 110.

¹⁵⁶ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxx.

¹⁵⁷ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxx.

¹⁵⁸ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxx.

É uma sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética. Eis a razão pela qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a si mesmo.¹⁵⁹ Tornamo-nos alérgicos às prescrições que exigem sacrifícios, ao espírito normativo das fórmulas morais doutrinárias. Na era pós-moralista, o dever só pode ser expresso em formas amenas: os supermercados e o marketing; enquanto o paraíso dos lazes sepultou a religião das obrigações.¹⁶⁰

Em relação à prática do consumo desenfreado¹⁶¹ – nos países ricos e emergentes principalmente – Lipovetsky nos alerta para a crescente geração da supremacia da correlação homem/objeto sobre a correlação homem/homem, que foi incorporada às formas de representação da existência cotidiana de uma forma anti-comunitária.¹⁶² Vejamos que a relação com produtos tem tomado o espaço necessário e salutar de relações humanas. O objetivo de adquirir cada vez mais produtos, e novas versões desses mesmos produtos, na verdade, é um dos grandes fomentadores de uma postura individualista e autocentrada.

Eis como avança a era do pós-dever: projeta-se fluidamente o direito individualista de não se interessar pelos demais.¹⁶³ A frase pronunciada por La Bruyère, e destacada por Lipovetsky em sua obra intitulada *A Sociedade pós-moralista*, parece não possuir mais espaço mínimo em nossa sociedade contemporânea: “À vista de certas misérias, há quase uma vergonha em ser feliz.”¹⁶⁴

Atualmente, estamos assistindo ao desaparecimento do que Gilles Lipovetsky denomina como “a religião do dever”. Trata-se, não do declínio geral de todas as virtudes, mas o surto de um processo desagregador que se sobrepõe a

¹⁵⁹ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. xxx.

¹⁶⁰ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. 29.

¹⁶¹ Alerta-nos quanto ao consumo Hannah Arendt. Segundo ela, um dos riscos do consumo é o risco de todo labor humano ser gasto em consumir, acarretando o grave problema social do lazer, isto é, o problema de como produzir um número suficiente de oportunidades para a exaustão diária e para manter a necessidade humana de consumo. ARENDT, H., *A condição humana*, p. 144.

¹⁶² LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. 32.

¹⁶³ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. 32.

¹⁶⁴ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. 32.

um processo de reorganização ética,¹⁶⁵ e se constrói exclusivamente com base em normas individualistas.¹⁶⁶ Em relação à ética Lipovetsky é enfático:

Como imaginar, por um instante sequer, que proclamações abstratas, reivindicações em prol da virtude e comitês de ética possam ter alguma proporção com os desafios do mundo moderno? Irrelevância da ética que, relegada a si mesma, mais parece uma operação cosmética do que um instrumento capaz de corrigir os vícios ou excessos de nosso universo individualista e tecno-científico. Contentamo-nos com o êxito das iniciativas filantrópicas promovidas pela TV, com os códigos de ética, com as comissões de especialistas, com a assistência humanitária. Pois bem, a verdade é que temos sérias razões para pôr em dúvida a capacidade de tais organismos refrearem a marginalização social, os conflitos do mundo do trabalho, a erosão da cidadania democrática. E a intervenção humanitária? Mesmo quando elogiável e necessária nem de longe erradica os problemas do subdesenvolvimento, das ditaduras e dos massacres das populações.¹⁶⁷

É interessante observar a avaliação do filósofo francês. Considera tais manifestações como estéreis função da insensibilidade ao real individual e social que carregam consigo. Concomitantemente, critica incisivamente o neoliberalismo econômico, pois o julga como rompedor do equilíbrio da comunidade, introdutor de ritmos descompassados de velocidade no âmbito social, consagrador da lei do mais rico e comprometedor do futuro.¹⁶⁸

O que Lipovetsky denuncia em sua obra *A sociedade pós-moralista*, é que não mais podemos falar em ordem moral já que estamos diante de uma sociedade que tende, justamente, a enfraquecer qualquer incentivo à perspectiva comunitária e diluir toda ideia de compromisso perante a coletividade global, na qual o próprio senso de renúncia pessoal é considerado ultrapassado e opressor, e onde a busca dos prazeres, dos lazeres e dos direitos à conquistas subjetivas é estimulada e valorizada diariamente.¹⁶⁹

¹⁶⁵ O que Lipovetsky chama de “caos organizador.” LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. xxxiii.

¹⁶⁶ Tal individualismo tem feito com que o viver humano se torne sinônimo de desfrutar das delícias do consumismo que está ao alcance das mãos. É necessário viver plenamente, o que significa satisfazer uma infindável avidez do desejo humano em um sentido material. Certo endeusamento da capacidade e do poder consumistas é elevado à condição de algo similar à religião real, ao culto majoritário das sociedades de massa. Atualmente estamos colocados diante de uma espécie de sacralização das relações comerciais e consumistas. BINGEMER, M. C. L., *O mistério e o mundo*, p. 108. Ver também: LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. xxxiii.

¹⁶⁷ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. xxxiv.

¹⁶⁸ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. xxxv.

¹⁶⁹ LIPOVETSKY, G., *A Sociedade pós-moralista*, p. 136.

“Abnegar-se?”, pergunta o filósofo. “É impossível ignorar o descrédito que caiu esse ideal. Sacrificar-se por uma causa superior coletiva? Não se acha mais quem defenda isso”, comenta Lipovetsky, reconhecendo que atualmente muito poucas pessoas se aventurariam na tentativa de carregar tal bandeira comunitária levando-a realmente a sério.¹⁷⁰

Obviamente, no que tange à problemática relativa aos refugiados e pessoas deslocadas à força, e também à questão relativa às fronteiras entre países, essa ausência da perspectiva comunitária e solidária é ainda mais agudizada. Segundo as palavras de Zygmunt Bauman estamos vivendo

em um ambiente fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível e que não une os sofredores: antes os divide e os separa. As dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa espécie de “causa comum” que possa ser adotada de maneira eficaz unindo as forças e agindo em uníssono. A decadência da comunidade se nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e procurar meios de unir de novo o que foi rompido.¹⁷¹

No que se refere à modernidade, Bauman a nomeia como um estado “sólido”; solidez esta que significaria um estado final, o ponto culminante de esforços visando a construção da ordem, ou uma economia estável, ou um sistema em equilíbrio, ou uma sociedade justa, ou um código de direito e ética racionais. Nosso tempo, no entanto, chamado pelo autor de *modernidade diluída*, estimula as forças de mudança, movimento e transitoriedade e, assim, favorece tudo o que fomenta o “estágio líquido” das relações sociais e desfavorece qualquer estímulo que objetive um modelo de justiça social.¹⁷²

Seria o que o antropólogo americano Jonathan Friedman¹⁷³ chamou de “mundo ainda inexplorado de modernidade sem modernismo”. Embora ainda sejamos movidos pela paixão eminentemente moderna pela transgressão

¹⁷⁰ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. 136.

¹⁷¹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 48.

¹⁷² BAUMAN, Z., Comunidade, p. 69.

¹⁷³ Jonathan Friedman é, atualmente, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Lund. O autor investiga as relações entre o global e o local, visando mostrar como a fragmentação cultural e a homogeneização modernista são tendências igualmente constitutivas da realidade global. O autor examina a interdependência do mercado mundial e da dinâmica cultural local.

emancipatória, não temos mais uma visão clara de seu propósito último.¹⁷⁴ A *nova elite global do poder*, extraterritorial e não mais interessada pelo engajamento de campo – principalmente um engajamento de longo prazo – abandonou quase todas as ambições, comuns às elites modernas, de produzir uma nova e melhor ordem.¹⁷⁵

Como o diz Friedman, “na decadência do modernismo, o que sobra é simplesmente a própria diferença e sua acumulação”.¹⁷⁶ Na comunidade seleta da *nova elite global*, não existe ausência de diferenças, entretanto, paradoxalmente, há o crescimento exponencial do número de fronteiras.¹⁷⁷

No que se refere à fronteiras, parecem ser erigidas em cada esquina de cada uma das vizinhanças decadentes de nosso mundo. Cresce o zelo pelo traçado das fronteiras e pela construção de postos de fronteira estritamente vigiados para evitar a entrada de diferentes não assimiláveis à *elite global*. Talvez possamos dizer, inclusive: fronteiras físicas e emocionais.¹⁷⁸

Para Bauman, ser diferente, ou ser quem se é, é um direito fundamental e inalienável: “Ser e permanecer diferente é um valor em si mesmo, uma qualidade digna de ser preservada a qualquer custo”.¹⁷⁹ Além disso, a diferença adequada ao reconhecimento sob a rubrica dos “direitos humanos” precisa ser encontrada ou construída. É graças à combinação de todas essas razões que o princípio dos “direitos humanos” age como um catalisador que estimula a produção e perpetuação da diferença, e os esforços para construir uma comunidade em torno dela.¹⁸⁰

O sociólogo nos alerta ainda para um outro problema que se desenvolve em nosso meio: nos tempos de desengajamento da modernidade líquida, a percepção da justiça e queixas dela advindas passam por um processo de individualização,

¹⁷⁴ FRIEDMAN, J., *Cultural Identity and Global Process*, p.70. O antropólogo americano, que debruça-se sobre o tema “Teoria, Cultura e Sociedade”, na presente obra apresenta suas preocupações relativas à globalização cultural, estruturas econômicas globais e identidades locais; e, sobretudo, o significado do que denominou como “pós-modernismo em um mundo modernista”. Explorando a interface entre processos globais, formação de identidade e produção de cultura, examina ideias que vão da teoria dos sistemas mundiais ao pós-modernismo.

¹⁷⁵ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 70.

¹⁷⁶ FRIEDMAN, J., *Cultural Identity and Global Process*, p. 95.

¹⁷⁷ FRIEDMAN, J., *Cultural Identity and Global Process*, p. 95.

¹⁷⁸ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 70,71.

¹⁷⁹ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 71.

¹⁸⁰ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 71.

ou seja, a suposição de que os problemas são e devem ser enfrentados solitariamente.¹⁸¹

Como nos explica a socióloga da religião Danièle Hervieu-Léger, a sociedade pós-moderna, por viver com base em valores prioritariamente individualistas, faz com que o indivíduo desenvolva sua vida numa perspectiva auto-centrada. Processo este que, segundo a socióloga francesa, trata-se de um dos traços mais fundamentais da modernidade: a afirmação segundo a qual o homem é legislador da sua própria vida autonomamente.¹⁸²

Assim, a adesão a uma postura individualista diante do outro e da vida tem se tornado uma opção cada vez mais comum; um grande fomento ao enfraquecimento dos vínculos comunitários. Tal individualismo não é outra coisa senão a afirmação autocentrada do indivíduo-sujeito, compreendido na pós-modernidade como o único capaz de construir por si mesmo as significações que dão sentido à sua própria existência.¹⁸³ Sua referência primeira é a satisfação de seus próprios interesses e, com base nisso, formular isoladamente seu universo de sentido único.

Como nos adverte Papa Francisco, trata-se de uma postura demasiado perigosa, pois o isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação comunitária, mas ao contrário, a proximidade e a cultura do encontro.¹⁸⁴ Segundo o Sumo Pontífice: “devemos substituir o isolamento pela proximidade; a cultura do confronto pela cultura do encontro”.¹⁸⁵

Obviamente, os imigrantes econômicos, refugiados e pessoas deslocadas à força sentem os efeitos desse processo na própria pele. Seu pleito, a busca por um espaço seguro para se estabelecerem e terem condições salutaras de sobrevivência e desenvolvimento humano, atualmente, precisam ser enfrentados por cada indivíduo solitariamente.¹⁸⁶

¹⁸¹ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 79.

¹⁸² HÉRVIEU-LÉGER, D., *O peregrino e o Convertido*, p. 37.

¹⁸³ HÉRVIEU-LÉGER, D., *O peregrino e o Convertido*, p. 36.

¹⁸⁴ FT 30.

¹⁸⁵ FRANCISCO, PP., *Discurso ao mundo acadêmico e cultural em Cagliari, Itália 22 de setembro de 2013*, p. 8.

¹⁸⁶ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 79.

Uma vez perdido o caráter coletivo das queixas, instala-se também o desaparecimento dos chamados “grupos de referência”, que ao longo de gerações e gerações, serviram como padrão de medida. Como ressalta o teólogo e sociólogo espanhol José Maria Mardones, dá-se assim um engendramento que gera a relativização de costumes e um processo de des-tradicionalização: um processo que faz com que as tradições religiosas e os valores de uma determinada sociedade se fragmentem enormemente.¹⁸⁷

O colapso dos “grupos de referência” e a individualização da ideia de privação relativa coincidiu com um aumento espetacular dos diferenciais reais de riqueza e renda sem precedentes na era moderna. O abismo entre ricos e pobres, e entre os mais ricos e os mais pobres, se amplia, ano a ano, tanto entre as sociedades como dentro delas, em escala global e dentro de cada Estado.¹⁸⁸

Dessa forma, os elementos supracitados, como o colapso por demandas coletivas por redistribuição, a substituição dos critérios de justiça social pelos do respeito à diferença reduzida à distinção cultural, e o crescimento selvagem da desigualdade estão intimamente relacionados e afetam diretamente a tentativa de refúgio e abrigo dos imigrantes.¹⁸⁹

Dá-se assim, segundo Bauman, o seguinte efeito colateral: libertação das demandas por reconhecimento de seu conteúdo redistributivo,¹⁹⁰ que faz com que a crescente ansiedade individual e o medo gerado pela precariedade da vida na “modernidade líquida” sejam canalizados para fora da área política, único território onde poderiam se cristalizar numa ação redentora e radical.¹⁹¹

Na pós-modernidade, os laços, mesmo com aqueles em condições semelhantes, tendem a ser frágeis e ostensivamente transitórios. Hoje, a união tende a ser de curto prazo e destituída de perspectivas.¹⁹² A maneira com que inúmeros países interpretam a situação dos refugiados que batem à sua porta

¹⁸⁷ MARDONES, J. M., Nueva Espiritualidad, p.11.

¹⁸⁸ Nos EUA, país mis rico do mundo, a renda dos chefes das grandes empresas era 419 vezes maior do que a dos trabalhadores manuais em 1999. Menos de dez anos antes era apenas 42 vezes maior. BAUMAN, Z., Comunidade, p. 80.

¹⁸⁹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 81.

¹⁹⁰ Um dos aspectos mais originais dessa mudança é separação entre a questão do reconhecimento e da redistribuição. Demandas por reconhecimento tendem hoje a serem apresentadas sem referência à justiça distributiva. BAUMAN, Z., Comunidade, p. 81.

¹⁹¹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 81.

¹⁹² BAUMAN, Z., Comunidade, p. 78,79.

buscando solo e asilo, é pautada por esses referenciais frágeis e transitórios.¹⁹³ Assim, a possível comunidade de interesses está condenada antes de se reunir e tende a se dissolver antes mesmo de se solidificar. Não há forças ou pressões, de dentro ou de fora, suficientemente fortes para manter estáveis suas fronteiras e torná-la uma frente de batalha.¹⁹⁴

Para Bauman, o estabelecimento de vínculos, contemporaneamente, é ainda mais grave. Nem sequer a proximidade garante a intensidade da interação. Não se pode confiar na duração de qualquer interação que surja na base da proximidade. Acima de tudo, nos restou pouco da outrora poderosa capacidade de geração de comunidade. A percepção da injustiça e das queixas que ela faz surgir, como tantas outras coisas nestes tempos de desengajamento que definem o estágio “líquido” da modernidade, passou por um processo de individualização. Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais.¹⁹⁵

Como nos diz Papa Francisco, neste que corre sem um rumo comum, respira-se uma atmosfera em que

a distância entre a obsessão pelo próprio bem-estar e a felicidade da humanidade partilhada parece aumentar: até fazer pensar que entre o indivíduo e a comunidade humana já esteja em curso um cisma. (...) Porque uma coisa é sentir-se obrigado a viver juntos, outra é apreciar a riqueza e a beleza das sementes de vida em comum que devem ser procuradas e cultivadas em conjunto.¹⁹⁶

2.3.2.2

Crise migratória: absorção de minorias

Em todo o mundo contemporâneo parece haver uma importante exceção ao processo de desintegração das comunidades: são as chamadas “minorias étnicas”. Estas parecem realmente ensejar o pertencimento comunal. Entretanto, como

¹⁹³ BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p.112.

¹⁹⁴ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 79.

¹⁹⁵ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 79.

¹⁹⁶ FRANCISCO, PP., Carta Humana communitas ao Presidente da Academia Pontifícia para a Vida por ocasião do XXV aniversário da sua instituição de 6 de janeiro de 2019, p. 8-9.

ressalta Bauman, a atribuição do termo “minorias étnicas” não é questão de escolha, mas produto de coação; mais do que de liberdade de escolha.¹⁹⁷

As pessoas são designadas como “minorias étnicas” sem que lhe seja pedido consentimento. Ainda que possamos entendê-las como algo que equivalha a uma comunidade, o problema é que isso não influencia o estabelecimento das fronteiras que é administrado pelas “comunidades poderosas”. Assim, “as minorias étnicas¹⁹⁸ são antes e acima de tudo, produtos de limites impostos de fora e só secundariamente de auto cerceamento”.¹⁹⁹

“Minorias étnicas” é uma rubrica sob a qual se escondem ou são escondidas entidades sociais de tipos diferentes, e os que as faz diferentes, raramente é explicitado. As diferenças não derivam dos atributos da minoria em questão, e ainda menos de qualquer estratégia que os membros da minoria possam assumir. As diferenças derivam do contexto social em que se constituíram como tais: da natureza daquela atribuição forçada que levou à imposição de limites. A natureza da “sociedade maior” deixa sua marca indelével em cada uma de suas partes. Os grupos de imigrantes carregam consigo o estigma de uma minoria étnica que marcha na direção do território daqueles que lhe impuseram essa “classificação”.²⁰⁰

Historicamente, para Bauman, a mais crucial das diferenças que separam os fenômenos reunidos sob o nome de “minorias étnicas” se correlaciona com a passagem do estágio moderno de construção de nação para o estágio de pós-Estado-nação. A construção da nação significava a busca de “um Estado, uma Nação”, e portanto, a negação da diversificação étnica entre os súditos. Assim, a nacionalidade compartilhada deveria desempenhar um papel crucial de legitimação na unificação política do Estado, e a invocação das raízes comuns seria um instrumento de mobilização ideológica, a produção de lealdade e obediência patrióticas.²⁰¹

¹⁹⁷ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 82.

¹⁹⁸ Como ressalta Bauman em sua obra intitulada *Estranhos à nossa porta*, a minoria acaba por se encerrar em si mesmo como um movimento de defesa, sobrevivência e acolhimento mútuo. BAUMAN, Z., *Estranhos à nossa porta*, p. 13.

¹⁹⁹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 82.

²⁰⁰ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 82.

²⁰¹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 83.

Esse postulado, obviamente se chocava com a realidade de diversas línguas, tradições e hábitos. Por isso, tudo que era local e tribal passou a ser concebido como atraso, objetivando assim alcançar a homogeneidade nacional (uma única língua, uma cultura, uma memória, uma pátria).²⁰² Eis um dos desafios que os imigrantes de outrora que atravessaram fronteiras enfrentaram; mesmo desafio,²⁰³ entretanto, ainda mais potencializado nos dias de hoje.

A construção da nação tinha duas faces: uma nacionalista e outra liberal. O nacionalismo, quase sempre belicoso, queria educar e converter. Se preciso fosse coagia: impedia a defesa da autonomia local e étnica. Já a face liberal era amigável e benévola, recusando a impor-se à força. No entanto, a face nacionalista ou liberal do emergente Estado-nação não fez diferença para o destino das comunidades. Tanto no nacionalismo como no liberalismo não havia lugar para a comunidade, muito menos para uma comunidade autônoma e capaz de autogoverno.²⁰⁴

No que se refere às comunidades étnicas, possuíam uma escolha difícil e desvantajosa, qualquer que fosse sua escolha: assimilar ou perecer. As duas alternativas, oriundas de uma face nacional ou uma face liberal, apontavam, em última análise, para o mesmo resultado. A primeira significava a aniquilação da diferença e a segunda a aniquilação do diferente, mas nenhuma delas, seguramente, deixava espaço para a sobrevivência da comunidade.²⁰⁵

Interessante ressaltar o objetivo e propósito da tentativa de homogeneização em moldes conversionistas: pressões objetivando assimilação a fim de despojar os “outros” de sua alteridade. Torná-los indistinguíveis do resto do corpo da nação, digeri-los completamente e dissolver sua idiossincrasia no composto uniforme da identidade nacional.²⁰⁶

O estratagema da exclusão e/ou eliminação das partes supostamente indigeríveis e insolúveis da população tinha um duplo objetivo. Era utilizado como arma, para separar, física ou culturalmente, os grupos ou categorias

²⁰² BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 83,84.

²⁰³ Segundo o sociólogo americano Peter Berger, objetivando a homogeneidade territorial, tudo o que era oriundo da tradição nativa tribal precisava ser aniquilado, gerando assim o que o sociólogo denomina como experiência anômica, ou seja, a completa perda de referenciais identitários que compunham o mundo simbólico de uma tribo ou povo. BERGER, P., *O dossel sagrado*, p. 35.

²⁰⁴ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 84,85.

²⁰⁵ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 84,85.

²⁰⁶ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 85.

considerados estranhos demais, excessivamente imersos em seus próprios modos de ser; e os considerarem como ameaça iminente.²⁰⁷

A escolha de seu próprio destino nem sempre foi legada às comunidades. A decisão de quem merecia a assimilação e de quem não a merecia (e, inversamente, de quem deveria ser excluído e impedido de contaminar o corpo nacional e solapar a soberania do Estado-nação) corria por conta da maioria dominante, não da maioria dominada.²⁰⁸

Dessa forma, a situação de extrema vulnerabilidade e imprevisibilidade se fazia presente endemicamente entre os de fora da comunidade e fora da maioria, pertencentes à minoria étnica. Tratar-se-ia de uma situação que os deixava “suspensos no limbo entre a promessa de integração plena e o temor da exclusão permanente”.²⁰⁹ Por tal motivo:

Os membros da minoria nunca saberão se é realista ver-se como agentes livres na sociedade, ou se é melhor esquecer a ideologia oficial e reunir-se a outros que compartilham a mesma experiência de rejeição. Esse problema da ênfase relativa que se deve dar à ação pessoal ou à coletiva torna-se diferencial e mais desestabilizador para os membros da minoria pela maneira como se liga a uma segunda dimensão da escolha.²¹⁰

Bauman chama a atenção para um paradoxo inevitável dentre aqueles que objetivam, como minoria, tornar-se membros da maioria. O que chamou de “tornar-se como eles”. Como observa o sociólogo, é verdade que a fé moderna permite que qualquer um se torne alguém, mas uma coisa que ela não permite é tornar-se alguém que nunca foi outro alguém. Até mesmo o mais zeloso e diligente dos assimilados voluntários carrega consigo na “comunidade de destino” a marca de suas origens “alienígenas”, estigma que nenhum juramento de lealdade pode apagar.²¹¹

Assim nasce então o conceito de “pecado da origem errada” – também chamado por ele de pecado original – que pode ser tirado do esquecimento a qualquer momento e transformado em acusação contra o mais consciencioso e

²⁰⁷ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 85,86.

²⁰⁸ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 86.

²⁰⁹ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 86.

²¹⁰ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 86.

²¹¹ BAUMAN, Z., *Comunidade*, p. 87.

devoto dos “assimilados”. O teste de admissão nunca é definitivo; não há aprovação conclusiva.²¹²

Está claro que não há solução evidente e sem riscos para o dilema enfrentado pelas pessoas declaradas “minorias étnicas” pelos promotores da unidade nacional.²¹³ Caso algumas delas cortem os laços com os antigos irmãos para provarem lealdade para com os novos irmãos, poderão ser considerados traidores; caso se engajem em um trabalho comunitário para ajudar os irmãos de nascimento a se erguerem coletivamente da discriminação sofrida coletivamente, serão acusados de duplicidade. Por tais motivos, o comunitarismo ocorre mais naturalmente nas pessoas que tiveram negado o direito à assimilação, fazendo com que procurem abrigo na suposta “fraternidade” do grupo nativo.²¹⁴ Assim:

O mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder. Incapazes de controlar as relações sociais em que se acham envolvidas, as pessoas encolhem o mundo para adaptá-lo ao tamanho de suas comunidades e agem politicamente a partir dessa base.²¹⁵

Contemporaneamente, há duas maneiras distintas de lidar com o estrangeiro; dependendo de que tipo de relação ele vise ter com um Estado-nação. De um lado os estrangeiros que fazem parte do negócio da livre circulação do capital, das finanças e do investimento, que são muito bem-vindos e estimulados a manter a dinâmica de funcionamento, e do outro os imigrantes econômicos, os desempregados que se deslocam para territórios que imaginam que terão emprego.²¹⁶

Será gerada então mais um grupo de pessoas que formará uma diáspora,²¹⁷ que será classificada como “minorias étnicas” e que fortalecerá, por consequência, a tendência ao fechamento comunitário como defesa. Como já foi dito, a *nova elite*

²¹² BAUMAN, Z., Comunidade, p. 87.

²¹³ BAUMAN, Z.; MAURO, E., Babel, p. 48.

²¹⁴ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 87.

²¹⁵ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 91,92.

²¹⁶ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 92,93.

²¹⁷ Observa Bauman que o distanciamento de poderio econômico entre os países mais abastados e os países mais pobres é gigantesco e estabelecido no processo de crescimento global, o que fará com que isso se mantenha por um longo e incalculável período. Desta forma, com a continuidade da imigração, as diásporas continuarão a se expandir por décadas de forma cíclica. BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 13.

*global*²¹⁸ não se incomodará com tal fenômeno se o mesmo não afetar seu modo de viver. A também chamada *nova hierarquia* opera por uma estratégia de desengajamento que por sua vez depende da facilidade e velocidade com que os novos poderes globais são capazes de se mover, “*desligando-se dos compromissos locais e deixando aos locais e a todos os deixados pra trás a tarefa de limpar os destroços.*”²¹⁹

Segundo o filósofo francês Gilles Lipovetsky, essa separação entre os membros poderosos de uma seleta elite e os fracassados impedidos de ascender também representam um produto oriundo da decadência de algumas instâncias tradicionais de equilíbrio social; dentre elas, igrejas, sindicatos, família e escolas. Tal fenômeno, aliado a uma cultura que celebra o puro presente, estimulando o ego, a vida livre e a satisfação dos desejos imediatos fomentam ainda mais experiências norteadas por uma perspectiva sectária. Desse modo, por toda parte a postura individualista avança sob duas formas radicalmente antagônicas: para a parte da população mais favorecida, gera a sensação de integração e autonomia, novas possibilidades de gerenciamento e mobilidade social; e para aqueles que estão à margem disso, para as novas e crescentes minorias dos deserdados, gera desajuste, revolta e escassez de horizontes.²²⁰

2.3.2.3

Crise migratória: a experiência pós-fronteiras

Vivendo longe da própria sociedade e em contato com novos referenciais indenitários, os imigrantes experimentam o desejo da manutenção de sua cultura e tradição e, ao mesmo tempo, a necessidade de incorporação ao novo contexto social. De forma análoga, as sociedades de acolhida são desafiadas pela presença de imigrantes que trazem consigo crenças e valores externos, distintos dos já presentes monopólios tradicionais.

²¹⁸ Bauman, ao se referir ao mesmo grupo, que gera o mesmo tipo de movimento de autocentramento, utiliza ainda os termos a *elite cosmopolita global, nova elite global dos negócios, secessão dos bens sucedidos*. Já o geógrafo brasileiro Milton Santos denomina o mesmo grupo e movimento como um *grupo seleta de atores globais*. SANTOS, M., Por uma outra globalização do pensamento do pensamento único à consciência universal, p. 2.

²¹⁹ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 92.

²²⁰ LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxxii.

Em ambos os casos, o desafio está no encontro dialético entre a própria cultura e identidade e a cultura de um outro povo ou país. Os estrangeiros lidam com o desafio de se abrirem minimamente à nova cultura que experimentam e conservarem a própria identidade, permanecendo fiéis ao próprio passado, aos próprios valores e à própria tradição.²²¹

Como fundamenta o sociólogo norte-americano Peter Berger, há um desafio para os novos integrantes de um espaço social:²²² a construção de uma relação dialética entre ser humano e sociedade. Pelo processo da exteriorização, os indivíduos, coletivamente, constroem um mundo humano. No entanto, a objetivação da realidade construída e a posterior interiorização da realidade objetivada fazem com que o próprio ser humano se torne produto da sociedade. Assim, instituições, papéis e as próprias identidades são construções sociais interiorizadas; tornando o indivíduo, ao mesmo tempo, produto e co-produtor do mundo social e de si mesmo.²²³

Segundo Berger, toda construção social visa criar uma ordem, um *nomos*, que permita dar sentido à biografia do ser humano. Esse *nomos* trata-se de uma proteção diante da possibilidade de *anomia*, ou, no dizer de Berger, do terror da *anomia*. Tornar-se *anômico* significa tornar-se sem mundo, perder aqueles referenciais indenitários que dão sentido à experiência cotidiana. E é exatamente essa experiência que marca a história de refugiados e de imigrantes. As consequências podem ser dramáticas. Referências fundamentais que dão sentido à vida de uma pessoa ou comunidade e o reconhecimento da própria identidade pode desintegrar-se, desestruturando seu mundo simbólico e referencial.²²⁴

A pessoa que imigra tende a interiorizar a realidade objetivada de um novo contexto social; por isso, pode-se dizer que o imigrante passa por um segundo processo de socialização. Contudo, diferentemente do primeiro processo de socialização, o imigrante pode comparar e estranhar, parcial ou totalmente, o novo contexto sociocultural que se lhe apresenta como alteridade; como diferente de

²²¹ PANIKKAR, R., Il dialogo intrareligioso, p. 2; LIBANIO, J. B., A volta grande disciplina, p. 40.

²²² Os novos integrantes do espaço social, atualmente, são formados pelos crescentes novos fluxos de refugiados, que fogem de guerras, conflitos e perseguições de seus territórios de origem, e ao fluxo crescente dos imigrantes econômicos. BAUMAN, Z., Estranhos à nossa porta, p. 12,13.

²²³ BERGER, P., O dossel sagrado, p. 35.

²²⁴ BERGER, P., O dossel sagrado, p. 35.

seu país de origem.²²⁵ A experiência migratória, em si uma experiência de encontro com uma realidade outra, pode colocar em xeque o sentido da própria biografia. Isto, lembra-nos Berger, pode levar à *anomia individual*, ou seja, à perda de um sentido estruturador da própria existência, devido à ausência de interlocutores²²⁶ representativos para dar legitimidade ao nomos subjetivo.²²⁷

No que se refere à experiência de estrangeiridade, Berger salienta o conceito de *estrutura de plausibilidade*, ou seja, cada mundo requer uma base social para continuar a sua existência como um mundo que é real para os seres humanos reais. Quando essa estrutura de plausibilidade perde a sua integridade ou a sua continuidade, o mundo interno do indivíduo começará a vacilar e sua realidade deixará de se impor como verdade evidente.²²⁸

Berger nos dá o exemplo do cruzado, que foi aprisionado e forçado a viver num ambiente muçulmano e do judeu exilado ou da diáspora, que se pergunta como adorar a Deus em terras estrangeiras.²²⁹ Podemos ainda utilizar como exemplo recente a situação dos próprios imigrantes e refugiados. Sem terra, sem solo, sem lei que os ampare, sem legitimidade, sem casa, sem lugar, sem sua cultura nativa.²³⁰

Ambos os grupos afetados, tanto os imigrantes quanto a população que os recebe possuem consideráveis desafios nesse encontro. A presença do imigrante desvela a existência de outras maneiras de ordenar a realidade. Concomitantemente, o imigrante percebe e faz perceber que a construção social vigente é apenas produção humana e, portanto, precária e sujeita a modificações. O ato migratório, ao colocar em contato o imigrante com alteridades culturais e com um contexto que questiona a estrutura de plausibilidade, acaba desvelando o caráter de construção social daquela cultura.²³¹

²²⁵ BAUMAN, Z., Comunidade, p. 84.

²²⁶ Sobre a questão dos interlocutores, Berger sustenta que a realidade subjetiva do mundo depende do tênue fio da conversação. A razão de muitos de nós não termos consciência dessa precariedade, a maior parte do tempo, está na continuidade de nossa conversação com seus interlocutores. A manutenção dessa continuidade é um dos mais importantes imperativos da ordem social. BERGER, P., O dossel sagrado, p. 30,45.

²²⁷ BERGER, P., O dossel sagrado, p. 35.

²²⁸ BERGER, P., O dossel sagrado, p. 59,60.

²²⁹ BERGER, P., O dossel sagrado, p. 63.

²³⁰ Estes, que no dizer de Bauman, ao imigrar, precisam lutar para não terem sua identidade cultural completamente aniquilada pela nova cultura que se impõe ostensivamente. BAUMAN, Z., Comunidade, p. 85.

²³¹ COTESTA, V., Lo straniero, p. 62.

A abordagem de Berger nos ajuda a interpretar o ato migratório como espaço de mudança, de reformulação do próprio *nomos* em contato com uma nova construção social que se apresenta ao ser humano como objetiva.²³² A imigração representa um espaço de reformulação identitária. Evidentemente, o fato de o imigrante provir de outra construção social, baseada em outro *nomos*, pode ter um papel desestabilizador em relação à ordem vigente no lugar de chegada.²³³

Tais aspectos, como os supracitados, evidenciam o quão complexo é o acolhimento das pessoas deslocadas à força em uma sociedade e cultura novas. Como observa Papa Francisco, atualmente estamos passando por um período de graves crises; políticas, ideológicas e de valores, que tem intensificado, ainda mais, situações de pobreza e miséria²³⁴ sem, contudo, uma resposta minimamente efetiva da comunidade internacional”.²³⁵

No mundo contemporâneo estamos, cada vez mais, empobrecidos em relação a valores e sentimentos de pertencimento e partilha. Por outro lado, quase que exuberantemente, nos dedicamos a valores individualistas por meio de uma postura autocentrada e indiferente às demandas sociais e coletivas. Dessa forma estamos, a cada dia, mais distantes de uma verdadeira cooperação mútua visando alcançar novas e urgentes condições de justiça e paz.²³⁶

Por tal motivo, faz-se indispensável um planejamento, condução e encaminhamento com excelência e dignidade por parte das nações. Ainda em 2021, a ACNUR faz questão de chamar a atenção para essa demanda humanitária global destacando a necessidade de se prevenir conflitos e garantir que as pessoas deslocadas tenham acesso a soluções adequadas e sustentáveis. Ainda que os primeiros meses de 2021 tenham oferecido um vislumbre de esperança, os conflitos e deslocamentos continuam em muitas partes do mundo.²³⁷

O relatório da ACNUR ressalta que o anúncio do Governo dos EUA de admitir mais refugiados reassentados – até 62.500 em 2021 e até 125.000 em 2022 – fornecerá soluções para mais refugiados mais vulneráveis do mundo,

²³² BERGER, P., O dossel sagrado, p. 30.

²³³ COTESTA, V., Lo straniero, p. 66.

²³⁴ FT 29.

²³⁵ FRANCISCO, Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum em Abu Dhabi 4 de fevereiro de 2019, p. 21.

²³⁶ FT 30.

²³⁷ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR.

especialmente se outros países seguirem o exemplo. Outro passo positivo é o anúncio do Governo da Colômbia, em fevereiro de 2021, de conceder status de proteção temporária a mais de um milhão de venezuelanos.

Entretanto, ainda que contemos com tamanhas boas novas, muitos outros símbolos de solidariedade e compartilhamento de responsabilidade serão necessários para cumprir os direitos, necessidades e, sempre que possível, as esperanças das pessoas deslocadas em todo o mundo e, assim, realizar a visão do Pacto Global sobre Os Refugiados.²³⁸

Neste capítulo, tivemos como objetivo, primeiramente, realçar alguns elementos que configuram a contemporaneidade. Dentre eles a superestimação do progresso, a cegueira moral da concorrência de mercado, a liberdade sem limites dada ao capital, o estímulo ao individualismo consumista e a mercantilização da vida, fazendo com que os valores da eficácia, da rentabilidade e uma perspectiva utilitarista influenciem enormemente as relações humanas; o que, obviamente, agudiza ainda mais a fragilidade das pessoas pobres e desassistidas, dentre elas os imigrantes e refugiados.

Outro importante elemento da contemporaneidade é a globalização. A mesma, que é orientada primordialmente pelo neoliberalismo, faz com que a interação entre diversidades tenha somente uma perspectiva de competição e concorrência, referenciais típicos do mercado. É verdade que através da globalização há uma integração cada vez maior entre todos os povos, em questões que abrangem costumes e valores culturais até as mais avançadas tecnologias; no entanto, há também os efeitos assimétricos e imprevisíveis presentes na globalização.

Ainda que o mundo globalizado favoreça o contato entre diversas culturas, povos, crenças, ideologias e tradições; entretanto, não traz consigo, por meio de sua diversidade irrestrita, nenhuma instância reguladora ou minimamente orientadora das relações ali estabelecidas. Ainda que a globalização favoreça os contatos pessoais ou comunitários, não determina as modalidades interativas e não garante que existam interações simétricas ou justas. O que faz com que o encontro com a alteridade não se dê, necessariamente, de forma dialógica e harmoniosa.

²³⁸ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR.

Do ponto de vista dos imigrantes e refugiados, que migram em busca de melhores condições de vida nos países desenvolvidos, realmente não são bem-vindos. Além de sofrerem frequente preconceito e hostilidade das populações e governos locais, tendem a se recluser em guetos e ocupar posições sociais subalternas.

Admitindo-se que a globalização seja um fenômeno que ocorre de forma desigual e produz injustiças, percebe-se a complexidade de sua lógica. Parece necessário o desenvolvimento de um projeto de mundo mais solidário, coerente com o princípio da dignidade humana, previsto pela maioria dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais vigentes na atualidade.

É o que demonstramos através de alguns posicionamentos do Papa Francisco, embora o façamos de modo mais detido no quarto capítulo deste trabalho. O Sumo Pontífice, em diversos momentos, destaca que se faz necessário um ordenamento jurídico, político e económico mundial que incremente e guie a colaboração internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos e a elaboração de uma legislação global para as migrações.

Ressalta que é indispensável uma atuação substancial que vise atender, efetivamente, aos pobres, aos miseráveis, aos necessitados e aos marginalizados; ressalta que é indispensável que nos abramos uns aos outros concretamente, interrompendo o isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses individuais, e promovamos uma renovação comunitária calcada em uma cultura do encontro.

A cultura do encontro mencionada por Papa Francisco deve incluir, necessariamente, a assimilação, o acolhimento e a validação do outro, do diferente, do estrangeiro, que chega até nós; seja ele quem for, independentemente de sua origem e cultura. Também demonstramos que o aparecer de novos paradigmas interpretativos em relação à tradição local gera conflitos que, comumente, são removidos através da separação, exclusão ou eliminação do diferente; às vezes, interpretados como uma doença de impossível convivência.

Em nosso mundo atual, cada vez mais desregulado e multifacetado, a penetração de estranhos estrangeiros deixa a população inquieta e assustada perante os recém-chegados sem teto, o que provoca alto nível de animosidade em relação a eles, estimula a violência e o abuso de sua condição visivelmente empobrecida, trágica e vulnerável. Assim, experimentam a miséria, a humilhação

e ignomínia, numa sociedade pronta para rejeitá-los e negarem seu valor essencial como pessoa.

Tais processos favorecem enormemente o aparecimento e a potencialização de movimentos de caráter xenofóbico, racista e nacionalista. A proximidade de estranhos étnicos dispara os instintos étnicos dos nativos, gerando medo e repulsa referentes à alteridade, sobretudo a alteridade de imigrantes pobres e refugiados.

Eis o elemento primordial que exploraremos no capítulo terceiro: o encontro com a alteridade, o encontro com o outro, estrangeiro, imigrante, refugiado, caminhante, que vem ao nosso encontro nu e faminto, sedento por acolhimento, abrigo e proteção, necessitado de um espaço, físico e afetivo, para viver sua humanidade com dignidade.

Utilizaremos a reflexão filosófica de Emmanuel Lévinas objetivando lançar luz sobre a questão dos deslocamentos em massa em busca de um território seguro. Por meio de sua filosofia nos deparamos com uma outra maneira de encontrar a alteridade e suas demandas, uma outra maneira de tratá-la, concebê-la e interpretar a expressão de seu rosto que chega até nós.

3

A estrangeiridade segundo a filosofia de Emmanuel Lévinas

3.1

Vida e história de Emmanuel Lévinas

Nascido em Kovno, Lituânia, em janeiro de 1906, recebeu uma educação judaica tradicional, com abertura para a leitura de autores russos como Gógol, Tolstói, Púschkin, Lermontov, Dostoiévski, com especial destaque para esse último; e ainda a literatura inglesa, especialmente Shakespeare. Desde os seis anos de idade, foi iniciado também na leitura da Bíblia hebraica e teve, regularmente, aulas de hebraico.²³⁹

Nos seus primeiros anos nos liceus que frequentou na Lituânia – como é costume na tradição russa – teve pouca influência da filosofia clássica, mas gozou com abundância da “inquietação metafísica”, como ele mesmo o diz.²⁴⁰ Para tal, os textos judaicos tiveram representativa importância.

Durante a I Guerra Mundial, sua família emigra para Kharkov, Ucrânia, onde vivencia aos 12 anos, a dura Revolução Bolchevista.²⁴¹ Desde a tenra idade, vivenciou eventos de suma importância que o marcaram sobremaneira: além do primeiro bolchevismo em si, vivenciou a migração de Kovno a Kharkov, observou a constituição dos exércitos brancos no Sul e os registros indelévels da guerra civil.²⁴² Levinas rememora esse duríssimo período ressaltando a

partida da família para fora da zona fronteiriça que era a Lituânia, o começo da guerra, a migração, na expectativa do fim do conflito, através de diversas regiões da Rússia. Em 1916, a cidade de Kharkov, na Ucrânia, onde os refugiados se instalaram. A guerra de catorze jamais teria fim; a revolução e os distúrbios pós-revolucionários, a guerra civil, tudo isso se funde com a guerra de 1914.²⁴³

Evidentemente, todos esses acontecimentos foram vividos de forma muito inquietante por sua família. Por serem judeus e burgueses, a revolução russa os

²³⁹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 10, 53, 56; LEPARGNEUR, H., MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 13.

²⁴⁰ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 58.

²⁴¹ LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 13.

²⁴² POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 56.

²⁴³ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 52.

alarmava enormemente.²⁴⁴ Em função do drama entre Estado russo e a comunidade judaica, dentro de um regime em que os judeus não eram considerados cidadãos ou eram cidadãos de segunda zona,²⁴⁵ a permanência na Rússia de judeus era limitada às províncias do Império.²⁴⁶

Em meados de 1920, a família aproveitou a primeira possibilidade que se ofereceu para voltar à Lituânia. Nos três anos subsequentes viveu novamente em seu país de origem. Em 1923, parte para a França. Escolheram o país em função do prestígio que gozava, à época, o francês. Optaram por Estrasburgo porque era a cidade mais próxima da Lituânia.²⁴⁷

Um ano após sua chegada à França, pôde dar início a seu percurso acadêmico e filosófico. Ao longo de toda a sua trajetória teve a oportunidade de conhecer importantes referências da filosofia ocidental. Figuras de grande representatividade como os filósofos Edmund Husserl, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Gabriel Marcel, entre outros pensadores.²⁴⁸

Para além desses pensadores, os autores russos, particularmente os romances de Dostoiévski e Tolstói, sempre lhe chamaram a atenção por lhe parecerem obras muito preocupadas com questões fundamentais da vida humana. Já em seus primeiros estudos, consideravam de extrema importância as relações entre ética e política.²⁴⁹ Foi seduzido por obras percorridas pela inquietude, pelo essencial, pela busca religiosa e a busca por um sentido da vida, além de romances em que o amor revelava suas dimensões de transcendência.²⁵⁰ Em relação aos estudos judaicos, no entanto, em seus primeiros anos na França, estes acabaram perdendo um pouco de espaço. Segundo suas palavras:

Durante meus anos de estudo em Estrasburgo, eu não levava muito longe minhas leituras hebraicas, lia muito menos este tipo de literatura e a Bíblia. Foi um pouco mais tarde que comecei a voltar. Não houve crise, eu simplesmente estava tomado

²⁴⁴ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 57.

²⁴⁵ As formas de discriminação contra os judeus e suas famílias era tamanha que nos ginásios e nas universidades o ingresso nos órgãos públicos e acadêmicos era limitado segundo cotas preestabelecidas. POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 56.

²⁴⁶ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 53.

²⁴⁷ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 57,58.

²⁴⁸ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 57,58; LEPARGNEUR, H., MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 13.

²⁴⁹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 59.

²⁵⁰ RIBEIRO, L. M., A subjetividade e o Outro, p. 11.

pelas coisas novas que tinha para aprender; muito francês também. Não se esqueça, tinha muito francês a aprender.²⁵¹

Confessa, no entanto, ter sido reconduzido à sua tradição judaica por meio da influência de seus colegas católicos, à época, e o interesse pelas Sagradas Escrituras que cultivavam. Como pronuncia em entrevista à François Poirié:

Eu disse a mim mesmo: é preciso assim mesmo não esquecer meus próprios textos; meu interesse pelos estudos judaicos se reavivou com meu intuito de pesquisa completamente externa ao judaísmo propriamente dito. Mais tarde, voltando em férias para a Lituânia²⁵² em particular, retomei contato com a biblioteca nacional, com os estudos judaicos. Eu jamais os havia abandonado, mas eles não tiveram no início influência conscientemente confessada em meus estudos filosóficos.²⁵³

Ainda assim, não houve uma retomada com afinco, no entanto. Somente muito mais tarde, como pondera o próprio filósofo,

Ao encontrar algumas pessoas excepcionais dotadas de altíssima cultura hebraica, que comecei a consagrar a isso muito mais de meu tempo, a interessar-me nisso de uma maneira muito mais direta. “Nunca como um objetivo, mas sempre como minha própria substância”.²⁵⁴

Nesse seu segundo momento com a tradição talmúdica – sua primeira fonte de inspiração – passa a ser tomado pela alteridade despertada pelo outro humano. Passa a ser convocado pelo rosto humano; o semblante do outro. Assim, em sua filosofia, privilegiará então como fundamento não a ontologia ou qualquer metafísica, mas a ética, ética essa que se construirá sobre a base do enfrentamento do outro, não como nosso semelhante, mas, ao contrário, salientando sua radical alteridade.²⁵⁵

3.1.2

Itinerário de Emmanuel Lévinas nos anos que precederam a guerra

²⁵¹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 69.

²⁵² Para Emmanuel Lévinas, a Lituânia designa uma das partes da Europa Oriental onde o judaísmo conheceu seu mais alto desenvolvimento espiritual, gerando um nível altíssimo do estudo talmúdico, e a vivência de toda uma vida baseada nesse estudo e vivida como estudo. POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 53.

²⁵³ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 69.

²⁵⁴ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 70.

²⁵⁵ LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 14.

Depois de defender sua tese de doutorado, *Teoria da intuição na fenomenologia de Husserl*, solicita e obtém a nacionalidade francesa.²⁵⁶ Casa-se, faz seu serviço militar em Paris e entra na administração da *Aliança Israelita Universal*;²⁵⁷ instituição que teve enorme importância em sua vida, principalmente pelo fato de a mesma dedicar-se à promoção e emancipação dos israelitas nos países onde ainda não tinham direitos básicos de cidadãos.²⁵⁸

Em 1933, consegue uma bolsa de um ano para estudar em Berlim e observa de perto a expansão do nazismo,²⁵⁹ o que o motivou a redigir, durante os anos que antecederam a guerra, textos filosóficos que não tinham nenhuma temática especialmente judaica, mas que procediam – segundo o próprio filósofo – provavelmente, daquilo que o judaísmo assinala ou sugere em relação ao humano.²⁶⁰

Nem tudo se relacionava, em meus pensamentos, aos destinos do judaísmo, mas minha atividade na *Aliança (Israelita Universal)* me mantinha em contato com a provação judaica, reconduzindo-me, sem parar, aos problemas concretos sociais e políticos que a concerniam em toda a parte. Na Polônia, notadamente, onde a proximidade da Alemanha hostil reanimava, não obstante, desde 1933, instintos anti-semitas mal adormecidos.²⁶¹

Relativa à essa época, o autor menciona, por exemplo, *Da Evasão*, escrito em 1935. Ali se encontram angústias da guerra que se aproximava e toda a “fadiga de ser”; o estado de alma que predominava naquele período. O filósofo apresentava alguma desconfiança em relação ao ser e profundo mal estar relativo ao pressentimento do hitlerismo iminente por todos os lados.²⁶²

²⁵⁶ LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 13.

²⁵⁷ A *Aliança Israelita Universal* se constituiu em 1860 com a preocupação de trabalhar pela emancipação dos israelitas em territórios onde não direitos de cidadãos. Trata-se da primeira instituição israelita de vocação internacional criada com esse pensamento devido aos ideais franceses dos direitos humanos. Objetivavam emancipar os israelitas nos próprios países onde residiam sem serem reconhecidos como cidadãos. Tal ação estava, de imediato, voltada para os países não-europeus, para as zonas da bacia mediterrânea, para a África do Norte, para as regiões da Turquia, Europa e Ásia, convertidos depois em Síria, Iraque e Irã. Muito rapidamente essa atividade se tornou obra escolar: fundação de escolas francesas de primeiro grau, o que significou também a elevação do ser humano à cultura universal e a afirmação das ideias gloriosas de 1789. POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 71.

²⁵⁸ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 71.

²⁵⁹ LEPARGNEUR, H., MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 14,15.

²⁶⁰ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 73.

²⁶¹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 73.

²⁶² POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 73.

3.1.3

Itinerário de Emmanuel Lévinas durante a Segunda Guerra

Logo no início da Segunda Guerra foi feito prisioneiro. Havia passado em um concurso de intérprete militar pouco antes de 1939, o que lhe permitiu ser intérprete de russo e alemão. Após ter sido preso em Rennes,²⁶³ e depois de cumprir um internamento de alguns meses na França, foi transportado para a Alemanha.²⁶⁴ Passou os anos de 1940 a 1945 em Oflag, no campo de oficiais presos na Alemanha. Observemos suas palavras referindo-se a esse duríssimo período:

Eis-me de repente restrito a uma condição especial: declarado como judeu, mas poupado pelo uniforme de destino dos deportados, reagrupado com outros judeus em um comando especial. Trabalhando – separado de todos os outros franceses – na floresta, mas me beneficiando aparentemente das disposições da convenção de Genebra que protegia o prisioneiro.²⁶⁵

Na guerra, enquanto estive em um comando judeu, não viveu um período de tortura. Iam ao trabalho na floresta e lá passavam o dia. Ele e seus companheiros foram sustentados moralmente pelas cartas recebidas, oriundas de fontes diversas, e inúmeras obras recebidas também de fonte desconhecida.²⁶⁶ Leu, durante seu cativeiro, Hegel e textos filosóficos de diversas procedências, como Proust, Diderot, Rousseau, e lá começou a escrever seu primeiro livro: *Da Existência ao Existente*.²⁶⁷

No cativeiro, não tinham acesso à quase nada sobre a guerra. Não tinham ciência de tudo o que suas famílias estavam passando e muito menos sobre todos os horrores dos campos de extermínio.²⁶⁸

Nos perguntávamos para que servia tudo aquilo e se um dia sairíamos dali. Não sabíamos o que se passava lá fora. As escassas informações das rádios alemãs, cuidadosamente interpretadas e reinterpretadas à nossa maneira, só diziam respeito às operações militares. Esse foi o nosso contato com o mundo exterior. Nós

²⁶³ Em 1939, é mobilizado com seus concidadãos e feito prisioneiro em 1940. Sua família, que permaneceu na Lituânia, foi quase inteiramente massacrada pelos nazistas. LEPARGNEUR, H., MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 14, 15.

²⁶⁴ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 74.

²⁶⁵ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 74.

²⁶⁶ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 75.

²⁶⁷ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 75-77.

²⁶⁸ RIBEIRO, L. M., A subjetividade e o Outro, p. 78; POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 77.

conhecíamos muito mais as posições do inimigo em Stalingrado e em outros locais do que o que se passava em nossas famílias, que não queriam nos alarmar em suas cartas. De tempos em tempos filtravam-se algumas novas: determinada família tinha um membro desaparecido, outro não respondia...²⁶⁹

Algo que também sustentou animicamente a Lévinas e seu companheiros de cativo foi a caridade cristã. Segundo Lévinas, durante as perseguições hitlerianas, a caridade exercida por algumas pessoas – segundo o filósofo, pessoas cristãs – teve um papel fundamental para todos eles, prisioneiros. Pensava consigo a respeito de um paradoxo: o cristianismo “*praticado*” pelos carcereiros e o cristianismo praticado pela população civil. Vejamos:

Paradoxo da experiência, sempre me disse que os carrascos de Auschwitz, protestantes ou católicos, havia todos, provavelmente, feito seu catecismo. No entanto, a população civil – simples fiéis e membros da hierarquia – acolheu, ajudou e, às vezes, até salvou alguns dos nossos. É inesquecível e eu não me canso de lembrar do papel que desempenhou – com tantos ardis e riscos – no salvamento de minha esposa e de minha filha, um monastério de São Vicente de Paula nas cercanias de Orleans. Também admiramos esse devotamento nos campos de prisioneiros, na pessoa dos capelães, ainda que não conseguissem suprimir a discriminação racial que era a regra dos campos de prisioneiros.²⁷⁰

3.1.4

Itinerário de Emmanuel Lévinas no período pós-guerra

Após o término da guerra, ao voltar à França, aprofunda sua leitura e relação com o Talmude e acaba nomeado diretor da Escola Normal Israelita Ocidental de Paris, aonde permanece por dezoito anos. Leciona depois na universidade de Poitiers (1964-1967), na de Paris-Nanterre (1967-1973) e na de Paris-Sorbone (1973- 1984).²⁷¹

Já em 1946, publica *Da existência ao existente*, esboçada durante seu período de cativo. Na mesma época, suas palestras do Colégio Filosófico de Jean Wahl são publicadas em *Le Temps et l'autre*.²⁷²

Em relação ao período de produção de suas obras, o primeiro período compreende as publicações durante os anos de 1929 a 1951, denominado como período ontológico; o segundo, conhecido como período metafísico, corresponde

²⁶⁹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 76.

²⁷⁰ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 75.

²⁷¹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 77.

²⁷² LEPARGNEUR, H., MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 15.

aos escritos de entre 1952 e 1964; e o terceiro, que perdura de 1964 a 1995, ano da morte do autor, conhecido como período ético.²⁷³

Dentro do período metafísico, em 1961, é nomeado professor na Universidade de Politiers e publica sua tese de doutoramento em letras, *Totalidade e Infinito*, que veio a se configurar como sua grande obra, onde critica o conceito de Totalidade como uma errada pretensão filosófica do Ocidente de atingir um saber absoluto.²⁷⁴ Sua obra intitulada *Difficile Liberté* (1963) aparecerá dois anos depois, através de ensaios que enfocam questões sobre o judaísmo.²⁷⁵ A seguir menciono alguns outros marcos relativos à produção de suas obras:²⁷⁶

- Em 1968, publica *Quatro leituras talmúdicas*.
- Em 1972, publica *Humanismo do outro homem*, onde opõe necessidade e desejo.
- Em *De outro modo que ser ou além da essência* é publicado em 1974.
- Em *Nomes próprios*, de 1975, expressa comentários a respeito de autores modernos.
- Em 1982, outros artigos são reunidos com o título de *De Deus que vem a ideia*. No mesmo ano é publicada *Ética e Infinito*, entrevista com Philippe-Nemo, sobre o conjunto da obra do autor.
- Em 1984 é impresso *Transcendência e Inteligibilidade*, livro baseado numa palestra pronunciada na Suíça sobre a inteligibilidade do transcendente, seguida de comentário.
- Em 1987 publica *Fora de assunto*, novo compêndio de artigos.
- Em 1990, vemos a publicação de *Entre nós*, ensaios sobre o pensar-o-outro.
- Em 1993, é publicada a obra *Deus, a morte e o tempo*, cuja origem são aulas do último ano universitário do autor em Sorbone.

²⁷³ RIBEIRO JR., N., Sabedoria de amar, p. 21-23; VASQUES, U., A teologia interrompida, p. 51-73.

²⁷⁴ LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 16.

²⁷⁵ LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 20.

²⁷⁶ LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J., Introdução à Lévinas, p. 21-28.

Lévinas distingue claramente os livros que dependem diretamente de comentários dos versículos e as leituras talmúdicas, daqueles de pura filosofia, “*escritos para todo o mundo*”, como gostava de dizer.²⁷⁷

Em cinquenta anos de reflexão e de leituras, produziu uma quinzena de obras. Pensador paciente, prudente, porém obstinado, preferiu tratar totalmente e infinitamente de alguns temas que lhe são caros, mais do que falar sobre “tudo” superficialmente. De obra em obra interroga o ser, o rosto, Deus, o homem, o outro, a morte e o amor, edificando uma moral que é, assim como ele mesmo escreve, “*como a sabedoria do amor*”.²⁷⁸

3.2

O rosto humano

O rosto,²⁷⁹ na filosofia levinasiana, refere-se a um modo de expressar a alteridade de outrem em seu mistério. Por meio do rosto se revela aquele que é outrem e transcendente; para além-tessitura plástica de seus traços e aparência. O rosto é transcendente na medida em que dele se origina a ideia de infinito; infinito este como resistência para o sujeito. Assim, irredutível à representação, o rosto não pode ser englobado pela compreensão como objeto ao conhecimento.²⁸⁰

O rosto recusa-se à posse aos meus poderes. Na sua epifania, na sua expressão, o sensível ainda captável transmuda-se em resistência total à apreensão. Esta mutação só é possível pela abertura de uma dimensão nova. A expressão que o rosto introduz no mundo não desafia a fraqueza dos meus poderes, mas o meu poder de poder. O rosto fala-me e convida-me assim, a uma relação sem paralelo com um poder que se exerce, quer seja fruição quer seja conhecimento.²⁸¹

²⁷⁷ RIBEIRO, L. M., A subjetividade e o Outro, p. 65.

²⁷⁸ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 13.

²⁷⁹ Como nos orienta Susin, a palavra rosto utilizada nas obras de Emmanuel Lévinas traduzidas para o português, são referentes ao termo francês *visage*. No entanto, esse termo pode ser também trabalhado como “olhar” ou face. Importante ressaltar que o rosto não se reduz à plasticidade do corpo. Ele configura a diferença da alteridade tanto no nível sensível quanto no transcendente. O rosto é precisamente sua própria alteridade. Portanto, não é possível na leitura da obra levinasiana falar do *rosto* da subjetividade ou da face do “eu”. SUSIN, L. C., O homem messiânico, p. 203.

²⁸⁰ RIBEIRO, L. M., A subjetividade e o Outro, p. 65.

²⁸¹ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 192.

No discurso que a epifania abre como rosto não pode furtar-me pelo silêncio. Perante a fome dos homens, a responsabilidade só se mede objetivamente. É irrecusável. O rosto abre o discurso original, cuja primeira palavra é obrigação que nenhuma “interioridade” permite evitar.²⁸²

A apresentação do ser no rosto não tem o estatuto de um valor. O que chamamos rosto é precisamente a excepcional apresentação de si por si, sem paralelo com a apresentação de realidades simplesmente dadas, sempre suspeitas de algum logro, sempre possivelmente sonhadas.²⁸³

3.2.1

A visitação do Rosto

A epifania do rosto é visitação. Enquanto o fenômeno já é, seja a que título for, imagem, manifestação cativa de sua forma plástica e muda, a epifania do rosto é viva.²⁸⁴ Por isso, para Lévinas, o rosto deve ser tratado como significância, uma inteligibilidade dinâmica como o próprio ato de significar-se, e que se coloca para além da significação.²⁸⁵

O Outro que se manifesta no rosto perpassa de alguma forma, sua própria essência plástica, como um ser que abre a janela onde sua figura, no entanto já se desenhava. Sua presença consiste em se despir da forma que, entretanto, já se manifestava. Sua manifestação é um excedente (*surplus*) sobre a paralisia inevitável da manifestação.²⁸⁶

É precisamente isto que Lévinas descreve através da fórmula: o rosto fala²⁸⁷. A manifestação do rosto é o primeiro discurso. Falar é, antes de tudo, este modo de chegar por detrás de sua aparência, por detrás de sua forma, uma abertura na abertura.²⁸⁸

O rosto se impõe a mim sem que “eu” possa permanecer surdo a seu apelo, ou esquecê-lo, quero dizer, sem que eu possa cessar de ser responsável por sua

²⁸² LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 195.

²⁸³ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 195.

²⁸⁴ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 51.

²⁸⁵ RIBEIRO JR, N., Sabedoria de amar: a ética no itinerário de Emmanuel Lévinas, p. 270.

²⁸⁶ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 51.

²⁸⁷ Pela palavra, sua significação transborda o contexto da imagem ou do olhar, evitando, assim, a tentativa do sujeito querer contextualizar o outro. O rosto é antes “significação, e significação sem contexto”. LÉVINAS, E., Ética e Infinito, p. 78.

²⁸⁸ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

miséria.²⁸⁹ A presença do rosto significa assim uma ordem irrecusável – um mandamento – que detém a possibilidade da consciência. A consciência é questionada pelo rosto.²⁹⁰ Tal questionamento, por meio de sua visita, suscita em mim um movimento de êxodo. Como no êxodo bíblico, o êxodo levinasiano não significa apenas rompimento, mas também anúncio da terra que insufla o desejo de um humano sensível a acolher o outro.²⁹¹

O rosto vem ao nosso encontro e entra no nosso mundo a partir de uma esfera absolutamente estranha, quer dizer, precisamente a partir de um absoluto que é, aliás, o próprio nome do que o filósofo denomina como *estranheza radical*. A significância do rosto, sua abstração, é, portanto – no sentido literal do termo – extraordinária, exterior a toda ordem, a todo mundo. A visita do rosto não é, portanto, o desvelamento de um mundo. No concreto do mundo, o rosto é abstrato ou nu. Ele é despido de sua própria imagem. E é somente pela nudez do rosto que a nudez em si chega a ser possível no mundo.²⁹²

3.2.2

O rosto é o ente

No rosto, apresenta-se o ente por excelência.²⁹³ E todo o corpo pode exprimir como o rosto: uma mão ou um arqueamento do ombro, por exemplo. A significância original do ente – a sua apresentação em pessoa ou a sua expressão – a sua maneira de se salientar incessantemente fora da sua imagem plástica, produz-se concretamente como uma tentação da negação total e como a resistência infinita ao assassinio do outro enquanto o outro, na dura resistência desses olhos sem proteção, do que há de mais doce e de mais descoberto. O ente como ente só se produz na moralidade. A linguagem, fonte de toda significação, nasce na vertigem do infinito, que capta perante a retidão do rosto, que torna possível e impossível o assassinio. No rosto, Outrem exprime sua eminência, a dimensão de altura e de divindade donde descende.²⁹⁴

²⁸⁹ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

²⁹⁰ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

²⁹¹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 90.

²⁹² LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 51.

²⁹³ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 261.

²⁹⁴ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 261.

A relação com o rosto, acontecimento da coletividade – a palavra – é relação com o próprio ente. A relação com o ente é invocação do rosto e já palavra, relação com uma profundidade antes que com um horizonte – uma ruptura do horizonte²⁹⁵ – onde meu próximo é o ente por excelência.²⁹⁶ Assim, portanto, como nos alerta Lévinas, “a visão do rosto deve ser considerada, não como visão, mas audição e palavra, encontro com o rosto, consciência moral.”²⁹⁷

O rosto significa outramente. Nele, a infinita resistência do ente ao nosso poder se afirma precisamente contra a vontade assassina que ela desafia, porque totalmente nua e a nudez do rosto não é uma figura de estilo, ela figura por si mesma. Nem se pode dizer que o rosto seja uma abertura; isto seria torná-lo reativo a uma plenitude circundante.²⁹⁸

O rosto consiste na própria identidade de um ser. Ele se manifesta aí a partir dele mesmo, sem intermediação de conceito. A presença sensível, segundo Lévinas, “*deste casto pedaço de pele, com testa, nariz, olhos, boca, não é signo que permita remontar ao significado, nem máscara que o dissimula.*”²⁹⁹ A presença sensível, aqui, se dessensibiliza para deixar surgir diretamente aquele que não se refere senão a si, o idêntico. Como interlocutor, ele se coloca em face de mim e, propriamente falando, somente o interlocutor pode se colocar em face, sem que “em face” signifique hostilidade ou amizade.³⁰⁰

3.2.3 O rosto como Revelação

Para o filósofo Emmanuel Lévinas, a dimensão do divino abre-se a partir do rosto humano: a relação com o Transcendente é, assim, uma relação social.³⁰¹ É aí que o Transcendente, infinitamente Outro, nos solicita e apela para nós.³⁰² A proximidade de Outrem, a proximidade do próximo é no ser um momento

²⁹⁵ Como diz Lévinas, “tudo isto pode aparecer assaz surpreendente para quem se atém à concepção de um ente, por si mesmo insignificante, silhueta no horizonte luminoso, que não significação a não ser por esta presença o horizonte.” LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32.

²⁹⁶ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32.

²⁹⁷ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 33.

²⁹⁸ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32.

²⁹⁹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 59.

³⁰⁰ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 59.

³⁰¹ LÉVINAS, E., *Totalidade e infinito*, p. 64.

³⁰² Para Lévinas: “La relación con lo divino atraviesa la relación con los hombres y coincide con la justicia social, tal es el espíritu de la Biblia judía.” LÉVINAS, E., *Difícil libertad*, p. 108.

inelutável da revelação, de uma presença absoluta que se exprime. A sua própria epifania consiste em solicitar-nos, pela sua miséria, no rosto do estrangeiro, da viúva e do órfão.³⁰³

Dessa forma, referências bíblicas são comuns no texto de Emmanuel Lévinas: alimentar aqueles que têm fome, vestir os que estão nus, matar a sede dos que têm sede, abrigar os que não têm abrigo.³⁰⁴ A abertura ao próximo é a possibilidade que introduz a ideia de Deus em mim. A revelação de Deus se manifesta na relação com o outro.³⁰⁵

A relação com o Transcendente, que se abre a partir do rosto humano, é livre, no entanto, de toda a dominação do Transcendente; por isso consiste em uma relação, uma relação social.³⁰⁶ Deus eleva-se à sua suprema e última presença como correlativo da justiça feita aos homens. Deus invisível, não significa apenas um Deus inimaginável, mas um Deus acessível na justiça e na dimensão ética. Por isso, para Emmanuel Lévinas, “a ética é a ótica espiritual”.³⁰⁷

Desse modo anuncia-se a dimensão ética da visitação.³⁰⁸ A obra de justiça se faz através da retidão do frente a frente, para que se produza a abertura que leva a Deus.³⁰⁹ Como pronuncia Lévinas em sua obra *Entre Nós*:

Mandamento da nudez e da miséria do outro que ordena a responsabilidade pelo outro: além da ontologia, Palavra de Deus. Teologia que não deriva de especulação alguma sobre o além-mundo, de saber algum que transcende o saber. Fenomenologia do Rosto: remontar necessário a Deus, que permitirá reconhecer ou recusar a voz que, nas religiões positivas, fala às crianças ou à infância de cada um dentre nós, já leitores do Livro e intérpretes da Escritura.³¹⁰

Para além do em-si e para-si do desvelado, eis a nudez humana, mais exterior que o fora do mundo - das paisagens, coisas e instituições uma nudez³¹¹ que brada sua estranheza ao mundo, sua solidão e a morte dissimulada no seu ser. Brada,

³⁰³ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 64.

³⁰⁴ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 90.

³⁰⁵ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 90.

³⁰⁶ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 67.

³⁰⁷ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 68.

³⁰⁸ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

³⁰⁹ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 68.

³¹⁰ LÉVINAS, E., Entre nós: ensaios sobre a alteridade, p. 284.

³¹¹ O rosto humano é despojado de sua própria forma e transido em sua nudez. Ele é uma miséria. A nudez do rosto é indigência e já súplica na retidão que me visa. Mas esta súplica é uma exigência. LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

através da vergonha de sua miséria escondida, brada com a morte na alma; a nudez humana interpela-me - interpela o eu que sou - interpela-me por sua fraqueza, sem proteção e sem defesa, por sua nudez; mas interpela-me também por estranha autoridade, imperativa e desarmada, palavra de Deus e verbo no rosto humano.³¹²

Desta forma, como fundamenta o filósofo em *Totalidade e Infinito*, não pode haver nenhum “conhecimento” de Deus, separado da relação com outros homens. Outrem é o próprio lugar da verdade metafísica e indispensável à minha relação com Deus. Não desempenha de modo algum o papel de mediador. Outrem não é encarnação de Deus, mas precisamente pelo seu rosto, em que está desencarnado, a manifestação da altura em que Deus se revela.³¹³

Pensar Deus não é conceituá-lo, mas pensá-lo a partir de uma relação incondicional.³¹⁴ Deus, como transcendência absoluta, infinitamente outro, não pode ser reduzido à categorias de uma objetividade racional.³¹⁵ Segundo Lévinas, a alteridade transcendente de Deus que permanece sempre inobjetivável, isto é, ab-soluta; por outro lado, procura pensar a subjetividade humana como parceira da transcendência enigmática do Ab-soluto”.³¹⁶ Pronunciar Deus se dá, então, através da resposta do *eis-me aqui* a partir do encontro com o rosto de outrem. Em suas palavras:

O Infinito vem-me à ideia na significância do rosto. O rosto significa o Infinito. Este nunca aparece como tema, mas na própria significância ética [...]. Quando na presença de outrem, digo “eis-me aqui” é o espaço por onde o Infinito entra na linguagem, mas sem se deixar ver. Por não ser tematizado, não aparece, em todo caso, originalmente. O Deus invisível não se deve compreender como invisível aos sentidos, mas como Deus não-tematizável no pensamento, e contudo como não-indiferente ao pensamento, que não é tematização, e provavelmente nem sequer uma intencionalidade.³¹⁷

Para se entender a palavra de Deus como palavra significante não se deve enquadrá-la nos esquemas relativos à ontologia, mas procurar “os vestígios da vinda de Deus à ideia, de sua descida sobre nossos lábios e de sua inscrição nos

³¹² LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 282,283.

³¹³ LÉVINAS, E., *Totalidade e infinito*, p. 68.

³¹⁴ LÉVINAS, E., *Totalidade e infinito*, p. 66.

³¹⁵ Como nos orienta Pivatto, ao entrar no circuito da linguagem, o nome de Deus como transcendente parece cair de novo na imanência e Eleidade e perder sua subversão ao entrar numa proposição temática”. PIVATTO, P., *A questão de Deus no pensamento de Lévinas*, neos, p. 194.

³¹⁶ PIVATTO, P., *Elementos de reflexão sobre a questão de Deus em Heidegger e Lévinas*, p. 120.

³¹⁷ LÉVINAS, E., *Ética e infinito*, p. 97-98.

livros”.³¹⁸ Como ressalta Pivatto, Lévinas propõe uma tríplice aliança entre a ideia do Infinito, a relação ética e o sentido. “Assim, a significação de Deus é perpassada pela questão ética como responsabilidade assimétrica, na qual o Infinito se passa como traumatismo que rompe esquemas correlativos”.³¹⁹

O Infinito manifesta-se, então, no finito de maneira única. Nos explica o filósofo através de sua obra *Transcendência e inteligibilidade*:

Na ideia de Infinito e que é, no entanto, ideia de Deus, produz-se precisamente a afecção do finito pelo infinito, para lá da simples negação de um pelo outro, para lá da pura contradição que os oporia e os separaria ou que exporia o outro à hegemonia do um entendido como um “eu penso”. Afecção irreversível do finito pelo infinito. Passividade e paciência que não se recupera numa tematização, mas onde amor e temor a Deus – ou adoração e arrebuo de que fala Descartes – a ideia de Deus é, de alto a baixo, afetividade. Ela dirige-se para o Bem. Afetividade – ou desejo – desinteressada. Excelência do amor, da socialidade, do temor pelos outros e da responsabilidade pelos outros, que não é a minha angústia pela minha morte, *minha*.³²⁰

O extraordinário excedente da proximidade entre finito e infinito acaba por entrar na ordem.³²¹ Através de sua obra *Totalidade e Infinito*, Lévinas ressalta a passagem bíblica do texto de Êxodo, capítulo 33, versículos 12-23, onde se dá o encontro face a face de Moisés com Deus sem, entretanto, conseguir visualizar o rosto de Deus. Como menciona o filósofo, “a relação inter-humana é ali significada. A relação ética com o outro, confirma a concepção segundo a qual Deus é recebido em face-a-face ético com o outro homem e na obrigação para com o próximo”.³²²

Quando o absolutamente Outro se mostra a mim, sua verdade vem se integrar em meu contexto, para aí tomar sentido em meu tempo, para aí tornar-se meu contemporâneo. Acaba por entrar na ordem, fazendo aparecer uma ordem

³¹⁸ LÉVINAS, E., De Deus que vem a ideia, p. 9,23.

³¹⁹ PIVATTO, P., A questão de Deus no pensamento de Lévinas, p. 196.

³²⁰ LÉVINAS, E., *Transcendência e inteligibilidade*, p. 23-24.

³²¹ O Infinito é alteridade inassimilável, diferença absoluta com relação a tudo o que se mostra, se sinaliza, se simboliza, se anuncia e se relembra com relação a tudo o que se apresenta e por aí se “contemporiza” com o finito e o Mesmo. Ele é Ele. Eleidade. Seu passado imemorial não é extrapolação da duração humana, mas a anterioridade original ou ultimidade original de Deus com relação a um mundo que o não pode alojar. LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 89,90.

³²² LÉVINAS, E., *Totalidade e infinito*, p. 219.

mais larga e complexa.³²³ E isto não é uma visão do espírito; é a grande experiência de nossa época: “o historiador reencontra um sentido natural a todas as irrupções insólitas.”³²⁴

Lévinas reflete sobre a transcendência através de um questionamento:

A ideia de uma verdade cuja manifestação não é gloriosa, nem brilhante, a ideia de uma verdade se manifesta na sua humildade, como a voz de fino silêncio, segundo a expressão bíblica a ideia de uma verdade perseguida não será, conseqüentemente, a única modalidade possível da transcendência?³²⁵

Nos explica então:

Manifestar-se como humilde, como aliado ao vencido, ao pobre, ao banido é precisamente não entrar na ordem. Neste derrotismo, nesta timidez que não ousa ousar, por esta solicitação que não tem a menção de solicitar e que é a própria não-audácia, por esta solicitação de mendigo e de apátrida que não tem onde pousar sua cabeça à mercê do sim ou do não daquele que acolhe a humildade desconcerta absolutamente; não é deste mundo. A humildade e a pobreza são maneiras de se manter no ser um modo ontológico (ou não ontológico) (mé-ontologique) e não uma condição social. Apresentar-se nesta pobreza de exilado é interromper a coerência do universo; é praticar uma abertura na imanência sem a ela se ordenar.³²⁶

Em *Entre Nós*, Lévinas reflete sobre duas, dentre as múltiplas significações que a noção de Homem-Deus sugere. Para o filósofo, o problema do Homem-Deus comporta, por um lado, a ideia de humilhação que se inflige o Ser supremo, da descida do Criador ao nível da Criatura, isto é, da absorção na passividade mais passiva, da atividade mais ativa.³²⁷

Segundo Luís Carlos Susin, trata-se do sofrimento de Deus. Em suas palavras, “trata-se de um sofrimento do sofrimento, do sofrimento daquilo que meu sofrimento tem de piedade, que é um sofrimento para Deus que sofre de meu sofrimento.”³²⁸ Neste sofrimento brilha o vestígio de Deus: é Deus que sofre no meu sofrimento. Por isso Deus sofre de meu sofrimento e a minha piedade que

³²³ Numa ordem impassível do absoluto e da totalidade resolvem-se e resumem-se os homens, suas misérias e desesperos, suas guerras e sacrifícios, o horrível e o sublime. LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 86.

³²⁴ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 86.

³²⁵ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 87.

³²⁶ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 87.

³²⁷ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 84.

³²⁸ SUSIN, L. C., *O homem messiânico*, p. 374.

“ex-pia” em direção e significação aos outros, “ex-pia” em devolução à piedade de Deus mesmo.³²⁹

A questão comporta, por outro lado, e como se produzindo por esta passividade, levada na Paixão até seu extremo limite, a ideia de expiação pelos outros, isto é, de substituição: o idêntico por excelência, o que é não intercambiável, o que é único por excelência, seria a própria substituição. Para o filósofo, a humildade de Deus, até certo ponto, permite pensar a relação com a transcendência em outros termos que os da ingenuidade ou do panteísmo; e que a ideia de substituição em certa modalidade é indispensável à compreensão da subjetividade.³³⁰

Como sustenta Lévinas, tal abertura, entretanto, não pode ser senão ambiguidade. Mas o aparecimento da ambiguidade na textura indivisível do mundo não é afrouxamento de sua trama, nem falha da inteligência que a perscruta, mas precisamente a proximidade de Deus, que não pode tecer-se senão pela humildade. A ambiguidade da transcendência e, por conseguinte, a alternância da alma que vai do ateísmo à crença e da crença ao ateísmo, e, conseqüentemente, o solecismo que haveria ao empregar primeira pessoa do singular do presente do indicativo o verbo crer - não é a fé fraca que sobrevive à “*morte de Deus*”, mas o modo original da presença de Deus, o modo original da comunicação. A comunicação não significa a presença de si a si da certeza, isto é, um estar ininterrupto no mesmo - mas o risco e o perigo da transcendência.³³¹

Segundo Lévinas, indubitavelmente, foi Sören Kierkegaard quem melhor compreendeu a noção filosófica de transcendência que o tema bíblico da humildade de Deus comporta. A verdade perseguida, para ele, não é simplesmente verdade mal aproximada. A perseguição e a humilhação, por excelência, à qual ela expõe, são modalidades do verdadeiro. A força da verdade transcendente está na sua humildade. Manifesta-se como se não ousasse dizer seu nome, não vem tomar lugar no mundo com o qual se confundiria de imediato, como se não viesse do além.³³²

³²⁹ SUSIN, L. C., O homem messiânico, p. 374

³³⁰ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32., p. 85.

³³¹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32., p. 87.

³³² LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32., p. 88.

Como nos sugere o autor, entretanto, a abertura da ambiguidade em que se infiltra a transcendência pede uma análise suplementar:

O Deus que se humilha para “estar junto com o contrito e o humilde” (Isaías 57,15), o Deus “do apátrida, da viúva e do órfão”, o Deus que se manifesta no mundo por sua aliança com o que se exclui do mundo, este Deus pode, no seu desmedido, tornar-se um presente no tempo do mundo? Não é isto demais para sua pobreza? Não é isto de menos para sua glória sem a qual sua pobreza não é uma humilhação?³³³

Para que a alteridade que desconserta a ordem não se torne logo participação na ordem, para que permaneça aberto o horizonte do além, é preciso que a humildade da manifestação já seja afastamento. Para que o arrancar-se da ordem não seja *ipso facto* participação na ordem, é preciso que este arrancar-se por um supremo anacronismo preceda sua entrada na ordem. É preciso um retraimento inscrito de antemão e como um passado que jamais foi presente. A figura conceitual que a ambiguidade delinea, ou o enigma deste anacronismo em que se efetiva uma entrada posterior ao retraimento e que, por consequência, jamais foi contido no nosso tempo e é, assim, imemorial; Lévinas a chama de vestígio. “*Vestígio é a proximidade de Deus no rosto do meu próximo*”.³³⁴

Vestígio revelado, sobretudo, através da nudez do rosto. Tal nudez representa “*um desenraizamento do contexto do mundo, do mundo que significa como contexto*”.³³⁵ Referente a esta mesma nudez, ressalta o filósofo através de sua obra *Humanismo do Outro Homem*:

A nudez do rosto é um despojamento sem nenhum ornamento cultural uma absolução (*absolution*), um desprendimento de sua forma no seio da produção da forma.³³⁶ O rosto entra no nosso mundo a partir de uma esfera absolutamente estranha, quer dizer, precisamente a partir de um absoluto que é, aliás, o próprio nome da estranheza radical. A significância do rosto, sua abstração, é, no sentido literal do termo, extraordinária, exterior a toda ordem, a todo mundo.³³⁷

³³³ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32., p. 88, 89.

³³⁴ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32., p. 89.

³³⁵ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32., p. 89.

³³⁶ A mesma passagem: “A nudez do rosto é um despojamento sem nenhum ornamento cultural – uma absolução (*absolution*) –, um desprendimento de sua forma no seio da produção da forma”; é citada nas três seguintes obras do filósofo: LÉVINAS, E., *Humanismo do outro homem*, p. 51; LÉVINAS, E., *Descobrir a existência com Husserl e Heidegger*, p. 136 e LÉVINAS, E., *Deus, a morte e o tempo*, p. 51.

³³⁷ LÉVINAS, E., *Humanismo do outro homem*, p. 51.

O rosto é precisamente aquilo pelo qual se produz originalmente o acontecimento excepcional do em-face, que a fachada de um prédio e das coisas só faz imitar.³³⁸ O frente a frente como relação direta, sem entremeios de conceitos, de ideias, de teorias. “O rosto presente na sua recusa de ser conteúdo”.³³⁹

Esta relação é também a nudez mais nua, a própria “sem defesa” e o próprio “sem recursos”, a indigência e a pobreza da ausência que constitui a proximidade de Deus o vestígio. Pois, se o rosto é o próprio em-face, a proximidade que interrompe a série, é porque ele vem enigmaticamente a partir do Infinito e de seu passado imemorial, e que esta aliança entre a pobreza do rosto e o Infinito se inscreve na força com a qual o próximo é imposto à minha responsabilidade, antes de qualquer engajamento de minha parte a aliança entre Deus e o pobre inscreve-se na nossa fraternidade.³⁴⁰

A relação com o Infinito não é conhecimento, mas proximidade, que preserva o desmedido do não englobável que aflora. Tal relação é Desejo, isto é, precisamente, pensamento que pensa infinitamente mais do que pensa. Para solicitar um pensamento que pensa mais do que pensa, o Infinito não pode encarnar-se num “desejável”, não pode como infinito, enclausurar-se num fim. Ele solicita através de um rosto. Um Tu insere-se entre o Eu e o Ele absoluto. Não é o presente da história que é o entre dois enigmáticos de Deus humilhado e transcendente, mas o rosto do Outro. E nós compreendemos então o sentido insólito ou que volta a tornar-se insólito e surpreendente desde que esquecemos o murmúrio de nossos sermões compreenderemos o sentido surpreendente do texto bíblico de Jeremias, capítulo 22, versículo 16: “*Ele fazia justiça ao pobre e ao infeliz... Eis o que se chama conhecer-me, diz o Eterno*”.³⁴¹

A ideia do infinito, que para o finito é desejo como citado acima vem a mim a partir do outro. Para Lévinas, em termos bíblicos, significa revelação; palavra que é anunciada a mim pela presença do outro. Vejamos através da própria expressão de seu pensamento: “*Pensamos que a ideia-do-infinito-em-mim ou minha relação a Deus vem a mim na concretude de minha relação ao outro*

³³⁸ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32., p. 89.

³³⁹ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 173.

³⁴⁰ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32., p. 89.

³⁴¹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32., p. 90.

homem, na socialidade que é minha responsabilidade para com o próximo.”³⁴²

O Infinito em mim é captado antes de um momento intelectual ou de uma consciência intencional. A relação com o Infinito é percebida como revelação suscitada no desejo. Assim, o “*in*” do Infinito, como indicação de negatividade, provoca na subjetividade um desejo que nada pode satisfazer, que se alimenta de seu próprio desejar crescente: desejo sem termo. “*Desejo sem fim,*³⁴³ *de além do ser: des-interessamento, transcendência desejo do Bem*”.³⁴⁴

Interessante observar que o próprio filósofo confessa que a constituição de sua obra intitulada *De Deus que vem a ideia*, trata-se de uma tentativa de indagar em que momento se escuta a palavra de Deus. Ela está escrita no rosto de Outrem, no encontro de Outrem; dupla expressão de fraqueza e de exigência. “*É isto Palavra de Deus?*”, se pergunta. Palavra que me exige como responsável pelo Outro; e há ali uma eleição, porque esta responsabilidade é incessável. Uma responsabilidade em que se cede a alguém não é mais responsabilidade. Eu me substituo a qualquer homem e ninguém pode substituir-se a mim, e nesse sentido sou eleito. “*Sempre pensei que a eleição não é, em absoluto, um privilégio; é a característica fundamental da pessoa humana, enquanto moralmente responsável.*”³⁴⁵

Como pronuncia Nélvio Viera de Melo, o outro levinasiano representa “*terra santa, sacralidade absoluta. Para aproximar-se dele é necessário tirar as sandálias, despojar-se de si mesmo, escutá-lo, e fazer-se responsável pela sua existência*”.³⁴⁶ À medida que o ser humano se abre para outro e busca, diante desse outro, assumir uma atitude de acolhida e bondade, a vida vai como se revelando.³⁴⁷

Para Lévinas, não podemos descrever a relação com Deus sem falar daquilo que nos empenha com respeito a Outrem. Segundo ele mesmo, sempre que se

³⁴² LÉVINAS, E., *De Deus que vem a ideia*, p. 15

³⁴³ Desejo como “deslumbramento em que o olho guarda mais do que tem; ignição da pele que toca o que, para além do apreensível, queima. Passividade ou paixão em que se reconhece o Desejo, em que o *mais no menos* desperta com a sua chama mais ardente [...]”. LÉVINAS, E., *De Deus que vem a ideia*, p. 100.

³⁴⁴ LÉVINAS, E., *De Deus que vem a ideia*, p. 100.

³⁴⁵ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32., p.149.

³⁴⁶ MELO, N. V., *A ética da alteridade em Emmanuel Levinas*, p. 22.

³⁴⁷ MELO, N. V., *A ética da alteridade em Emmanuel Levinas*, p. 132.

refere a um cristão cita os versículos do texto bíblico do capítulo 25 do Evangelho de Mateus:³⁴⁸

Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me;
Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver.
Então os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? ou com sede, e te demos de beber?
E quando te vimos estrangeiro, e te hospedamos? ou nu, e te vestimos?
E quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos ver-te?
E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes. (Mt 25, 35-40)

Para o filósofo, ao seguir o Altíssimo nada pode superar a aproximação ao próximo, a preocupação pela (sorte da) viúva, pelo órfão, estrangeiro e pobre e nenhuma abordagem com as mãos vazias pode se considerar como tal; é na terra, entre os humanos, que se abre, assim, a aventura do espírito; o traumatismo que foi “minha” escravidão no país do Egito, constitui minha humanidade mesma – aquilo que me aproxima quando vamos a todos os proletários, a todos os miseráveis, a todos os perseguidos da terra; na responsabilidade pelo outro homem reside minha unicidade mesma.³⁴⁹

Apresenta-nos a relação a Deus como relação ao outro homem. Como enfatiza:

Não se trata de metáfora: em Outrem, há a presença real de Deus. Na minha relação a Outrem, escuto a Palavra de Deus. Não é metáfora, não é só extremamente importante, é verdadeiramente ao pé da letra. Não digo que Outrem é Deus, mas que, em seu rosto, entendo a Palavra de Deus.³⁵⁰

Outrem, de fato, é o outro homem. Em *Entre nós*, nos lembra Lévinas que “no Antigo Testamento, Deus desce também em direção ao homem. Deus, o Pai, desce, por exemplo, em Gênesis, capítulo 9, em Números, capítulo 11, e no

³⁴⁸ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 150, 151.

³⁴⁹ “Seguir al Más Alto, en tanto nada supera acceder al prójimo, a la preocupación por la suerte ‘de la viuda, del huérfano, del extranjero y del pobre’ y ningún abordaje ‘con las manos vacías’ puede considerarse tal; es en la tierra, entre los hombres, que se despliega así la aventura del espíritu; el traumatismo que fue mi esclavitud en el país de Egipto constituye mi humanidad misma – aquello que me acerca desde el vamos a todos los proletarios, a todos los miserables, a todos los perseguidos de la tierra –; en la responsabilidad por el otro hombre reside mi unicidad misma.” LÉVINAS, E., *Difícil libertad*, p. 217.

³⁵⁰ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 150, 151.

*Êxodo, capítulo 19.*³⁵¹ Como se refere o filósofo, “*não há aí separação entre o Pai e a Palavra; é sob forma de palavra, sob forma de ordem ética ou de ordem de amar que se faz a descida de Deus*”.³⁵² É no rosto do Outro que vem o mandamento que interrompe a marcha do mundo. “*Por que me sentiria eu responsável em presença do rosto?*”³⁵³ Esta é a resposta de Caim, quando lhe diz: “*Onde está teu irmão?*” Ele responde: “*Sou eu o guarda de meu irmão?*”. É isto o rosto do Outro, tomado por uma imagem entre imagens e quando a Palavra de Deus que ele carrega fica desconhecida.³⁵⁴

Para Lévinas, não se deve tomar a resposta de Caim como se ele zombasse de Deus, ou como se respondesse à maneira de uma criança: “*Não sou eu, é o outro*”. A resposta de Caim é sincera. Como nos diz: “*Em sua resposta, só falta a ética; nela só há ontologia: eu sou eu e ele é ele. Somos seres ontologicamente separados.*”³⁵⁵

Assim, muito além de uma perspectiva ontológica, e calcada em uma perspectiva ética, “*o rosto se impõe a mim sem que eu possa permanecer surdo a seu apelo, ou esquecê-lo, ou seja, sem que eu possa cessar de ser responsável por sua miséria*”³⁵⁶. A presença do rosto significa assim uma ordem irrecusável um mandamento que detém a possibilidade da consciência. A consciência então é questionada pelo rosto.³⁵⁷

Para Emmanuel Lévinas, a consciência, na relação com o outro, perde seu primeiro lugar. Segundo o filósofo, na consciência, assim pensada, há o despertar para a humanidade. Dessa forma, a humanidade da consciência não está absolutamente nos seus poderes, mas na sua responsabilidade. Na passividade, no acolhimento, na obrigação a respeito de Outrem.³⁵⁸

3.2.4

O rosto do estrangeiro, da viúva e do órfão como transcendência

³⁵¹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32, 151.

³⁵² LÉVINAS, E., *Entre nós*, p.151.

³⁵³ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p.151.

³⁵⁴ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p.151.

³⁵⁵ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; pp. 151, 152.

³⁵⁶ LÉVINAS, E., *Humanismo do outro homem*, p. 52.

³⁵⁷ LÉVINAS, E., *Humanismo do outro homem*, p. 52.

³⁵⁸ LÉVINAS, E. *Entre nós*, p. 32; p.153.

A transcendência de Outrem que é sua eminência, a sua altura, o seu domínio senhorial, engloba no seu sentido concreto a sua miséria, a sua expatriação e o seu direito de estrangeiro. O olhar do estrangeiro, da viúva e do órfão e que eu só posso reconhecer dando ou recusando, livre de dar ou de recusar, mas passando necessariamente pela mediação das coisas. Assim, é a relação do Mesmo com o Outro, é o meu acolhimento do Outro que é o fato último e onde sobrevêm as coisas não como o que se edifica, mas como o que se dá.³⁵⁹

O rosto me chama às minhas obrigações e me julga. O ser que nele se apresenta vem de uma dimensão de altura, dimensão de transcendência onde pode apresentar-se como estrangeiro, sem se opor a mim, como obstáculo ou inimigo. A minha posição de *eu* consiste em poder responder à miséria essencial de outrem, em encontrar recursos. Outrem, que me domina em sua transcendência é também o estrangeiro, a viúva e o órfão,³⁶⁰ em relação aos quais tenho obrigações.³⁶¹

As orientações do texto bíblico a respeito da vulnerabilidade do estrangeiro, forasteiro, órfão e viúva são lembranças vivas no texto do filósofo. A realidade do povo de Israel, cativo no Egito, o mandato bíblico de não explorar ou oprimir o estrangeiro, não maltratar a viúva e o órfão (Ex 22.21-23) são elementos que fundamentam e alimentam a filosofia levinasiana; uma filosofia que parece ter a vocação de iluminar rostos esquecidos. Lévinas assim o faz ao longo de todo o seu percurso. Não há a pretensão de demonstrar ou dar provas através dos versículos bíblicos, mas “*dar testemunho de uma tradição e de uma experiência*”.³⁶²

Vejamos a importância dada pelo autor ao texto bíblico destacando o que considera essencial como referência ao ser humano diante de outrem em entrevista concedida à François Poirié em maio de 1986:

Há na Bíblia, por certo, toda uma vida ritual. Ela é, provavelmente, não menos essencial e é preciso interpretá-la, mas o traço fundamental da *Bíblia* é o fato dela colocar o outro como que em relação comigo, ou, antes, a afirmação de meu

³⁵⁹ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 66.

³⁶⁰ Para Lévinas, a ofensa feita a Outrem nos afeta pela “boa consciência” de ser. A ofensa feita ao estrangeiro, à viúva, ao órfão que, no rosto de Outrem, olham o Eu. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 217.

³⁶¹ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 211.

³⁶² LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 104.

ser como que consagrado a outrem: “Tu não matarás” ou “Tu amarás o estrangeiro” ou “Tu amarás o teu próximo como a ti mesmo”. “Como a ti mesmo” é muito importante e se junta ao “Tu amarás o estrangeiro”, porque “Tu amarás o teu próximo como a ti mesmo” significaria, a rigor, que o apego a mim é o apego fundamental e que, de tempo em tempo, é necessário projetá-lo sobre outrem, e é por isso que “Tu amarás o estrangeiro” é tão importante, tão importante quanto o “Tu amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Todo o resto é uma ética de comportamento no que diz respeito a outrem, em diversos graus, diversas alturas. Toda a característica do homem através do Pentateuco e dos Profetas é a do homem como sujeito independente e responsável por outrem. Eis em que sentido a Bíblia é tão importante...³⁶³

Destaca Lévinas que Outrem me importa em sua miséria material. Trata-se de alimentá-lo eventualmente, trata-se de vesti-lo eventualmente. É exatamente a proposta bíblica: alimentar aqueles que têm fome, vestir os que andam nus, dessedentar aqueles que têm sede, os que não têm abrigo. O lado material do homem, a vida material me importa em outrem, tomam em outrem para mim uma significação elevada, dizendo respeito à minha “santidade”.³⁶⁴

Como se a respeito de outrem eu tivesse responsabilidades a partir do comer e do beber. E como se outrem que eu enxotei equivalesse a um Deus enxotado. Essa santidade talvez seja somente a santidade do problema social. Todos os problemas do comer e do beber, na medida em que concernem a outrem, se tornam sagrados. Como se outrem me fosse sempre alguma coisa, como se sua condição de estrangeiro me olhasse precisamente.³⁶⁵

Referenciado pela própria Bíblia, Lévinas reflete a respeito de nossa estrangeiridade. Se pergunta o filósofo se nós, ocidentais, “*nutridos que somos da Bíblia, ao menos tanto quanto que de pré-socráticos não seremos nós estrangeiros ao mundo.*”³⁶⁶ Nos convida então à reflexão:

Lê-se no Salmo 119: “Eu sou estrangeiro sobre a terra, não me ocultes teus mandamentos” (Sl 119.19). Seria o texto, segundo a crítica histórica, tardio, e remontaria já ao período helenista, em que o mito platônico da alma exilada no corpo teria podido seduzir a espiritualidade do Oriente? Mas o salmo faz eco a textos reconhecidos como anteriores ao século de Sócrates e de Platão, ao capítulo 25, versículo 23, do Lévitico, notadamente: “Nenhuma terra será alienada irrevogavelmente, pois a terra me pertence, pois vós não sois senão estrangeiros, domiciliados em minha casa” (Lv 25.23). Não se trata ali da estranheza da alma eterna exilada entre as sombras passageiras, nem de um sentir-se desambientado

³⁶³ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 106.

³⁶⁴ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 90.

³⁶⁵ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 91.

³⁶⁶ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 103.

que a edificação de uma casa e a posse de uma terra conseguirá superar, resgatando, pela edificação, a hospitalidade do lugar que a terra envolve. Pois, como no Salmo 119, que faz apelo a mandamentos, esta diferença entre o eu (moi) e o mundo estende-se por obrigações para com os outros. Eco do dizer permanente da Bíblia: a condição – ou a incondição – de estrangeiros e de escravos no país do Egito reaproxima o homem do próximo. Os homens procuram-se na sua incondição de estrangeiros. Ninguém está em casa. A lembrança desta servidão reúne a humanidade. A diferença que se abre entre mim e si (moi et soi), a não-coincidência do idêntico, é uma radical não-indiferença em relação aos homens”.³⁶⁷

Essa não indiferença em relação aos homens, essa consciência a respeito de nossa transitoriedade e estrangeiridade são marcas importantes na filosofia de Emmanuel Lévinas. Como nos lembra em sua obra *Más allá del versículo*, o traumatismo da escravidão no Egito sofrida pelo povo de Israel, que tanto a Bíblia como a liturgia judaica levam a marca, pertencem “à humanidade mesma do judeu e do judeu em todo homem que, enquanto escravo liberto, conservaria sua proximidade em relação ao proletário, ao estrangeiro e ao perseguido”.³⁶⁸

O perseguido e o proletário se unem aos estrangeiros, viúvas e órfãos³⁶⁹, mencionados pelo texto da Sagrada Escritura. Nas palavras de Lévinas, são portadores de uma “nudez exibicionista e uma presença exorbitante que vêm como mais longe do que a franqueza do rosto profanadora e inteiramente profanada, como se tivesse forçado o interdito de um segredo”.³⁷⁰ Trata-se do “essencialmente escondido lançando-se para a luz, sem se tornar significação. Não o nada, mas o que ainda não é. “Não-ser-ainda” como uma clandestinidade que esgota a essência dessa não-essência”.³⁷¹

Clandestinidade que, no impudor da sua produção, confessa uma “vida noturna”, que não equivale a uma “vida diurna” apenas privada de claridade, nem à simples interioridade de uma vida solitária e íntima, mas que procuraria uma expressão para superar o seu recalçamento.³⁷²

³⁶⁷ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 104.

³⁶⁸ LÉVINAS, E., *Más allá del versículo*, p. 25.

³⁶⁹ Como menciona Carmine di Sante, amar o estrangeiro, ao qual alguns textos bíblicos associam ao órfão e a viúva, significa anunciar um amor diferente do amor como movimento natural, um novo tipo de amor: o amor como proximidade em relação ao outro na sua estranheza e na sua distância, o amor como acolhimento da alteridade do outro no espaço da própria vontade de bem ou benevolência. SANTE di, C., Responsabilidade, p. 24.

³⁷⁰ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 255.

³⁷¹ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 255.

³⁷² LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 255.

Clandestinidade expressa na nudez e carência da expressão de Outrem como tal; uma exposição à queima roupa de um rosto através de sua indigência, passividade e vulnerabilidade pura, como a própria mortalidade do outro homem.³⁷³ Um rosto que nos fala eloquentemente através de si mesmo:

Rosto, já linguagem antes das palavras, linguagem original do rosto humano despojado da postura que ele se dá - ou que suporta - sob nomes próprios, títulos e gêneros do mundo. Linguagem original, já súplica, já, precisamente como tal, miséria, para o em-si do ser, já mendicidade; mas também já imperativo que do mortal, do próximo me faz responder, apesar da minha própria morte, mensagem da difícil santidade, do sacrifício; origem do valor e do bem, ideia da ordem humana na ordem dada ao humano. Linguagem do inaudível, linguagem do inaudito, linguagem do não-dito.³⁷⁴

Linguagem também como rosto. A epifania do rosto como rosto abre a humanidade. O rosto na sua nudez de rosto apresenta-me a penúria do pobre e do estrangeiro; mas essa pobreza e esse exílio que apelam para os meus poderes visam-me, não se entregam a tais poderes como dados, permanecem expressão do rosto. O pobre, o estrangeiro, apresentam-se como igual. A sua igualdade na presença essencial consiste em referir-se ao terceiro, assim presente no encontro e que, dentro de sua miséria, outrem já serve.³⁷⁵

A alteridade do Outro, aqui, não resulta de sua identidade, mas a constitui: o Outro é Outrem. “*Outrem enquanto Outrem situa-se numa dimensão de altura e do abaixamento glorioso abaixamento; tem o semblante do pobre, do estrangeiro, da viúva e do órfão e, ao mesmo tempo, do senhor chamado a bloquear e a justificar a minha liberdade.*”³⁷⁶

Segundo Jacques Derrida, as imagens relativas ao órfão, à viúva e ao estrangeiro representam metáforas que expressam o significado da Ética da Alteridade de Lévinas, ética que engloba as ideias fundamentais de fraternidade, humanidade e hospitalidade; representando o acolhimento do outro ou do rosto como próximo e como estrangeiro, como próximo enquanto estrangeiro, homem e

³⁷³ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 215, 237.

³⁷⁴ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 282, 283.

³⁷⁵ LEVINAS, E., Totalidade e Infinito, p. 208.

³⁷⁶ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 248, 249.

irmão. Nas palavras do próprio Derrida, “*de certa maneira, cada um de nós é um estrangeiro sobre a terra.*”³⁷⁷

Através de sua obra Lévinas visava o “despertar de Mim por outrem”, “de Mim pelo Estranho”, “de Mim pelo apátrida”,³⁷⁸ isto é, pelo próximo que nada mais é do que próximo. Despertar que não é nem reflexão sobre si nem universalização,³⁷⁹ despertar que significa responsabilidade por outrem a vestir e a nutrir, minha substituição a outrem, minha expiação pelo sofrimento e, sem dúvida, pela falta de outrem. Expição a mim atribuída sem possibilidade de evasiva e à qual se eleva, insubstituível, minha unicidade de eu.³⁸⁰

Despertar para o outro homem, que não é saber”.³⁸¹ precisamente aproximação ao outro homem o primeiro vindo na sua proximidade do próximo irredutível ao conhecimento, mesmo que a ele deva fazer apelo diante da pluralidade dos outros, através da justiça exigida.³⁸² Pensamento que não é adequação ao outro, o qual foge à minha medida de eu, refratário, precisamente, em sua unicidade a toda medida, mas não indiferença ao outro, amor que rompe o equilíbrio da alma igual.³⁸³

3.3

A existência de outrem

3.3.1

Outrem como transcendência

O Outro não é para a razão um escândalo que a põe em movimento dialético, mas o primeiro ensino racional, a condição de todo o ensino. A ligação

³⁷⁷ DERRIDA, J., Adeus a Emmanuel Lévinas, p. 88.

³⁷⁸ Como ressalta Emmanuel Lévinas em entrevista à François Poiré, o próprio amor e a própria afetividade e o próprio sentimento têm seu lugar inicial na relação com o outro, tal qual com o estrangeiro que todo homem é para todo homem. “No fim de contas, todo o mundo é estrangeiro”. POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 104.

³⁷⁹ Como nos explica o filósofo, tanto a universalização, bem como a generalização representam a morte. Ela faz o eu entrar e o dissolve na generalidade de sua obra. Por isso, a singularidade insubstituível do eu decorre de sua vida. Destaca também que o discurso impessoal é um discurso necrológico. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 49, 51.

³⁸⁰ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 97.

³⁸¹ Conforme Lévinas, o saber suporia já o eu. Todo saber do *aqui* já é saber para mim que estou aqui. O saber se funda sobre a ipseidade, ele não a constitui. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 50, 51.

³⁸² LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 216.

³⁸³ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 216.

com Outrem como ligação com a sua transcendência; a ligação com outrem que põe em questão a brutal espontaneidade do seu destino imanente, introduz em mim o que não estava em mim.³⁸⁴

A relação com o Outrem não anula a separação. Não surge no âmbito de uma totalidade e não a instaura integrando nela Eu e o Outro.³⁸⁵ Como ressalta Lévinas em sua obra *Humanismo do Outro Homem*, nem mesmo referente à diversidade das culturas se dá uma totalidade: “A totalidade do ser, a partir das culturas, de forma alguma pode ser concebida como panorâmica. Não haveria totalidade no ser, mas totalidades. Nada as englobaria.”³⁸⁶

Assim, a conjuntura do frente a frente já não pressupõe a existência de verdades universais,³⁸⁷ onde a subjetividade possa incorporar-se e que bastaria contemplar para que o Eu e o Outro entrem numa relação de comunhão. É preciso, sobre este último ponto, defender a tese inversa: a relação entre Mim e o Outro começa na desigualdade de termos, transcendentais um em relação ao outro, onde a alteridade não determina o outro formalmente como alteridade de “B” em relação à “A”. A alteridade do Outro, aqui, não resulta de sua identidade, mas a constitui: o Outro é Outrem. Outrem enquanto Outrem situa-se numa dimensão de altura e do abaixamento: ao mesmo tempo, o semblante do pobre, do estrangeiro, da viúva e do órfão; e do senhor chamado a bloquear e a justificar a minha liberdade.³⁸⁸

Sustenta o filósofo que é preciso já ser para Outrem existir e não apenas atuar para que o fenômeno do sentido, correlativo da intenção de um pensamento, possa surgir. Ser-para-Outrem é ser bom. O conceito de Outrem não tem por certo nenhum conteúdo novo em relação ao conceito de eu; mas ser-para-Outrem não é uma relação entre conceitos cuja compreensão coincidiria, nem a concepção de um conceito para um eu, mas a minha bondade. O fato de, existindo para Outrem,

³⁸⁴ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 198.

³⁸⁵ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 248.

³⁸⁶ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 39.

³⁸⁷ Como fundamenta em sua obra intitulada *Entre Nós*: singularidade do eu ou do tu não se assemelha à singularidade de um dado sensível. A particularidade do eu – sua personalidade – não resume sua individuação pelo espaço e pelo tempo. Sua individuação só permite ao espaço e ao tempo tomar significação a partir do aqui e a partir do agora. Tal obra de individuação coincide com sua subjetividade de indivíduo. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 50,51.

³⁸⁸ LÉVINAS, E., Totalidade e infinito, p. 248,249.

eu³⁸⁹ existir de outro modo que ao existir para mim, é a própria moralidade. Ela implica por todos os lados o meu conhecimento de Outrem por uma valorização de Outrem, para além desse conhecimento primeiro. Para o filósofo, a transcendência como tal é a “consciência moral”.³⁹⁰

Tal consciência está relacionada com a condição ou a in-condição de refém, que acusa-se no Eu que se aproxima do próximo; mas também sua eleição, a unicidade daquele que não se deixa substituir. Ele não é mais um “indivíduo num gênero” chamado Eu, nem “um caso particular” do “Eu em geral”. Este é aquele cuja obrigação para com Outrem é também infinita; aquele que, sem se interrogar sobre a reciprocidade, sem levantar questões sobre Outrem no aproximar-se do seu rosto, nunca está quite com o próximo.³⁹¹

Rosto deste próximo que sob todas as formas particulares da expressão em que Outrem, já na pele do personagem, cumpre um papel é expressão pura, extradição sem defesa, sem cobertura: retidão extrema, precisamente, do “em face de...”, que nesta nudez é exposição à morte.³⁹²

Rosto vulnerável e exposto à morte que carrega em si mesmo a vocação de nos tirar da ordem de um puro egoísmo. Como nos diz Lévinas:

A visitação, do rosto, consiste em desordenar o próprio egoísmo do Eu (Moi) que sustenta esta conversão. O Eu (Moi) perde sua soberana coincidência consigo, sua identificação em que a consciência retorna triunfante si mesma para repousar sobre si. Diante da exigência do Outro, o Eu (Moi) se expulsa deste repouso, não é a consciência, já gloriosa, deste exílio.³⁹³

Segundo Emmanuel Lévinas, é necessário que apontemos um plano que, ao mesmo tempo, suponha e transcenda a epifania de Outrem no rosto, plano este em que o “eu se estende para além da morte e se desliga também do seu retorno a si.

³⁸⁹ “Eis que falo do eu como de um conceito, quando em cada eu, a “primeira pessoa” é unicidade e não individuação de um gênero. O eu, se se pode dizer, é eu, não lá onde se fala dele, mas lá onde ele fala na primeira pessoa: eu a evadir-se do conceito apesar do poder que o conceito retoma sobre ele a partir do momento em que se fala desta evasão, desta unicidade, desta eleição.” LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 217.

³⁹⁰ LÉVINAS, E., *Totalidade e infinito*, p. 260.

³⁹¹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 216.

³⁹² LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 215.

³⁹³ LÉVINAS, E., *Humanismo do outro homem*, p. 52.

Semelhante plano seria o do amor e da fecundidade, em que a subjetividade se põe em função desses movimentos.”³⁹⁴

3.3.2 A morte de Outrem como convocação

No temor pelo outro homem vem às claras uma responsabilidade ilimitada, que jamais desaparece; mesmo que à responsabilidade só caiba responder no impotente afrontamento com a morte de Outrem “eis-me aqui”. Apesar de todas as denúncias, em nossa civilização, da ineficácia e da facilidade da “má consciência”. Responsabilidade que guarda, sem dúvida, o segredo da socialite – cuja gratuidade total – mesmo que pareça vã – se chama amor do próximo isto é, a própria possibilidade da unicidade do único (para além de sua particularidade de indivíduo num gênero). Amor sem concupiscência, mas tão irredutível como a morte.³⁹⁵

Mas este em face do rosto na sua expressão – na sua mortalidade – me convoca, me suplica, me reclama: como se a morte invisível que o rosto de outrem enfrenta pura alteridade, separada, de algum modo, de todo conjunto fosse “meu negócio”. Como se, ignorada de outrem que já, na nudez de seu rosto, concerne, ela “me dissesse respeito” antes de sua confrontação comigo, antes de ser a morte que desfigura a mim-mesmo. Para Lévinas as implicações da morte de outrem são de minha responsabilidade:

A morte do outro homem me concerne e me questiona como se eu me tornasse, por minha eventual indiferença, o cúmplice desta morte invisível ao outro que aí se expõe; e como se, antes de ser eu mesmo votado a ele, tivesse que responder por esta morte do outro e não deixar outrem só, em sua solidão mortal. É precisamente neste chamamento de minha responsabilidade pelo rosto que me convoca, me suplica e me reclama, é neste questionamento que outrem é meu próximo.³⁹⁶

Este modo de me exigir, de me questionar e de fazer apelo a mim, à minha responsabilidade pela morte de Outrem, é uma significação a tal ponto irredutível que é a partir dela que o sentido da morte deve ser entendido, para além da dialética abstrata do ser e de sua negação à qual, a partir da violência reconduzida à negação e ao aniquilamento, se diz a morte. A morte significa na concretude do

³⁹⁴ LÉVINAS, E., *Totalidade e infinito*, p. 252.

³⁹⁵ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 218.

³⁹⁶ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 194.

que é para mim o impossível abandono de Outrem à sua solidão, na proibição deste abandono dirigido a mim. Seu sentido começa no inter-humano. A morte tem sentido primordialmente na própria proximidade do outro homem ou na socialidade.³⁹⁷ Em suas palavras:

Neste em face do rosto, nesta mortalidade – convocação e súplica que me concernem. Como se a morte invisível que o rosto de Outrem enfrenta, fosse questão minha, como se esta morte “me dissesse respeito” (“me regardait”). A morte do outro me põe em xeque e me questiona, como se desta morte o eu se tornasse, por sua indiferença, o cúmplice, e tivesse que responder por este do outro e não deixá-lo morrer só. É precisamente neste chamado à responsabilidade do eu pelo rosto que o convoca, que o suplica e que o reclama, que Outrem é o próximo do eu.³⁹⁸

Mas, através desta mortalidade, dá-se também convocação e obrigação que concernem ao eu, que “me concernem” a um “fazer face” da autoridade, como se a morte invisível à qual se expõe o rosto do outro homem fosse, para o “Eu” que dele se aproxima, assunto de sua competência; pondo-o em causa antes de sua culpabilidade ou inocência ou, ao menos, na sua culpabilidade intencional. O Eu como refém do outro homem é chamado precisamente a responder por esta morte. Responsabilidade por outrem no eu, independentemente de todo engajamento assumido por este eu e de tudo o que teria sido acessível à sua iniciativa e liberdade; independentemente de tudo o que, em Outrem, poderia “dizer respeito” ao eu. Mas eis que, através do rosto de Outrem – através de sua mortalidade – tudo o que, em Outrem, não me diz respeito “me diz respeito” (“me regarde”).³⁹⁹

Discurso⁴⁰⁰ sobre o rosto, sobre o eu responsável pelo outro que o rosto convoca, rompendo o “ser-aí” humano preocupado com o seu “ser no mundo”.⁴⁰¹ Eis aí a seriedade da intriga humana, o contrário da vaidade, o contrário das vaidades.⁴⁰² Através da mortalidade de Outrem dá-se também convocação e obrigação.⁴⁰³

³⁹⁷ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 194,195.

³⁹⁸ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 238.

³⁹⁹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 215,216.

⁴⁰⁰ Como menciona Rafael Haddock Lobo, a relação ética com o outro é linguagem, é o acolhimento do outro, face-a-face, e que escapa a qualquer teoria do conhecimento, pois se situa no para-além de qualquer especulação teórica, de qualquer possibilidade de tematização.” LOBO, R. H., *Da existência ao infinito*, p. 139.

⁴⁰¹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 260,261.

⁴⁰² LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 261.

⁴⁰³ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 215.

3.3.3 Morrer por Outrem

A proximidade do próximo é a responsabilidade do eu por um outro. A responsabilidade pelo outro homem, a impossibilidade pelo outro homem, a impossibilidade de abandoná-lo sozinho ao mistério da morte é, concretamente, através de todas as modalidades do “dar”, a suscepção do dom último de morrer por Outrem. A responsabilidade não é aqui fria exigência jurídica, mas a gravidade do amor do próximo, do amor sem concupiscência.⁴⁰⁴

Humano morrer pelo outro⁴⁰⁵ que seria o próprio sentido do amor na sua responsabilidade pelo próximo e, talvez, a inflexão primordial do afetivo como tal. Apelo da santidade precedendo a preocupação de uma existência voltada para si.⁴⁰⁶ Para Lévinas, a ideia que possui o verdadeiro e incontestável valor é o valor da santidade. Ela não se prende inteiramente às privações, pois baseia-se na certeza de que é preciso deixar o outro sempre em primeiro lugar em tudo: “*Se preciso for, morrer pelo outro. Isso a Santidade o pede.*”⁴⁰⁷

O que chama de ordem ética ou ordem da santidade, ordem da misericórdia, ordem do amor ou ordem da caridade, em que o outro me concerne, independentemente do lugar que lhe cabe na multiplicidade humana, e até para além de nossa pertença como indivíduos ao gênero humano, me diz respeito como próximo, como um indivíduo qualquer que chegou primeiro. Ele era o único. Em seu rosto, apesar da aparência que ele se dá, eu li um chamado a mim endereçado, a ordem de Deus de não o deixar. Relação inter-humana na gratuidade ou na santidade do ser para-com-outro.⁴⁰⁸

Santidade no rosto de outrem ou na santidade de minha obrigação como tal. Tanto faz! Há uma santidade no rosto, mas sobretudo há santidade ou ética para consigo mesmo em um comportamento que aborda o rosto, em que a obrigação em relação a outrem se impõe antes de toda e qualquer obrigação: respeitar outrem é dar-se conta de outrem, é fazê-lo passar antes de si próprio. É a cortesia.

⁴⁰⁴ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 238.

⁴⁰⁵ “*Morrer por*”, “*morrer pelo outro*” ... Lévinas confessa ter pensado também, em certo momento de sua obra, em utilizar a expressão “*morrer juntos*”. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 260.

⁴⁰⁶ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 260,261.

⁴⁰⁷ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 84.

⁴⁰⁸ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 104.

O fazer passar antes de mim, esse pequeno impulso de cortesia é um acesso ao rosto também.⁴⁰⁹ Para o filósofo,

Nessa atitude de santidade, há um retorno assim da ordem natural das coisas, do natural das coisas, da persistência no ser da ontologia das coisas e do vivente, que é para mim, o momento no qual o humano, o além do ser – Deus que me vem à ideia. A situação em que Deus vem à ideia não seria um milagre, nem a preocupação de compreender o mistério da criação. O choque do divino, a ruptura da ordem imanente, da ordem que eu posso abarcar, da ordem que eu posso ter por meu pensamento, da ordem que pode tornar-se minha, eis o rosto de outrem.⁴¹⁰

A prioridade do outro sobre o eu, pelo qual o outro humano é eleito e único, é precisamente sua resposta à nudez do rosto e à sua mortalidade. É aí que sucede a preocupação com sua morte em que o “morrer por ele” e “de sua morte” tem a prioridade em relação à morte “autêntica”. Não uma vida *post-mortem*, mas o desmedido do sacrifício, a santidade na caridade e na misericórdia.⁴¹¹

A unicidade do eu humano, que nada deveria alienar, é aqui pensada a partir da morte: cada um morre por si. Inalienável identidade no morrer! Sacrificar-se por um outro não torna o outro imortal. Certamente, o eu se mantém no mundo em relação com os outros, mas onde, na verdade, ninguém saberia morrer por outra pessoa. E neste existir-para-morrer, neste ser-para-a-morte, a lucidez da angústia acede ao nada sem daí se evadir vãmente no medo.⁴¹²

Responsabilidade pelo outro até morrer pelo outro! Eis que a alteridade de outrem – estranha e próxima – que afeta, através de minha responsabilidade de eu, o extremo presente que, para a identidade do meu “eu penso”, se reúne como toda minha duração, em presença ou em representação; mas que é também o fim de toda prestação “egológica” de sentido pelo pensamento intencional. No meu “ser-para-a-morte”, esta prestação já estaria votada e se antecipa na indivisível imanência de seu existir consciente. Paroxismo desta proximidade do próximo, em que o rosto do outro homem conserva sua maneira própria – imperativa – de significar um sentido ao eu mortal, para além do eventual esgotamento de sua

⁴⁰⁹ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 86.

⁴¹⁰ POIRIÉ, F., Emmanuel Lévinas, p. 84.

⁴¹¹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 262.

⁴¹² LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 290.

doação de sentido “egológica”⁴¹³ e a erosão antecipada de todo sentido procedente desta doação de sentido.⁴¹⁴

Como nos orienta Lévinas, através de outrem, algo para além de minha perspectiva individual e experiência aparecem: “Em Outrem, um sentido e uma obrigação me obrigam para além de minha morte! Sentido original do futuro! Futurição dum futuro que não me chega como por-vir, como horizonte de minhas antecipações ou pretensões.”⁴¹⁵

3.4

O sofrimento e a dor humana

Eis um tema de extrema importância na obra de Emmanuel Lévinas: o drama do sofrimento humano. Como afirma, “o sofrimento é na consciência um dado, um certo “conteúdo psicológico”, como o vivido da cor, do som, do contato, como qualquer outra sensação”. Mas, neste próprio “conteúdo”, ele é um “apesar-da-consciência”, o inassumível. Esta “inassumibilidade” não é devida à intensidade excessiva de uma sensação ou a qualquer “excesso” quantitativo, superando a medida de nossa sensibilidade; mas um excesso, um “demais” que se inscreve num conteúdo sensorial, penetra como sofrimento nas dimensões do sentido que aí parece abrir-se ou enxertar-se.”⁴¹⁶

A dor é, ao mesmo tempo, o que desordena a ordem e o próprio desordenamento. Negação e recusa de sentido, impondo-se à consciência como o insuportável que denomina como dor, mal.⁴¹⁷ Para Lévinas, no que se refere à dor, ao seu mal e ao sofrimento, tomar consciência não é falar com propriedade; não é fazer com consciência, mas, na adversidade, sofrer; e até sofrer

⁴¹³ A visitação do rosto de Outrem desordena o próprio egoísmo do Eu (Moi). O Eu (Moi) perde sua soberania perante a exigência do Outro, expulsando o Eu (Moi) de seu repouso sobre si mesmo. LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

⁴¹⁴ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 222,223.

⁴¹⁵ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 223.

⁴¹⁶ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 145.

⁴¹⁷ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 145.

o sofrer, pois o “conteúdo”, do qual a consciência dolorida é consciente,⁴¹⁸ é precisamente esta adversidade mesma do sofrimento, seu mal.⁴¹⁹

No sofrimento, a sensibilidade é vulnerabilidade, mais passiva do que a receptividade; ela é provação, mais passiva do que a experiência. Precisamente um mal. Como nos explica o filósofo:

Não é, na verdade, pela passividade que se descreve o mal, mas é pelo mal, que se compreende o padecer. O sofrer é um padecer puro. A humanidade do homem que sofre é esmagada pelo mal que a dilacera de maneira bem outra do que aquela da não-liberdade que a esmaga; violenta e cruelmente, mais irremissivelmente que a negação que domina ou paralisa o ato na não-liberdade. O que conta na não-liberdade ou no padecer do sofrimento é a concretude do não que surge como mal.⁴²⁰

Esta negatividade do mal se expande ao “não-sentido” do sofrimento. Ele é o impasse da vida e do ser, seu absurdo em que a dor não vem “colorir” de afetividade a consciência. O mal da dor, o próprio dano, é o esfacelamento do ser, a articulação mais profunda do absurdo.⁴²¹

Tal absurdo revela como fenômeno, intrinsecamente, a inutilidade de tal sofrimento. Entretanto, concomitantemente, nos conduz ao problema ético fundamental que a dor “por nada” suscita: o problema ético⁴²² inevitável e prioritário da “medicação” que é meu dever.⁴²³

Lévinas nos faz o seguinte questionamento:

O mal do sofrimento - passividade extrema, impotência, abandono e solidão - não é ele também o inassumível e, assim, por sua não-integração na unidade de uma ordem e de um sentido, a possibilidade de uma cobertura e, mais precisamente, daquela em que passa uma queixa, um grito, um gemido ou um suspiro, apelo original por auxílio, por socorro curativo, pelo socorro do outro eu, cuja alteridade, cuja exterioridade prometem a salvação?⁴²⁴

⁴¹⁸ Abstraindo-se de suas condições psico-físicas e psico-fisiológicas, na sua pura fenomenologia, a passividade do padecer não é o reverso de nenhuma atividade, como o seria ainda o efeito correlativo de sua causa, como o seria a receptividade sensorial correlativa da “ob-stância” do que o afeta e o impressiona. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 129.1.

⁴¹⁹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 128.

⁴²⁰ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 129.

⁴²¹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 130.

⁴²² Como ressalta Rafael Haddock Lobo, a ética, necessariamente, para além de uma relação gnosiológica, significa *experiência*; por isso consiste na aventura em se experimentar através da transcendência da ideia de infinito que é o outro. LOBO, R. H., Da existência ao infinito, p. 139.

⁴²³ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 129,130.

⁴²⁴ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 130.

Como nos diz o filósofo, trata-se de um “pedido de analgesia mais imperioso e urgente no gemido do que um pedido de consolação ou do adiamento da morte - a categoria antropológica do medial, primordial, irreduzível, ético”.⁴²⁵ Assim, diante do sofrimento puro, intrinsecamente insano e condenado, sem saída, se delineia um além através do que Lévinas denomina como inter-humano.⁴²⁶

3.5 A perspectiva inter-humana

Para Lévinas, nossa civilização é chamada a alimentar aos homens e a aliviar seus sofrimentos. A honra de uma modernidade ainda incerta, titubeante, que se anuncia na saída de um século de sofrimentos sem nome, mas no qual o sofrimento do sofrimento, o sofrimento pelo sofrimento inútil de outro homem, o justo sofrimento em mim pelo sofrimento injustificável de outrem, abre sobre o sofrimento a perspectiva ética⁴²⁷ do inter-humano.⁴²⁸

Nesta perspectiva, faz-se uma diferença radical entre o sofrimento em outrem no qual é, para mim, imperdoável e me solicita e me chama, e o sofrimento em mim, minha própria aventura do sofrimento, cuja inutilidade constitucional ou congênita pode tomar um sentido, o único de que o sofrimento seja susceptível, tornando-se um sofrimento pelo sofrimento, mesmo inexorável, de alguém.⁴²⁹

Como nos alerta Emmanuel Lévinas, as crueldades de nosso século podem afirmar-se como o próprio nó da subjetividade humana; a ponto de se ver elevado a um supremo princípio ético – o único que não é possível contestar, segundo ele – e até a comandar as esperanças e a disciplina prática de vastos agrupamentos

⁴²⁵ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 131.

⁴²⁶ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 131.

⁴²⁷ Emmanuel Lévinas, ao utilizar os fundamentos da sabedoria judaica, tem por objetivo ressaltar a condição ética que faz cada pessoa se dar conta da responsabilidade que tem por seu próximo. O estudo da Torá, por exemplo, consistia para Lévinas lembrar de uma mensagem fundamental: “conduzir o sentido de toda experiência à relação ética entre os homens, apelando à responsabilidade pessoal do ser humano, o qual se sente eleito e insubstituível, para realizar uma sociedade humana em que os humanos se tratem como humanos” (“*conducir el sentido de toda experiencia a la relación ética entre los hombres, apelando a la responsabilidad personal del ser humano, donde se siente elegido e irremplazable, para realizar una sociedad humana donde los hombres se traten como hombres.*”). LÉVINAS, E., Dificil libertad, p. 187.

⁴²⁸ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 132.

⁴²⁹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 132,133.

humanos. Em suas palavras: “Atenção e ação que incumbem aos homens⁴³⁰ a seu eu tão imperiosa e diretamente que não lhes é possível, sem decair, esperá-los de um Deus todo-poderoso”⁴³¹.

Além disso, como ressalta o filósofo, o mau e gratuito não sentido da dor já desponta sob as formas racionais que são revestidas pelos “usos” sociais do sofrimento. Mas por trás da administração racional da dor nas sanções, distribuída pelos tribunais humanos, revestindo imediatamente o que denomina como “as aparências duvidosas da repressão”, o arbitrário e estranho revés da justiça em meio às guerras, aos crimes e à opressão dos fracos pelos fortes, alcança, numa espécie de fatalidade, os sofrimentos inúteis que derivam dos flagelos naturais como efeitos do que chama de uma perversão ontológica.⁴³²

O filósofo nos indaga então: “Para além da malignidade profunda do próprio sofrimento que sua fenomenologia revela, a experiência humana não atesta, na história, maldade e má vontade?”⁴³³ Através de sua indagação, nos convida a examinar o sofrimento numa perspectiva inter-humana - através do significativo (sensé) em mim, inútil em outrem - objetivando restituir as dimensões de sentido relativas à concretude imanente e selvagem do mal numa consciência. Como nos alerta, pensar o sofrimento numa perspectiva inter-humana não significa somente percebê-lo na coexistência de uma multiplicidade de consciências, ou num determinismo social, acompanhado de simples saber que os homens em sociedade podem ter de sua proximidade ou de seu destino comum.⁴³⁴

A perspectiva inter-humana pode subsistir, mas também pode perder-se na ordem política da cidade em que a lei estabelece as obrigações mútuas entre os cidadãos. O inter-humano propriamente dito está numa não indiferença de uns para com outros, numa responsabilidade de uns para com os outros.⁴³⁵ Como

⁴³⁰ Para Lévinas, a consciência desta obrigação sem esquivança possível é mais promissora do que qualquer teodicéia poderia propor. LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 133.

⁴³¹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 133.

⁴³² LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 134.

⁴³³ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 134.

⁴³⁴ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 141.

⁴³⁵ Independentemente da reciprocidade desta responsabilidade, que se inscreverá nas leis impessoais, venha sobrepor-se ao altruísmo puro desta responsabilidade inscrita na posição ética do eu como eu; antes de todo contrato que significaria, precisamente, o momento da reciprocidade onde pode, com certeza, continuar, mas onde pode também atenuar-se ou extinguir-se o altruísmo e o des-interessamento. [...] A ordem da política – pós-ética ou pré-ética – que o “contrato social” inaugura não é nem a condição insuficiente nem o resultado necessário da ética. Na sua posição

ressalta Jacques Derrida, a relação inter-humana se dá através de uma hospitalidade infinita e incondicional; pelo gesto de acolhimento e boas-vindas dadas ao outro, ao estrangeiro; hospitalidade como intencionalidade.⁴³⁶

O inter-humano está na providência de uns em socorro dos outros, antes que a alteridade prestigiosa de outrem venha a banalizar-se ou ofuscar-se num simples intercâmbio de bons comportamentos que se terão estabelecido como “comércio interpessoal” nos costumes. É na perspectiva inter-humana de minha responsabilidade pelo outro homem, sem preocupação com reciprocidade, é no meu apelo a seu socorro gratuito, é na assimetria⁴³⁷ da relação de um ao outro que devemos analisar o fenômeno do sofrimento humano.⁴³⁸

Segundo Rafael Haddock Lobo, trata-se da experiência da *assimetria* significada na epifania da face do outro. Mais do que uma relação, a experiência mesma é a relação que se estabelece no infinito espaço assimétrico entre o eu e outro, e assim é estampada a nudez do rosto deste que me convoca à palavra, que me invade violentamente com a demanda da ética e que, por isso, me institui como eu.⁴³⁹

Este eu precisa agir, precisa envolver-se, sentir o outro eu. Lévinas menciona a bondade, a caridade, a misericórdia e responsabilidade para com outrem, como possibilidades do sacrifício em que a humanidade do homem desabrocha, rompendo a economia geral do real e decidindo sobre a perseverança dos entes que se obstinam em seu ser: por uma condição em que outrem passe antes de si mesmo.⁴⁴⁰

Como destaca Catherine Chrialier, autora da obra intitulada *Lévinas: a utopia do humano*, em Lévinas,

O humano no ser começa quando o homem renuncia a essa liberdade violenta, própria daquele que identifica a lei do ser com um absoluto, quando o eu se interrompe no seu projeto de ser, desvia os seus passos e a sua atenção da

ética, o eu é distinto tanto do cidadão proveniente da cidade, como do indivíduo que precede, no seu egoísmo natural, toda ordem social ou política da cidade. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 141.

⁴³⁶ DERRIDA, J., Adeus a Emmanuel Lévinas, p. 66.

⁴³⁷ A relação com Outrem, necessariamente, não é simétrica. Na relação com o rosto, o que se afirma é exatamente a assimetria. Nas palavras de Lévinas: “No começo, pouco me importa o que Outrem é em relação a mim, isto é problema dele; para mim, ele é antes de tudo aquele por quem eu sou responsável.” LÉVINAS, E., p. 145.

⁴³⁸ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 141.

⁴³⁹ LOBO, R. H., Da existência ao infinito, p. 139.

⁴⁴⁰ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 266.

finalidade que se tinha proposto, porque ouve a voz do estrangeiro, da viúva e do órfão.⁴⁴¹

Para Chaliar, “a filosofia de Lévinas ensina que isso supõe dirigir à liberdade uma exigência infinita, uma mandamento de bondade que transcende o duro exercício de ser.”⁴⁴² Tratar-se-ia do “des-in-ter-essamento” da bondade: outrem em súplica, que é uma ordem, Outrem como rosto, Outrem que me “diz respeito”, mesmo quando não me olha, Outrem como próximo e sempre estranho bondade como transcendência; e eu, aquele que é obrigado a responder, o insubstituível e, assim, o eleito e, desse modo, verdadeiramente único. Bondade para com o primeiro que vem, direito do homem. Direito do outro homem antes de mais nada.⁴⁴³ Nas palavras de Lévinas:

Mesmo que os imperativos bíblicos: “não matarás” e “amarás o estrangeiro” estivessem, há milênios, esperando a entrada dos direitos, ligados à humanidade do homem, no discurso jurídico primordial de nossa civilização, o homem enquanto homem teria direito a um lugar excepcional no ser e, por isso mesmo, exterior ao determinismo dos fenômenos; seria o direito à independência ou à liberdade de cada um.⁴⁴⁴

Direito a uma posição premunida contra a ordem imediata das necessidades inscritas nas leis naturais que comandam as coisas, os viventes e os pensantes de uma natureza que, entretanto, em certo sentido também concerne aos humanos e os engloba. Lugar excepcional, direito à livre vontade, garantido e protegido pelas leis já instituídas pelo homem.⁴⁴⁵

Direito que se revela na obrigação – e que incumbe, no entanto, aos próprios homens livres.⁴⁴⁶ Obrigação esta de poupar ao homem os constrangimentos e as humilhações da miséria, da errância, da dor e da tortura que a própria sucessão

⁴⁴¹ CHALIER, C., Lévinas, p. 67.

⁴⁴² CHALIER, C., Lévinas, p. 67

⁴⁴³ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 266.

⁴⁴⁴ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 263.

⁴⁴⁵ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 263.

⁴⁴⁶ A descoberta dos direitos que, sob o título de direitos do homem, se relacionam à própria condição de ser homem, independentemente de qualidades como nível social, força física, intelectual e moral, virtude e talentos, pelos quais os homens diferem entre si, e a elevação destes direitos ao nível de princípios fundamentais da legislação e da ordem social, certamente marcam um momento essencial da consciência ocidental. LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 263.

dos fenômenos naturais – físicos ou psicológicos – a violência e a crueldade das más intenções dos seres vivos ainda comportam.⁴⁴⁷

3.6 Cultura como rosto de Outrem

No que se refere ao outro, há sempre uma composição relativa à sua existência. Sua maneira de ser, de agir, de pensar, sua cosmovisão, sua perspectiva, seu universo simbólico e valores. Assim, diante do outro há sempre uma contextura que o envolve. Dá-se aí um ponto de extrema importância ressaltado por Lévinas: a questão cultural.

Em sua abordagem, a ideia de cultura contrariamente àquela do saber, da técnica e das artes não se trata, para o Mesmo do Eu humano, de se confirmar na sua identidade, absorvendo o outro da Natureza ou nela se exprimindo, mas de questionar esta própria identidade, sua liberdade ilimitada e seu poder, sem fazer que perca sua significação de *único*. Tratar-se-ia também de uma Cultura ética em que o rosto de Outrem – o do absolutamente outro – desperta na identidade do eu, a incessível responsabilidade pelo outro homem e sua dignidade.⁴⁴⁸

Como dizia Lévinas, a barbárie do ser ameaça (existir) a partir de uma exterioridade mais radical, a partir da transcendência e da estranheza do outro homem. Exterioridade mais exterior que toda distância espacial. A Cultura, assim, em sua concepção, não é ultrapassamento, nem neutralização da transcendência; ela é, na responsabilidade ética e na obrigação para com Outrem, relação com a transcendência enquanto transcendência. Poder-se-ia chamá-la amor. Amor comandado pelo rosto do outro homem, que não é um dado da experiência e não vem do mundo.⁴⁴⁹

Para o filósofo, é correto dizer “que o ser é historicamente”; e solicita os homens e seu devenir cultural para se reunir. A unidade do ser, a todo instante, consistiria simplesmente no fato de que os homens se compreendem na penetrabilidade das culturas umas com as outras. Esta penetrabilidade não poderia realizar-se por intermédio de uma língua comum, ao traduzir, independentemente das culturas, as articulações próprias e ideais das significações, e ao tornar em

⁴⁴⁷ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 32; p. 263,264.

⁴⁴⁸ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 238.

⁴⁴⁹ LÉVINAS, E., *Entre nós*, p. 239.

suma, inúteis essas línguas particulares. Em toda essa concepção, a penetração seria feita, lateralmente.⁴⁵⁰

Nos diz o filósofo que desta forma então, “*existe, com efeito, a possibilidade, para um francês, de aprender o “chinês”, e de passar, assim, de uma cultura para outra, sem a intermediação de um esperanto que falsearia as duas línguas que viria a mediatizar.*”⁴⁵¹ No entanto, o que fica fora de consideração nesta eventualidade é o fato de que se requer uma orientação que conduza precisamente o francês a aprender o “chinês”, em vez de o declarar bárbaro (quer dizer, desprovido das verdadeiras virtudes da linguagem), a preferir a palavra à guerra.⁴⁵²

Emmanuel Lévinas faz uma crítica à cultura ocidental apontando certa contradição em seu projeto de cultura, onde subjaz, segundo ele, uma preguiça de pensar e o medo de morrer. É ressaltado nesta sociedade o temor de cada um por si, na sua própria mortalidade, não conseguindo assim absorver o escândalo da indiferença ao sofrimento de outrem.⁴⁵³

Esta indiferença, segundo o filósofo, se deu porque a humanidade ocidental cometeu um equívoco histórico; na medida em que deu a si mesma uma significação própria de uma ordem metafísica e de uma ética, invisíveis nos ensinamentos imediatos da consciência moral.⁴⁵⁴

É necessário então que retomemos nossa posição de convocados a dar respostas às mazelas do mundo: do órfão, da viúva, do estrangeiro e forasteiro, do nu, do faminto. O filósofo nos lembra sobre nossa vocação em relação à convocação que outrem nos faz:

Na multiplicidade humana, o outro homem, um entre outros, me encontra – precisamente eu (je) ou eu (moi) – como aquele que, convocado, ouviu o imperativo, a título de destinatário exclusivo, como se para mim somente, para mim antes de tudo, este imperativo fosse dirigido; como se eu, doravante eleito e único, tivesse que responder pela morte e, conseqüentemente, pela vida de outrem. Privilégio que a lógica do gênero e dos indivíduos parecia ter apagado: “não matarás” – extraordinária ambiguidade dos indivíduos e do gênero.⁴⁵⁵

⁴⁵⁰ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 39.

⁴⁵¹ LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 39.

⁴⁵² LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 40.

⁴⁵³ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 243, 244.

⁴⁵⁴ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 135.

⁴⁵⁵ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 244.

Lévinas, através de sua concepção de cultura, através da valorização de seu conceito de “indivíduo único” que compõe uma coletividade, através da lembrança de que qualquer ideia de cultura deve ser feita através de uma perspectiva cultural ética - levando em consideração a manifestação irrepetível do rosto humano - nos ajuda a lançar luz sobre a situação atual dos imigrantes, refugiados e pessoas deslocadas à força; lembrando-nos que cada uma delas que compõe essa massa de pessoas deve ser considerada como única em sua subjetividade e única em sua demanda de acolhimento e proteção.

Neste capítulo exploramos a experiência da estrangeiridade segundo alguns importantes conceitos da filosofia de Emmanuel Lévinas, sobretudo o rosto. Demonstramos que para o filósofo, o rosto nos fala de uma forma irrecusável. A aparição do rosto trata-se de uma epifania irresistível a todos nós. Todo rosto que vem ao nosso encontro representa um apelo.

Calcado em uma perspectiva ética, o rosto se impõe a nós sem que possamos permanecer surdos a seu apelo, ou esquecê-lo; sem que possamos suspender o fato de sermos responsáveis por sua miséria. A presença do rosto significa, assim, uma ordem irrecusável, um mandamento que detém a possibilidade da consciência; consciência esta que é questionada pelo rosto.

Para Emmanuel Lévinas, a consciência, na relação com o outro, perde seu espaço de primeiro lugar na perspectiva individual da pessoa. Segundo o filósofo, na consciência, assim pensada, há o despertar para a humanidade. Dessa forma, a humanidade da consciência não está absolutamente nos seus poderes mas na sua responsabilidade: na passividade, no acolhimento, na obrigação a respeito de Outrem.

De forma ainda mais explícita nos fala o rosto do estrangeiro, da viúva e do órfão que nos chamam às nossas obrigações e nos julgam. O ser que neles se apresentam vem de uma dimensão de altura, dimensão de transcendência onde se apresentam como estrangeiro ou estranho sem, no entanto, se oporem a nós como obstáculo ou inimigo. Assim, nossa posição de eu consiste em poder responder à miséria essencial de outrem, em encontrar recursos para os mesmos. Deste modo, Outrem, que nos domina em sua transcendência é também o estrangeiro, a viúva e o órfão, em relação aos quais todos temos obrigações.

Demonstramos que as orientações do texto bíblico a respeito da vulnerabilidade do estrangeiro, forasteiro, órfão e viúva são lembranças vivas no

texto do filósofo. A realidade do povo de Israel, cativo no Egito, o mandato bíblico de não explorar ou oprimir o estrangeiro, não maltratar a viúva e o órfão são elementos que fundamentam e alimentam a filosofia levinasiana; uma filosofia que parece ter a vocação de iluminar rostos esquecidos.

Destaca Lévinas que Outrem nos importa em sua miséria material. Por isso, de fato, tratar-se-ia de alimentá-lo eventualmente, tratar-se-ia de vesti-lo eventualmente. Lembra-nos de que se trata realmente da proposta bíblica: alimentar aqueles que têm fome, vestir os que andam nus, matar a sede daqueles que têm sede, abrigar os que não têm abrigo. O lado material do homem, a vida material nos importa e nos dizem respeito.

Demonstramos também que para o filósofo Emmanuel Lévinas, a dimensão do divino abre-se a partir do rosto humano: a relação com o Transcendente consiste, então, em uma relação social. O Transcendente, o infinitamente Outro, através do rosto humano, nos solicita e apela para nós. Sua epifania consiste em solicitar-nos, pela sua miséria, no rosto do estrangeiro, da viúva e do órfão.

A relação com o Transcendente, que se abre a partir do rosto humano, é livre, no entanto, de toda a dominação do Transcendente; por isso consiste em uma relação, uma relação social. Deus eleva-se à sua suprema e última presença como correlativo da justiça feita aos homens; um Deus acessível na justiça e na dimensão ética. Por isso, para Emmanuel Lévinas, a ética é uma ótica espiritual.

Desta forma, não pode haver nenhum conhecimento de Deus, nenhuma proximidade a Deus, separada da relação com outros homens. Outrem é o próprio lugar da verdade metafísica e indispensável à nossa relação com Deus. Contudo, Outrem, por sua vez, não desempenha o papel de mediador, pois não é encarnação de Deus; entretanto, precisamente pelo seu rosto, em que está desencarnado, dá-se a manifestação da altura em que Deus se revela.

Desse modo anuncia-se a dimensão ética da visitação do outro estranho e estrangeiro que vem ao nosso encontro. A obra de justiça se faz, então, através da retidão do frente a frente, para que se produza uma abertura que leva a Deus. Assim, a rela o  tica com o outro confirma a concep o  segundo a qual Deus   recebido em face-a-face  tico com o outro homem e na obriga o  para com o próximo.

Tais elementos supracitados são a base do que desenvolveremos no capítulo próximo: a recepção do estrangeiro, caminhante, refugiado, migrante, imigrante e apátrida que vêm ao nosso encontro, tal qual a viúva, o órfão e o estrangeiro mencionados no texto bíblico. Visitação de rostos nus, desabrigados e desassistidos que representam o encontro com o próprio Deus. No abrigo e acolhimento aos mesmos, estamos fazendo-o ao próprio Deus.

Demonstraremos como a Igreja, ao longo de toda sua história, assim se posicionou em relação ao drama dos refugiados e caminhanes, estando atenta às demandas e desdobramentos oriundos dos grandes deslocamentos em massa. O faremos rememorando alguns importantes marcos históricos, por meio de pronunciamentos, documentos, encíclicas, a criação de órgãos específicos direcionados para a situação dos refugiados e pastorais voltadas para a questão migratória.

O próximo capítulo, no entanto, se dedicará, prioritariamente, a ressaltar a postura do Papa Francisco diante do drama dos refugiados e pessoas deslocadas à força. Demonstraremos como, desde o início de seu Magistério, o Sumo Pontífice deu forte ênfase à tais situações e posicionou-se através de diversas admoestações, pronunciamentos e documentos, chamando a atenção da comunidade internacional para o grave drama enfrentado pelas pessoas que fazem parte dos deslocamentos em massa contemporâneos. Destacou que se trata de um problema global, de responsabilidade de todas as nações, e que todos e todas devemos nos envolver concretamente; como nações ou países, mas também, necessariamente, individualmente como pessoas.

4

Papa Francisco e o percurso da Igreja diante do drama dos refugiados e imigrantes

4.1

A Igreja e o drama dos refugiados

4.1.1

A Igreja e o drama dos refugiados e imigrantes ao longo da história

Ao longo da história, a Igreja demonstrou seu interesse, cuidado e pastoreio a respeito da situação dos imigrantes, refugiados, apátridas e pessoas deslocadas à força em inúmeros períodos.⁴⁵⁶ Já em 1949, por exemplo, o Papa Pio XII tinha manifestado a sua ansiedade para com os refugiados palestinos na sua Carta Encíclica *Redemptio ris Nostri*.⁴⁵⁷ Três anos mais tarde, em 1952, publicou a Constituição Apostólica *Exsul Família*,⁴⁵⁸ considerada como a *carta magna* da pastoral dos migrantes e refugiados.

Em 1963, o Papa João XXIII chamou novamente a atenção para o sofrimento e os direitos dos refugiados, na sua Carta Encíclica *Pacem in Terris*. Destaca a fragilidade dos mesmos e a indispensabilidade de terem assegurados “o direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência médica e os serviços sociais - indispensáveis”.⁴⁵⁹ Todos esses itens se fazem presentes em relação às demandas e precariedade de todas as pessoas deslocadas à força atualmente.

O Concílio Ecuménico Vaticano II, e as sucessivas intervenções do Magistério⁴⁶⁰ também enfrentaram os desafios do fenômeno migratório, considerado como um sinal dos tempos, através de um número específico de respostas pastorais.⁴⁶¹

⁴⁵⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES, Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* 9,11, 29-30.

⁴⁵⁷ RNC 161-164.

⁴⁵⁸ EF 649-704.

⁴⁵⁹ PT I parte, 103-108.

⁴⁶⁰ GS 4, 27 e 84, *l.c.*, 1027-1028, 1047-1048 e 1107-1108.

⁴⁶¹ BENTO XVI, PP., Mensagem para o Dia Mundial das Migrações, p. 4.

O Vaticano II elaborou importantes linhas de orientação sobre esta pastoral específica, convidando, sobretudo os cristãos a conhecer o fenómeno migratório⁴⁶² e a considerar a influência que a migração tem sobre a vida. Insiste-se sobre o direito à imigração,⁴⁶³ a dignidade do imigrante,⁴⁶⁴ a necessidade de superar as desigualdades no desenvolvimento económico e social⁴⁶⁵ e de responder às verdadeiras exigências da pessoa.⁴⁶⁶

Em 1970, o Papa Paulo VI instituiu a *Comissão Pontifícia para a Assistência Espiritual dos Migrantes e Itinerantes*, que se tornou o *Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes* em 1988, com a promulgação da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*.⁴⁶⁷ Entre outras coisas, foi confiada ao mencionado Conselho pastoral cuidar de todos os “*que foram obrigados a abandonar a própria pátria ou não a têm*”.⁴⁶⁸

Em 1971, “solicitado pelo dever da caridade para incentivar toda a família humana ao longo do caminho da solidariedade sincera e recíproca”,⁴⁶⁹ o Papa Paulo VI instituiu o Pontifício Conselho *Cor Unum*, atribuindo-lhe a função de estimular os fiéis a darem testemunho de caridade evangélica, uma vez que são partícipes da mesma missão da Igreja, e apoiá-los neste seu empenho; favorecer e coordenar as iniciativas das instituições católicas que se dedicam a ajudar os povos que estão na indigência; seguir atentamente e promover os projetos e as obras de solicitude solidária e de ajuda fraterna, objetivando o progresso humano.⁴⁷⁰

Segundo o Pontífice:

Não basta recordar os princípios, afirmar as intenções, fazer notar as injustiças gritantes e proferir denúncias proféticas; estas palavras ficarão sem efeito real, se não forem acompanhadas, para cada um em particular, de uma tomada de consciência mais viva da sua própria responsabilidade e de uma ação efetiva.⁴⁷¹

⁴⁶² GS 65 e 66.

⁴⁶³ GS 65.

⁴⁶⁴ GS 66.

⁴⁶⁵ GS 63.

⁴⁶⁶ GS 4, 27 e 84.

⁴⁶⁷ PB art. 149.

⁴⁶⁸ PB art. 149.

⁴⁶⁹ PAULO VI, PP., Carta Apostólica *Amoris Officio*.

⁴⁷⁰ PAULO VI, PP., Carta Apostólica *Amoris Officio*.

⁴⁷¹ OA 48.

Algumas observações de muitos dos Sumos Pontífices do último século ainda possuem enorme e inquestionável relevância. O Papa João Paulo II também nos ofereceu valiosa contribuição. Em 1981, alguns anos após o início de seu pontificado, em *Discurso durante a visita ao Campo de Refugiados de Morong*, ressaltou que o compromisso da Igreja a favor dos refugiados é parte integrante da sua missão no mundo.⁴⁷²

Já em 1986, nos lembra que o semblante dos refugiados e oprimidos realmente nos remete a Jesus Cristo. Através de seu discurso na cerimônia de entrega do prêmio internacional da paz *João XXIII* ao *Catholic Office for Emergency Relief and Refugees*, ressalta que

Todos aqueles que, de forma generosa e altruísta, trabalham em benefício dos refugiados e de outras pessoas deslocadas à força são pacificadores e merecem ser considerados abençoados por Deus, porque reconheceram o rosto de Jesus Cristo na face de milhares de pessoas deslocadas à força e de outros indivíduos sofredores que eles encontraram durante o cumprimento do seu trabalho. Nossa tarefa não será completa enquanto ao nosso redor houver pessoas que sofrem, às quais devemos corresponder, oferecendo-lhes os meios para perseverar e confirmar a própria dignidade.⁴⁷³

Em 1992, fazendo eco à voz dos Papas, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, em colaboração com o Pontifício Conselho *Cor Unum*, publicou um documento intitulado: *Os refugiados: um desafio à solidariedade*. Na publicação afirma-se que “a Igreja oferece o seu amor e a sua assistência a todos os refugiados sem distinção”,⁴⁷⁴ e para realizar tudo isto a responsabilidade de oferecer aos refugiados acolhimento, solidariedade e assistência “*impende sobre a Igreja local, que é chamada a encarnar as exigências do Evangelho, indo ao encontro deles, sem distinção, no momento da necessidade e da solidão*”.⁴⁷⁵

⁴⁷² JOÃO PAULO II, PP., Discurso durante a visita ao Campo de Refugiados de Morong, Filipinas, 21 de fevereiro de 1981.

⁴⁷³ JOÃO PAULO II, PP., Discurso na cerimônia de entrega do prêmio internacional da paz “João XXIII” ao “Office for Emergency Relief and Refugees” (COERR) – Departamento católico para a ajuda de emergência e os refugiados de 3 de junho de 1986, n. 8, 9, p. 4.

⁴⁷⁴ CONSELHO PONTIFÍCIO “COR UNUM”; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Os refugiados: um desafio à Solidariedade*, 1992.

⁴⁷⁵ CONSELHO PONTIFÍCIO “COR UNUM”; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Os refugiados: um desafio à Solidariedade*, 1992; EV 13.

A sua tarefa assume várias formas: contato pessoal, defesa dos direitos de cada indivíduo e de grupos, denúncia das injustiças que estão na base do mal, ação pela adoção de leis que garantam a proteção efetiva dos mesmos, educação contra a xenofobia, instituição de grupos de voluntariado e de fundos de urgência e assistência espiritual.⁴⁷⁶

No ano anterior, o Papa João Paulo II chamou a atenção para as várias dimensões que caracterizam a missão da Igreja em relação aos imigrantes e refugiados. Em suas palavras:

Embora tratar com respeito e generosidade os seus problemas materiais seja o primeiro dever a ser cumprido, não se deve esquecer a sua formação espiritual, através de programas pastorais específicos que tenham em conta a sua língua e cultura.⁴⁷⁷

O Sumo Pontífice definiu a alma da instituição a favor dos imigrantes e refugiados como um conceito de dignidade humana baseada na verdade da pessoa, criada à imagem de Deus (Gn 1,26), uma verdade que ilumina toda a Doutrina Social da Igreja. Esta, segundo o Papa, é “*uma visão profundamente religiosa, partilhada não só por outros cristãos, mas também por numerosos seguidores de outras religiões do mundo*”.⁴⁷⁸ Em palavra dirigida ao Conselho da Comissão Católica Internacional para as Migrações, lhes lembra de sua missão:

Desejo convidar-vos a uma maior consciência da vossa missão: ver Cristo em cada irmão e irmã necessitados, proclamar e defender a dignidade de cada migrante, de cada pessoa deslocada e de todos os refugiados. Desta forma, a assistência prestada não será considerada uma esmola que depende da vontade do nosso coração, mas um gesto de justiça devido.⁴⁷⁹

Em 2001, observamos uma outra expressão importante da Igreja no que se refere à questão da migração forçada. A Santa Sé lançou, mais uma vez, um apelo à responsabilidade global em relação aos refugiados baseados na

⁴⁷⁶ CONSELHO PONTIFÍCIO “COR UNUM”; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES, Os refugiados: um desafio à Solidariedade de 1992; EV 13.

⁴⁷⁷ JOÃO PAULO II, PP., Discurso aos participantes no III Congresso Mundial sobre a Pastoral dos Migrantes e dos Refugiados, Cidade do Vaticano, 5 de outubro de 1991 n. 3, p. 5.

⁴⁷⁸ JOÃO PAULO II, PP., Assembleia da Comissão Católica Internacional para as Migrações de 200 n. 4.

⁴⁷⁹ JOÃO PAULO II, PP., Discurso aos participantes na Assembleia do Conselho da Comissão Internacional Católica para as Migrações 2001 de 12 de novembro de 2001 n. 2; p. 3.

Conferência ministerial de 140 Estados signatários da Convenção de 1951 sobre a condição dos Refugiados. Segundo o representante da Santa Sé:

A nossa tarefa consiste em fazer da solidariedade uma realidade. Isto implica a aceitação e o reconhecimento de que nós, como família humana, somos interdependentes. Ela exorta-nos para a cooperação internacional a favor dos pobres e débeis, os quais devem ser considerados nossos irmãos e irmãs... A responsabilidade efetiva e a partilha dos encargos entre todos os Estados é indispensável para promover a paz e estabilidade. Esta deve ser uma fonte de inspiração para a família humana das nações a fim de refletir sobre os desafios de hoje e encontrar as soluções necessárias num espírito de diálogo e compreensão recíproca. A nossa geração e as gerações futuras exigem isto de modo que os refugiados e os deslocados internamente poderão também se beneficiar.⁴⁸⁰

Em 2003, João Paulo II continuava a alertar sobre a fragilidade de tais pessoas e da inadmissibilidade de tais situações: “sobressai como grave ofensa a Deus e ao homem qualquer situação em que pessoas ou grupos humanos são obrigados a fugir da própria terra para procurar refúgio noutras partes.”⁴⁸¹ Segundo o Pontífice,

O drama dos refugiados pede que a comunidade internacional se comprometa em curar não só os sintomas, mas, antes de tudo, as causas do problema; ou seja, prevenir os conflitos promovendo a justiça e a solidariedade em todos os âmbitos da família humana.⁴⁸²

Como nos adverte a Instrução *Erga migrantes caritas Christi*, cada pessoa humana tem uma própria dignidade que não deve ser ameaçada, por isso Magistério sempre denunciou os desequilíbrios socioeconómicos que são, na maioria dos casos, a causa das migrações, os riscos de uma globalização sem regras, nas quais os migrantes, em geral, parecem ser mais vítimas do que protagonistas da mudança migratória.⁴⁸³

Ao longo da história da Igreja, os Pontífices falaram em nome das pessoas obrigadas a fugir dos seus países, não somente por ocasião do Dia Mundial dos Refugiados promovido pelas Nações Unidas, mas também e sobretudo através das

⁴⁸⁰ INTERVENÇÃO DA SANTA SÉ, Reunião ministerial dos Estados que fazem parte da Convenção de 1951 sobre a situação dos Refugiados de 12 de dezembro de 2001.

⁴⁸¹ JOÃO PAULO II, PP., Angelus de 15 de junho de 2003, p. 1.

⁴⁸² JOÃO PAULO II, PP., Angelus, 15 de junho de 2003, p. 1.

⁴⁸³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi*.

suas mensagens anuais para a celebração católica do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, além de outras inúmeras oportunidades. Esta tradição remonta ao início do século XX, embora nessa altura as mensagens ainda não tivessem adquirido uma dimensão universal.

4.1.2

A Igreja e o drama dos refugiados e imigrantes baseados na caridade de Cristo

Motivada pela caridade de Cristo e pelo seu ensinamento a Igreja ofereceu o seu amor e a sua assistência a todas as pessoas deslocadas à força, sem qualquer distinção de religião ou de proveniência, respeitando em cada uma delas a dignidade inalienável da pessoa humana, criada à imagem de Deus.⁴⁸⁴

O compromisso da Igreja a favor dos migrantes e dos refugiados pode ser atribuído ao amor e à compaixão de Jesus, o protótipo do Bom Samaritano. Respondendo ao mandamento divino e atendendo às suas necessidades espirituais e pastorais, a Igreja não somente a dignidade humana de cada pessoa humana, mas também proclama o Evangelho de amor e de paz em situações de migração forçada.⁴⁸⁵

A humanidade é uma única família; portanto, todos os homens e mulheres são irmãos e irmãs em humanidade e estão destinados também a sê-lo, mediante a graça, no Filho de Deus, Jesus Cristo. A partir desta perspectiva, podemos afirmar que todos os refugiados, os imigrantes, as pessoas em movimento e as populações locais formam uma única família. Por conseguinte, a solidariedade e a caridade humana não devem excluir qualquer pessoa, cultura ou povo.⁴⁸⁶

Como destaca o Catecismo da Igreja Católica (1992), os mais vulneráveis não são simplesmente pessoas necessitadas a favor das quais realizamos generosamente um ato de solidariedade, mas, ao contrário, são membros da nossa

⁴⁸⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”, Diretriz Pastoral como Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

⁴⁸⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”, Diretriz Pastoral como Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

⁴⁸⁶ CEC 361.

família com os quais temos a obrigação de compartilhar os recursos de que dispomos.⁴⁸⁷

Na Igreja ninguém é estrangeiro, porque ela abraça “todas as nações, raças, povos e línguas” (Ap 7, 9). Como ressaltou o Papa João Paulo II,

A unidade da Igreja não é dada pela própria origem dos seus componentes, mas pelo Espírito do Pentecostes, que faz de todas as nações um povo novo, que tem como finalidade o Reino, como condição a liberdade dos filhos, como estatuto o preceito do amor.⁴⁸⁸

Por esta razão, a Igreja, sinal e instrumento de comunhão com Deus e de unidade entre todas as pessoas, sente-se intimamente envolvida na evolução da sociedade cuja mobilidade tornou-se uma característica desestabilizadora, e é chamada a proclamar o Evangelho de amor e de paz inclusive nas situações de migração forçada.⁴⁸⁹

Como observamos no Evangelho de Mateus, o evangelista narra a cena do Juízo Final. Aqueles que foram convidados a entrar no Reino de Deus perguntarão:

Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando te vimos peregrino e te acolhemos, ou nu e te vestimos? E quando foi que te vimos doente ou na prisão, e fomos visitar-te? (Mt 25, 37-39)

A resposta será: “*Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes*” (Mt 25, 40). Do mesmo modo, quem for afastado, por sua vez, perguntará: “*Senhor, quando foi que te vimos com fome, ou com sede, ou peregrino, ou nu, ou doente, ou na prisão, então te socorremos?*” (Mt 25, 44). Eles receberão a seguinte resposta: “*Sempre que deixastes de fazer isto a um destes pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer*”. (Mt 25,45).

⁴⁸⁷ CEC 361.

⁴⁸⁸ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem para o Dia Mundial dos Migrantes e Refugiados n. 6; p. 5.

⁴⁸⁹ PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A PASTORAL DAS MIGRAÇÕES E DO TURISMO. Carta Circular às Conferências Episcopais Igreja e povo em mobilidade n. 8.

A esse respeito, como ressalta a Instrução *Erga migrantes caritas Christi*, Cristo considerará feito a si mesmo o idêntico tratamento reservado a qualquer pessoa humana, sobretudo aos últimos entre eles, que é o estrangeiro.⁴⁹⁰

A revelação de Deus em Cristo e na Igreja atribui um papel central ao significado da dignidade do indivíduo,⁴⁹¹ que inclui os refugiados políticos, as pessoas deslocadas e as vítimas do tráfico humano.⁴⁹² Isto fundamenta-se na convicção de que todas as pessoas são criadas à imagem de Deus (Gn 1, 26-27). Na verdade, este é o princípio básico da visão cristã da sociedade, segundo a qual “cada um dos seres humanos são o fundamento, a causa e o fim de todas as instituições sociais”.⁴⁹³ Cada indivíduo tem um valor inestimável, os seres humanos valem mais do que as coisas, e a medida dos valores que qualquer instituição possui caracteriza-se porque ameaça ou melhora a vida e a dignidade da pessoa humana.⁴⁹⁴

Cristo teve uma preocupação especial para com os mais pequenos e pobres, inclusive os estrangeiros e os “impuros”, como os leprosos. A sua cura foi física e espiritual (Mt 9,1-8). O Novo Testamento deixou-nos uma síntese maravilhosa da obra de Cristo na qual somos também chamados a participar, como demonstra a Parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37).⁴⁹⁵

Como sabemos, no entanto, toda a Sagrada Escritura lança luz sobre a situação dos mais pobres, oprimidos, estrangeiros e marginalizados. Ao longo de toda a história da salvação, inclusive em algumas páginas do Antigo Testamento, é imperativo que os estrangeiros sejam acolhidos (Lv 19,34; Dt 24,17-22), embora houvesse um certo temor de que as relações com os estrangeiros pudessem levar a

⁴⁹⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* n. 15.

⁴⁹¹ MM 219; GS 66.

⁴⁹² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 25.

⁴⁹³ MM 218.

⁴⁹⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 25.

⁴⁹⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 21.

uma perda da pureza religiosa e, consequentemente, da identidade nacional (Dt 7,3; 13,6-9).⁴⁹⁶

Ainda assim, apesar de tudo, os estrangeiros deviam ser tratados da mesma forma que os judeus (Lv 19,34 e Dt 1,16; 24,17; 27,19). A justiça, considerada como obediência à lei divina, era a base da preocupação em relação a eles e aos vulneráveis, como os pobres, as viúvas e os órfãos. Eles eram, muitas vezes, sujeitos à exploração, opressão e discriminação. Portanto, os judeus eram frequentemente evocados para indicar a preocupação especial de Deus para os débeis (Êx 22,21-22; Dt 10,17-19): era proibido molestá-los (Êx 22,20; Jr 7,6) e não deviam ser abusados (Dt 24,14).⁴⁹⁷

Como nos orienta a Instrução *Erga migrantes caritas Christi*, quando Jesus Cristo identificou a si mesmo como estrangeiro, Ele esclareceu como deve ser a forma do cristão de considerar e lidar com o estrangeiro: “*Nos estrangeiros a Igreja vê Cristo que prepara a sua tenda no meio de nós*” (Jo 1,14) e “bate à nossa porta” (Ap 3,20).⁴⁹⁸

4.1.3.

A Igreja e o drama dos refugiados e imigrantes: o anúncio da Boa Nova

A experiência de duas guerras mundiais terríveis, seguidas de uma Guerra Fria e de disputas adicionais em todas as regiões do mundo, causaram fluxos de pessoas vítimas de perseguição, conflitos internos e a geração de novas disputas.⁴⁹⁹ A memória de quanto a humanidade sofreu devido às guerras e aos conflitos, que forçaram milhões de pessoas a fugir e a abandonar as suas casas e as suas terras, torna impossível planificar um panorama futuro da sociedade sem

⁴⁹⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 19.

⁴⁹⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 20.

⁴⁹⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES, Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* n. 101.

⁴⁹⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 118.

considerar este crescente fluxo migratório⁵⁰⁰ e nos convoca à construção de uma civilização da verdade e do amor, permeada, preferencialmente, por um contexto de solidariedade entre as nações em toda a parte.⁵⁰¹

A Igreja considera a imigração um campo missionário em que deveria ser testemunhada a Boa Nova. O chamamento da Igreja consiste em dar testemunho e proclamar em tais circunstâncias o significado do amor de Deus em Jesus Cristo por cada pessoa, em permanecer fiel à sua vocação no seu ministério e em interpretar os sinais dos tempos.⁵⁰²

Com efeito, para permanecer autênticas e dignas de crédito, as comunidades cristãs devem ter Jesus Cristo como o seu ponto de referência constante.⁵⁰³ Como nos disse João Paulo II,

Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo, sobretudo, no rosto daqueles com quem Ele mesmo se quis identificar. Esta página do Evangelho (Mt 25, 35-37) não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projeta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo.⁵⁰⁴

Como ressaltou também seu sucessor, o Papa Bento XVI, os refugiados e as outras pessoas que foram afastadas à força das suas terras sempre nos desafiam a reconhecer Cristo no estrangeiro e no necessitado, e também acolhê-lo, ou seja, a *“comprometer-se na realização de um autêntico desenvolvimento humano integral, inspirado nos valores da caridade e da verdade”*.⁵⁰⁵

Mais recentemente, embora o fenômeno do fluxo migratório tenha sido suavizado em função da COVID-19,⁵⁰⁶ ainda assim o deslocamento continuou a crescer. Como resultado, mais de um por cento da população mundial – ou 1 em cada 95 pessoas – está agora deslocada à força. A título de exemplo, em 2010,

⁵⁰⁰ STRONA, M., Il Dio Pellegrino, p. 15.

⁵⁰¹ JOÃO PAULO II, PP., Discurso na cerimônia de entrega do prêmio internacional da paz “João XXIII” ao “Catholic Office for Emergency Relief and Refugees” (COERR) – Departamento Católico para a ajuda de emergência e os refugiados n. 9; p. 4.

⁵⁰² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força.

⁵⁰³ JOÃO PAULO II, PP., Assembleia da Comissão Católica Internacional para as Migrações, n. 4.

⁵⁰⁴ NMI 49: AAS XCIII (2001) 302.

⁵⁰⁵ CV 67.

⁵⁰⁶ As chegadas de novos refugiados e solicitantes de asilo foram acentuadamente para baixo na maioria das regiões – cerca de 1,5 milhão de pessoas a menos do que seria esperado em circunstâncias não-COVID. ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). Relatório Global do ACNUR 2020 - Relatórios principais do ACNUR.

esse número era de 1 pessoa em cada 159 pessoas. No final de 2020, tivemos 82,4 milhões pessoas deslocadas à força em todo o mundo como resultado de perseguição, conflitos, violência, violações de direitos humanos e eventos que perturbaram seriamente a ordem pública.⁵⁰⁷

Desde a Segunda Guerra Mundial não havia um fluxo migratório tão representativo e crescente como temos observado em pouco mais de uma década.⁵⁰⁸ Trata-se, no entanto, de uma experiência ancestral. Como ressaltou o documento *Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força*, no centro da própria fé cristã temos exemplos vívidos e inquestionáveis a respeito da experiência do exílio: o próprio Jesus, após seu nascimento, e também a Virgem Maria, juntamente com São José, seu esposo, experimentaram a dor do exílio.⁵⁰⁹

A rememoração do evento da Boa Nova vinda ao nosso encontro, talvez nos auxilie a compreender, ao menos minimamente, a tragédia experimentada por aqueles que são forçados a viver longe do próprio lar, itinerantes, como refugiados, pessoas deslocadas internamente, apátridas, vítimas do tráfico humano ou do trabalho forçado e crianças-soldado. Relembrar o deslocamento de Jesus, Maria e José e sua fragilidade, talvez nos auxilie no cuidado daquele apátrida, refugiado, imigrante, através de um serviço pastoral de acolhimento, de modo verdadeiramente humano e fraterno.⁵¹⁰ Como bem nos lembra o teólogo Johann Baptist Metz, através de sua obra *Para além de um religião burguesa*, os testemunhos do Evangelho são capazes de provocar uma comoção nos corações, capaz, inclusive, de orientar vidas e determinar relações sociais.⁵¹¹

4.2 Igreja e crise migratória

⁵⁰⁷ ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR), Relatório Global do ACNUR 2020 - Relatórios principais do ACNUR.

⁵⁰⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 120.

⁵⁰⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 124.

⁵¹⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 124.

⁵¹¹ METZ, J. B., *Para além de um religião burguesa*, p. 9.

4.2.1

Crise migratória na pós-modernidade

O início deste terceiro milênio é fortemente caracterizado por movimentos migratórios que, em termos de origem, trânsito e destino, atingem quase todas as regiões da terra. Infelizmente, na maioria dos casos, trata-se de deslocamentos forçados, causados por conflitos, calamidades naturais, perseguições, mudanças climáticas, violências, pobreza extrema e condições de vida indignas. De fato, é gigantesco e crescente o número de pessoas que migram de um continente para outro, bem como daqueles que se deslocam dentro de seus próprios países e áreas geográficas. Os fluxos migratórios contemporâneos consistem no maior movimento de pessoas, se não de povos, de todos os tempos.⁵¹²

Sem dúvida, nas suas diferentes formas as migrações não representam um fenômeno novo na história da humanidade. Elas marcaram profundamente todas as épocas, favorecendo o encontro dos povos e o nascimento de novas civilizações.

Como menciona o Papa Francisco, na sua essência, migrar é expressão da aspiração intrínseca à felicidade, própria de cada ser humano, felicidade que deve ser procurada e perseguida. “Para nós, cristãos, toda a vida terrena é um caminhar rumo à pátria celeste”.⁵¹³

Atualmente, no entanto, a migração ganhou uma nova configuração e está destinada a aumentar nas décadas vindouras. No passado era muito mais fácil distinguir entre migração voluntária e forçada, entre aqueles que se deslocavam em busca de um trabalho ou educação melhor, e aqueles cuja vida era ameaçada por perseguições. Entretanto, ao longo dos anos a situação tornou-se mais complexa e, conseqüentemente, a proteção reservada aos refugiados passou a ser ampliada a outros grupos, tais como as pessoas que fogem de guerras, além de novos desafios, como as vítimas do tráfico humano.⁵¹⁴

O fenômeno da mobilidade humana implica hoje um grave sofrimento, onde muitas pessoas são obrigadas a deslocar-se devido a perseguições, catástrofes

⁵¹² FRANCISCO, PP., Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2014.

⁵¹³ FRANCISCO, PP., Discurso aos participantes do Fórum Internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁵¹⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

naturais, desastres ambientais ou outros fatores que causam dificuldades extremas, inclusive o perigo para a sua própria vida. Alguns decidem deixar a própria pátria porque já não conseguem viver com um mínimo de dignidade e segurança. Outros imigram buscando encontrar melhores oportunidades de vida em território estrangeiro.⁵¹⁵

No alvorecer do novo milênio, a exigência de uma contribuição pastoral específica da Igreja a favor dos refugiados⁵¹⁶ e das outras pessoas deslocadas à força é mais necessária do que nunca, pois as condições efetivas que produzem a migração forçada se multiplicaram ainda mais.⁵¹⁷

O Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, em colaboração com o Pontifício Conselho *Cor Unum*, através da diretriz pastoral *Como Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força*, de 2013, ressalta que as obrigações a respeito dos direitos e deveres que derivam dos instrumentos legais internacionais devem contribuir efetivamente para a promoção da dignidade das pessoas itinerantes, de quantos buscam asilo e dos refugiados. Elas devem ser proporcionadas inclusive mediante processo apropriado, julgamentos justos e direitos básicos necessários para que tenham acesso a uma vida livre, digna, confiante e para serem capazes de construir uma nova vida numa outra sociedade. Tratar-se-ia da pessoa humana no centro da atenção.⁵¹⁸

Por isso, é absolutamente indispensável reafirmar a centralidade da pessoa humana, sem permitir que condições contingentes e acessórias, assim como o necessário cumprimento de requisitos burocráticos ou administrativos, ofusquem

⁵¹⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como aCristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 01.

⁵¹⁶ Entendemos por refugiado alguém que, devido a um temor bem fundamentado de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade e afiliação a um particular grupo social ou opinião política, está fora do país da sua própria nacionalidade e por isso é incapaz ou – em virtude de tal temor – não deseja valer-se da salvaguarda daquele país; ou alguém que, sem dispor de uma nacionalidade e encontrando-se fora do país da sua residência habitual anterior devido a tais acontecimentos, não é capaz ou, em função de tal medo, não deseja regressar à sua terra. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951, art. 33.

⁵¹⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

⁵¹⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

a sua dignidade essencial.⁵¹⁹ Como já declarava João Paulo II em Mensagem para o Dia Mundial das Migrações, em julho de 1995, “a condição de irregularidade legal não consente reduções sobre a dignidade do imigrante, o qual é dotado de direitos inalienáveis, que não podem ser violados nem ignorados”.⁵²⁰

Ao longo da história, a Igreja esteve próxima das pessoas itinerantes de numerosas maneiras. Diversos projetos e serviços proporcionaram assistência direta, oferecendo-lhes alojamento, comida, assistência médica e programas de reconciliação, assim como várias formas de *advocacy*. A finalidade destas intervenções por parte da Igreja consiste em oferecer uma oportunidade aos refugiados, às pessoas deslocadas internamente e às vítimas do tráfico humano, para alcançar a sua dignidade, trabalhando produtivamente e assumindo os direitos e deveres do país receptor, sem esquecer de fomentar a vida espiritual.⁵²¹

É necessário orientar e despertar uma renovada consciência, nos diz a diretriz pastoral supracitada. Uma nova consciência acerca das várias formas de migração forçada e dos desafios para a comunidade ao acolhê-los, ao demonstrar-lhes compaixão e ao tratá-los de maneira justa, os quais são apenas alguns passos simples a dar, oferecendo-lhes esperança para o futuro. É necessário procurar soluções inovadoras, através de estudos novos e profundos, e defender a dignidade de todos aqueles que são forçados a deixar a própria casa.⁵²²

As pessoas deslocadas à força, os migrantes e imigrantes, os refugiados, os apátridas, e todos aqueles que abandonam suas casas buscando sobreviver representam atualmente o que a Sagrada Escritura denominou como forasteiro. Como sabemos, para nós, cristãos, a hospitalidade concedida ao forasteiro necessitado de amparo é oferecida ao próprio Jesus Cristo, que se identificou com o estrangeiro: “Eu era forasteiro e vós recebestes-me” (Mt 25,35). O dever da

⁵¹⁹ DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS PARTICIPANTES NO FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E PAZ de 21 de fevereiro de 2017.

⁵²⁰ JOÃO PAULO II. PP., Mensagem para o Dia Mundial das Migrações de 25 de julho de 1995 n. 2.

⁵²¹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

⁵²² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

solidariedade consiste em contrastar a cultura do descartável e em prestar mais atenção aos frágeis, aos pobres e aos vulneráveis.⁵²³

Como declara o Papa Francisco em *Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado*, em agosto de 2013,

É preciso que todos mudem a atitude em relação aos imigrantes e refugiados; é necessário passar de uma atitude de defesa e de medo, de desinteresse ou de marginalização — que, no final, corresponde precisamente à “cultura do descartável” — para uma atitude que tem por base a “cultura do encontro”, a única capaz de construir um mundo mais justo e fraterno, um mundo melhor.⁵²⁴

A Igreja tem o dever e a responsabilidade de levar o Evangelho até aos extremos confins da terra. Na pessoa de Jesus Cristo, o Reino de Deus tornou-se visível e tangível para a humanidade e, através das suas palavras e ações, os cristãos continuam a proclamar a boa nova da salvação, especialmente aos pobres.⁵²⁵ Sem dúvida, os refugiados e as outras pessoas deslocadas à força encontram-se entre os mais abandonados entre os pobres.

Muitas vezes, inspirada pelo Evangelho, a ação das Agências ligadas à Igreja, ou mesmo de indivíduos, realizada com grande generosidade e sacrifício pessoal, as pessoas chegam a conhecer o amor de Cristo e o poder transformador da sua graça em situações que, em si mesmas, são frequentemente desesperadas.⁵²⁶

Como destaca o Sumo Pontífice Francisco, a “solidariedade nasce exatamente da capacidade de compreender as necessidades do irmão e da irmã em dificuldade, e de as assumir”. Assim, em síntese, “é sobre isto que se funda o valor sagrado da hospitalidade, presente nas tradições religiosas.”⁵²⁷

4.2.2

Novos desafios do fluxo migratório na pós-modernidade

⁵²³ FRANCISCO, PP., *Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado* de 2014.

⁵²⁴ FRANCISCO, PP., *Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado* de 2014.

⁵²⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, Apresentação.

⁵²⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 03.

⁵²⁷ FRANCISCO, PP., *Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado* de 2014.

Sabemos que a situação dos refugiados pertence à todas as épocas. Ao longo da história, as pessoas buscaram proteção fugindo de situações de perseguição, e numerosos países desenvolveram uma tradição de concessão de asilo aos refugiados. Uma série de tratados,⁵²⁸ com as respectivas ramificações, assim como organizações forjaram uma legislação internacional em favor dos refugiados.⁵²⁹

A partir de meados da década de 80, no entanto, as atitudes em relação a quantos pediam asilo transformaram-se nos países industrializados em função do altíssimo número de pedidos. Começou a sobressair uma tendência decrescente no reconhecimento do status de refugiados, com a introdução de medidas restritivas como os requisitos para a concessão do visto, as sanções aos transportadores e a oposição ao encorajamento a uma vida e a um trabalho independentes. Assim, contrabandistas e traficantes se beneficiaram desta situação ao promoverem a entrada ilegal de muitas pessoas em países economicamente avançados.⁵³⁰

Infelizmente, o debate relativo aos requerentes de asilo também se tornou um fórum para finalidades da política e das eleições administrativas que, por sua vez, alimentavam atitudes hostis e agressivas no meio do eleitorado. Esta atitude teve efeitos negativos sobre as políticas para refugiados adotadas pelos países mais desenvolvidos, as quais chegaram à conclusão que a sua partilha e a sua participação nos custos sociais e económicos ligados a quantos chegavam aos seus

⁵²⁸ Entre eles: ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção relativa ao estatuto das pessoas apátridas de 28 de setembro de 1954, *art. 1*; ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, Resolução 3274, de 10 de dezembro de 1974 e novembro de 1976); COMITÉ EXECUTIVO DO ACNUR, Conclusões sobre a identificação, a prevenção e a redução da apatridia e sobre a proteção às pessoas apátridas, n. 106 (LVII) – 2006; Convenção sobre o estatuto das pessoas apátridas, de 1954; e a Convenção sobre a redução da apatridia, de 1961; Convenção da Organização da Unidade Africana, de 10 de setembro de 1969, que regula os aspetos específicos dos problemas relativos aos refugiados na África e, além disso, contém elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, ampliando a definição de refugiado a cada pessoa que, devido à agressão externa, à ocupação, ao domínio estrangeiro ou a acontecimentos que perturbam seriamente a ordem pública, quer numa parte ou em todo o país de origem ou de nacionalidade, é obrigada a buscar refúgio noutro lugar, fora do seu próprio país de origem ou de nacionalidade; a Declaração de Cartagena sobre Refugiados, adotada durante o Colóquio sobre a proteção internacional dos refugiados na América Central, no México e no Panamá, em 22 de novembro de 1984, discorre sobre a situação da América Central.

⁵²⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 38.

⁵³⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 40.

países não eram suficientemente abordados pela Comunidade internacional. Isto levou à diminuição da hospitalidade em relação aos refugiados.⁵³¹

A conotação negativa dos requerentes de asilo e dos próprios refugiados aumentou a xenofobia, o racismo, o medo e a intolerância a seu respeito, e uma cultura de suspeita a partir da assunção generalizada de uma possível correlação entre o asilo e o terrorismo, que ainda tem repercussões sobre a situação dos refugiados e de outras pessoas deslocadas à força no mundo inteiro.⁵³²

Como já nos alertava o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, instrução *Erga migrantes caritas Christi*, 2004, em inúmeras regiões, em diversos continentes, o ódio e a exclusão sistemática ou violenta de minorias étnicas ou religiosas da sociedade passou a causar conflitos civis, políticos e étnicos em grandíssima escala; o que fez com que o fluxo de refugiados transbordasse.⁵³³ Portanto, seria necessário garantir uma proteção adequada a quantos fogem da violência e da desordem social, mesmo quando estas são causadas por agentes não estatais, conferindo-lhes o “estatuto de proteção subsidiária”.⁵³⁴

Por este motivo, quando se aborda o problema dos requerentes de asilo e dos refugiados, o primeiro ponto de referência não deve ser a razão de Estado ou a segurança nacional, mas a pessoa humana. Isto implica o pleno respeito pelos direitos humanos, assim como a salvaguarda da “*exigência de viver em comunidade, exigência que provém da natureza profunda do homem*”.⁵³⁵

Os refugiados e os requerentes de asilo assim como todas as pessoas dentro de sua própria pátria também têm direitos humanos e liberdades fundamentais, que precisam ser considerados de maneira particular. Qualquer pessoa presente numa fronteira, com um receio de perseguição bem fundamentado, tem direito à

⁵³¹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 41.

⁵³² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 43.

⁵³³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES, Instrução *Erga migrantes caritas Christi* de 3 de maio de 2004, n. 9, 11, 29-30.

⁵³⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES, Instrução *Erga migrantes caritas Christi* de 3 de maio de 2004, n. 9, 11, 29-30.

⁵³⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 58.

proteção e não deveria ser regressado ao seu próprio país, independentemente de ter sido ou não formalmente reconhecido como refugiado.⁵³⁶

Os refugiados deveriam ser tratados no mesmo nível dos cidadãos do país de acolhimento, ou pelo menos no mesmo plano dos demais residentes estrangeiros. E deveriam gozar dos direitos que lhes são assegurados. Entre os quais, liberdade de movimento e direito ao trabalho. Além disso, têm o direito a ser reconhecidos como pessoas dentro da lei, que gozam do direito à mesma proteção por parte da lei, com liberdade de pensamento, de consciência e de religião.⁵³⁷

Não obstante os direitos dos requerentes de asilo e dos refugiados sejam garantidos pelas Convenções Internacionais e reconhecidos por importantes conferências, a realidade demonstra que, em geral, ainda não lhes é assegurada uma tutela suficiente; o que pode conduzir à incapacidade de obter acesso aos procedimentos de asilo. Assim, terminariam mantidos inutilmente em centros de detenção sem quaisquer perspectivas. Como recomenda o texto da diretriz pastoral *Como Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força*, de 2013, seria oportuno pôr em prática o espírito que anima o princípio da *não-expulsão*,⁵³⁸ considerando que os requerentes de asilo são refugiados, durante todo o período em que a sua situação estiver em fase de averiguação.⁵³⁹

É necessário garantir que o princípio de *não expulsão* seja respeitado inclusive nos casos que podem envolver a realidade de fluxos mistos. Seria oportuno que os países pelos quais os requerentes de asilo são atraídos adotassem

⁵³⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 60.

⁵³⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 61.

⁵³⁸ ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951, art. 33 (1); ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção internacional sobre os direitos civis e políticos de 16 de dezembro de 1966, art. 7; ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção da Organização das Nações Unidas contra a tortura e outras penas ou tratamentos, desumanos ou degradantes de 10 de dezembro de 1984, art. 3; CONSELHO DA EUROPA, Convenção europeia para a proteção dos direitos humanos de 4 de novembro de 1950, art. 3.

⁵³⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 63.

uma estratégia comum, de tal forma que os países de primeira chegada não venham a suportar todo o peso do problema.⁵⁴⁰

Já em 1991, em *Discurso aos participantes no III Congresso Mundial sobre a Pastoral dos Migrantes e dos Refugiados*, alertava o Papa João Paulo II:

A planificação a longo prazo de políticas capazes de promover a solidariedade deve ser acompanhada por uma atenção aos problemas imediatos dos migrantes e refugiados, os quais continuam a empurrar as fronteiras das nações que gozam de um alto nível de desenvolvimento industrial. Será necessário abandonar uma mentalidade segundo a qual os pobres – indivíduos e povos – são considerados como um fardo, intrusos desgastantes. O progresso dos pobres é uma grande oportunidade para o crescimento moral, cultural e até económico da humanidade não é suficiente. Abrir as próprias portas, e permitir-lhes de entrar; é necessário também fazer com que seja mais fácil para eles tornar-se realmente parte da sociedade que os acolhe. A solidariedade deve tornar-se uma experiência quotidiana de assistência, partilha e participação.⁵⁴¹

O conflito constitui uma das causas principais do deslocamento forçado; e como consequência possui um preço muito elevado: o sofrimento dos indivíduos, a perda de vidas – sem mencionar os valores humanos, espirituais e religiosos – e as despesas financeiras da comunidade nacional e internacional, tanto para assistir como para cuidar das suas vítimas.⁵⁴²

Como ressaltou o Papa Bento XVI, na *Exortação Apostólica Sacramentum caritatis*, 2007, “se tivéssemos caridade, seria impossível permanecer silenciosos diante de imagens inquietadoras de campos de refugiados e de pessoas deslocadas internamente, no mundo inteiro.”⁵⁴³ Tais pessoas “*procuraram escapar de um destino insuportável, simplesmente para acabar em alojamentos precários, ainda com necessidades urgentes*”⁵⁴⁴. Nos lembra o Pontífice que também eles são seres humanos, nossos irmãos e irmãs, cujos filhos têm direito às mesmas legítimas expectativas de felicidade das outras crianças.⁵⁴⁵

⁵⁴⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 64.

⁵⁴¹ JOÃO PAULO II, Discurso aos participantes no III Congresso Mundial sobre a Pastoral dos Migrantes e dos Refugiados de 5 de outubro de 1991, n. 3; p. 5.

⁵⁴² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 76.

⁵⁴³ SCa 174.

⁵⁴⁴ SCa 175.

⁵⁴⁵ SCa 90.

O mesmo Bento XVI, em Discurso à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em abril de 2008, nos alertou que deveríamos, objetivando evitar tais crises, criar mecanismos de alerta rápido, oferecendo ao mesmo tempo respostas políticas adequadas para abordar os primeiros sintomas logo que aparecerem, enquanto ainda puderem ser geridos, controlados ou prevenidos.⁵⁴⁶

É necessário analisar de maneira objetiva os fatores que levaram a tais crises, levando em consideração o contexto cultural e as tradições envolvidas e contando também com a boa vontade e capacidade para formação e promoção da paz.⁵⁴⁷

Quando um conflito termina, é preciso tomar providências visando um futuro pacífico, de tal maneira que os países não voltem a cair na violência. Isto exige assistência, inclusive fundos, para uma paz sustentável que tenha em consideração a educação, a assistência à saúde, a reabilitação, a reconstrução e a recuperação econômica do Estado.⁵⁴⁸

Como destacou o Papa Bento XVI em *Carta à chanceler da República Federal da Alemanha*, acerca do *Encontro do G-8*, sem dúvida, isto requer a participação da Comunidade internacional, em compromissos de financiamento adequados e a longo prazo para situações pós-conflito, permitindo, deste modo, que os refugiados e as pessoas deslocadas internamente voltem para a sua pátria com dignidade e retomem suas vidas. A Comunidade internacional, assim, se norteadada por princípios humanitários elementares, estaria pronta para se comprometer em planos criativos, ousados e inovadores, visando responder satisfatoriamente às trágicas situações históricas.⁵⁴⁹

A Comunidade internacional, por sua vez, respondeu à questão dos refugiados, identificando três soluções principais. Seriam elas: a integração local

⁵⁴⁶ BENTO XVI, Discurso à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 18 de abril de 2008, §§ 1, 2 e 13.

⁵⁴⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 78.

⁵⁴⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 79.

⁵⁴⁹ BENTO XVI, PP., *Carta à Chanceler da República Federal da Alemanha*, Dra. Angela Merkel, acerca do Encontro do G8.

nos lugares de chegada, a reinstalação em um terceiro país e a repatriação voluntária.⁵⁵⁰

- Sobre a integração local, uma das soluções previstas foi o estabelecimento permanente num país de primeiro asilo e a eventual aquisição da cidadania ali.⁵⁵¹
- No que se refere à reinstalação ou o reassentamento, representa a possibilidade de transferência dos refugiados de um Estado, onde eles inicialmente procuraram obter proteção, para um Estado terceiro que aceitou admiti-los com direito à residência permanente.⁵⁵²
- Sobre a repatriação voluntária, a decisão de voltar para o país de origem deve não apenas ser tomada livremente, mas levar em consideração também as condições de tal possível repatriação. Se seriam de fato sustentáveis e garantidoras de condições de salubridade, segurança e proteção.⁵⁵³

Obviamente, seria necessário abordar as causas primordiais que obrigam as pessoas a fugir dos próprios lares. João Paulo II, em diferentes momentos de seu pontificado, através de algumas Exortações Apostólicas pós-sinodais tentou fazê-lo dirigindo-se à problemática específica de cada continente.

Em documento que trata da questão da África, em 1995, o Pontífice afirmou que “*a solução ideal para abordar o fenómeno dos refugiados e das pessoas*

⁵⁵⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, n. 43.

⁵⁵¹ Na África, por exemplo, os refugiados das áreas rurais foram integrados localmente a alto nível nas décadas de 1960 e de 1970. No entanto, em virtude dos ajustes económicos e da democratização, muitos governos estão menos propensos a permitir que se verifique este processo. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 43.

⁵⁵² Durante a Guerra Fria, por exemplo, esta era a solução preferida. Ao longo do tempo, a partir dos meados da década de 1980, verificou-se uma mudança na política, de tal forma que a repatriação voluntária passou a ser promovida de modo crescente como uma opção preferencial. Portanto, hoje em dia somente a uma pequena minoria é permitido reinstalar-se num país terceiro. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 43.

⁵⁵³ Embora muitos refugiados possam desejar voltar para casa, o grau de liberdade envolvido no processo decisório é mínimo, de maneira especial quando é motivado pela redução das rações alimentares, pelo aumento excessivo da limitação de movimento e por outras medidas restritivas. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 43.

deslocadas achava-se no restabelecimento de uma paz justa, na reconciliação e no desenvolvimento económico “. ⁵⁵⁴

Em relação à Europa, em 2003, João Paulo II afirmou a necessidade de “*um empenhamento corajoso da parte de todos para realizar uma ordem económica internacional mais justa, que seja capaz de promover o desenvolvimento autêntico de todos os povos e países* “. ⁵⁵⁵

Em relação à América, em 1999, também por meio de Exortação Apostólica, recomenda que “*não predomine somente o critério do lucro, mas também os da procura do bem comum nacional e internacional, da distribuição justa dos bens e da promoção integral dos povos*”. ⁵⁵⁶

Por razões óbvias, o problema dos refugiados e de outras pessoas deslocadas à força só pode ser resolvido, se existirem as condições para uma reconciliação genuína. Faz-se necessária a reconciliação entre as nações, entre os vários setores de uma comunidade nacional, no interior de cada grupo étnico e entre os diversos grupos étnicos. ⁵⁵⁷

De um ponto de vista global, no entanto, para que isto se realize como ressaltou João Paulo II, “é necessário que os homens perdoem quanto aconteceu no passado, e sejam capazes de trabalhar juntos e de construir um futuro melhor.” ⁵⁵⁸ Ainda segundo o Sumo Pontífice, é preciso “purificar a memória, pois é necessário em primeiro lugar reconciliar-se com o passado, antes de se iniciar um processo de reconciliação com outras pessoas ou comunidades”. ⁵⁵⁹

4.2.3

Contribuições de Bento XVI em relação ao drama dos refugiados e imigrantes na atualidade

⁵⁵⁴ EA 119: AAS LXXXVIII (1996) 70-71.

⁵⁵⁵ JOÃO PAULO II, PP., Exortação Apostólica Ecclesia in Europa de 28 de junho de 2003, n. 100.

⁵⁵⁶ EAm 52.

⁵⁵⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 122.

⁵⁵⁸ JOÃO PAULO II., PP., Discurso aos Membros do Governo da Tailândia e ao Corpo Diplomático de Bangkok de 11 de maio de 1984, n. 6: Insegnamenti di Giovanni Paolo II (tr. Ensinamentos de João Paulo II), VII/1 (1984) 1380.

⁵⁵⁹ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem por ocasião do Centenário da morte do Papa Leão XIII, 28 de outubro de 2003, n. 6; p. 5.

Anteriormente ao Papa Francisco, o Sumo Pontífice Bento XVI também deu valiosa contribuição em relação ao agravamento da situação dos imigrantes, refugiados, apátridas e pessoas deslocadas à força. O Papa, que definiu o Pontifício Conselho *Cor Unum* como a agência da Santa Sé responsável pela orientação e coordenação entre as organizações e as atividades caritativas promovidas pela Igreja Católica,⁵⁶⁰ apenas um mês após sua eleição, falou em prol dos refugiados por ocasião da celebração do Dia Mundial do Refugiado, promovido pela Organização das Nações Unidas em 20 de junho do mesmo ano. O Papa realçou

A força de ânimo exigida de quem deve deixar tudo, por vezes até a família, para evitar graves dificuldades e perigos. Assim, a comunidade cristã sente-se próxima de quantos vivem esta dolorosa condição, esforça-se por apoiá-los e manifesta-lhes o seu interesse e o seu amor. Isto realiza-se através de gestos concretos de solidariedade, para que todos os que se encontram distantes do seu país sintam a Igreja como uma pátria na qual ninguém é estrangeiro.⁵⁶¹

No ano seguinte, em ocasião semelhante, o Papa Bento XVI manifestou “a esperança de que os direitos destas pessoas sejam sempre respeitados”.⁵⁶² Além disso, expressou o “*desejo sincero de que a estes irmãos e a estas irmãs sejam garantidos o asilo e o reconhecimento dos seus direitos*”, convidando “os responsáveis das nações a oferecerem proteção a quantos se encontram em situações tão delicadas de necessidade”.⁵⁶³

Bento XVI, ao afirmar que o amor se eleva acima de quaisquer limites ou distinções e entendendo a Igreja como a família de Deus no mundo, lembra-nos que não deve haver ninguém que sofra por falta do necessário. Ao mesmo tempo, no entanto, a *caritas-ágape* deve estender-se para além das fronteiras da Igreja. Assim, a parábola do bom Samaritano permanece como critério de medida, impondo a universalidade do amor que se inclina sobre o necessitado encontrado “por acaso (Lc 10,31), seja ele quem for.”⁵⁶⁴

Como destaca o Pontífice, a solidariedade exige que estejamos juntos, especialmente com os pobres e os débeis. Portanto, “acolher os refugiados e dar-

⁵⁶⁰ DCE 32.

⁵⁶¹ BENTO XVI, PP., Angelus de 19 de junho de 2005, p. 1.

⁵⁶² BENTO XVI, PP., Angelus de 18 de junho de 2006; p. 1.

⁵⁶³ BENTO XVI, PP., Audiência geral de 20 de junho de 2007.

⁵⁶⁴ DCE 25.

lhês hospitalidade é para todos um gesto obrigatório de solidariedade humana, para que eles não se sintam isolados por causa da intolerância e do desinteresse”.⁵⁶⁵

Em sua Carta Encíclica *Caritas in veritate*, de junho de 2009, descreve a caridade como:

Uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz.”⁵⁶⁶ Trata-se de uma força que tem a sua origem em Deus e que “é a via mestra da doutrina social da Igreja”⁵⁶⁷; este dom sobrenatural, que é “a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira.”⁵⁶⁸

A caridade, assim, impele os cristãos a se comprometerem ativamente no cuidado aos mais vulneráveis,⁵⁶⁹ de tal modo que, unindo os seus esforços aos dos outros homens e mulheres de boa vontade, possam ajudar a encontrar uma solução para a situação miserável em que vivem.⁵⁷⁰

Como ressalta Bento XVI, se alguém disser “eu amo a Deus, mas odiar a seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama a seu irmão, ao qual vê, como pode amar a Deus, ao qual não vê?” (1Jo 4,20).⁵⁷¹ Ressalta o Pontífice que há uma união indivisível entre o amor a Deus e o amor ao próximo:

A afirmação do amor a Deus se torna uma mentira, se o homem se fechar ao próximo ou, inclusive, o odiar; pois o amor ao próximo é uma estrada para encontrar também a Deus, e o fechar os olhos diante do próximo torna o homem cego também diante de Deus.⁵⁷²

Todos da família humana possuem obrigações com seus irmãos de outras culturas, etnias e regiões. Como nos adverte a instrução *Erga migrantes caritas Christi*, a solidariedade, o sentimento de pertença comum, nos lembra de que todos formamos uma única família humana, apesar das nossas diferenças

⁵⁶⁵ BENTO XVI, PP., Audiência geral de 20 de junho de 2007.

⁵⁶⁶ CV 01.

⁵⁶⁷ CV 02.

⁵⁶⁸ CV 01.

⁵⁶⁹ Como salienta Metz, tal caridade não se coaduna com a insensível cultura dos dominadores que “ajudam” somente para reforçar, manter ou restabelecer poder. METZ, J. B., Para além de um religião burguesa, p. 53.

⁵⁷⁰ CV 06.

⁵⁷¹ DCE 16.

⁵⁷² DCE 16.

nacionais, étnicas e culturais, e todos dependemos uns dos outros. Isto implica uma responsabilidade: somos realmente guardiões dos nossos irmãos e irmãs, ondequer que vivam.⁵⁷³ Assim, evidentemente, todo o imigrante é nosso irmão e irmã, “é uma pessoa humana e, enquanto tal, possui direitos fundamentais inalienáveis que hão de ser respeitados por todos, em qualquer situação”.⁵⁷⁴

4.3

Papa Francisco e o drama dos refugiados e imigrantes na atualidade

O Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, se posicionou de modo a alertar para o quão grave, perigosa e complexa era a situação daqueles que deixavam sua pátria para se submeterem aos riscos de uma travessia extremamente hostil na busca por um solo seguro. Já em 2013, através de sua Mensagem Pascal e Bênção *Urbi et Orbi*, o Pontífice correlacionou a situação dos refugiados e imigrantes à Ressurreição e aos desafios relativos à nossa própria atitude:

Deixemos que a força do seu amor transforme também a nossa vida, tornando-nos instrumentos desta misericórdia, canais através dos quais Deus possa irrigar a terra, guardar a criação inteira e fazer florir a justiça e a paz. Isto implica «mudar o ódio em amor, a vingança em perdão, a guerra em paz. Sim, Cristo é a nossa paz e, por seu intermédio, imploramos a paz para o mundo inteiro [...] para que cesse definitivamente toda a violência, e sobretudo para a [...] população vítima do conflito e para os numerosos refugiados, que esperam ajuda e conforto, a mesma paz para aqueles que se vêem forçados a deixar as suas casas e vivem ainda no medo [...] para que sejam superadas as divergências e amadureça um renovado espírito de reconciliação. Paz para o mundo inteiro, [...] ferido pelo egoísmo que ameaça a vida humana e a família – um egoísmo que faz continuar o tráfico de pessoas, a escravidão mais extensa neste século vinte e um. Paz para esta nossa Terra! Que Jesus ressuscitado leve conforto a quem é vítima das calamidades naturais e nos torne guardiões responsáveis pela criação.⁵⁷⁵

No mesmo ano, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, através da diretriz pastoral intitulada como *Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força, também* chamava a atenção para o mesmo desafio:

⁵⁷³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Através da Instrução *Erga migrantes caritas Christi* de 3 de maio de 2004, n. 101.

⁵⁷⁴ CV 62.

⁵⁷⁵ FRANCISCO, PP., Mensagem Pascal e Bênção *Urbi et Orbi* do Santo Padre Francisco, Páscoa, Domingo, 31 de março de 2013, “*Urbi et Orbi*” - Páscoa 2013.

Cada um de nós deve ter a coragem de não afastar o olhar dos refugiados e das pessoas deslocadas à força, mas permitir que os seus semblantes penetrem o nosso coração e acolhê-los no nosso mundo. Se dermos ouvidos às suas esperanças e ao seu desespero, conseguiremos compreender os seus sentimentos.⁵⁷⁶

Poucos meses após a Mensagem Pascal e Bênção *Urbi et Orbi*, por ocasião do trágico acidente que se deu na cidade de Lampedusa, na Itália, em Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios, à luz da Palavra de Deus, Papa Francisco nos convidou a um exame de consciência incitando-nos a refletir e mudar concretamente certas atitudes. O fez nos lembrando de perguntas emblemáticas do próprio Deus:

“Adão, onde estás?”: é a primeira pergunta que Deus faz ao homem depois do pecado. “Onde estás, Adão?”. E Adão é um homem desorientado, que perdeu o seu lugar na criação, porque presume que vai tornar-se poderoso, poder dominar tudo, ser Deus. Assim, quebra-se a harmonia, o homem erra; e o mesmo se passa na relação com o outro, que já não é o irmão a amar, mas simplesmente o outro que perturba a minha vida, o meu bem-estar.⁵⁷⁷

Ao nos lembrar de uma outra pergunta de Deus – essa direcionada a Caim – destaca essa mesma desarmonia: “Caim, onde está o teu irmão?”⁵⁷⁸ Como ressalta o filósofo com quem dialogamos no capítulo último, Emmanuel Lévinas, é no rosto do Outro que vem o mandamento que interrompe a marcha do mundo. “Por isso devo me sentir responsável na presença do outro”⁵⁷⁹ Dá-se então a resposta de Caim: “Sou eu o guarda de meu irmão?”⁵⁸⁰

Ressalta o filósofo que não devemos interpretar a resposta de Caim como se estivesse zombando de Deus, ou como se falasse tal qual uma criança, eximindo-se da culpa e acusando o outro. Para Lévinas, a resposta de Caim é sincera,

⁵⁷⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”. Diretriz Pastoral como acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força n. 120.

⁵⁷⁷ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁷⁸ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁷⁹ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p.151.

⁵⁸⁰ LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p.151.

entretanto, vazia de conteúdo ético. Enquanto lhe falta essa base ética, por outro lado, a resposta de Caim é fundamentada em uma base ontológica: eu, Caim, sou um ser separado, ontologicamente,⁵⁸¹ de meu irmão.⁵⁸²

Tal separação é mencionada por Papa Francisco como um risco para a convivência e fraternidade humana, na medida em que pode desencorajar o indivíduo da vivência de uma perspectiva comunitária. Neste sentido, o Pontífice menciona uma perigosa e recorrente ambição humana: “O sonho de ser poderoso, ser grande como Deus ou ser Deus; que conduz à uma cadeia de erros que é uma cadeia de morte: leva a derramar o sangue do irmão!”⁵⁸³

Evidentemente, essas duas perguntas de Deus ressoam, fortemente, também hoje. Como ressalta o Sumo Pontífice, muitos de nós estamos desorientados, desatentos no que se refere ao mundo em que vivemos; não cuidando, nem guardando aquilo que Deus criou para todos. Assim, sem essa capacidade de nos guardarmos uns aos outros e desorientados, tal fenômeno atinge as dimensões do mundo, alcançando tragédias como esta a que assistimos.⁵⁸⁴

A pergunta de Deus expressa pelo texto bíblico é enfatizada pelo Pontífice: “*Onde está o teu irmão? A voz do seu sangue clama até Mim*”.⁵⁸⁵ Como menciona não se trata de uma pergunta posta a outrem, mas uma pergunta posta a mim, a ti, a cada um de nós. Estas pessoas, nossos irmãos e irmãs, procuravam sair de situações difíceis para encontrarem um pouco de serenidade e de paz; procuravam um lugar melhor para si e suas famílias, mas encontraram a morte. “Quantas vezes outros que procuram o mesmo não encontram compreensão, não encontram acolhimento, não encontram solidariedade! E as suas vozes sobem até Deus!”, nos questiona o Santo Padre.⁵⁸⁶

⁵⁸¹ Como salienta Lévinas, muito além de uma perspectiva ontológica, e calcada em uma perspectiva ética, “o rosto se impõe a mim sem que eu possa permanecer surdo a seu apelo, ou esquecê-lo, ou seja, sem que eu possa cessar de ser responsável por sua miséria”. A presença do rosto significa assim uma ordem irrecusável – um mandamento – que detém a possibilidade da consciência. A consciência então é questionada pelo rosto. LÉVINAS, E., Humanismo do outro homem, p. 52.

⁵⁸² LÉVINAS, E., Entre nós, p. 32; p. 151,152.

⁵⁸³ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁸⁴ FRANCISCO PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁸⁵ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁸⁶ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

Também hoje assoma intensamente esta pergunta: “Quem é o responsável pelo sangue destes irmãos e irmãs? Ninguém! Todos nós respondemos assim: não sou eu, não tenho nada a ver com isso; serão outros, eu não, certamente.”⁵⁸⁷ O Pontífice nos lembra que Deus pergunta a cada um de nós: “Onde está o sangue do teu irmão que clama até Mim?” Assim, parece que atualmente “ninguém no mundo se sente responsável; perdemos o sentido da responsabilidade fraterna; caímos na atitude hipócrita que mencionou Jesus na parábola do Bom Samaritano”.⁵⁸⁸

Evidentemente, somos todos guardiões e responsáveis por nossos irmãos e irmãs. Tanto as duas mensagens supracitadas do Papa Francisco, de 2013, bem como um texto mais antigo do Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, através da *Instrução Erga migrantes caritas Christi*, de 2004, fazem a mesma menção. Todos nós, pertencentes a uma única família humana, temos uma responsabilidade comum: “somos realmente guardiões de nossos irmãos e irmãs, onde quer que vivam”.⁵⁸⁹ A abertura às necessidades do próximo inclui a nossa relação com o estrangeiro, que pode ser justamente considerado como “o mensageiro de Deus que surpreende e rompe a regularidade e a lógica da vida quotidiana, trazendo para perto quem está longe”.⁵⁹⁰

Como nos orienta o Papa Francisco em relação aos dois questionamentos relativos a Adão e Eva, Caim e Abel: “Adão, onde estás?” e “onde está o teu irmão?” são as duas perguntas que Deus coloca no início da história da humanidade e dirige também a todos os homens do nosso tempo, incluindo nós próprios. Baseando-se na tragédia de Lampedusa, o Pontífice nos convida à reflexão:

Quem de nós chorou por este fato e por fatos como este? Quem chorou pela morte destes irmãos e irmãs? Quem chorou por estas pessoas que vinham no barco? Pelas mães jovens que traziam os seus filhos? Por estes homens cujo desejo era conseguir qualquer coisa para sustentar as próprias famílias? Somos uma sociedade que esqueceu a experiência de chorar, de “padecer com”: a globalização da

⁵⁸⁷ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁸⁸ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

⁵⁸⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Através da Instrução *Erga migrantes caritas Christi* de 3 de maio de 2004, 101.

⁵⁹⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Através da Instrução *Erga migrantes caritas Christi* de 3 de maio de 2004, 101.

indiferença tirou-nos a capacidade de chorar! No Evangelho, ouvimos o brado, o choro, o grande lamento: “Raquel chora os seus filhos (...), porque já não existem”. Herodes semeou morte para defender o seu bem-estar, a sua própria bolha de sabão. E isto continua a repetir-se... Peçamos ao Senhor que apague também o que resta de Herodes no nosso coração; peçamos ao Senhor a graça de chorar pela nossa indiferença, de chorar pela crueldade que há no mundo, em nós, incluindo aqueles que, no anonimato, tomam decisões socioeconómicas que abrem a estrada aos dramas como este. “Quem chorou? Quem chorou hoje no mundo?”

Quem se afetou por essa realidade que é tão distante mas, concomitantemente, tão próxima a todos nós? Quem se sente responsável por tamanha vulnerabilidade de um número cada vez maior de pessoas? Pessoas que fugiram para um lugar que não conheciam, por meio de um caminho que não conheciam, confiando em pessoas que não conheciam para escapar de uma realidade de risco iminente.

Imigrantes mortos no mar; barcos que em vez de ser uma rota de esperança, foram uma rota de morte. Assim recitava o título dos jornais. Desde há algumas semanas, quando tive conhecimento desta notícia (que infelizmente se vai repetindo tantas vezes), o caso volta-me continuamente ao pensamento como um espinho no coração que faz doer. E então senti o dever de vir aqui hoje para rezar, para cumprir um gesto de solidariedade, mas também para despertar as nossas consciências a fim de que não se repita o que aconteceu. Que não se repita, por favor.⁵⁹¹

⁵⁹¹ FRANCISCO, PP., Visita a Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena” de 8 de julho de 2013.

4.3.1

Os quatro verbos sugeridos por Papa Francisco diante drama dos refugiados e imigrantes na atualidade

O Papa Francisco sempre se posicionou enfaticamente na luta pelos direitos dos refugiados e pessoas deslocadas à força; sobretudo após o trágico acidente de Lampedusa. Dentro de seus esforços na tentativa de proteger todos aqueles e aquelas que se encontravam em tamanha vulnerabilidade, o Sumo Pontífice elaborou algumas diretrizes que demonstrar-se-iam como fundamentais.

Para lidar com a questão da crise migratória contemporânea, o Papa Francisco destacou a necessidade de praticarmos, efetivamente, quatro verbos fundamentais. Menciona tais verbos, precisamente, em dois momentos: através do *Fórum Internacional sobre Migrações*, em 2017;⁵⁹² e em sua mensagem para o *Dia Mundial do Migrante e Refugiado*, em 2018.⁵⁹³ A seguir, vejamos as implicações destes quatro verbos:

O primeiro destes verbos seria **acolher**. Como ressaltou o Papa no *Fórum Internacional sobre Migrações*, em 2017, há uma índole da rejeição que nos assemelha e que nos induz a olhar o próximo não como um irmão a acolher, mas como alguém deixado fora do nosso horizonte de vida pessoal, transformando-o antes num concorrente.⁵⁹⁴

Em função disso, é necessária e urgente uma mudança de atitude para superar a indiferença, e antepor aos receios uma generosa atitude de hospitalidade em relação àqueles que batem às nossas portas.

Lembra-nos o Pontífice que muitos desses que fogem de guerras e de perseguições terríveis, o fizeram por meio de organizações criminosas sem escrúpulos, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade. Portanto, é necessário abrir canais humanitários acessíveis e seguros que permitam um acolhimento responsável e digno destes nossos irmãos e irmãs; a começar pela sua primeira acomodação em espaços adequados e decentes. Os programas de acolhimento difundido, já iniciados em diversas localidades parecem facilitar o encontro

⁵⁹² FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁵⁹³ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 15 de agosto de 2017.

⁵⁹⁴ FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

peçoal e permitir uma melhor qualidade dos serviços e oferecer maiores garantias de bom êxito, recorda-nos Francisco.⁵⁹⁵

Um ano após somente, em sua mensagem para o *Dia Mundial do Migrante e Refugiado*, em 2018, o Papa Francisco, reforça o verbo acolher, sobretudo, no que se refere a oferecer a imigrantes e refugiados possibilidades mais amplas de entrada segura e legal nos países de destino.

Para tal, é necessário um empenho concreto para se incrementar e simplificar a concessão de vistos humanitários⁵⁹⁶ e para a reunificação familiar; e um maior número de países adotando programas de patrocínio privado e comunitário e abrindo corredores humanitários para os refugiados mais vulneráveis.⁵⁹⁷

Ressalta Francisco que “*as expulsões coletivas e arbitrárias de migrantes e refugiados não constituem uma solução idônea, sobretudo quando são feitas para países que não podem garantir o respeito da dignidade e dos direitos fundamentais*”⁵⁹⁸; por isso, o princípio da centralidade da pessoa humana, sustentado com firmeza por seu antecessor Bento XVI, obriga-nos a antepor sempre a segurança pessoal à nacional.

Assim, a condição de imigrantes, requerentes de asilo e refugiados exige que lhes sejam garantidos a segurança pessoal e o acesso aos serviços básicos. “Em nome da dignidade fundamental de cada pessoa, esforcemo-nos por preferir outras alternativas à detenção para quantos entrem no território nacional sem estar autorizados”.⁵⁹⁹

O segundo verbo seria **proteger**. O Pontífice rememora seu predecessor, Papa Bento XVI, que evidenciou que muitas vezes a experiência migratória torna as pessoas mais vulneráveis à exploração, ao abuso e à violência. Seria o caso de

⁵⁹⁵ FRANCISCO, PP., participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁵⁹⁶ O Sumo Pontífice menciona também o fato de ser conveniente e necessário prever vistos temporários especiais para as pessoas que, escapando dos conflitos, se refugiam nos países vizinhos. FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 (15 agosto de 2017),

⁵⁹⁷ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 (15 de agosto de 2017).

⁵⁹⁸ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 (15 de agosto de 2017).

⁵⁹⁹ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 (15 de agosto de 2017).

milhões de trabalhadores e trabalhadoras migrantes, refugiados, requerentes de asilo e de vítimas do tráfico.⁶⁰⁰

Assim, devemos proteger seus direitos inalienáveis, a garantia das suas liberdades fundamentais e sua dignidade. Proteger estes irmãos e irmãs como um imperativo moral que deve ser traduzido pela adoção de instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, fazendo escolhas políticas justas, pondo em prática programas oportunos e humanizadores na luta contra os «traficantes de pessoas»; e coordenando os esforços de todos os protagonistas, entre os quais a Igreja estará sempre presente.⁶⁰¹

Tal proteção deve existir na própria pátria daquele que imigra, bem como na terra de imigração, assegurando aos imigrantes uma assistência consular adequada, um acesso equitativo à justiça, e a garantia de uma subsistência vital mínima, com liberdade de movimento no país de acolhimento, a possibilidade de trabalhar e o acesso aos meios de telecomunicação.⁶⁰²

Papa Francisco, em *mensagem ao Dia Mundial do Migrante e Refugiado, em 2018*, oferece especial destaque também às crianças. A *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança* oferece uma base jurídica universal para a proteção dos menores migrantes. Para tanto, é “*necessário evitar-lhes qualquer forma de detenção por motivo da sua situação migratória, ao mesmo tempo em que lhes deve ser assegurado o acesso regular à instrução primária e secundária*”.⁶⁰³

Da mesma forma, é preciso também garantir-lhes a permanência regular ao chegarem à maioria e a possibilidade de continuarem os seus estudos. Além disso, para os menores⁶⁰⁴ não acompanhados ou separados da sua família, é importante prever programas de custódia temporária ou acolhimento. No que se refere ao direito universal a uma nacionalidade, esta deve ser reconhecida e

⁶⁰⁰ FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁶⁰¹ FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁶⁰² FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶⁰³ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶⁰⁴ Nos lembra Papa Francisco que no caso de menores imigrantes, o seu envolvimento em atividades laborais precisa de ser regulamentado de modo a que se evitem abusos e ameaças ao seu crescimento normal. FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

devidamente certificada a todos os meninos e meninas no momento do seu nascimento.⁶⁰⁵

O terceiro verbo enfatizado por Papa Francisco é **promover**,⁶⁰⁶ pois proteger somente não é suficiente. É necessário promover o desenvolvimento humano integral de migrantes, refugiados e pessoas deslocadas, que “tem lugar mediante o cuidado dos bens incomensuráveis da justiça, da paz e da proteção da criação”.⁶⁰⁷

Em conformidade com a doutrina social da Igreja, o desenvolvimento é um direito inegável de cada ser humano. Como tal, deve ser garantido, assegurando as condições necessárias para a sua prática, tanto na esfera individual como na social, conferindo a todos um acesso equitativo aos bens fundamentais e oferecendo a possibilidade de escolha e de crescimento. Para tal, é necessária uma ação coordenada e prudente de todas as forças em jogo: da comunidade política à sociedade civil, das organizações internacionais às instituições religiosas.⁶⁰⁸

Promover significa, essencialmente, empenhar-se para que todos os imigrantes e refugiados tenham condições para se realizar como pessoas em todas as dimensões que compõem a humanidade querida pelo Criador;⁶⁰⁹ inclusive a dimensão religiosa e a dimensão profissional.⁶¹⁰

É fundamental o maior esforço possível para se promover a integração socio-laboral dos imigrantes e refugiados, garantindo a todos a possibilidade de

⁶⁰⁵ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶⁰⁶ A promoção humana dos imigrantes e das suas famílias começa pelas comunidades de origem onde, juntamente com o direito a poder emigrar, deve ser garantido inclusive o direito a não ter que emigrar, ou seja, o direito a encontrar na própria pátria as condições que lhes permitam levar uma existência digna. Com esta finalidade devem ser encorajados esforços que visem a atuação de programas de cooperação internacional, desvinculados de interesses de parte, e de desenvolvimento transnacional em que os migrantes possam participar como protagonistas. FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁶⁰⁷ FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁶⁰⁸ FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

⁶⁰⁹ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶¹⁰ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

trabalhar, percursos de formação linguística e de cidadania ativa e uma informação adequada nas suas línguas originais.⁶¹¹

Em relação à família dos refugiados e imigrantes também há algo precioso que demanda destaque. Francisco rememora as palavras de seu antecessor. Em 2006, Bento XVI sublinhava como a família, no contexto migratório, representa “lugar e recurso da cultura da vida e fator de integração de valores”.⁶¹² A sua integridade deve ser sempre promovida, favorecendo a reunificação familiar – incluindo avós, irmãos e netos – sem nunca o fazer depender de requisitos econômicos.⁶¹³

O quarto e último verbo destacado pelo Papa Francisco, tanto por ocasião do *Fórum Internacional sobre Migrações*, em 2017, bem como em sua mensagem para o *Dia Mundial do Migrante e Refugiado*, em 2018, é o verbo **integrar**. A integração, que não é assimilação nem incorporação, constitui um processo bidirecional que se baseia essencialmente no mútuo reconhecimento da riqueza cultural do outro: não se trata de nivelamento de uma cultura sobre a outra, nem sequer de isolamento recíproco, com o risco de “guetizações” nefastas e perigosas.

De igual importância, também não deve ser ignorada a dimensão familiar do processo de integração: por isso, devemos reiterar a necessidade, várias vezes salientada pelo *Magistério*,⁶¹⁴ de políticas capazes de favorecer e privilegiar as reunificações familiares.

No que diz respeito às populações autóctones, elas devem ser ajudadas, sensibilizando-as adequadamente e preparando-as de forma positiva para os processos de integração, nem sempre simples e imediatos, mas sempre essenciais e imprescindíveis para o futuro. Por isso, são necessários também programas específicos, que favoreçam o encontro significativo com o próximo.⁶¹⁵

O verbo **integrar** situa-se no plano das oportunidades de enriquecimento intercultural geradas pela presença de migrantes e refugiados. A integração não é

⁶¹¹ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶¹² FRANCISCO, PP., Mensagem para o 93º Dia do Migrante e do Refugiado 2007 de 18 de outubro de 2006.

⁶¹³ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶¹⁴ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem para o Dia Mundial das Migrações de 15 de agosto de 1986.

⁶¹⁵ FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017.

uma assimilação, que leva a suprimir ou a esquecer a própria identidade cultural, “mas um processo prolongado que tem em vista formar sociedades e culturas, tornando-as cada vez mais um reflexo das dádivas multiformes de Deus aos homens”.⁶¹⁶

Papa Francisco insiste na necessidade de favorecer em todos os sentidos a cultura do encontro, multiplicando as oportunidades de intercâmbio cultural, documentando e difundindo as boas práticas de integração e desenvolvendo programas tendentes a preparar as comunidades locais para os processos de integração. O Pontífice sublinha o caso especial dos estrangeiros forçados a deixar o país de imigração por causa de crises humanitárias: “*Estas pessoas necessitam que lhes seja assegurada uma assistência adequada para o repatriamento e programas de reintegração laboral na sua pátria*”.⁶¹⁷

Nos primeiros dias do ano de 2020, Papa Francisco, no discurso dirigido aos membros do *Corpo Diplomático*, acreditado junto à *Santa Sé*, menciona entre os desafios do mundo contemporâneo o drama dos deslocados, a situação daqueles que passaram pela trânsito migratório e se encontram em alguma nação como estrangeiros. Como observa o Sumo Pontífice,

Os conflitos e as emergências humanitárias, agravadas pelas convulsões climáticas, aumentam o número dos deslocados e repercutem sobre as pessoas que já vivem em grave estado de pobreza. Muitos dos países atingidos por estas situações carecem de estruturas adequadas que permitam atender às necessidades daqueles que foram deslocados.⁶¹⁸

Como nos alertou o mesmo Papa Francisco, em *Celebração da Santa Missa* para os participantes do Encontro *Livres do Medo*, em fevereiro de 2019, as pessoas deslocadas à força proporcionam-nos esta oportunidade de encontrar o Senhor, “mesmo que os nossos olhos sintam dificuldade em O reconhecer: com as vestes rasgadas, com os pés sujos, com o rosto desfigurado, o corpo chagado, incapaz de falar a nossa língua”.⁶¹⁹

⁶¹⁶ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶¹⁷ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶¹⁸ FRANCISCO, PP., Aos membros do Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé de 9 de janeiro de 2020.

⁶¹⁹ FRANCISCO, PP., Celebração da Santa Missa para os participantes do Encontro “Livres do Medo” de 15 de fevereiro de 2019.

Trata-se de um desafio pastoral ao qual somos chamados a responder com os quatro verbos indicados pelo próprio Papa no *Fórum Internacional sobre Migrações*, de 2017, e em sua mensagem para o *Dia Mundial do Migrante e Refugiado*, de 2018: acolher, proteger, promover e integrar.

4.3.2

Os seis pares de verbos complementares sugeridos pelo Papa Francisco diante do drama dos refugiados e imigrantes na atualidade

Para além dos quatro verbos supracitados, posteriormente, o Papa Francisco nos apresenta ainda uma complementação aos mesmos. Tratar-se-ia de novas diretrizes e um novo posicionamento – individual e institucional – a serem coadunadas com as primeiras recomendações e práticas ensejadas pelos quatro verbos.

Em 2020, em Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado,⁶²⁰ o Sumo Pontífice acrescenta ainda seis pares de verbos no que se refere ao desafio da crise migratória pós-moderna. Trata-se de ações muito concretas, interligadas numa relação de causa-efeito. Vejamos suas palavras a respeito dos mesmos:

• **É preciso *conhecer para compreender*.** O conhecimento é um passo necessário para a compreensão do outro. Assim nos ensina o próprio Jesus no episódio dos discípulos de Emaús: “Enquanto [estes] conversavam e discutiam, aproximou-Se deles o próprio Jesus e pôs-Se com eles a caminho; os seus olhos, porém, estavam impedidos de O reconhecer” (*Lc* 24, 15-16). Frequentemente, quando falamos de imigrantes e deslocados, limitamo-nos à questão do seu número. Mas não se trata de números; trata-se de pessoas!⁶²¹

Se as encontrarmos, verdadeiramente, chegaremos a conhecê-las. Se estivermos abertos a esse encontro, chegaremos a conhecer o seu sofrimento e as causas do desequilíbrio no ambiente em que estavam, seja na natureza, na história ou na convivência humana.⁶²² Assim, conhecendo as suas histórias, conseguiremos compreender. Poderemos compreender, por exemplo, que a

⁶²⁰ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

⁶²¹ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

⁶²² METZ, J. B., *El clamor de la Tierra*, p. 74.

precariedade que estamos dolorosamente experimentando por causa da pandemia, é um elemento constante na vida dos deslocados.⁶²³

• **É necessário aproximar-se para servir.** Parece óbvio, mas muitas vezes não o é. “Um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele [do homem espancado e deixado meio-morto] e, vendo-o, encheu-se de compaixão. Aproximou-se, ligou-lhe as feridas, deitando nelas azeite e vinho, colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele” (Lc 10, 33-34). Os receios e os preconceitos – tantos preconceitos – mantêm-nos afastados dos outros e, muitas vezes, impedem de nos aproximarmos deles para os servir com amor. Abeirar-se do próximo frequentemente significa estar dispostos a correr riscos, como muitos médicos e enfermeiros nos ensinaram nos últimos meses. Aproximar-se para servir vai além do puro sentido do dever; o maior exemplo disto, deixou-no-lo Jesus, quando lavou os pés dos seus discípulos: tirou o manto, ajoelhou-Se e pôs mãos ao humilde serviço (Jo 13, 1-15).⁶²⁴

• **Para reconciliar-se é preciso escutar.** No-lo ensina o próprio Deus que quis escutar o gemido da humanidade com ouvidos humanos, enviando o seu Filho ao mundo: “Tanto amou Deus o mundo, que lhe entregou o seu Filho Unigênito, (...) para que o mundo seja salvo por Ele” (Jo 3, 16.17). O amor, que reconcilia e salva, começa pela escuta. No mundo de hoje, multiplicam-se as mensagens, mas vai-se perdendo a atitude de escutar. É somente através da escuta humilde e atenta que podemos chegar verdadeiramente a reconciliar-nos.

Durante semanas neste ano de 2020, reinou o silêncio nas nossas ruas; um silêncio dramático e inquietante, mas que nos deu ocasião para ouvir o clamor dos mais vulneráveis, dos deslocados e do nosso planeta gravemente enfermo. E, escutando, temos a oportunidade de nos reconciliar com o próximo, com tantas pessoas descartadas, conosco e com Deus, que nunca Se cansa de nos oferecer a sua misericórdia.⁶²⁵

• **Para crescer é necessário partilhar.** A primeira comunidade cristã teve, na partilha, um dos seus elementos basilares: A multidão dos que haviam

⁶²³ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

⁶²⁴ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

⁶²⁵ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

abraçado a fé tinha um só coração e uma só alma. Ninguém chamava seu ao que lhe pertencia, mas entre eles tudo era comum (At 4,32). Deus não queria que os recursos do nosso planeta beneficiassem apenas alguns. Não, o Senhor não queria isso! Devemos aprender a partilhar para crescermos juntos, sem deixar ninguém de fora. A pandemia veio nos recordar que estamos todos no mesmo barco. O fato de nos depararmos com preocupações e temores comuns demonstrou-nos mais uma vez que ninguém se salva sozinho. Para crescer verdadeiramente, devemos crescer juntos, partilhando o que temos, como aquele rapazinho que ofereceu a Jesus cinco pães de cevada e dois peixes (Jo 6, 1-15); e foram suficientes para cinco mil pessoas.⁶²⁶

• **É preciso coenvolver para promover.** Efetivamente, assim procedeu Jesus com a mulher samaritana (Jo 4, 1-30). O Senhor aproxima-Se, escuta-a, fala-lhe ao coração, para então a guiar até à verdade e torná-la anunciadora da boa nova: “Vinde ver um homem que me disse tudo o que eu fiz! Não será Ele o Messias?” (4,29). Por vezes, o ímpeto de servir os outros impede-nos de ver a sua riqueza íntima. Se queremos verdadeiramente promover as pessoas a quem oferecemos ajuda, devemos coenvolvê-las e torná-las protagonistas da sua promoção. A pandemia recordou-nos como é essencial a corresponsabilidade, pois só foi possível enfrentar a crise com a contribuição de todos, mesmo de categorias frequentemente subestimadas. Devemos encontrar a coragem de abrir espaços onde todos possam sentir-se chamados e permitir novas formas de hospitalidade, de fraternidade e de solidariedade.⁶²⁷

• **É necessário colaborar para construir.** Isto mesmo recomenda o apóstolo Paulo à comunidade de Corinto: “Peço-vos, irmãos, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que estejais todos de acordo e que não haja divisões entre vós; permanecei unidos num mesmo espírito e num mesmo pensamento” (1Cor 1,10). A construção do Reino de Deus é um compromisso comum a todos os cristãos e, para isso, é necessário que aprendamos a colaborar, sem nos deixarmos tentar por invejas, discórdias e

⁶²⁶ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

⁶²⁷ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

divisões. No contexto atual, não posso deixar de reiterar que “este não é tempo para egoísmos, pois o desafio que enfrentamos nos une a todos e não faz distinção de pessoas”.⁶²⁸ Para salvaguardar a Casa Comum e torná-la cada vez mais parecida com o plano original de Deus, devemos empenhar-nos em garantir a cooperação internacional, a solidariedade global e o compromisso local, sem deixar ninguém de fora.⁶²⁹

4.3.3

***Fratelli Tutti*, valiosa contribuição diante do drama dos refugiados e imigrantes na atualidade**

A Carte Encíclica *Fratelli Tutti*, que versa, sobretudo, a respeito da fraternidade e a amizade social, também oferece valiosíssima contribuição à questão relativa ao fluxo migratório crescente e ao processo histórico de pessoas deslocadas à força. Seu texto nos faz um convite à vivência de um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço e apresenta-nos o essencial de uma fraternidade aberta que permita reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física e do ponto da terra onde cada uma nasceu ou habita. Como declara o Pontífice, “é feliz quem ama o outro, o seu irmão, tanto quando está longe, como quando está junto de si”.⁶³⁰

Inspirado em São Francisco, este Santo do amor fraterno, da simplicidade e da alegria, o Sumo Pontífice escreveu a encíclica *Laudato Si'*. Agora, o mesmo Santo volta a inspirá-lo na composição desta nova encíclica direcionada à fraternidade e à amizade social. Com efeito, São Francisco, “que se sentia irmão do sol, do mar e do vento, sentia-se ainda mais unido aos que eram da sua própria carne. Semeou paz por toda a parte e andou junto dos pobres, abandonados, doentes, descartados e dos últimos.”⁶³¹

4.3.3.1

Contexto do mundo pós-moderno: valores de mercado x valores fraternos

⁶²⁸ FRANCISCO, PP., Mensagem Pascal e Bênção *Urbi et Orbi* do Santo Padre Francisco, Páscoa, Domingo, 31 de março de 2013.

⁶²⁹ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

⁶³⁰ FT 29.

⁶³¹ FT 2.

Como observa Papa Francisco, atualmente, juntamente com progressos históricos alcançados através da ciência, da tecnologia, da medicina, sobretudo nos países desenvolvidos, se verifica uma deterioração da ética⁶³² que, por sua vez, condiciona a atividade internacional e estimula o enfraquecimento de valores espirituais e o sentido de responsabilidade social.⁶³³

Tudo isto contribui para disseminar uma sensação geral de frustração, solidão e desespero, numa situação mundial dominada pela incerteza, pela decepção, pelo medo do futuro e controlada por míopes interesses económicos.⁶³⁴

Como fundamenta o teólogo espanhol José Maria Mardones, nossa sociedade atual está submetida a alguns elementos que convergem de forma acumulativa sobre a humanidade. O fato de estarmos sempre numa situação social de risco generalizado,⁶³⁵ acaba gerando uma sensação de descontrolo social, que, por sua vez, reproduz em grande escala os sentimentos de insegurança e impotência generalizada.⁶³⁶ Nesta situação de crise e perda de controle crescem as incertezas e a sensação de desordem. O homem pós-moderno experimenta novamente sua contingência e finitude. Assim, o destino, a sorte ou o azar, apresentam-se como novos deuses ou forças místicas presentes entre nós.⁶³⁷

É crescente o número de pessoas que se sentem ameaçadas pela crise econômica, pela evolução brutal da tecnologia⁶³⁸ e a desorientação cultural de uma sociedade relativista e plural. Neste quadro, cresce também a tentação à

⁶³² Nas palavras de Zygmunt Bauman tratar-se-ia de um processo de decadência da vivência ética. BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p. 104. Nas palavras de Gilles Lipovetsky tratar-se-ia de uma ética tênue e minimalista, livre de obrigações ou deveres quaisquer, típicas de uma coletividade que denomina como sociedade pós-moralista. LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxx.

⁶³³ FT 29.

⁶³⁴ FT 29.

⁶³⁵ Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman essa experiência de risco generalizado é passado de pessoa em pessoa na medida em que vamos nos dando conta de que todos somos potencialmente redundantes ou substituíveis, portanto, todos estamos vulneráveis e qualquer posição social será, com o decorrer do tempo, precária. Inclusive os privilégios sociais, na opinião de Bauman, estão cada vez mais frágeis e ameaçados. BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p. 70,71,103, 113,116.

⁶³⁶ MARDONES, J. M., Nueva Espiritualidad, p. 12.

⁶³⁷ MARDONES, J. M., Nueva Espiritualidad, p. 12.

⁶³⁸ A sociedade, especialmente urbana, com seu gigantismo comunicativo tecnológico anônimo, nos converte em multidões solitárias e desprotegidas, perdidas entre as múltiplas opções e sensações. MARDONES, J. M., Nueva Espiritualidad, p.13.

adesão de posturas anti-modernas e o retorno a formas de pensamento chamadas pré-rationais.⁶³⁹

Ao mesmo tempo, observa-se o desenvolvimento, em grande escala, de graves crises políticas, a ausência de uma distribuição equitativa dos recursos naturais, agudização de quadros de pobreza e fome.⁶⁴⁰ No entanto, a despeito disso, “reina um inaceitável silêncio internacional”.⁶⁴¹

No mundo atual esmorecem os sentimentos de pertença à mesma humanidade⁶⁴² e reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada, filha de uma profunda desilusão que se esconde por detrás desta ilusão enganadora. Acreditamos, erroneamente, que podemos ser onipotentes e esquecemos que nos encontramos todos no mesmo barco. “*Esta desilusão, que deixa para trás os grandes valores fraternos, conduz a uma espécie de cinismo.*”⁶⁴³ E assim, o sonho de se construir juntos a justiça e a paz parece uma utopia de outros tempos.⁶⁴⁴

4.3.3.2

Sejamos um nós: abertura aos diferentes

Como ressalta Papa Francisco é absolutamente necessário que estimulemos o que denomina como “cultura do encontro” e a comunhão das diferenças. É importante que substituamos a perspectiva de autoproteção e isolamento por uma perspectiva inclusiva, solidária e fraterna. Em suas palavras, recomenda-nos que trabalhemos com o intuito de substituirmos “a cultura do confronto pela cultura do encontro”.⁶⁴⁵

Evidentemente, é compreensível que alguns tenham dúvidas e sintam medo diante de pessoas imigrantes. No entanto, uma pessoa e um povo só são fecundos

⁶³⁹ BAUMAN, Z., A sociedade individualizada, p. 70.

⁶⁴⁰ FT 29.

⁶⁴¹ FRANCISCO, PP., Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum. Viagem Apostólica do Papa Francisco aos Emirados Árabes Unidos em Abu Dhabi 4 de fevereiro de 2019.

⁶⁴² Para o filósofo francês Gilles Lipovetsky, trata-se de desdobramentos do que denomina como “caos organizador”, um processo desagregador que se impõe sobremaneira a qualquer tentativa reorganização ética. LIPOVETSKY, G., A Sociedade pós-moralista, p. xxxiii.

⁶⁴³ FT 30.

⁶⁴⁴ FT 30.

⁶⁴⁵ FRANCISCO, PP., Discurso ao mundo acadêmico e cultural em Cagliari, Itália 22 de setembro de 2013, p. 8.

se souberem criativamente integrar no seu seio a abertura aos outros.⁶⁴⁶ Papa Francisco nos convida a ultrapassar estas reações primárias, porque

O problema surge quando [estas dúvidas e este medo] condicionam de tal forma o nosso modo de pensar e agir, que nos tornam intolerantes, fechados, talvez até – sem de isso nos aperceber – racistas. E assim o medo priva-nos do desejo e da capacidade de encontrar o outro.⁶⁴⁷

A chegada de pessoas diferentes, que provêm de um contexto vital e cultural distinto, precisa ser interpretada como um dom,⁶⁴⁸ porque as histórias dos imigrantes são histórias também de encontro entre pessoas e entre culturas: para as comunidades e as sociedades de chegada são uma oportunidade de enriquecimento e desenvolvimento humano integral para todos.⁶⁴⁹ Nesse sentido, o sumo Pontífice faz um pedido aos mais jovens:

Peço especialmente aos jovens que não caiam nas redes de quem os quer contrapor a outros jovens que chegam aos seus países, fazendo-os ver como sujeitos perigosos e como se não tivessem a mesma dignidade inalienável de todo o ser humano.⁶⁵⁰

Quando se acolhe com todo o coração a pessoa diferente, permite-se-lhe continuar a ser ela própria, ao mesmo tempo que se lhe dá a possibilidade de um novo desenvolvimento. As várias culturas, cuja riqueza se foi criando ao longo dos séculos, devem ser salvaguardadas para que o mundo não fique mais pobre. Isso, porém, sem deixar de as estimular a que permitam surgir de si mesmas algo de novo no encontro com outras realidades. Não se pode ignorar o risco de acabarem vítimas duma esclerose cultural.⁶⁵¹ Para tal,

Precisamos comunicar descobrir as riquezas de cada um, valorizar aquilo que nos une e olhar as diferenças como possibilidades de crescimento no respeito por todos. Torna-se necessário um diálogo paciente e confiante, para que as pessoas, as

⁶⁴⁶ FT 41.

⁶⁴⁷ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 105º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado em 2019, p. 12.

⁶⁴⁸ FT 133.

⁶⁴⁹ CV 93.

⁶⁵⁰ CV 94.

⁶⁵¹ FT 134.

famílias e as comunidades possam transmitir os valores da própria cultura e acolher o bem proveniente das experiências alheias.⁶⁵²

Vejamos o exemplo entre a possível mútua influência oriunda da cultura ocidental e oriental. O relacionamento entre Ocidente e Oriente é uma necessidade mútua indiscutível, que não pode ser comutada nem transcurada, para que ambos se possam enriquecer mutuamente com a civilização do outro através da troca e do diálogo das culturas. O Ocidente poderia encontrar na civilização do Oriente remédios para algumas das suas doenças espirituais e religiosas causadas pelo domínio do materialismo. E o Oriente poderia encontrar na civilização do Ocidente tantos elementos que o podem ajudar a salvar-se da fragilidade, da divisão, do conflito e do declínio científico, técnico e cultural.⁶⁵³ É importante prestar atenção às diferenças religiosas, culturais e históricas que são uma componente essencial na formação da personalidade, da cultura e da civilização oriental; e é importante consolidar os direitos humanos gerais e comuns, para ajudar a garantir uma vida digna para todos os homens no Oriente e no Ocidente, evitando o uso da política de duas medidas.⁶⁵⁴

4.3.3.3 Agudizações advindas da Pandemia

É verdade que uma tragédia global como a pandemia do Covid-19 despertou, por algum tempo, a consciência de sermos uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco, onde o mal de um prejudica a todos. Recordamo-nos de que ninguém se salva sozinho, que só é possível salvar-nos juntos.⁶⁵⁵

Assim, tal “tempestade” desmascarou nossa vulnerabilidade e deixou a descoberto as falsas e supérfluas seguranças com que construímos os nossos programas, os nossos projetos, os nossos hábitos e prioridades.

Com a tempestade, caiu a maquiagem dos estereótipos com que mascaramos o nosso “eu” sempre preocupado com a própria imagem; e ficou a descoberto, uma

⁶⁵² FRANCISCO, PP., Discurso no Encontro com as autoridades e o corpo diplomático de Sarajevo-Bósnia-Herzegovina em 6 de junho de 2015, p. 3.

⁶⁵³ FT 136.

⁶⁵⁴ FRANCISCO, PP., Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum em Abu Dhabi 4 de fevereiro de 2019, p. 22.

⁶⁵⁵ FT 32.

vez mais, esta (abençoada) pertença comum a que não nos podemos subtrair: a pertença como irmãos.⁶⁵⁶

O mundo avançava implacavelmente para uma economia que, utilizando os progressos tecnológicos, procurava reduzir os “custos humanos”; e alguns pretendiam fazer-nos crer que era suficiente a liberdade de mercado para garantir tudo. Mas, o golpe duro e inesperado desta pandemia fora de controle obrigou, por força, a pensar nos seres humanos, em todos, mais do que nos benefícios de alguns. Hoje podemos reconhecer que “alimentamo-nos com sonhos de esplendor e grandeza, e acabamos por comer distração, fechamento e solidão; empanturramo-nos de conexões, e perdemos o gosto da fraternidade.”⁶⁵⁷

Acabamos buscando, prioritariamente, o resultado rápido e seguro e encontramos-nos oprimidos pela impaciência e pela ansiedade. Nos tornamos, assim, prisioneiros da virtualidade e acabamos perdendo o gosto e o sabor da realidade.⁶⁵⁸

A tribulação, a incerteza, o medo e a consciência dos próprios limites, que a pandemia despertou, fazem ressoar o apelo a repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e sobretudo o sentido da nossa existência.⁶⁵⁹

Contudo, em seu desenvolvimento, a humanidade rapidamente esqueceu algumas importantes lições da história, “mestra da vida”. Precisamos, assim, estar atentos, pois passada tamanha crise sanitária, a pior reação seria cair ainda mais num consumismo febril e em novas formas de autoproteção egoísta.⁶⁶⁰

O Pontífice expressa sua preocupação em relação ao futuro:

No fim, oxalá já não existam “os outros”, mas apenas um “nós”. Oxalá não seja mais um grave episódio da história, cuja lição não fomos capazes de aprender. Oxalá não nos esqueçamos dos idosos que morreram por falta de respiradores, em parte como resultado de sistemas de saúde que foram sendo desmantelados ano após ano. Oxalá não seja inútil tanto sofrimento, mas tenhamos dado um salto para uma nova forma de viver e descubramos, enfim, que precisamos e somos

⁶⁵⁶ FRANCISCO, PP., Homilia durante o Momento extraordinário de oração em tempos de epidemia de 27 de março de 2020, p. 10.

⁶⁵⁷ FT 33.

⁶⁵⁸ FRANCISCO, PP., Homilia durante a Santa Missa em Skopje, Macedónia do Norte 7 de maio de 2019, p. 1.

⁶⁵⁹ FT 33.

⁶⁶⁰ FT 35.

devedores uns dos outros, para que a humanidade renasça com todos os rostos, todas as mãos e todas as vozes, livre das fronteiras que criamos.⁶⁶¹

4.3.3.4

A fragilidade dos imigrantes

Em boa parte dos países de chegada, os fenômenos migratórios suscitam alarme e temores que, inclusive, com alguma frequência, são fomentados e explorados com objetivos políticos.⁶⁶² Dessa forma, se difunde uma mentalidade xenófoba, de clausura e retraimento em si mesmos.⁶⁶³

Os imigrantes não são considerados suficientemente dignos de participar na vida social como os outros, esquecendo-se que têm a mesma dignidade intrínseca de toda e qualquer pessoa. Nunca se dirá que não sejam humanos, mas na prática, com as decisões e a maneira de os tratar, manifesta-se que são considerados menos valiosos, menos importantes, menos humanos.⁶⁶⁴

Interessante observar que tanto na propaganda de alguns regimes políticos populistas como na leitura de abordagens econômico-liberais, defende-se que é preciso evitar a todo o custo a chegada de pessoas imigrantes. Simultaneamente argumenta-se que convém limitar a ajuda aos países pobres, para que “toquem o fundo” e decidam adotar medidas de austeridade. Não se dão conta de que atrás destas afirmações abstratas, difíceis de sustentar, há muitas vidas dilaceradas.⁶⁶⁵

Obviamente, como ressalta o Pontífice, é inaceitável que os cristãos partilhem esta mentalidade e estas atitudes, fazendo às vezes prevalecer determinadas preferências políticas em vez das profundas convicções da sua própria fé: a dignidade inalienável de toda a pessoa humana, independentemente da sua origem, cor ou religião, e a lei suprema do amor fraterno.⁶⁶⁶

Muitos fogem da guerra, de perseguições, de catástrofes naturais. Outros, com pleno direito, andam à procura de oportunidades para si e para a sua família. Sonham com um futuro melhor, e desejam criar condições para que se realize.⁶⁶⁷

⁶⁶¹ FT 35.

⁶⁶² FT 39.

⁶⁶³ CV 92.

⁶⁶⁴ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado em 2020 de 13 de maio de 2020, p. 8.

⁶⁶⁵ FT 37.

⁶⁶⁶ FT 39.

⁶⁶⁷ CV 91.

São atraídos pela cultura ocidental, nutrindo expectativas irrealistas que os expõem a pesadas decepções.⁶⁶⁸ Traficantes sem escrúpulos, frequentemente ligados a cartéis de droga e armas exploram a fragilidade dos imigrantes, que, ao longo do seu percurso, muitas vezes encontram a violência, o tráfico de seres humanos, o abuso psicológico, e mesmo físico, e tribulações indescritíveis.⁶⁶⁹

Além disso, as pessoas que imigram experimentam a separação do seu contexto de origem e, muitas vezes, também um desenraizamento cultural e religioso. Ocorre assim uma verdadeira fratura; que afeta diretamente as comunidades de origem, que perdem seus membros mais vigorosos e empreendedores, e as famílias, primordialmente quando emigra um ou ambos os progenitores, deixando os filhos no país de origem.⁶⁷⁰ Por conseguinte, também deve ser “reafirmado o direito a não emigrar, isto é, direito de se ter condições para permanecer na própria terra”.⁶⁷¹

É possível que as “imigrações venham a constituir uma pedra angular do futuro do mundo”⁶⁷². Hoje, porém, são afetadas por uma “perda daquele sentido de responsabilidade fraterna, sobre o qual assenta toda a sociedade civil”.⁶⁷³ A Europa, por exemplo, corre sérios riscos de ir por este caminho. Entretanto,

Ajudada pelo seu grande patrimônio cultural e religioso, possui os instrumentos para defender a centralidade da pessoa humana e encontrar o justo equilíbrio entre estes dois deveres: o dever moral de tutelar os direitos dos seus cidadãos e o dever de garantir a assistência e o acolhimento dos imigrantes.⁶⁷⁴

4.3.3.5

Cooperação internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos

É nosso dever respeitar o direito que tem todo o ser humano de encontrar um lugar onde possa não apenas satisfazer as necessidades básicas dele e da sua

⁶⁶⁸ FT 38.

⁶⁶⁹ CV 92.

⁶⁷⁰ CV 93.

⁶⁷¹ BENTO XVI, PP., Mensagem para o 99º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado em 2013 de 12 de outubro de 2012. A esse respeito ver também: STRONA, M., *Il Dio Pellegrino*, p. 16.

⁶⁷² FRANCISCO, Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé de 11 de janeiro de 2016.

⁶⁷³ FRANCISCO, Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé de 13 de janeiro de 2014.

⁶⁷⁴ FT 40.

família, mas também realizar-se plenamente como pessoa. Como ressaltou Papa Francisco, nossos esforços a favor das pessoas imigrantes podem ser resumidos a quatro verbos elementares: acolher, proteger, promover e integrar.⁶⁷⁵ Com efeito, não se trata de impor do alto programas assistenciais, mas de percorrer unidos um caminho através destas quatro ações, para construir cidades e países que, mesmo conservando as respectivas identidades culturais e religiosas, estejam abertos às diferenças e saibam valorizá-las em nome da fraternidade humana.⁶⁷⁶

Quando o próximo é uma pessoa imigrante, sobrevêm desafios complexos para todos os países envolvidos. Embora existam várias ações indispensáveis, por outro lado, os Estados não podem incrementar por conta própria soluções adequadas, porque as consequências das opções de cada um recaem inevitavelmente sobre toda a comunidade internacional.⁶⁷⁷

As respostas só poderão ser fruto de um trabalho comum, gerando uma legislação (*governance*) global para as imigrações.⁶⁷⁸ Em todo o caso, há a necessidade de se estabelecer projetos de médio e longo prazo que ultrapassem a resposta de emergência e ajudem realmente na integração dos imigrantes nos países de acolhimento e, ao mesmo tempo, favoreça o desenvolvimento dos países de origem com políticas solidárias, mas sem condicionar as ajudas à estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam.⁶⁷⁹

Como bem fundamenta o teólogo Johann Baptist Metz, através de sua obra intitulada *Memória passionis*, há a necessidade de elaboração de uma ética global que se baseie na autoridade inquestionável dos que sofrem, não do sofrimento; baseada naqueles que se encontram em uma posição de sofrimento injusto e que,

⁶⁷⁵ O Sumo Pontífice retoma aqui os quatro verbos mencionados pela primeira vez em 2017 em duas ocasiões: no Fórum Internacional sobre Migrações e Paz e na Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado. O faz agora como orientação para uma sociedade mais justa e fraterna diante do desafio de acolhida e inserção de pessoas deslocadas à força. FRANCISCO, PP., Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz de 21 de fevereiro de 2017. FRANCISCO, PP., Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 de 15 de agosto de 2017.

⁶⁷⁶ FT 129.

⁶⁷⁷ FRANCISCO, PP., Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé de 11 de janeiro de 2016.

⁶⁷⁸ FRANCISCO, PP., Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé de 11 de janeiro de 2016.

⁶⁷⁹ FT 132.

portanto, são capazes de unir pessoas das mais diferentes origens religiosas e culturais.⁶⁸⁰

Como salienta Papa Francisco, precisamos fazer crescer a consciência de que hoje, ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém. A pobreza, a degradação, os sofrimentos de um lugar da terra são um silencioso terreno fértil de problemas que, finalmente, afetarão todo o planeta.⁶⁸¹ Assim, precisamos que um ordenamento jurídico, político e económico mundial que incremente e guie a colaboração internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos.⁶⁸²

O universal não deve ser o domínio homogêneo, uniforme e padronizado de uma única forma cultural imperante, que perderá as cores do poliedro e ficará enfadonha. É a tentação manifestada na antiga narração da Torre de Babel: a construção daquela torre que chegasse até ao céu não expressava a unidade entre vários povos capazes de comunicar segundo a própria diversidade; antes pelo contrário, foi uma tentativa, nascida do orgulho e da ambição humana, que visava criar uma unidade diferente da desejada por Deus no seu plano providencial para as nações (Gn11, 1-11).⁶⁸³

Diferentemente disso, os cristãos, corroborados pela certeza da fé, devem demonstrar que pondo em primeiro lugar a dignidade da pessoa humana com todas as suas exigências, os obstáculos criados pela injustiça humana começarão a cair. É necessário a aquisição da consciência de que Deus, que caminhou com os refugiados do Êxodo em busca de uma terra livre de qualquer espécie de escravidão, continua a caminhar com os refugiados de hoje para realizar com eles o Seu desígnio de amor.⁶⁸⁴

Como nos lembra Papa Francisco, inspirado pelo mesmo ícone que inspirou o Papa Pio XII ao redigir a constituição apostólica *Exsul Familia*,⁶⁸⁵ é necessário que recordemos a situação de Jesus. Em sua fuga para o Egito, o menino Jesus

⁶⁸⁰ METZ, J. B., *Memória passionis*, p. 174,175.

⁶⁸¹ FT 137.

⁶⁸² FT 138; CV 67.

⁶⁸³ FT 144.

⁶⁸⁴ CONSELHO PONTIFÍCIO “COR UNUM”, CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Os refugiados: um desafio à Solidariedade*, 1992; EV, n. 13.

⁶⁸⁵ PIO XII, PP., *Constituição Apostólica a Família Exilada sobre o Cuidado do Emigrante Espiritual* d. 1 m. Augusti a. 1952

experimental, juntamente com seus pais, a dramática condição de deslocado e refugiado marcada pelo medo, incertezas e dificuldades (Mt 2, 13-15.19-23).

Infelizmente, nos nossos dias, há milhões de famílias que podem se reconhecer nesta triste realidade. Quase diariamente temos notícias de refugiados que fogem da fome, da guerra e de inúmeros e gravíssimos perigos, em busca de segurança e de uma vida digna para si e para as suas famílias.⁶⁸⁶ Em cada um deles, está presente Jesus, forçado – como no tempo de Herodes – a fugir para Se salvar. Nos seus rostos, somos chamados a reconhecer o rosto de Cristo faminto, sedento, nu, doente, forasteiro e encarcerado que nos interpela (Mt 25,31-46). Se O reconhecermos, seremos nós a agradecer-Lhe por O termos podido encontrar, amar e servir.⁶⁸⁷

⁶⁸⁶ FRANCISCO, PP., Angelus de 29 de dezembro de 2013. Oração à Sagrada Família.

⁶⁸⁷ FRANCISCO, PP., Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.

5 Conclusão

Como expusemos ao longo deste trabalho, o início do terceiro milênio é fortemente marcado por movimentos migratórios que atingem quase todas as regiões da terra. Trata-se, em sua maioria, de deslocamentos forçados, frutos de conflitos regionais e entre fronteiras, guerras, calamidades naturais, perseguições, mudanças climáticas bruscas, violência de toda espécie, pobreza extrema e condições de vida indignas.

É verdade que nas suas diferentes formas, as migrações não representam um fenômeno novo. Muito ao contrário, estão presentes em todas as épocas e permitiram a formação de novos povos, comunidades e novas civilizações. Evidentemente, também é verdade que a experiência de duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria causaram um enorme fluxo de pessoas em deslocamento; entretanto, os fluxos migratórios da atualidade, que inclusive não param de se expandir em volume e em frequência, consistem no maior movimento de pessoas de todos os tempos.

Contemporaneamente, o deslocamento migratório ganhou uma nova configuração. Com populações inteiras marcadas por níveis de pobreza extrema cresce, cada vez mais, o número de pessoas que optam por se deslocar, ainda que tenham de se arriscar na travessia de fronteiras buscando condições de vida minimamente dignas. Atualmente, além desses imigrantes econômicos, existem também imigrantes de outra ordem: pessoas refugiadas, apátridas, vítimas de perseguições políticas e guerras, pessoas deslocadas à força de seu território de origem em função de conflitos, disputas e risco iminente. E há ainda um outro quadro que envolve pessoas deslocadas: as vítimas do tráfico humano. Um outro complexo e enorme desafio.

O fenômeno da mobilidade humana implica hoje um grave sofrimento, onde muitas pessoas são obrigadas a deslocar-se devido a situações de risco e extrema vulnerabilidade, entre catástrofes naturais, precariedade econômica, perseguições, lutas políticas, conflitos de diversas ordens, violações de direitos humanos e eventos que perturbam seriamente a ordem pública. Por incrível que pareça, ainda que o fenômeno do fluxo migratório tenha sido suavizado em função da COVID-

19, ainda assim – embora em uma escala menor – o deslocamento de pessoas por todo o mundo continuou a crescer.

Diante de um problema tão urgente e que tem assolado todo o globo terrestre, faz-se necessário refletir sobre tal tema de maneira profunda; faz-se necessário, ao menos, tentar contribuir de alguma forma diante da problemática dos deslocamentos forçados e atinar para as condições efetivas que produzem a migração forçada e faz com que muitos tenham que abandonar seus lares, família e cultura em busca de segurança e condições dignas de sobrevivência. Por razões óbvias, faz-se necessário uma profunda reflexão e a elaboração de ações pastorais efetivas que venham a responder satisfatoriamente ao desafio dos deslocamentos em massa da contemporaneidade.

Evidentemente, a situação dos refugiados pertence à todas as épocas. Ao longo da história, em diversos períodos, e em diversas regiões do planeta as pessoas buscaram proteção fugindo de situações de conflito e risco. Aos poucos, alguns países passaram a acolher aos requerentes de asilo e foi desenvolvida uma legislação internacional em favor dos refugiados. No entanto, a partir do final do último milênio, em função do alto número de pedidos, a atitude de muito países mudou em relação às requisições de asilo.

Os refugiados passaram a ter a sua entrada dificultada e receber poucos incentivos para tentarem tal projeto. Assim, a atuação de contrabandistas e traficantes se multiplicou através de um alto volume de tentativas de promover a entrada ilegal de muitas pessoas em países economicamente avançados.

Alguns elementos passaram a complexificar ainda mais a situação dos refugiados. Entre eles o fato de o debate relativo aos requerentes de asilo ter se tornado um fórum para finalidades políticas e eleitorais, o fato de alguns países passarem a se incomodar em dividir o espaço e oportunidades de sua comunidade nativa com os estrangeiros requerentes de asilo, o fato de passarem a associá-los ao aumento dos custos sociais daquela sociedade e o preconceito associado à comunidade islâmica. Em função do número crescente de atentados terroristas ser erroneamente associado à comunidade islâmica, e o fato de muito dos requerentes de asilo ser oriundo de tradições e cultura muçulmanas, os refugiados passaram a ser interpretados como um risco para a comunidade local.

Deu-se assim, então, a construção de uma conotação negativa com relação aos estrangeiros pobres que requeriam asilo e a construção de uma perspectiva

xenofóbica e racista. Assim, a comunidade nativa passou a temer e hostilizar aquele que era oriundo de um país longínquo e distante de um ponto de vista cultural, o que gerou a construção de uma postura intolerante em relação aos “diferentes” que chegavam.

Em muitas regiões do globo terrestre passou a se desenvolver, sistematicamente, a exclusão de minorias étnicas, culturais e religiosas. Conflitos civis, políticos e étnicos se presentificaram em grandíssima escala; o que potencializou ainda mais a demanda por refúgio de algumas comunidades, povos e países.

Fazemos parte de uma sociedade, sobretudo, estimuladora dos direitos individuais, o que faz com que, comumente, se estimule uma perspectiva que preconiza os direitos de uma pessoa sob uma ótica individualista e não solidária. O homem pós-moderno é autocentrado e autorreferente. Sua existência é voltada para si, para seu próprio projeto individual, para a realização de seu sonho pessoal. Suas referências, dentre todas as referências existentes, são baseadas em sua escolha individual segundo sua melhor conveniência.

No mundo pautado pelo neoliberalismo econômico, dá-se o “direito sagrado” de comprometer-se somente consigo mesmo. Assistimos, assim, ao desequilíbrio da comunidade, ao enfraquecimento dos vínculos comunitários, ao ritmo acelerado de um funcionamento social que prioriza as diretrizes do mercado em detrimento à pessoa humana, a um processo desagregador que se sobrepõe a uma perspectiva ética, ao desuso de qualquer ideia de abnegação de si mesmo, independentemente das circunstâncias, ao desuso de qualquer sacrifício pessoal em função de uma causa superior coletiva.

Nossa civilização, construída sobre as bases do iluminismo-europeu e a partir dos ideais modernos, é responsável por cenários desoladores que evidenciam o insucesso de um modelo racional e por um desenvolvimento técnico-científico sem um correspondente progresso ético. Foi responsável ainda por duas grandes guerras mundiais, pela dizimação de judeus, pela elaboração e utilização de duas bombas atômicas, pela fome, miséria e desigualdade que ainda imperam em nosso mundo.

Uma questão crucial, portanto, é relativa ao tema “ética”. Atualmente, vivenciamos um processo de falência no que se refere à ética. Se por um lado observamos – ainda que de um ponto de vista, muitas vezes, somente teórico – o

enaltecimento da busca de um mundo mais justo e menos desigual; por outro, é facilmente observável a presença maciça de uma sofisticada edificação e atualização de impedimentos para a construção de uma democracia inclusiva e uma sociedade realmente justa.

Trata-se de uma debilidade moral; o contraste entre o que é professado ou registrado de um ponto de vista teórico e o que é realmente praticado. Debilidade moral e fragilidade ética que se manifestam de um ponto de vista individual e coletivo e que evidenciam o gritante contraste existente entre as declarações e a moral vivida pelas instituições e indivíduos. Tratar-se-ia de um verdadeiro afastamento entre o nível de consciência moral das instituições e suas declarações para o nível das pessoas e da sociedade.

Evidentemente, se os aspectos supracitados relativos ao funcionamento e valores de nossa sociedade afetam em cheio a todos os seus membros, sobretudo os pobres, os mais vulneráveis e marginalizados, obviamente, todos os deslocados à força, oriundos de território estrangeiro, sentirão ainda mais os efeitos nocivos de tal sociedade.

Por tal motivo, é necessário orientar e despertar uma nova consciência a respeito das várias formas de imigração forçada. Conscientizar a sociedade que recebe os refugiados, imigrantes e requerentes de asilo de que estes necessitam de acolhimento para que tenham uma perspectiva mínima de futuro. Se faz necessário o empenho por soluções inovadoras por meio de aprofundamentos e novos estudos, objetivando uma vida digna às pessoas que buscam abrigo.

Todos aqueles que abandonam suas casas buscando sobreviver representam o que o texto bíblico denominou como forasteiros. Para os cristãos, uma atitude solidária e a hospitalidade concedida ao forasteiro que demanda acolhimento e proteção é oferecida ao próprio Jesus Cristo (Mt 25, 35).

Em relação aos forasteiros da pós-modernidade é necessário então a adesão à uma postura solidária, uma mudança de atitude em relação aos imigrantes e refugiados que permita que uma atitude de defesa e de medo, de desinteresse e de marginalização, se transforme em uma atitude de encontro autêntico com o diferente e necessitado. Seria, genuinamente, uma “cultura do encontro”.

Por meio de uma “cultura do encontro”, teremos outro tipo de abertura diante da alteridade. Ao invés das tentações traiçoeiras da separação, da recusa ao diálogo, da alienação mútua, da auto alienação, da insensibilidade, da desatenção,

do desprezo e da indiferença, tratar-se-ia de uma abertura genuína, de interesse, cuidado e acolhimento daquele “diferente” que vem ao encontro de nossa comunidade como necessitado, nu e faminto.

Tratar-se-ia da multiplicação das oportunidades de intercâmbio cultural, documentando e difundindo as boas práticas de integração e desenvolvendo programas que visassem a preparação das comunidades locais na recepção dos “diferentes”, dos imigrantes, objetivando, na prática, um mundo mais solidário, justo e fraterno; transformando atitudes de defesa, medo e desinteresse em atitudes de acolhida e promoção da vida humana.

A alteridade que chega até nós como forasteira apresenta-nos uma maneira de ser e existir diferente da nossa. E é justamente essa diferença que precisa ser valorizada e preservada como um direito fundamental e inalienável. Sem essa preservação teríamos uma pasteurização moldada segundo nossos próprios critérios e referências; teríamos a anulação do outro diferente. Por tal razão, a diferença adequada ao reconhecimento sob a rubrica dos “direitos humanos” precisa ser elaborada e solidificada. Somente em função da combinação de todas essas razões é que o princípio dos “direitos humanos” consegue agir como um processador que estimula a produção e perpetuação da diferença através de esforços para construir uma comunidade em torno dela.

Evidentemente, uma pessoa e um povo só são fecundos se souberem, criativamente, integrar no seu seio a abertura aos outros. A chegada de pessoas “diferentes”, oriundas de outra cosmovisão e outra experiência cultural, precisa ser interpretada como algo distinto e precioso, um dom a ser comungado. As histórias dos imigrantes significam histórias de outros encontros em contextos e perspectivas diferentes da nossa, produtos de uma outra comunhão cultural. Histórias que representam uma oportunidade de enriquecimento e desenvolvimento humano integral para todos: os que chegam e os que os recebem.

A pessoa diferente, sobretudo oriunda de outro território e cultura, ao ser acolhida verdadeiramente, tem a oportunidade fundamental de continuar a ser ela mesma e, por outro lado, concomitantemente, desenvolver aspectos novos em sua vivência com base na experiência recente com a nova comunidade.

É sumamente importante expressar e descobrir as riquezas de cada um, valorizar aspectos que nos unam e entender as diferenças como possibilidades de crescimento no que se refere à coletividade. É mister a manutenção de um diálogo

fluido, livre de preconceitos, marcado por boa vontade através de uma postura paciente e confiante, para que todos, de um ponto de vista individual e coletivo, referente aos estrangeiros e os nativos, possam transmitir os valores da própria cultura e acolher a experiências da alteridade.

As diversas culturas, que foram compostas ao longo de toda história humana, devem ser salvaguardadas para que o mundo não se pasteurize e não se empobreça culturalmente. O encontro entre culturas através de uma vivência concreta permitirá o surgimento de um novo fruto, uma nova e imprevisível composição a partir da comunhão entre povos diferentes. Não se trata, evidentemente, de abandonar aspectos essenciais de seu universo de sentido simbólico adquirido ao longo de sua experiência cultural e afetiva, mas de fazer com que os mesmos possam conviver, coexistir e dialogar com outro universo de sentido simbólico de modo enriquecedor e sem tentar subjugar-lo.

A esse respeito, o autor com o que dialogamos no terceiro capítulo nos ajudou sobremaneira: Emmanuel Lévinas. Cultura, em sua concepção, não significa ultrapassamento, nem neutralização da transcendência, mas, por outro lado, responsabilidade ética na obrigação para com Outrem; relação com a transcendência enquanto transcendência. O filósofo chega, inclusive, a chamá-la “amor”; um amor comandado pelo rosto de um outro homem. Tratar-se-ia de uma cultura ética em que o rosto do outro – o absolutamente outro – desperta em “mim” uma irresistível responsabilidade pelo outro homem e sua dignidade.

Para o filósofo, é correto dizer que “o ser é historicamente”; e solicita os homens e seu devenir cultural para se reunir. A unidade do ser consistiria então no fato de que os homens se compreendem na penetrabilidade das culturas umas com as outras sem declarar como bárbaro aquele que se difere de meu universo simbólico.

Segundo a perspectiva levinasiana, na multiplicidade humana, o outro homem, um entre outros, vem ao meu encontro como um destinatário exclusivo, como um imperativo pacífico, mas irresistível, dirigido precisamente a mim. Eu então, como único eleito, devo responder por sua vida e por sua morte. É nesse sentido, segundo o olhar de Lévinas e segundo o que desenvolvemos nessa pesquisa, que sustentamos a ideia de que precisamos retomar nossa posição de convocados a dar respostas às mazelas do mundo: ao órfão, à viúva, ao estrangeiro, ao forasteiro, ao nu e ao faminto.

Desse modo, o filósofo, por meio de sua concepção de cultura, por meio de seu conceito de “indivíduo único” que integra uma coletividade, por meio de sua concepção de que qualquer ideia de cultura deve ser compreendida sob uma perspectiva cultural ética que contemple a manifestação irrepetível e irresistível do rosto humano, nos ajuda a lançar luz sobre a situação atual dos imigrantes, refugiados e pessoas deslocadas à força, pois nos lembra que cada uma delas deve ser considerada como única em sua subjetividade e única em sua demanda de proteção e abrigo.

Por tal razão, segundo o olhar de Emmanuel Lévinas, nossa civilização é chamada a alimentar os homens e a aliviar seus sofrimentos. As crueldades de nosso tempo nos conduzem, então, a um encontro com um supremo princípio ético: princípio ético que não é possível contestar, ignorar e nem mesmo se esquivar, convenientemente, esperando a intervenção e ação de um Deus todo-poderoso.

Assim, o sofrimento adquire no humano uma relevância especial. O sofrimento se desdobra em cadeias de sofrimento. O sofrimento inútil de outro homem gera em mim um justo sofrimento em função do sofrimento injustificável de outrem. Dessa forma, o sofrimento abre a perspectiva ética do inter-humano.

Pensar o sofrimento numa perspectiva inter-humana não significa somente percebê-lo na coexistência de uma multiplicidade de consciências, pois o inter-humano, propriamente dito, consiste em uma não-indiferença de uns para com outros, responsabilidade de uns para com os outros. A relação inter-humana refere-se a uma hospitalidade infinita e incondicional, a um gesto de acolhimento e boas-vindas à alteridade.

O inter-humano está na providência de uns em socorro dos outros, e não em um simples intercâmbio de comportamentos e costumes. Assim, é na perspectiva inter-humana de nossa responsabilidade pelo outro homem, no apelo a seu socorro gratuito, na assimetria da relação com outrem, sem preocupação alguma com qualquer reciprocidade, que devemos analisar o fenômeno do sofrimento humano.

O fenômeno do sofrimento humano expressa-se, sobretudo, através do rosto. O rosto é a apresentação de quem vem ao meu encontro; é o que chega até mim, silenciosamente, mas expressivamente, através de seu olhar. A visitação do rosto, então, desordena o próprio egoísmo do Eu autocentrado e o retira de seu repouso sobre si mesmo.

O rosto vulnerável e exposto à morte – do órfão, da viúva e da pessoa pobre e do forasteiro – carrega em si mesmo a vocação de nos tirar da ordem de um puro egoísmo. Dá-se assim o encontro entre outrem em súplica, que é uma ordem; outrem como rosto; outrem que me “diz respeito”, inclusive quando não me olha; outrem como próximo, ainda que estranho, e eu; o insubstituível, o eleito, o verdadeiramente único a responder em bondade àquele que vem ao meu encontro.

Para tal resposta, segundo Lévinas, é fundamental que usufruamos de um plano que, ao mesmo tempo, suponha e transcenda a epifania de outrem no rosto. Plano este, em que o eu se estende para além da morte e que não possui uma demanda autocentrada de retorno a si mesmo. Semelhante plano seria o do amor e da fecundidade, onde a subjetividade se coloca a serviço de tais princípios.

Dessa forma, este eu precisa agir, precisa se envolver, precisa sentir o outro eu. O filósofo faz menção à bondade, à caridade, à misericórdia e à responsabilidade para com o outro como possibilidades de sacrifício, onde a humanidade do homem desabrocha fazendo com que outrem seja prioridade antes mesmo de mim mesmo.

Tratar-se-ia do eu interrompendo seu próprio projeto de ser, desviando seus passos e sua atenção voltadas para si mesmo porque viu o sofrimento do rosto; porque ouviu a voz do estrangeiro, da viúva e do órfão. Tratar-se-ia da bondade como direito. Meu direito de exercer a bondade para com o que vem até mim, direito à bondade de outrem que vem ao meu encontro.

Direito este que se revela na obrigação e que incumbe, no entanto, aos próprios homens livres. Obrigação esta, de poupar ao homem os constrangimentos e as humilhações da miséria, da errância, da dor e da tortura, dos fenômenos naturais, dos sofrimentos físicos e psicológicos, e da violência e a crueldade praticada por outros seres humanos.

Evidentemente a Igreja, que possui como vocação o dever e a responsabilidade de levar o Evangelho até os extremos confins da terra, se permite vivenciar esse mesmo “direito” e esse mesmo dever: cuidar e promover a vida humana através da esperança, proteção, acolhimento, dignidade e amor.

Na pessoa de Jesus Cristo, o Reino de Deus se tornou visível e tangível para a humanidade e, através das suas palavras e ações, nós, cristãos, devemos continuar a proclamar a Boa Nova da Salvação, especialmente aos pobres.

Indubitavelmente, os imigrantes caminhantes, os refugiados, os apátridas e todas as pessoas deslocadas à força encontram-se entre eles.

Ao longo da história, a Igreja se demonstrou sensível a essas causas. A partir da Segunda Guerra Mundial encontramos um empenho mais sistemático e estruturado por meio de discursos, diretrizes e constituições pastorais, cartas e constituições apostólicas, cartas encíclicas, comissões sobre migrações, pontifícios conselhos pastorais sobre migrantes e itinerantes, mensagens para o Dia Mundial dos Migrantes e Refugiados e chamando a atenção da comunidade internacional para a situação de vulnerabilidade das pessoas deslocadas à força.

Como sabemos, segundo o princípio básico da visão cristã da sociedade, cada um dos seres humanos são o fundamento, a causa e o fim de todas as instituições sociais e, por tal motivo, cada indivíduo possui um valor inestimável. Assim, os valores de qualquer instituição devem ser baseados em sua capacidade de contribuir para a melhora e dignidade da pessoa humana.

O texto bíblico já nos ensinava a esse respeito. Tanto no Antigo Testamento, bem como no Novo Testamento, encontramos orientações que despertam nossa atenção para a situação dos mais pobres, oprimidos, estrangeiros e marginalizados. Encontramos passagens que indicam a indispensabilidade do estrangeiro ser acolhido (Lv 19,34; Dt 24,17-22) e ser tratado da mesma forma que os judeus (Lv 19,34 e Dt 1,16; 24,17; 27,19), passagens que demonstravam a preocupação especial de Deus para os débeis (Êx 22,21-22; Dt 10,17-19), e que destacavam que era proibido molestá-los (Êx 22,20; Jr 7,6) e abusar dos mesmos (Dt 24,14).

A justiça, considerada como obediência à lei divina, era à base da preocupação em relação àqueles que estavam sujeitos à perseguição, exploração, opressão e discriminação, como os estrangeiros, os pobres, as viúvas e os órfãos. Obviamente, Jesus, que identificou a si mesmo como estrangeiro, também demonstrou preocupação especial para com todos esses em inúmeras passagens dos textos evangélicos.

Em relação à experiência de estrangeiridade temos referências importantíssimas dentro do cristianismo. O centro da própria fé cristã é marcado pela experiência do exílio: Jesus, ao nascer, São José e a própria Virgem Maria, experimentaram os desafios contundentes da dor do exílio.

Ao pensar nos refugiados de hoje devemos lembrar da própria situação de Jesus, pequenino, Maria e José; lembrar que também eles experimentaram o

medo, o risco e a vulnerabilidade de ser caminantes em busca de abrigo e proteção. Talvez, tal lembrança nos oriente a compreender de modo mais humano, solidário e empático a situação dos apátridas, refugiados, migrantes e imigrantes, através de um serviço pastoral efetivo que permita realmente uma experiência de acolhimento, proteção e boas perspectivas de vida.

Segundo a fé cristã, todos nós formamos uma única família, independentemente de nossa origem étnica e cultural; o que faz com que realmente sejamos responsáveis pela situação dos pequeninos e mais vulneráveis; o que faz com que realmente sejamos guardiões uns dos outros; o que faz com que cada refugiado que vem ao nosso encontro nos convoque em função de sua simples presença.

Nós, como partícipes da mesma família humana, possuímos obrigações para com nossos irmãos de outras culturas, etnias e regiões. Estes como imigrantes devem ser compreendidos e tratados realmente como pessoas humanas, terem respeitados seus direitos fundamentais inalienáveis e contar, efetivamente, com nossa solidariedade e o sentimento de pertença comum.

Nossa sociedade, como comunidade humana, possui a obrigação de garantir a todos os seus membros, nativos ou não, o mínimo de condições materiais e bens primários, a satisfação de suas necessidades básicas, seja através de recursos, seja na proteção de seus direitos ou no empoderamento de suas capacidades básicas e a igualdade de oportunidades.

É necessário que a comunidade humana se desenvolva objetivando apresentar soluções inclusivas que levem em conta a situação dos mais desfavorecidos, tais quais as pessoas pobres, tais quais as pessoas deslocadas à força que buscam abrigo e proteção em outro país ou região. Para tal, parece indispensável a geração de uma nova perspectiva, uma nova cultura que venha a compreender o encontro com o outro diferente de maneira rica, frutífera e, sobretudo, não rivalizada; uma nova ótica diante da alteridade, uma nova maneira de olhar o humano e suas demandas fundamentais.

Sabemos que nossa sociedade possui um funcionamento globalizado que tem como fundamento uma dinâmica que fomenta a desigualdade e promove injustiças. Precisamos então de mecanismos jurídicos, pautados pela maioria dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais vigentes na atualidade, que permitam a elaboração de uma outra forma de globalização, um projeto de mundo

solidário que, objetivamente, leve em consideração o princípio da dignidade humana.

Atualmente, não prestamos mais atenção ao mundo em que vivemos e pouco nos afetamos com a dor alheia. Aos poucos – embora, ultimamente, seja um movimento que tem se expandido rapidamente – deixamos de proteger o que Deus criou para todos, tornando-nos incapazes de apresentar uma postura solidária diante das mazelas humanas. Parece fundamental resgatarmos nosso senso de responsabilidade para com a coletividade e combatermos a indiferença; combatermos a cultura do conforto que nos mantém em uma postura egoísta e autocentrada e passarmos a estar atentos às demandas de nossos irmãos e irmãs mais frágeis.

Temos corrido o risco de praticar um sólido isolamento e um imponente fechamento em nós mesmos e nos nossos próprios interesses individuais, impedindo assim qualquer movimento na direção de uma renovação comunitária. Diante do estrangeiro, do diferente, do refugiado, daquele que possui uma experiência diferente da “minha”, é indispensável uma perspectiva cultural que valorize o encontro com o outro diferente sem tentar diminuí-lo ou subjugá-lo. Para isso, é necessária a construção de uma humanidade mais solidária, fraterna e inclusiva onde os diferentes não precisam ser alijados mas, opostamente a isso, valorizados em sua diferença.

De um ponto de vista humanitário, sabemos que a qualidade humana de uma sociedade deve ser medida pela qualidade de vida de seus membros mais frágeis e vulneráveis. De igual forma, também sabemos que a moralidade de uma sociedade se manifesta através da responsabilidade dos indivíduos em relação às demandas da coletividade da qual faz parte; o que dá a medida de determinado padrão ético de uma sociedade.

Atualmente, no entanto, estamos assistindo a um processo de debilidade moral, um nítido movimento de enfraquecimento e erosão de valores de base moral e ética. Estamos assistindo a um franco empobrecimento a respeito de questões relativas ao bem estar coletivo da comunidade; o que parece indicar que a sociedade contemporânea necessita de um reequilíbrio de um ponto de vista ético e comunitário.

Talvez estejamos realmente precisando da inauguração de um novo modo de pensar e agir, um outro modo de se posicionar diante do outro, um outro modo de

interagir com aquele que chega ao meu lado, um outro modo de se relacionar, um outro modo de conceber a visita do outro que vem ao meu encontro com suas demandas de cuidado; um modo de ser que mais se incline à integração do que à separação, um modo mais tendencioso ao amor e ao acolhimento do que a rivalidade e a disputa, um modo de ser que permita a coabitação pacífica e voluntariosa, uma coexistência frutífera e promissora.

Tratar-se-ia de um sonho de um ponto de vista comunitário. O projeto de uma sociedade equilibrada, possuidora de uma ética dialogada e com senso de responsabilidade apurada. Uma sociedade que buscaria a justa medida entre eficácia e equidade, lucros e remuneração dos assalariados, respeito ao indivíduo humano e ao bem estar da coletividade, demandas individuais e comunitárias contempladas através de uma ética inteligente e meticulosa, promotora de uma justiça social verdadeiramente inclusiva e solidária.

É verdade que, de um ponto de vista histórico, a civilização passou por grandes progressos que se desenvolveram no sentido de estabelecer parâmetros mais dignos e humanos. Século após século, década após década, houve evolução no que se refere à tentativas de estabelecimento de padrões mais aceitáveis e justos que permitissem a dignidade da pessoa humana no âmbito social e familiar, bem como relativos à relações de trabalho e sustento.

Aos poucos se desenvolveu o que poderíamos chamar de consciência moral. Talvez o exemplo histórico mais representativo seja a *Declaração dos Direitos Humanos de 1948* (ONU). Entretanto, o desenvolvimento de tal maturidade moral não se desdobrou de modo contínuo e linear, e não abrangeu todo o globo terrestre de modo igualitário.

Estamos, atualmente, vivenciando um claro declínio em relação a esses valores que primavam pela promoção da vida humana; o que afeta, obviamente, aos mais pobres e desfavorecidos, sejam eles imigrantes ou não. Tanto as pessoas pobres, bem como as pessoas deslocadas à força e os refugiados necessitam, urgentemente, do reestabelecimento de valores que visem o respeito à dignidade humana. Por tal motivo se faz indispensável a construção de instituições e organizações ligadas à economia que caminhem no sentido de promoverem igualdade e justiça a todos.

Faz-se necessário garantir uma proteção adequada a quantos fogem da violência e da desordem social, salvaguardando seus direitos inalienáveis que não

podem ser violados nem ignorados. Obviamente, é mister que os mesmos tenham todos os seus direitos assegurados: liberdade de movimento e direito ao trabalho, serem reconhecidos como pessoas dentro da lei, direito à proteção da mesma lei, liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

No que se refere à problemática do fluxo migratório contemporâneo, não parece haver outra solução a não ser um planejamento e ação coletiva de cooperação internacional. Parece essencial um ordenamento jurídico, político e económico mundial que fundamente e oriente a colaboração internacional para o desenvolvimento solidário de todos os povos e a elaboração de uma legislação global no que tange à problemática das migrações.

Em função de tamanha complexidade, somente através de um diálogo entre todos os países envolvidos, referenciado por normas jurídicas e pelos órgãos internacionais de que as nações possuem, poderá ser desenvolvida uma proposta que apresente um encaminhamento satisfatório. É essencial que sejam garantidos aos refugiados todos os direitos dos quais todos os cidadãos do mundo são titulares, segundo parâmetros éticos consagrados pelo Direito Internacional.

As obrigações a respeito dos direitos e deveres que derivam dos instrumentos legais internacionais devem contribuir, efetivamente, para a promoção da dignidade das pessoas itinerantes e de todos aqueles que buscam asilo e proteção, refugiando-se em um território diferente de sua origem. Deve existir processo específico e apropriado mediante julgamento justo e direito básicos necessários para que possuam dignidade e liberdade e consigam construir uma nova vida em uma outra sociedade.

É dever de a comunidade humana respeitar o direito que tem todo o ser humano de encontrar um lugar onde possa satisfazer as necessidades básicas dele, de sua família, e possa se realizar plenamente como pessoa. Para tal, em nome da fraternidade e da dignidade da família humana, é indispensável a disponibilidade de cidades e países que, mesmo conservando as respectivas identidades culturais e religiosas, estejam abertos às diferenças e saibam valorizá-las efetivamente.

Diante de tal desafio, os Estados não podem implementar por conta própria soluções não conjugadas entre si porque as consequências das opções de cada um recairiam, inevitavelmente, sobre toda a comunidade internacional. As respostas, assim, só poderão ser oriundas de um trabalho comum, gerando uma legislação global para as imigrações. Além do mais, existe a demanda de se estabelecer

projetos de médio e longo prazo que ultrapassem uma perspectiva emergencial e realmente auxiliem na integração dos imigrantes nos países que recebem os requerentes de asilo. Ao mesmo tempo, é necessário favorecer o desenvolvimento dos países dos refugiados através de políticas solidárias, embora sem condicionar tal ajuda a estratégias e práticas que sejam contrárias às suas respectivas culturas.

Objetivando evitar crises dessa ordem, também devem ser criados mecanismos de alerta rápido que ofereçam respostas políticas adequadas para abordar possíveis primeiros sintomas ainda em seu início, enquanto ainda for possível serem manejados e administrados com poucas consequências para sua população.

Em relação ao término de um conflito, de igual forma, é necessária uma condução próxima e de ação conjunta entre os países. É preciso tomar providências visando um futuro pacífico, de tal modo que determinado território ou região não reincida em conflito e disputas. Tratar-se-ia de uma ação cuidadosa e zelosa buscando a reabilitação, a reconstrução e a recuperação econômica do Estado, além das providências necessárias relativas à saúde, educação e a manutenção da paz.

Em situações de pós-conflito, são necessários esforços da Comunidade Internacional através de compromissos de financiamento adequados a longo prazo visando dar oportunidade para que os imigrantes e migrantes retornem à sua região de origem com dignidade e segurança. Somente se balizada por princípios humanitários elementares, a Comunidade Internacional estará pronta para se comprometer com um planejamento e soluções satisfatórias.

Deve haver também a planificação a longo prazo de políticas capazes de promover a solidariedade e que levem em consideração, objetivamente, os problemas concretos e imediatos dos imigrantes e refugiados ao retornarem à sua terra natal.

O Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, demonstrou extrema sensibilidade e preocupação para com a questão dos refugiados e pessoas deslocadas à força, alertando para a quão delicada e perigosa era a situação das pessoas que compunham o fluxo migratório contemporâneo. O fez de maneira positivamente complexa: alertou para o contexto de origem dos refugiados, a situação de risco e insalubridade das tentativas de travessia, chamou a atenção da Comunidade Internacional e cobram empenho e engajamento de todas as nações

envolvidas: aos países de origem dos imigrantes, aos países que faziam parte da travessia para alcançarem seu destino final bem como aos países que receberam os imigrantes refugiados.

Em relação à problemática dos refugiados e pessoas deslocadas à força, o Sumo Pontífice se posicionou ainda abordando muitos temas de importância fundamental em diversos momentos, em inúmeros pronunciamentos e em dezenas de publicações e documentos. Abaixo exporemos alguns de tais temas salientados por Francisco.

Em muitos de seus pronunciamentos ressaltou que estamos passando por um período de graves crises de um ponto de vista político, ideológico e de valores; o que agudiza sobremaneira a condição dos mais frágeis, pobres e vulneráveis. Por tal razão, precisamos prestar mais atenção às situações de desigualdade, injustiça e pobreza crescentes, tanto aquelas que ocorrem próximas a nós, bem como aquelas relativas a lugares longínquos.

Destacou que a comunidade humana tem se empobrecido em relação a uma perspectiva gregária, comunitária e de partilha, o que a torna demasiado frágil no que se refere às demandas sociais e coletivas. Precisamos ainda desenvolver uma verdadeira cooperação mútua e solidária, desenvolver uma nova e necessária capacidade de compreender as necessidades de nossos irmãos e irmãs em dificuldade e de substituir nossa perspectiva de autoproteção e isolamento por uma perspectiva inclusiva e fraterna.

Assim, a felicidade da humanidade partilhada parece perder espaço diante do interesse e obsessão pelo próprio bem-estar. É mister que superemos as diferenças existentes entre a perspectiva individualista e os interesses da comunidade humana para que tenhamos consciência de que somos todos guardiões e responsáveis uns pelos outros.

Sem tal consciência jamais nos posicionaremos, responsavelmente, como membros de uma única família humana. Tal família, evidentemente, implica em abertura voluntariosa às necessidades do próximo, bem como a relação com o estrangeiro, o refugiado e os caminantes em busca de abrigo e segurança.

Todos esses, representantes de uma identidade e cultura diferente da nossa, precisam ser abrigados e acolhidos em suas demandas e assegurar sua dignidade de pessoa humana. Papa Francisco nos convida a cultivarmos uma cultura do encontro, onde consigamos apreciar a riqueza e a beleza das sementes de vida em

comum e cultivá-las em conjunto, sem cometermos o equívoco de tentar estabelecer algo de supostamente universal e tentar impor como um domínio homogêneo, uniforme e padronizado de uma única forma cultural predominante.

Para o Sumo Pontífice, tanto as pessoas de bem, assim como os cristãos orientados pela certeza da fé devem se empenhar na construção sólida de uma sociedade que prime pela promoção da dignidade da pessoa humana visando o combate pela justiça e contra a desigualdade. No que tange às pessoas deslocadas à força, é necessária a consciência de que Deus, que esteve ao lado dos caminantes do Êxodo em busca de uma terra livre da escravidão, continua, amorosamente, a caminhar com os refugiados da atualidade.

Evidentemente, também esteve ao lado de seu Filho Jesus Cristo como pessoa deslocada à força. Conduzido por seus pais, o menino Jesus, em sua fuga para o Egito, experimentou o drama e a vulnerabilidade de uma longa travessia perigosa e repleta de incertezas.

Desafortunadamente, estamos em tempos no qual tem crescido assustadoramente o número de famílias que se encontram nesta triste situação. Diariamente – tal qual a guerra atual entre Ucrânia e Rússia – temos novos e imensos grupos de refugiados que fogem da fome, conflitos bélicos e insegurança generalizada em seus países ou regiões, em busca de um território seguro e proteção para suas famílias. Obviamente, estamos todos convocados a reconhecer em seus rostos o rosto de Jesus Cristo frágil.

O Papa Francisco nos convida a vivermos uma fraternidade aberta através de uma experiência de amor que transcenda as limitações regionais e geográficas e permita o reconhecimento de qualquer indivíduo humano como portador de uma dignidade inalienável. Devemos atuar, assim, como instrumentos da misericórdia divina, guardando e protegendo a criação através da promoção da justiça e da paz. Por meio de Cristo devemos cuidar de todas e todos aqueles que são vítimas de conflito e que tentam se refugiar buscando abrigo e segurança. Por meio de Jesus Ressuscitado devemos levar conforto a quem é vítima de tais circunstâncias e nos tornarmos, definitivamente, guardiões e responsáveis pela criação.

Conclusivamente, merece especial destaque a maneira com que Francisco nos orientou a respeito da crise migratória da atualidade. Didaticamente, elaborou alguns pares de verbos que devem nos orientar numa tentativa de inclusão, acolhimento e proteção de todas as pessoas deslocadas à força. Ele o fez através

de algumas diretrizes que continuam a desempenhar enorme importância no que se refere à situação dos refugiados. As rememoraremos abaixo.

A princípio, o Sumo Pontífice elaborou quatro verbos que devem balizar nossa atuação a respeito da fragilidade e vulnerabilidade dos caminhantes que buscam um território seguro que possa abrigá-los. Os verbos *acolher*, *proteger*, *promover* e *integrar* parecem realçar algumas importantes passagens evangélicas no que se refere ao amor ao próximo e a uma postura ativa e solidária diante daquele que carece de cuidado.

Indubitavelmente, tal qual nos sugere o Evangelho de Mateus (25, 35-40), devemos *acolher*, *proteger*, *promover* e *integrar* todos aqueles que têm fome e sede, que são estrangeiros e sem lar; todos aqueles que estão nus e adoecidos; todos aqueles que, de alguma forma, estão ou se sentem presos, todos estes pequeninos que nos permitirão um encontro com o próprio Cristo.

Devemos amar ao Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, com todas as nossas forças e entendimento e, ao mesmo tempo, amar o nosso próximo como a nós mesmos (Lc 10, 25-37) a ponto de podermos – como sugerido por Francisco em outros seis pares de verbos – *conhecer* para *compreender* nossos irmãos estrangeiros; *aproximar-se* para, de fato, *servir* concretamente; permitir a *reconciliação* por meio de uma *escuta* atenta e voluntariosa; *crescermos* juntos como comunidade humana e filhos do mesmo Deus através de uma experiência de *partilha*; *promover* e *coenvolver* aquele que vem ao nosso encontro de origem estrangeira e *colaborar* com a criação divina, efetivamente, para podermos *construir* juntos e atuemos uns pelos outros.

Precisamos colocar em prática a vivência do bom samaritano e nos permitirmos ser movidos pela compaixão por nosso irmão fragilizado e impotente. Permitimos-nos cuidar de suas feridas, seus medos e buscarmos abrigo e amparo visando protegê-lo. Nós, como Igreja, como sinal e instrumento de comunhão com Deus e objetivando a unidade entre as criaturas divinas, devemos nos sentir convocados na evolução da sociedade humana e proclamar o Evangelho de amor e paz a todos.

Como verificamos nas páginas bíblicas, o caminhar de um povo é uma aventura coletiva. Seja a de um povo que rompe com a exploração e a morte sob a iniciativa do Deus que liberta, atravessa o deserto e chega à terra prometida, seja a de um povo que trilha um caminho messiânico. Tais paradigmas bíblicos inspiram

a experiência e a reflexão cristãs sobre a temática em questão e nos fazem ver que o itinerário, além de ser comunitário, é também global. A espiritualidade não diz respeito unicamente a uma parcela da existência cristã, mas é um estilo de vida que marca nossa maneira de aceitar o dom da filiação, que é o fundamento da fraternidade para a qual somos convocados pelo Pai.

Sabemos que o seguimento a Jesus implica em um compromisso libertador que deve ser marcado, sobretudo, pelo dom da fé, da esperança e da caridade que nos fazem discípulos do Senhor.

Assim, como salienta o Papa Francisco, somente através da cooperação e colaboração efetiva, bem planejada e continuada, teremos condições mínimas de dar uma resposta satisfatória, tanto em relação à problemática migratória como em relação à imensa desigualdade e injustiça ainda presentes no mundo de modo tão alarmante e crescente. Reintegra o Pontífice a lembrança de que a construção do Reino de Deus é um compromisso comum a todos os cristãos. Dessa forma, para salvaguardar a comunidade humana e reencaminhá-la na direção do plano original de Deus, devemos nos empenhar fortemente visando garantir a cooperação internacional, a solidariedade global e o compromisso local através de um encontro solidário e frutífero diante do rosto do outro que vem ao nosso encontro.

Talvez uma oração composta por Papa Francisco, presente na Encíclica *Laudato Si'*, expresse de modo condensado nosso desafio de cuidado e acolhimento diante de nossos irmãos e irmãs e nossa responsabilidade e necessidade de proteção e preservação diante de toda a criação. A seguir:

*Oração pela nossa terra*⁶⁸⁸

Deus Omnipotente,
que estais presente em todo o universo
e na mais pequenina das vossas criaturas,
Vós que envolveis com a vossa ternura
tudo o que existe,
derramai em nós a força do vosso amor
para cuidarmos da vida e da beleza.
Inundai-nos de paz,
para que vivamos como irmãos e irmãs

⁶⁸⁸ LS 246.

sem prejudicar ninguém.
Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar
os abandonados e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos.
Curai a nossa vida,
para que protejamos o mundo
e não o depredemos,
para que semeemos beleza
e não poluição nem destruição.
Tocai os corações
daqueles que buscam apenas benefícios
à custa dos pobres e da terra.
Ensinai-nos a descobrir o valor de cada coisa,
a contemplar com encanto,
a reconhecer que estamos profundamente unidos
com todas as criaturas
no nosso caminho para a vossa luz infinita.
Obrigado porque estais conosco todos os dias.
Sustentai-nos, por favor, na nossa luta
pela justiça, o amor e a paz.

6

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E.; NETO, L. (Orgs.). **Teologia para quê?** Rio de Janeiro: Mauad X; Instituto Mysterium, 2007.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). **Direcciones estratégicas del ACNUR 2017-2021, 16 Enero 2017.** Disponível em: <<https://www.refworld.org/es/docid/58f4e56d4.html>>. Acesso em: 3 set. de 2021.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). **História do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.** Disponível em: <<https://www.unhcr.org/history-of-unhcr.html>>. Acesso em: 12 jul. de 2021.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). **Relatório Global do ACNUR 2020 - Relatórios principais do ACNUR.** Disponível em: <<https://www.unhcr.org/flagship-reports/globalreport/>>. Acesso em: 5 dez. de 2021.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). **Tendências Globais 2020 - Relatórios emblemáticos do ACNUR.** Disponível em: <<https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/>>. Acesso em: 16 jan. de 2022.

ALVES, R. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção internacional sobre os direitos civis e políticos** de 16 de dezembro de 1966.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados** de 28 de julho de 1951.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção da Organização das Nações Unidas contra a tortura e outras penas ou tratamentos, desumanos ou degradantes** de 10 de dezembro de 1984.

ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão**: ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus, 1994.

ASSMANN, H. Por uma teologia humanamente saudável: fragmentos de memória pessoal. In: SUSIN, L. C. **O mar se abriu**: trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo: Loyola, 2000.

AZEVEDO, M. **Modernidade e cristianismo**: o desafio à enculturação. São Paulo: Loyola, 1981.

BACCARINI, E. Emmanuel Lévinas: dizer Deus “outramente”. In: GIBELLINI, R.; PENZO, G. **Deus na filosofia do século XX**. São Paulo: Loyola. 2001.

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z.; MAURO, E. **Babel**: Entre a incerteza e a esperança. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2016, p. 18.

BENTO XVI, PP. **Angelus sobre a Solenidade do Corpo e Sangue de Cristo de 18 de junho de 2006**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/angelus/2006/documents/hf_ben-xvi_ang_20060618.html. Acesso em: 20 jun. 2020.

BENTO XVI, PP. **Audiência geral de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070620.html>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BENTO XVI, PP. **Carta à Chanceler da República Federal da Alemanha Dra. Angela Merkel acerca do Encontro do G8**. Disponível em:

BENTO XVI, PP. **Carta Encíclica Caritas in veritate sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade**. Disponível em:

BENTO XVI, PP. **Carta Encíclica Deus Caritas Est sobre o amor cristão**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html. Acesso em: 26 de out. 2020.

BENTO XVI, PP. **Mensagem do Papa Bento XVI para o 92º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado – “Migrações: sinal dos tempos”**. Disponível em:

BENTO XVI, PP. **Mensagem para o 93º Dia do Migrante e do Refugiado 2007** (18 de outubro de 2006) | Bento XVI (vatican.va). Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/messages/migration/documents/hf_ben-xvi_mes_20061018_world-migrants-day.html. Acesso em outubro de 2021.

BENTO XVI, PP. **Mensagem para o 99º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2013) - “Migrações: peregrinação de fé e de esperança”**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/migration/documents/hf_ben-xvi_mes_20121012_world-migrants-day.html. Acesso em: 23 de abr. 2020.

BERGER, P. **O dossel sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BÍBLIA de Jerusalém. 2ª impressão. São Paulo: Paulus, 2003.

BINGEMER, M. C. L. **A argila e o espírito**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BINGEMER, M. C. L. **O mistério e o mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

BINGEMER, M. C. L. **Teologia latino-americana: raízes e ramos**. Petrópolis: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2017.

BINGEMER, M. C. L. **Um rosto para Deus?** São Paulo: Paulus, 2005.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- BOFF, L. **A voz do arco-íris**. Brasília: Letraviva, 2000a.
- BOFF, L. **Crise: oportunidade de crescimento**. Campinas: Verus, 2002a.
- BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOFF, L. **Ética da vida**. Brasília: Letraviva, 2000b.
- BOFF, L. **Experimentar Deus: a transparência de todas as coisas**. Campinas: Verus, 2002b.
- BOFF, L.; FREI BETTO. **Mística e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BORAN, J. **Os desafios pastorais de uma nova era**. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BUCKS, R. **A Bíblia e a ética: a relação entre a filosofia e a Sagrada Escritura na obra de Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Loyola, 1997.
- CAMPOS, A. **Entenda a crise migratória na Europa**. Último Segundo. Disponível em: <iG@<https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-08-29/entenda-a-crise-migratoria-na-europa.html>>. Acesso em: 20 mai. de 2020.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CARITAS MIGRANTES. **Immigrazione**. Dossier Statistico, 2005. XV Rapporto. Roma, 2005. Carta a Diogneto. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta (Preâmbulo)**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/carta>. Acesso em: junho de 2020. <<http://nacoesunidas.org/carta>>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.
- CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas: Loyola, 1993.
- CHALIER, C. **Lévinas: a utopia do humano**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

CHARDIN, P. **O fenómeno humano**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1970.

COMPARATO, F. K. **Ética: direito moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONCILIO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual**. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção europeia para a proteção dos direitos humanos**, de 4 de novembro de 1950.

CONSELHO PONTIFÍCIO “COR UNUM”; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. **Os refugiados: um desafio à Solidariedade**. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/corunum/corunum_po/publicazioni_po/rc_pc_corunum_doc_25061992_refugees_po.html>. Acesso em: 23 mar. de 2021.

CORRÊA, R. O. H. De lugar nenhum: a crise migratória e o papel do Estado no Mundo Globalizado. In: MARTINS, V; MELLO, C. M.; TIBURCIO, C. **Direito e Globalização: Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. v.2.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre**. Un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.

COSTA, M. L. **Lévinas: uma introdução**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COTESTA, V. **Lo straniero**. Pluralismo culturale e immagini dell Altro nella societ globale. 3 ed., San Donato Milanese (MI): Laterza, 2005.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DERRIDA, J. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ESTADO DE MINAS INTERNACIONAL. **A migração na Europa em números**. AFP. Seção Internacional. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/05/20/interna_internacio>

nal,1055100/a-migracao-na-europa-em-numeros.shtml>. Datado de 20/05/2019 09:19. Acesso em: 16 maio de 2020.

ESTRADA, J. A. **Imagens de Deus**: a filosofia ante a linguagem religiosa. São Paulo: Paulinas, 2007.

EXPRESSO – EXPRESSO.PT. **Papa Francisco: Não basta gerir a crise migratória como um problema numérico**. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/dossies/diario/2017-04-07-Papa-Francisco-Nao-basta-gerir-a-crise-migratoria-como-um-problema-numerico#gs.LMlr8Jg>>. Acesso em: 23 jul. de 2018.

FABRI, M. Lévinas e a busca do autêntico. **Veritas**, v. 45, n. 2, p. 185-194, jun. 2000b.

FILORAMO, G. **Civitas peregrina**. Radici cristiane dell'idea di straniero (a cura di Gabriella Caramore). Brescia: Morcelliana, 1999.

FOLHA – UOL. **Nos 25 anos da reunificação alemã, Merkel pede solução para refugiados**. Folha de S. Paulo, Seção Mundo, 03.10.15, Portal UOL. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/10/1689907-nos-25-anos-da-reunificacao-alema-merkel-pede-solucao-para-refugiados.shtml>>. Acesso em: 30 mai. de 2020.

FRANCISCO, PP. **Angelus de 29 de dezembro de 2013. Oração à Sagrada Família**. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2013/documents/papafrancesco_angelus_20131229.html>. Acesso em: 18 mai. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Aos participantes no Fórum internacional sobre Migrações e Paz**. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papa-francesco_20170221_forum-migrazioni-pace.html>. Acesso em 9 abr. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a fraternidade e amizade social**. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa->

francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html#_ftn1,138>. Acesso em: 27 out. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum.** Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 15 dez. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Carta *Humana Communitas* ao Presidente da Academia Pontifícia para a Vida por ocasião do XXV aniversário da sua instituição.**

Disponível em: <

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190106_lettera-accademia-vita.html>. Acesso em: 2 de agos. 2020.

FRANCISCO, PP. **Celebração da Santa Missa para os participantes do Encontro “*Livres do Medo*”.** Disponível em:

<http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2019/documents/papa-francesco_20190215_omelia-sacrofano.html>. Acesso em: 28 abr. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé para as felicitações de ano novo.** Disponível em: <

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/january/documents/20230109-corpo-diplomatico.html>>. Acesso em: 13 de set. 2020.

FRANCISCO, PP. **Discurso ao mundo acadêmico e cultural em Cagliari, Itália.** Disponível em: <

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130922_cultura-cagliari.html>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FRANCISCO, PP. **Discurso aos participantes do Fórum Internacional sobre Migrações e Paz,** Terça-feira, 21 de fevereiro de 2017. Disponível em:

<http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papa-francesco_20170221_forum-migrazioni-pace.html>. Acesso em: 19 out. de 2020.

FRANCISCO, PP. **Discurso no Encontro com as autoridades e o corpo diplomático da Sarajevo-Bósnia-Herzegovina 6 de junho de 2015.** Disponível

em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/june/documents/papa-francesco_20150606_sarajevo-autorita.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FRANCISCO, PP. **Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum. Viagem Apostólica do Papa Francisco aos Emirados Árabes Unidos em Abu Dhabi 4 de fevereiro de 2019.** Disponível em: <

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RANCISCO, PP. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Christus Vivit* aos jovens e a todo povo de Deus.** Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FRANCISCO, PP. **Homilia durante o Momento extraordinário de oração em tempos de epidemia de 27 de março de 2020.** Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2020/documents/papa-francesco_20200327_omelia-epidemia.html>. Acesso em: 2 abr. 2021.

FRANCISCO, PP. **Mensagem para o 100º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2014.** Disponível em:
 <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20130805_world-migrants-day.html>Francisco.> Acesso em: 28 jul. de 2020.

FRANCISCO, PP. **Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2018.** Disponível em:
 <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20170815_world-migrants-day-2018.html>. Acesso em: 20 jul. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Mensagem para o 105º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado em 2019.** Disponível em: <
<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa->

francesco_20190527_world-migrants-day-2019.html>. Acesso em: 30 jun. de 2021.

FRANCISCO, PP. **Mensagem para o 106º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2020.** Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20200513_world-migrants-day-2020.html>. Acesso em: 22 mar. de 2022.

FRANCISCO, PP. **Mensagem Pascal e Bênção Urbi et Orbi, do Santo Padre Francisco, Páscoa, Domingo, 31 de março de 2013, “Urbi et Orbi” - Páscoa 2013** Francisco (vatican.va). Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/urbi/documents/papafrancesco_20130331_urbi-et-orbi-pasqua.html>. Acesso em: 26 novembro de 2018.

FRANCISCO, PP. **Vídeo-mensagem ao Encontro Internacional TED 2017** em Vancouver (26 de abril de 2017): *L’Osservatore Romano* (ed. semanal portuguesa de 04/V/2017), 16.

FRANCISCO, PP. **Visita à Lampedusa - Santa Missa no Campo Esportivo “Arena”, 8 de julho de 2013** Francisco (vatican.va). Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html>. Acesso em: 23 mai. de 2020.

FRANCISCO, PP. **Homilia durante a Santa Missa** (Skopje – Macedónia do Norte 7 de maio de 2019): *L’Osservatore Romano* (ed. semanal portuguesa de 14/V/2019).

FRIEDMAN, J. **Cultural Identity and Global Process.** SAGE Publications Ltd, 1994.

G1 - GLOBO.COM. **Alemanha celebra 25 anos da reunificação e Merkel cita refugiados.** G1.GLOBO.COM. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/alemanha-celebra-25-anos-da-reunificacao-e-merkel-cita-refugiados.html>>. 03/10/2015 21h11>. Acesso em: 25 mai. de 2020.

GABINETE DE ESTATÍSTICAS DA UNIÃO EUROPEIA (Eurostat). **Immigration law enforcement in the EU – figures for 2020 - Produit Actualité** Eurostat - Eurostat (europa.eu). Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/ddn-20210714-1>>.

Acesso em: 25 abr. de 2020.

GIBELLINI, R. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

GUTIÉRREZ, G. **Beber no próprio poço**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HÉRVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o Convertido**: a religião em movimento. Lisboa: Editora Gradita, 2005.

HIGGINS, A. New York Times. **Líderes europeus buscam novamente uma resposta unificada à crise dos imigrantes**. Disponível em:

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HUTCHENS, B. C. **Compreender Lévinas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

INSTITUTO HUMANITAS HUNISINOS. **Papa: Enfrentar atual crise migratória implica acolher, proteger, promover e integrar**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570915-papa-enfrentar-atual-crise-migratoria-implica-acolher-protger-promover-e-integrar>>. Acesso em: 12 jun. de 2018.

INTERVENÇÃO DA SANTA SÉ. **Reunião ministerial dos Estados que fazem parte da Convenção de 1951, sobre a situação dos Refugiados** de 12 de dezembro de 2001: OR, 16 de dezembro de 2021, 2.

JOÃO PAULO II, PP. **Angelus de 15 de junho de 2003**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/angelus/2003/documents/hf_jp-ii_ang_20030615.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Assembleia da Comissão Católica Internacional para as Migrações de 2001**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2001/november/documents/hf_jp-ii_spe_20011112_icmc.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

JOÃO PAULO II, PP. **Carta Apostólica Novo millennio ineunte de 6 de janeiro de 2001**. Disponível: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2001/documents/hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte.html>. Acesso em: 13 de out. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Constituição Apostólica Pastor bônus sobre a Cúria Romana de 28 de junho de 1988.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Discurso aos Membros do Governo da Tailândia e ao Corpo Diplomático de Bangkok em 11 de maio de 1984.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1984/may/documents/hf_jp-ii_spe_19840511_governo-tailandia.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Discurso aos participantes na Assembleia do Conselho da Comissão Internacional Católica para as Migrações 2001 de 12 de novembro de 2001.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2001/november/documents/hf_jp-ii_spe_20011112_icmc.html>. Acesso em: 14 mar. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Discurso aos participantes no III Congresso Mundial sobre a Pastoral dos Migrantes e dos Refugiados na Cidade do Vaticano em 9 de outubro de 1998.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1998/october/documents/hf_jp-ii_spe_19981009_migranti.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Discurso durante a visita ao Campo de Refugiados de Morong nas Filipinas em 21 de fevereiro de 1981.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/february/documents/hf_jp-ii_spe_19810221_filippine-morong-profughi.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Discurso na cerimônia de entrega do prêmio internacional da paz “João XXIII” ao “Catholic Office for Emergency Relief and Refugees” (COERR) – Departamento católico para a ajuda de emergência e os refugiados, 3 de junho de 1986, n. 8, 9: OR, 4 de junho de 1986.**

JOÃO PAULO II, PP. **Exortação Apostólica Ecclesia in Africa sobre a Igreja em África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000 de 14 de setembro de 1995, n. 119.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19950914_ecclesia-in-africa.html>.

ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_14091995_ecclesia-in-africa.html>. Acesso em: 16 ago. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Exortação Apostólica *Ecclesia in America* sobre o encontro com Jesus Cristo vivo caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América em 22 de janeiro de 1999, n. 52.** Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

JOÃO PAULO II, PP. **Exortação Apostólica *Ecclesia in Europa* sobre Jesus Cristo, vivo na Igreja, fonte de esperança para a Europa em 28 de junho de 2003, n. 100.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20030628_ecclesia-in-europa.html>. Acesso em: 3 mar. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Mensagem para o Dia Mundial das Migrações em 25 de julho de 1995, Dia Mundial do Migrante de 1996, “Migrantes irregulares”.** Disponível em: <http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/migration/documents/hf_jp-ii_mes_25071995_undocumented_migrants.html>. Acesso em: 14 nov. de 2019.

JOÃO PAULO II, PP. **Mensagem para o Dia Mundial dos Migrantes e Refugiados 1992, n. 6.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/messages/migration/documents/hf_jp-ii_mes_19920731_world-migration-day-1992.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

JOÃO PAULO II, PP. **Mensagem por ocasião do Centenário da morte do Papa Leão XIII 28 de outubro de 2003, n. 6.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2003/october/documents/hf_jp-ii_spe_20031031_leo-xiii.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

JOÃO XXIII, PP. **Carta Encíclica *Mater et Magistra* sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã de 15 de maio de 1961, n. 219.** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

JOÃO XXIII, PP. **Carta Encíclica *Pacem in Terris* sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade de 11 de abril de 1963, I parte:** Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

KUIAVA, E. A. **Subjetividade transcendental e alteridade:** um estudo sobre a questão do outro em Kant e Lévinas. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEPARGNEUR, H.; MARTINS, R. J. **Introdução à Lévinas:** Pensar a ética no século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.

LÉVINAS, E. **Da existência ao existente.** Campina: Papirus, 1998a.

LÉVINAS, E. **De Deus que vem a ideia.** Petrópolis: Vozes, 2002a.

LÉVINAS, E. **De otro modo que ser:** o más allá de la esencia. Salamanca: Sígueme, 2003a.

LÉVINAS, E. **Descobrimos a existência com Husserl e Heidegger.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998b.

LÉVINAS, E. **Deus, a morte e o tempo.** Coimbra: Almedina, 2003b.

LÉVINAS, E. **Difícil libertad.** Buenos Aires: Lilmod, 2004.

LÉVINAS, E. **El tiempo y el otro.** Barcelona: Paidós, 1993a.

LÉVINAS, E. **Entre nós:** ensaio sobre a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1997.

LÉVINAS, E. **Ethique comme philosophie premiere.** Paris: Payot e Shores, 1998.

LÉVINAS, E. **Ética e infinito.** Lisboa: Edições 70, 2000a.

LÉVINAS, E. **Humanismo do outro homem.** 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1993b.

LÉVINAS, E. **La realidad y su sombra:** libertad y mandato, trascendencia y altura. Madrid: Trotta, 2001b.

LÉVINAS, E. **Más allá del versículo:** lecturas y discursos talmúdicos. Buenos Aires: Lilmod, 2006b.

LÉVINAS, E. **Totalidade e infinito.** Lisboa: Edições 70, 2000b.

- LÉVINAS, E. **Transcendência e inteligibilidade**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- LIBANIO, J. B. **A volta grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1984.
- LIBANIO, J. B. **Jovens em tempo de pós-modernidade**: considerações socioculturais e pastorais. São Paulo: Loyola, 2004.
- LIBANIO, J. B. **Teologia da revelação a partir da modernidade**. São Paulo: Loyola, 2000.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.
- LIPOVETSKY, G. **A Sociedade pós-moralista**: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Barueri, SP: Editora Manole, 2008.
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- LLOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- LOBO, R. H. **Da existência ao infinito**: ensaios sobre Emmanuel Lévinas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.
- MARDONES, J. M. **Nueva Espiritualidad**: sociedad moderna y cristianismo. México: Cuadernos de Fe y Cultura. Universidad Iberoamericana e Biblioteca Francisco Xavier Clavigero, 1999.
- MELO, N. V. **A ética da alteridade em Emmanuel Lévinas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- METZ, J. B. **El clamor de la Tierra**: el dramatismo del problema de la Teodicea. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1996.
- METZ, J. B. **Memória passionis**: Uma evocación provocadora en una sociedad pluralista. Santander: Editorial Sal Terrae, 2007.
- METZ, J. B. **Mística de olhos abertos**. São Paulo: Paulus, 2013.
- METZ, J. B. **Para além de um religião burguesa**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MIRANDA, M. F. **Inculturação da fé**: uma abordagem teológica. São Paulo: Loyola, 2001.

MONDIN, B. **Antropologia teológica: história, problemas, perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MONDIN, B. **Os grandes teólogos do século XX** São Paulo: Paulinas, 1980.

PANIKKAR, R. **Il dialogo intrareligioso**. Assisi: Cittadella, 1988.

PAULO VI, PP. **Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* ao Senhor Cardeal Maurício Roy, Presidente do Conselho dos Leigos e da Pontifícia Comissão “Justiça e Paz” por ocasião do 80 aniversário da Encíclica *Rerum Novarum***.

Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

PAULO VI, PP. **Carta Apostólica que institui o Pontifício Conselho “Cor Unum” para a promoção humana e cristã - *Amoris Officio* ao Cardeal Jean Villot nosso Secretário de Estado**. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710715_amoris-officio.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

PIO XII, PP. **Carta Encíclica *Redemptoris Nostri* de 15 de abril de 1949**.

Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15041949_redemptoris-nostri-cruciatu.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PIO XII, PP. **Constituição Apostólica *Exsul Familia* sobre o cuidado do emigrante espiritual de 01 de agosto de 1952**. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/pius-xii/la/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19520801_exsul-familia.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PIVATTO, P. S. A ética de Lévinas e o sentido do humano: crítica à ética ocidental e seus pressupostos. **Veritas**, Porto Alegre, v. 37, n. 147, p. 325-363, set. 1992.

PIVATTO, P. S. **A questão da subjetividade nas filosofias do diálogo: o exemplo de Levinas**. **Veritas**. v. 48, n. 2, p. 187-195, jun. 2003a.

PIVATTO, P. S. A questão de Deus no pensamento de Lévinas. In. OLIVEIRA, M.; ALMEIDA, C. (Orgs.). **O Deus dos filósofos contemporâneos**. Petrópolis, Vozes, 2002.

PIVATTO, P. S. Elementos de reflexão sobre a questão de Deus em Heidegger e Lévinas. In: FABRI, M., et al. (Orgs.). **Éticas em diálogo: Lévinas e o pensamento contemporâneo: questões e interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003b.

PIVATTO, P. S. Elementos de reflexão sobre a questão de Deus em Heidegger e Lévinas. In: FABRI, Marcelo et al. (Orgs.). **Éticas em diálogo: Lévinas e o pensamento contemporâneo: questões e interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003b.

PIVATTO, P. S. Ética e alteridade. In: OLIVEIRA, Manfredo A. (Org.). **Correntes da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIVATTO, P. S. **Ética: crise e perspectivas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

PIVATTO, P. S. Responsabilidade e culpa em Emmanuel Levinas. In: OLIVEIRA, N.; SOUZA, R. T. **Fenomenologia hoje: existência, ser e sentido no limiar do século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

POIRIÉ, F. **Emmanuel Lévinas: ensaio e entrevistas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A PASTORAL DAS MIGRAÇÕES E DO TURISMO. **Carta Circular às Conferências Episcopais Igreja e povo em mobilidade de 4 de maio de 1978, n. 8**.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES e PONTIFÍCIO CONSELHO “*COR UNUM*”, diretriz pastoral **Como Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força**, Cidade do Vaticano, 2013, Apresentação. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/corunum/corunum_po/publicazioni_po/Rifugiati-2013-PORT.pdf.> Acesso em: 17 jul. de 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. **Instrução Erga migrantes caritas Christi de 3 de maio de 2004, n. 9, 11, 29-30**.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. **Diálogo e Missão**. São Paulo: Paulinas, 1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<http://www.undp.org/>>. Acesso em: 21 jun. de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<https://news.un.org/pt/tags/pnud>>. Acesso em: 12 mai. de 2021.

QUEIRUGA, A. **A revelação de Deus na realização humana**. São Paulo: Paulus, 1995.

QUEIRUGA, A. A. **Fim do cristianismo pré-moderno: desafios para um novo horizonte**. São Paulo: Paulus, 2003.

QUEIRUGA, A. **El problema de Dios en la modernidad**. Estella: Verbo Dinivo, 2000.

RIBEIRO JR., N. **Sabedoria de amar: a ética no itinerário de Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO, L. M. **A subjetividade e o Outro: Ética da Responsabilidade em Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

RÚBIO, A. G. **Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs**. São Paulo: Paulus, 2006.

RUTHERFORD, J. **After identity**. London: Laurence and Wishart, 2007.

SANTE, C. di. **Responsabilidade: o eu – para – o outro**. São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2000.

SILVA, A. A. R. **Teologia da cultura: a essência do incondicionado nas multiformes expressões culturais**. Correlatio, n. 9, p. 125-138, mai. 2006.

SILVEIRA, D. C. Teoria da justiça de John Rawls: entre o liberalismo e o comunitarismo. **Trans/Form/Ação**, v. 30, n. 1, p. 169-190. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/jFZtQSxQDfnBCK7JTvZyfmH/?lang=pt>>. Acesso em: 16 dez. de 2021.

SOBRINO, J. **Onde está Deus?** São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SOUZA, R. T. **Razões plurais: itinerários da racionalidade ética no século XX**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

STRONA, M. **Il Dio Pellegrino**: la migrazione nel discernimento di Papa Francesco: dall'esodo alla comunione. Assisi: Citadella Editrice, 1º edizione, 2021.

SUNG, J. M. **Educar para reencantar a vida**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SUSIN, L. C. **A criação de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SUSIN, L. C. **Assim na terra como no céu**: brevíssimo sobre escatologia e criação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SUSIN, L. C. **O homem messiânico**: uma introdução ao pensamento de Lévinas. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

THE GUARDIAN. For 200 Years. **Global Development**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development>>. Acesso em: 18 nov. de 2018.

VASQUES, U. A teologia interrompida: para uma interpretação de E. Lévinas (1). **Perspectiva Teológica**. v.14, n. 32, jan./abr. 1982.

VAZ, H. C. **Antropologia filosófica I**. São Paulo: Loyola, 1991.